

XI Congresso Nacional do PSB



**Teses
Debates
Deliberações**



www.tvjoaomangabeira.com.br



TESES
DEBATES
DELIBERAÇÕES

XI CONGRESSO NACIONAL DO PSB

► BRASÍLIA-DF, 6 E 7 DE JUNHO DE 2008 ◄



T E S E S
DEBATES
DELIBERAÇÕES

XI CONGRESSO NACIONAL DO PSB

Mesa Diretora do XI Congresso
Comissão Executiva Nacional

Organização
Carlos Siqueira

Fotos
Humberto Pradera

Transcrição
Lívia Costa

Produção e edição final
Editorial Abaré

Impressão
TC Gráfica e Editora Ltda.

SUMÁRIO

7	Teses do XI Congresso Nacional do PSB
9	• Reforma urbana: um desafio socialista Autor: Fernando Marco – PSB/RS
13	• A Reforma Urbana e a Questão Nacional Autor: Carlos Siqueira – PSB/Nacional
20	• Conjuntura Nacional e Regional Autor: Ribamar Santana – PSB/MA
25	• O Negro nos Partidos Políticos Autor: André da Costa Bisalara Cardoso – PSB/RS
31	• Ética e conhecimento: fatores indispensáveis para administrar a coisa pública Autor: José Ribamar M. Coimbra – PSB/MA
37	• Catação de lixo: um exemplo de desenvolvimento sustentado Autor: Fernando Mousinho – PSB/DF
42	• A educação como base para a concretização dos nossos sonhos Autor: Miki Breier – PSB/RS
47	• Plano de ação municipal para a Agricultura Familiar Segmento Assistência Técnica Autor: Luiz Carlos Lima Almeida – PSB/MA
53	• Integração entre socialismo, cooperativismo e sindicalismo como pressuposto para o desenvolvimento econômico Autor: Heitor Schuch – PSB/RS
59	• Programa de governo para municípios Autor: Luiz Carlos Lima Almeida – PSB/MA
63	• Socialismo, miscigenação e brasilidade pelas bases o Partido cresce, pelas bases o PSB se fortalece! Autores: Cláudio Valverde Santos – PSB/SP Francisco Amaro Gurgel Filho – PSB/SP Pedro Marcello – PSB/SP



- 67 • Sistema de avaliação da rede de ensino
Autor: Hilberlene Barbosa Santos – PSB/MA
- 73 • Perspectivas do PSB no pacto social do Governo Lula
Autor: Sebastião José Balarini – PSB/ES
- 79 • Tese do Movimento Negro Socialista do PSB
Autores: Valneide Nascimento dos Santos – PSB/ES
Jorge Santos de Jesus – PSB/BA
- 86 • A força da unidade, da luta e da esperança! Contribuição da
JSB Paulista ao Debate Nacional do Partido
Autores: Danilo Otto, Vinícius Camarinha, Pedro Marcello,
Ademir Motta, Dalmo Vianna, Tatiana Rodrigues,
David Ramalho, Fabrício Lopes, Jório Neto, César
Orleans, Ariane Soares Paiva, Thiago Garcia,
Hamilton Reis, Aintam Camilo, Êder Bruno e
Danger Soares
- 90 • Políticas públicas municipais para mulheres, sob a ótica do PSB
Autor: Ely Almeida – PSB/AP
- 94 • A saúde pública no Brasil: transformações são possíveis
Autor: Beto Grill – PSB/RS
- 107 • CMS/SSB - Nacional
Autor: Joilson Cardoso – PSB/RJ
- 119 **Solenidade de Abertura do XI Congressos**
- 153 **Aprovação do Regimento Comum do XI Congresso e do
Congresso de Revisão do Estatuto do PSB**
- 161 **Cenário Político Nacional e as Políticas Públicas
Municipais do PSB**
- 225 **Apresentação e Composição para o Diretório Nacional**
- 241 **Solenidade de Abertura dos Congressos e Plenárias dos
Segmentos do PSB**



Fotos

253

- Movimento Popular

259

- V Congresso Nacional de Mulheres

263

- IX Congresso Nacional de JSB

265

- VI Congresso Nacional da CMS – Sindicalismo Socialista Brasileiro

271

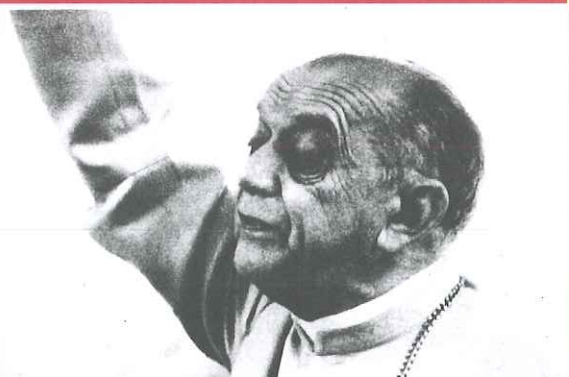
- Plenária do Movimento Negro Socialista

275

- Diretório Nacional



TESES DO
XI CONGRESSO
NACIONAL DO PSB







REFORMA URBANA: UM DESAFIO SOCIALISTA

Fernando Marco – PSB/RS

*Bacharel em Direito e Diretor de Produção Técnica e
Regularização Fundiária do Município de Novo Hamburgo*

Uma das principais características do processo de urbanização no Brasil tem sido a proliferação dos assentamentos informais, devido ao alto custo da terra e o baixo poder aquisitivo da população, a qual é cada vez mais empurrada para a periferia das cidades, em áreas insalubres, alagáveis ou em encostas de morros. A situação agrava-se na medida em que as soluções passam por necessidade de aporte de verbas por parte do poder público municipal.



Apesar das conseqüências que causam, os assentamentos informais são consentidos em nossas cidades, desde que não estejam ao alcance dos olhos da cidade formal. Outro efeito da falta de alternativa habitacional para os pobres é a ocupação irregular e inadequada do meio ambiente, causando dano irreversível às áreas de proteção ambiental, além de se exporem a riscos de enchentes ou deslizamentos.

O ordenamento jurídico, por sua vez, tem sua parcela de culpa na produção da informalidade urbana, bem como a interpretação doutrinária e jurisprudencial, olvidando principalmente a função social da propriedade que também são entraves para a efetiva legalização destas ocupações. De outra banda, a ausência de leis urbanísticas ou a sua existência baseada em padrões imaginários e distantes da realidade dos pobres, têm papel fundamental na reprodução da informalidade.

A relação entre habitat e violência é dada pela segregação territorial. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais,



não há Estado. À dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, cultura e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos) somam-se menores oportunidade de emprego, maior exposição à violência (marginal ou policial), difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, discriminação racial. A exclusão é um todo: social, econômico, ambiental, jurídica e cultural².

Os municípios, por sua vez, têm a obrigação constitucional de promover a reforma urbana³, promovendo o planejamento urbano em todas as suas nuances e aspectos, contemplando a cidade como um todo. O direito social da cidade significa nada mais que garantir a qualidade de vida e bem-estar de seus habitantes.

Com o advento do Estatuto da Cidade ocorreu a flexibilização das exigências, a fim de adequar as ocupações consolidadas ao planejamento urbano. Com efeito, o processo de urbanização intensiva que o Brasil experimentou desde meados do século 20, modificou profundamente o país e a sociedade brasileira, o que provocou inúmeras mudanças territoriais, econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais. O Direito Urbanístico, através do cumprimento dos princípios constitucionais (especialmente o da função social da propriedade e da cidade) e as diretrizes do Estatuto da Cidade, além de resoluções e leis específicas, são os efetivos instrumentos para que se dê a consolidação da nova ordem jurídico-urbanística para a promoção da Reforma Urbana.

No ano de 1999, pelo fato de a Presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos deputados ter ficado sob a direção de partidos progressistas (Partido Comunista do Brasil e Partido Socialista Brasileiro) e da relatoria do Estatuto da Cidade ter sido assumida pelo próprio Presidente da Comissão, deputado Inácio Arruda (PCdoB do Ceará), foi possível o desencadeamento de um processo democrático envolvendo os diversos atores, tais como Fórum Nacional de Reforma Urbana, instituições de profissionais como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), governos municipais e agentes privados representantes do setor imobiliário e da construção civil, como a Câmara Brasileira da Construção Civil (Cebic).



Neste processo, participaram, ainda, os movimentos sociais e entidades nacionais tais como Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), Articulação Nacional do Solo Urbano, Coordenação Nacional dos Mutuários, Movimento de Defesa do Favelado (MDF) e Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Vale destacar a pressão do Fórum Nacional de Reforma Urbana composto por organizações não-governamentais, movimentos populares e federações de sindicatos.

O texto final da Lei 10.257 foi sancionado no dia 10 de julho de 2001 e, desde então, alguns municípios têm se utilizado dos instrumentos do Estatuto. A maioria, porém, descarta instrumentos valiosos de gestão e planejamento urbano, tais como IPTU progressivo, outorga onerosa do direito de construir, direito de preempção, além de acelerar processos de regularização fundiária em áreas públicas e particulares.

Cabe salientar que, independentemente do período eleitoral que se avizinha, a bandeira da Reforma Urbana deve fazer parte do cotidiano de luta das e dos socialistas gaúchos, tendo em vista os grandes problemas enfrentados nas grandes, médias e até pequenas cidades, problemas esses ocasionados pela falta de planejamento urbano. Um exemplo bem palpável se consubstancia na crescente periferação e favelização, cujas causas têm origem no alto custo da terra, por conta da especulação imobiliária voraz, e da falta de políticas públicas de habitação e de planejamento urbano.

O desafio está lançado. A partir deste importante Congresso Estadual, no qual o PSB mais uma vez dá demonstração de força e unidade, encaminhamos a presente tese, almejando que este Partido Socialista se comprometa, em todas as suas instâncias, a realizar fóruns, oficinas, seminários, palestras e cursos com a temática da Reforma Urbana e da Regularização Fundiária, cujo objetivo seja municiar e subsidiar a militância, além de proporcionar às administrações governadas por socialistas, a troca de experiências, viveres, saberes e fazeres necessários à construção de uma nova cidade.



Aproveitando a dicção do professor Nelson Saule Junior:

Para que todos tenham condições de viver com qualidade de vida, ou seja, com condições adequadas de moradia, as seguintes providências tornam-se interesse de todos os habitantes da cidade: dirigir as atividades e funções desempenhadas nas cidades no campo do desenvolvimento econômico, com a criação de áreas comerciais, industriais, de lazer, pólos turísticos e culturais, implantação de empreendimentos, implantação e preservação de parques e áreas verdes, coleta e tratamento de resíduos sólidos, trânsito e transporte público, urbanização de assentamentos informais, construção de habitações de interesse social, desenvolvimento de programas educacionais, de geração de renda e de trabalho?²⁴



Notas

- 1 Fernando Marco é Bacharel em Direito e Diretor de Produção Técnica e Regularização Fundiária do município de Novo Hamburgo.
- 2 CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). *Urbanização Brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003, p. 79
- 3 Constituição Federal: art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- 4 SAULE JUNIOR, Nelson (org.). *Direito urbanístico – Vias jurídicas das políticas urbanas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2007, p. 53.



A REFORMA URBANA E A QUESTÃO NACIONAL

Carlos Siqueira

Primeiro Secretário Nacional do PSB

A Cidade e a Nação

A transformação do quadro de verdadeiro *apartheid* social que confere tons lúgubres à vida de tantas de nossas cidades constitui, há anos, crescente desafio à manutenção do convívio social em bases civilizadas.

São conhecidas as diferenças entre o tipo de urbanização anterior à década de 80 e os desdobramentos destes últimos 25 anos. No processo de industrialização que teve início com a década de 1930, calcula-se que o Brasil cresceu, entre 1940 e 1980, a taxas muito expressivas (estimadas em torno de 7% ao ano) e, embora a riqueza gerada por tal crescimento fosse distribuída de maneira muito desigual, mesmo assim ele proporcionou melhora de vida a grande parte da população, além de resultar em uma respeitável base produtiva.

Assim, apesar da concentração das riquezas, aquele surto de industrialização/urbanização foi determinante para a melhora dos indicadores sociais em termos de mortalidade infantil, expectativa de vida, natalidade e escolaridade, devido à expansão da rede de água tratada; ampliação do uso de antibióticos; aumento da escolaridade materna e do atendimento à gestante; maior acesso à informação; expansão do emprego industrial, e acesso, mesmo que restrito, aos direitos sociais no trabalho urbano.

Naquele período, as grandes metrópoles, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, eram vistas como a alternativa de melhora das péssimas condições de vida rural. Um gigantesco movimento migratório interno, ao qual se juntaram fluxos procedentes do exterior, foi o principal responsável por ampliar a população urbana em 125 milhões de pessoas no espaço de 60 anos. Em 1940, cerca de 18,8% da população brasileira era urbana. Em 2000, a proporção apontada pelo censo demográfico já era de aproximadamente 82% (a previsão atual para o mundo como um todo em



2050 é de 65%), o que permite classificar o Brasil como um dos países mais urbanizados do planeta. Note-se ainda que 30% da população urbana do país vive em apenas nove metrópoles.

Enquanto em 1940 as cidades pareciam ser a promessa da superação do Brasil arcaico rumo à modernização e emancipação política e econômica, os acontecimentos ao longo do tempo se encarregariam de contrariar a utopia da emancipação social e da modernização para todos. Efetivamente, neste início do terceiro milênio, a imagem das grandes cidades está marcada por favelas, poluição do ar e das águas, enchentes, desmoronamentos, moradores de rua, crianças abandonadas etc. Como corolário de tal conjunção de fatores, a violência mantém o ambiente urbano impregnado de medo, tensão e instabilidade. Em certas áreas, a situação não é a rigor muito diferente de uma guerra civil aberta, que ceifa numerosas vidas, principalmente entre jovens e adolescentes.

Os indicadores do início deste século são de fato impressionantes. A pobreza urbana é maior do que a média da pobreza brasileira e está concentrada nas regiões metropolitanas. Dos pobres brasileiros, 33% estão nas metrópoles do Sudeste. Estudos indicam que também se concentra nas regiões metropolitanas 80% da população moradora em favelas e que 50% das populações metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo moram em favelas ou em loteamentos ilegais da periferia.

Mas os problemas urbanos hoje estão longe de restringir-se às áreas metropolitanas. As cidades médias (entre 100.000 e 500.000 habitantes) crescem a taxas superiores às das regiões metropolitanas (4,8% contra 1,3%). De sorte que cidades de porte médio que ainda apresentam melhor qualidade de vida como Florianópolis, Aracaju, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto etc. começam a exibir o mesmo quadro de periferias inchadas e precárias com os mesmos indicadores, em meio aos quais viceja a violência urbana.

Não se perca de vista que estava no “espírito do tempo” daquele primeiro surto urbanizador a universalização de expectativas crescentes própria do ideário desenvolvimentista que presidiu as quase três décadas de crescimento



ininterrupto do mundo após-guerra. No centro de tal ideário estava a idéia-força de dinâmica transformadora: a noção de bem comum e a responsabilidade intransferível do Estado nacional como condutor do processo.



Ao contrário, a reorganização global, que há 25 anos varre o mundo e hoje dá claros indícios de exaustão, vem potencializando o flagelo da pobreza no mundo inteiro, tendência que aflorou de maneira insofismável após a chamada crise asiática de 1997. De fato, aquela crise pôs em descrédito o discurso que procurava legitimar a ofensiva neoliberal em nome da “luz no fim do túnel” que chegaria para todos. A exacerbação da competitividade; a lógica eminentemente financista que tudo contamina; o darwinismo social que se substitui à noção de bem comum; tudo está na raiz do desemprego global em expansão; da redução do valor dos salários em escala mundial; do conseqüente empobrecimento e da proliferação da violência, realidades especialmente dramáticas no ambiente urbano.

A situação de fato sugere a imagem do sistema de vasos comunicantes por onde as condições de vida da maior parte da humanidade são consistentemente niveladas para baixo enquanto os lucros são elevados de maneira crescentemente concentrada. Uma vez que o fetiche do “dinheiro em estado puro”, para usar a expressão do saudoso Milton Santos, permite em mil variantes especulativas amealhar fortunas sem ter que produzir sequer um alfinete ou empregar um único trabalhador, a maior parte da humanidade, submetida a tal criação ideológica, está condenada à mais absoluta redundância...



Particularmente elucidativa a este respeito é a seguinte descrição de Milton Santos:

Essa produção maciça da pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais.

É certo que a consciência do abismo que separa o espaço urbano dos ricos e o dos pobres e as tentativas de ação organizada por parte de intelectuais, partidos políticos, movimentos e organizações sociais em torno da questão da reforma urbana tornam-se visíveis a partir dos últimos anos 70 do século passado.

No tocante à materialização jurídica do princípio da “função social da propriedade”, por exemplo, a proposta da reforma urbana culminou no Congresso Nacional Constituinte, instalado em 1987. Embora presente em todas as constituições brasileiras desde a de 1934, o princípio da “função social”, especialmente no que tange à propriedade urbana, somente viria encontrar uma definição mais consistente na Constituição de 1988, cujo art. 182, assim o expressa em seu parágrafo 2º: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”.

Em meados de 2001, após doze anos de tramitação, foi aprovado o Estatuto da Cidade (Lei federal nº 257, de 10 de julho de 2001), que oferece um conjunto expressivo de instrumentos, orientados na prática para materializar o “direito à cidade”, definido este na própria lei como “o direito à terra urbana, à mora-



dia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”.

Com os avanços na produção da norma jurídica deu-se também em anos recentes a conformação de um marco institucional em torno do tema, com a criação do Ministério das Cidades, a instituição da Conferência Nacional das Cidades, que se reúne a cada dois anos, e a constituição do Conselho das Cidades. Ao mesmo tempo, foi-se ampliando o conhecimento da dinâmica subjacente à visível deterioração das condições de vida em vastos segmentos de nossas populações urbanas desde os anos 80, a famosa “década perdida”.

Verifica-se esta evolução em paralelo e sintonia com iniciativas no plano internacional. No marco da Organização das Nações Unidas, o problema das legiões urbanas em aviltantes condições de existência – a que o ex-secretário geral da organização Kofi Annan se referiu como a “urbanização da miséria” – está refletido nos objetivos da Declaração do Milênio pela qual, no ano 2000, os países membros adotaram a meta global de alcançar, até 2020, melhora significativa na vida de pelo menos cem milhões de pessoas hoje em condições habitacionais indignas, e de reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável segura.

Por seu programa Habitat, procura aquela organização, através de suas próprias atividades de cooperação com os países membros e de encontros internacionais periódicos como o fórum urbano mundial, sensibilizar governos promovendo ação concertada entre estes, organizações não-governamentais e setor privado.

Em outros contextos, como o Fórum Social das Américas e o Fórum Social Mundial, veio tomando corpo a proposta de uma Carta Mundial pelo Direito à Cidade, com a qual se pretende comprometer governos nacionais e organizações internacionais.

Embora tais iniciativas tenham o mérito inegável de ir conformando uma consciência crescente do problema e suas causas, e tenham a preocupação de



apontar para soluções democráticas, vê-se que tanto no plano nacional como no internacional, escassa é ainda a ação conduzida, mormente com o enfoque integrado e nas proporções que o problema exige.

De fato, a questão urbana hoje transcende em muito temas tradicionalmente associados à vida das cidades. Sua complexidade espelha a rigor todo o espectro de carências, reclamos e patologias que afligem e esgarçam o tecido social da nação como um todo, de sorte que a questão se manifesta com força particular nas cidades, mas em sua extraordinária abrangência ela é muito mais que urbana: ela é urbana e rural; é local, estadual e federal; é nacional e internacional.

Seria, portanto, ilusório pretender que se possa agir sobre a violência, produto de todo esse estado de coisas, apenas por soluções de natureza repressiva, necessárias como sem dúvida são. Salta aos olhos que a situação requer abordagem integrada atuando nas diversas frentes em que se situam as principais causas da violência.

Pode-se dizer que se trata muito mais de uma crise na cidade do que propriamente da cidade. Ela inclui naturalmente a questão vital de ordenar a ocupação do solo urbano; como assegurar moradia digna; infra-estrutura de saneamento básico, água potável e energia elétrica; serviços de saúde e educação; ambientes de convívio social com espaços para cultura, lazer e esporte; profissionalização especialmente de jovens etc. E tudo isto exige a rigor a convergência de todo o leque de políticas públicas; a ação concertada de todas as esferas de governo e a presença dos bancos estatais de desenvolvimento, na perspectiva de reinstalar o papel precípua do Estado que a fracassada experiência neoliberal pretendia considerar incômoda e evanescente reminiscência.

Acima de tudo, para que os contingentes urbanos das periferias não sejam meros depósitos de pessoas, a quem de vez em quando se acena com uma vaga esperança, urge uma abertura de horizontes e um dinamismo econômico que não venham em nome do dinheiro do mundo, mas em função de nosso compromisso visceral com o Brasil, entidade permanente que é e que devemos e queremos projetar no futuro como centro de civilização.



O Partido Socialista Brasileiro está publicamente comprometido com esta bandeira, à qual, aliás, dedicou em 2005 a totalidade de seus programas institucionais de rádio e televisão. Ele conta em seus quadros com nomes eminentes ligados ao planejamento urbano e com experiências particularmente bem sucedidas na administração de cidades. As eleições municipais de 2008, que se aproximam, são um momento decisivo para introduzir definitivamente o tema na agenda das prioridades nacionais, criando um ambiente de debate informado sobre todo o leque de questões que dele derivam.

O esforço para conformar vontade política nesta questão deve também propugnar para que os orçamentos públicos, especialmente o da União, possam expressar a capacidade concreta de enfrentar este grave problema nacional. Considerando que a carga tributária do país representa 38% do PIB e que, após décadas de *diktat* financeiro, quase duzentos bilhões de reais são absorvidos anualmente por interesses rentistas, não é mais possível continuar adiando um reordenamento de prioridades em função dos superiores interesses do bem comum.

Sem dúvida, no atual quadrante da história do mundo, o problema da cidade está no fulcro da questão nacional, de sorte que, tal como expressava o saudoso Milton Santos, da cidade poderá vir o “renascimento do sentido de nação”.



CONJUNTURA NACIONAL E REGIONAL

Ribamar Santana – PSB/MA

Jornalista, Dirigente do PSB de São Luís, Secretário de Comunicação do PSB e Coordenador de Comunicação da Seagro

Conjuntura Nacional

O Governo Lula está sendo o governo dos sonhos dos partidos de esquerda ou o governo possível dentro da correlação de forças que o sustenta?

Nós, socialistas, precisamos analisar o Governo Lula a partir das propostas que configuram um projeto de esquerda para o Brasil. Precisamente com base nos fundamentos e diretrizes que sedimentaram a formação da Frente Brasil Popular, em 1989, quando Lula disputou pela primeira vez a eleição para presidente da República.

Portanto, se não for a partir da perspectiva de um projeto de esquerda para o Brasil, a análise dos socialistas sobre o Governo Lula fica limitada e tendente a enfatizar apenas o que, no âmbito das esquerdas, se considera avanços do Governo Lula (Bolsa Família, PAC, Pronaf, Prouni, Luz para Todos, Farmácia Popular etc).

O PSB faz parte do Governo Lula. Participamos do Governo Lula integrando a base de apoio parlamentar, no Senado e na Câmara, e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Mas, isto não pode tirar de nós a visão crítica do Governo Lula. Afinal, PT e PSB têm projetos diferentes de Brasil. Neste momento, o PSB participa de um governo de coalizão no qual o PT tem o comando e dá o tom. Pergunta-se: Será que o espaço que ocupamos no governo é proporcional a nossa força política partidária? O Brasil que o PT está construindo é o Brasil que os socialistas do PSB querem construir?

É verdade que as força de esquerda que apoiaram Lula não fizeram a maioria parlamentar no Congresso Nacional. Mas, é verdade também que Lula conseguiu construir uma maioria parlamentar nos dois mandatos. Não vamos aqui discutir como. O esquema do mensalão já explica muita coisa.



A questão que se deve colocar é a seguinte: Por que Lula no auge da popularidade, tanto no início do primeiro mandato como agora que atinge 73% de apoio popular – a maior popularidade já atingida por um presidente da República no Brasil – não priorizou as chamadas reformas democráticas (reforma política, trabalhista, fiscal, das comunicações, agrária)?

Estas reformas, consideradas estruturantes para a formatação de um novo projeto de Brasil, constituem-se a base de um projeto de esquerda para o Brasil. No entanto, Lula envereda por adotar o receituário econômico herdado de Fernando Henrique Cardoso – somos o país com a maior taxa de juros do mundo – políticas públicas compensatórias, que geram dependentes do Estado brasileiro, e não políticas públicas emancipadoras, que ampliem a cidadania do povo brasileiro. Propagam que temos dinheiro em caixa para pagar a dívida externa, mas a nossa dívida interna cresce a galope – já vai bater a casa do trilhão de reais.

Hoje Lula é visto como “pai dos pobres e mãe dos ricos”. É paradoxal! Sem dúvida, o Bolsa Família está inserindo uma faixa considerável de excluídos no mercado de consumo e, fundamentalmente, nos direitos de cidadania como, por exemplo, o de comer. Mas e as políticas públicas que podem emancipar esses milhões de brasileiros excluídos, por que não são implementadas? Pedagogicamente, qual é o certo? É dar o peixe ou ensinar a pescar? Talvez, eleitoralmente, o melhor seja dar o peixe. O resultado das últimas eleições presidenciais demonstra isto claramente. Foi o Brasil pobre (Norte e Nordeste), principalmente, quem deu o segundo mandato a Lula

Não podemos esquecer que as eleições municipais de 2008 são a preparação e o alicerce para as eleições de 2010 (presidente da República, governador,





deputados estadual e federal). Como o PSB se coloca neste cenário? Vamos, mais uma vez, fortalecer o projeto de poder do PT ou construir o nosso? Quadros nacionais o PSB tem. Até o momento, Ciro (PSB) é o segundo colocado nas pesquisas de opinião sobre a sucessão de Lula, atrás de Serra (PSDB).

O PT, hoje, se movimenta em duas direções: articular o nome da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, como candidata e arrancar o terceiro mandato para Lula. A primeira alternativa é legítima, mas não solidária para quem diz sempre buscar a unidade das esquerdas. A segunda deve ser veementemente e publicamente rechaçada pelo PSB. Um terceiro mandato para Lula é golpe. É rasgar a Constituição. É casuísmo. É irresponsabilidade para com o país. É desprezo pela democracia, que tem como princípio basilar a alternância de poder.

Concluo, propondo que o VI Congresso Estadual do PSB do Maranhão aprove uma moção de protesto contra a proposta de um terceiro mandato para o presidente Lula.

Conjuntura Regional

O fracasso do governo Jackson Lago significa o fracasso do Projeto da Frente de Libertação do Maranhão e, por conseguinte, o fracasso do PSB?

É sabido que a vitória da Frente de Libertação do Maranhão nas eleições para o governo do Estado, em 2006, teve dois principais responsáveis: o ex-governador José Reinaldo Tavares como o grande estrategista e o ministro Edson Vidigal, na condição de candidato a governador do PSB, com os 15% dos votos obtidos no primeiro turno. O papel desempenhado por essas duas grandes lideranças do PSB garantiram o segundo turno e, conseqüentemente, a vitória de Jackson Lago.

É preciso que se diga também que as oposições só chegaram ao poder do governo do Estado porque um integrante histórico do grupo Sarney, o ex-governador José Reinaldo Tavares, teve a ousadia de romper com o senador José Sarney e sua filha e senadora Roseana Sarney. O mérito maior da vitória das oposições é do ex-governador José Reinaldo. Seu nome hoje tem essa simbologia, qual seja,



a de o homem que rompeu com Sarney e criou as condições para as oposições se unirem e chegar ao poder estadual. O ex-governador José Reinaldo sacrificou um mandato de deputado federal ou senador para não permitir a possibilidade de o senador José Sarney continuar seu mando no Maranhão.

A vitória de Jackson Lago significou a queda da última oligarquia nordestina; a derrota do último coronel da política brasileira. Isto se traduz numa responsabilidade imensa perante a opinião pública brasileira e, particularmente, o povo maranhense que, ao eleger Jackson, sinalizou com o desejo de mudança. Mudança de prioridades de governo, mudanças de métodos, mudanças de relações de poder etc.

O governo Jackson Lago caracteriza-se por ser um governo de coalizão – um conjunto de partidos governando – um governo de transição – que prepara as condições para o início de um novo ciclo de poder. Por ser um governo de coalizão é também um governo bastante heterogêneo.

Será que o PSB tem participação no governo Jackson proporcional a sua força política (cinco deputados estaduais e um federal) e à sua contribuição na campanha eleitoral? Temos quatro secretários no governo do Estado: deputado estadual Domingos Paz (Agricultura), Othelino Neto (Meio Ambiente), Prof. Othon Bastos (Ciência e Tecnologia) e Eurídice Vidigal (Segurança Pública). Pergunta-se: esses secretários foram indicados pelo PSB? De que forma estão sendo tratados dentro do governo? Estão sob fogo amigo ou inimigo? Têm sido prestigiados dentro do governo?

De que forma o PSB tem contribuído com sugestões e apoio as políticas desenvolvidas por seus secretários de governo? As pesquisas eleitorais apontam a segurança pública, hoje, como a principal preocupação da população maranhense. E a agricultura é ou não uma prioridade de governo? Do ponto de vista do orçamento do estado não, pois não conta nem com 2% do orçamento para 2008. E o meio ambiente? E a ciência e tecnologia?



O PSB até aqui tem sido coadjuvante na definição das prioridades de governo. Quais são mesmo as prioridades do governo Jackson Lago? Parece que tudo é prioridade. E onde tudo é prioridade, nada é prioridade. Qual o plano de governo da Frente de Libertação do Maranhão? Será que o governo Jackson Lago, até aqui, tem correspondido às expectativas do povo maranhense?

Qual o projeto de desenvolvimento do Maranhão da Frente de Libertação? Resume-se aos megaprojetos de biocombustíveis, gasoduto de Teresina a São Luís e a refinaria? Quem definiu esses megaprojetos como prioridades de governo?

E o que o governo da Frente de Libertação propõe para o funcionalismo público estadual e seus vários segmentos (professores, assessoria de nível superior, fiscais etc)? Até aqui não se ouve falar em um Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Vamos continuar com a política de pagar subsídios para os professores? A greve dos professores nos causou muito estrago.

Por que o PSB não propõe ao governador Jackson Lago a implementação da proposta de renda mínima contida no plano de governo do nosso candidato Edson Vidigal? Ela é ou não viável? Por quê?

Para as eleições municipais de 2008, o PSB deve defender a tese de reedição da Frente de Libertação do Maranhão, inclusive em São Luís, para não possibilitar a rearticulação do esquema de dominação e poder do grupo Sarney.

E, para São Luís, o PSB deve defender de forma firme o nome do ex-governador José Reinaldo Tavares como candidato de consenso da Frente de Libertação do Maranhão a Prefeitura de São Luís.

Concluo, sugerindo que a nova direção estadual a ser eleita neste VI Congresso Estadual do PSB, acompanhada de nossa bancada de deputado estadual e os secretários de governo, tenham um encontro com o governador Jackson Lago e lhe apresente propostas de políticas públicas dentro das respectivas pastas que o PSB ocupa e garanta as condições para a sua implementação.



O NEGRO NOS PARTIDOS POLÍTICOS

André da Costa Bisalara Cardoso

PSB/RS

Contexto Histórico

O quilombo dos Palmares resistiu, durante 100 anos, na Serra da Barriga hoje atual Estado de Alagoas. Foi o mais emblemático dos quilombos formados no período colonial, tendo resistido por mais de um século. O seu mito transformando-se em moderno símbolo brasileiro de resistência do africano na escravidão. Após várias investidas relativamente infrutíferas contra Palmares, o governador e capitão-general da capitania de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, contratou o bandeirante Domingos Jorge Velho e o capitão – mor Bernardo Vieira de Melo para erradicar de vez a ameaça dos escravos fugitivos na região. O quilombo passou a ser atacado pelas forças bandeirantes e, mesmo experientes na guerra de extermínio, tiveram grandes dificuldades em vencer as táticas dos quilombolas, mais elaboradas que a dos indígenas com quem haviam tido contato. Em janeiro de 1694, após um ataque frustrado, as forças do bandeirante iniciaram uma empreitada vitoriosa, com um contingente de seis mil homens, bem armados e municiados, inclusive com artilharia. Um quilombola, Antônio Soares, foi capturado e mediante a promessa de Domingos Jorge Velho de que seria libertado em troca da revelação do esconderijo do líder ZUMBI foi encurralado e morto em uma emboscada, a 20 de novembro de 1695. A cabeça de Zumbi foi cortada e conduzida para Recife, onde foi exposta em praça pública, no alto de um mastro, para servir de exemplo a outros escravos. Sem a liderança militar de Zumbi, por volta do ano de 1710, o quilombo desfez-se por completo. Embora não se possa precisar o número de habitantes nos Palmares, de vez que a população flutuava ao sabor das conjunturas, historiadores estimam que, em 1670, alcançou cerca de vinte mil pessoas. Essa população sobrevivia graças à caça, à coleta de frutas (manga, jaca, e outras) e a agricultura (feijão, milho, mandioca, banana, laranja e cana-de-açúcar).





Complementarmente, praticava o artesanato: (cestas, tecidos, cerâmica, metalurgia). Os excedentes eram comercializados com as populações vizinhas, de tal forma que os colonos chegavam ao lugar terras para o plantio e a trocar alimentos por munção com os quilombolas. No Quilombo dos Palmares foi constituída a primeira forma de Administração de Estado de caráter socialista, onde foi construída a economia que não era monocultura, onde viviam negros, brancos e índios economia solidária. Ainda no início do Século XIX, um grande número de escravos vindos da Nigéria e do Benin chegaram a Bahia, ficando conhecidos como MALÊS, escravos africanos das etnias hauçá e nagô, de religião islâmica, organizados em torno de propostas radicais para libertação dos demais escravos africanos. O termo “malê”, deriva do ioruba “imalê”, designado muçulmano. Por serem muçulmanos, esses negros também tinham conhecimento da escrita e também uma estrutura administrativa. No período de 1807 a 1835 organizaram três revoltas, sendo que a mais importante foi a de 1835, já que no mesmo período os negros trazidos para o Haiti expulsaram seus colonizadores. O governo brasileiro, com medo, ordenou que matassem seus líderes para acabar com a revolta.

Mais de 3 milhões de negros africanos foram capturados e trazidos para o Brasil como escravos. Os negros da Região Sul, que vinham de Angola, tinham destino à cidade do Rio de Janeiro, de onde eram distribuídos para todo o Brasil. Os escravos vindos de Benin e Nigéria tinham destino à Bahia.

Sendo o Brasil o segundo maior país negro depois da Nigéria, segundo pesquisa da Unesco, e mesmo assim ainda não há uma real visualização do povo negro neste país.

O Movimento Negro, através da luta unificada, vem apresentando ao Brasil sua nova forma de luta. Dentro deste princípio é que apresentamos alguns pontos para reflexão.

Em 1995 o movimento negro foi a Brasília, com mais de 30 mil pessoas, entregar ao governo brasileiro propostas de políticas afirmativas e políticas públicas que contemplassem a comunidade negra deste Estado. Dez anos



depois, o movimento retorna às ruas de Brasília, para reivindicar e exigir mais uma vez do governo brasileiro o cumprimento de propostas. Tudo isso culminou com a MARCHA ZUMBI DOS PALMARES + 10, que ocorreu em 22 de novembro de 2005. O movimento negro gaúcho teve participação muito importante para a realização deste evento, pois juntamente com a Marcha os movimentos celebraram os 95 anos da Revolta da Chibata, ocorrida em 22 de novembro de 1910. Foi um movimento de oficiais de patentes inferiores da Marinha do Brasil que se desenrolou de 22 a 27 de novembro de 1910, na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, na época capital federal.

Na ocasião, dois mil marinheiros rebelaram-se contra a aplicação de castigos físicos a eles impostos como punição, ameaçando bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Os castigos físicos, abolidos na Marinha do Brasil um dia após a Proclamação da República, foram restabelecidos no ano seguinte (1890), estando previstas: “Para as faltas leves, prisão a ferro na solitária, por um a cinco dias, a pão e água. Faltas leves repetidas, idem, por seis dias, no mínimo. Faltas graves, vinte e cinco chibatadas no mínimo.”

Os marinheiros nacionais, quase todos negros ou mulatos comandados por uma oficialidade branca, em contato cotidiano com as marinhas de países mais desenvolvidos da época, não podiam deixar de notar que as mesmas não mais adotavam esse tipo de punição em suas belonaves, considerada como degradante. O uso de castigos físicos era semelhante aos maus-tratos de escravidão, abolida no país em 1888. Paralelamente, a reforma e a renovação dos equipamentos e técnicas da Marinha do Brasil eram incompatíveis com um código disciplinar que remontava aos séculos XVII e XIX. Essa diferença foi particularmente vivida com estada dos marujos na Inglaterra, em 1909, de onde voltaram influenciados não só pelas lutas dos colegas britânicos mas também pela revolta dos marinheiros da Armada Imperial Russa no Encouraçado Potemkim, ocorrida poucos anos antes, em 1905. Quando retornaram ao Brasil, o marinheiro João Cândido formou clandestinamente um comitê central para organizar a revolução. Ocorrida em 22 de novembro de 1910, esta revolta marinheiros negros eram espancados, por ordem de seus superiores, os espancamentos chegaram a tal ponto de gravidade que o então marinheiro João



Cândido e sua tropa tomaram 10 navios no Porto do Rio de Janeiro. Esta revolta espalhou-se por todos os portos brasileiros. O então presidente da República, Hermes da Fonseca, para acalmar os revoltosos prometeu, anistiá-los, mas na realidade foram presos, alguns expulsos da Marinha. E até hoje a Marinha não reconhece que a revolta foi realizada por um conjunto de marinheiros negros do Brasil. E João Cândido não foi anistiado até hoje, nem o governo brasileiro se pronuncia quando se trata deste assunto. O Brasil foi a última nação a extinguir a escravidão. Sempre houve resistência.

A abolição se deu sem reformas sociais e não trouxe nada para os afro-descendentes, transformando o negro numa população de segunda classe. A elite brasileira, na tentativa de impedir que os ex-escravos tivessem acesso a direitos sociais, que significaria dividir o poder econômico, desenvolveu um conjunto de ideologias que procuravam mostrar a inferioridade do povo negro. Daí então a sociedade brasileira se formou criando privilégios e políticas para imigrantes de descendência européia.

Primeira Lei da Terra, em 1950, negando ao negro acesso à terra privilegiando os europeus, com acesso ao crédito, educação tendo assim acesso de sua alta promoção. Com este breve relato creio que o Movimento Negro do Partido Socialista Brasileiro, deve ter atitude de não ser mais um, mas sim ter participação real nos eventos, reuniões em que se discute o futuro de nosso povo, que tão discriminado é. Não basta ser negro, temos que ter atitude levando a real discussão a quem realmente deve ser escutado. Nossa gente tem propósitos e metas. O que às vezes as grandes lideranças do Movimento Negro fazem é esconder-se embaixo de algumas bandeiras partidárias e aí estamos assistindo pessoas que nem militantes são falar por quilombolas. Alguns falam por comunidades abandonadas e na realidade na periferia não existe muita discussão real do problema e sim alguém falando por esta ou aquela comunidade tirando proveito e usando os movimentos, para usufruir de algumas benesses. Assistimos sempre à falta de debate político quando se trata do povo negro.



Contexto Atual

- O Negro Sempre Lutou
- O Estatuto da Igualdade Racial está mofando no Congresso

A Lei 10639/2003 cria obrigatoriedade nos currículos escolares do estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Em alguns estados e municípios deste país sendo renegada até pelos próprios educadores, principalmente no interior. Este é o processo onde temos pessoas representando o povo negro e o povo negro muitas das vezes tem conhecimento de seus representantes.

O Projeto de Lei 3.627

Que institui o sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas. Algumas universidades já implantaram.

Falta de reconhecimento e apoio da causa pelo poder público;
Infra-estrutura financeira que nos negam;
Apoio aos nossos representantes;
Interferências de ideologias partidárias.

Queremos ser ouvidos e ter nossos espaços para podermos juntos construir uma sociedade imparcial e justa, onde nós, os representantes do povo africano que para este país vieram trazidos em navios negreiros acorrentados e à força, tenhamos nosso espaço também na política efetiva deste Estado brasileiro. E comecemos novamente pelos municípios, onde os negros do Partido Socialista Brasileiro (PSB) tenham apoio de seus diretórios, para que possamos em cada rincão deste estado, ter um vereador, que represente nestes 120 anos de falsa abolição, nossa luta, resistência, coragem, perseverança, como também nossa fé. Fomos forjados na luta e dela nunca fugiremos:



“Ele lutou com todas as forças para salvar a sociedade de si mesma”.

Coretta, esposa de Martin Luther King Jr.

“Um quilombo que não defende os outros Quilombos é traidor do seu povo”.

Ubiratan Castro de Araújo.

“Brasil, verás que um filho teu não foge à luta”.

André Costa Brisolara Cardozo

Secretário-Geral do Partido Socialista Brasileiro do Rio Grande/RS.

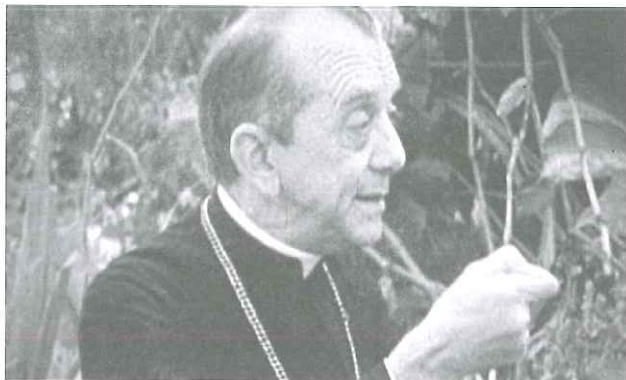
Presidente do Conselho Municipal do Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra do Rio Grande/RS.

Presidente do Clube Cultural Recreativo Braço é Braço.

Membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários do Rio Grande.

1º Secretário da Federação Nacional dos Portuários.

Representando a Federação dos Portuários na reintegração dos demitidos da Portobrás no Governo Collor, como também, participou ativamente da Câmara Setorial dos Transportes, junto à Câmara dos Deputados, Brasília-DF – quando o presidente, hoje é o senador Francisco Dornelles.





ÉTICA E CONHECIMENTO: FATORES INDISPENSÁVEIS PARA ADMINISTRAR A COISA PÚBLICA

José Ribamar M. Coimbra – PSB/MA

Secretário de Finanças do Diretório Municipal PSB de São Luís-MA

Contador e Professor Universitário

Vivemos hoje um tempo brasileiro, marcado nem de pessimismo, nem de otimismo, nem de desencanto, nem de ilusão, mas de vontade de lutar e de trabalhar, da determinação de descobrir, de estudar, de planejar, de construir. O processo de mudança de que somos autores e atores, caracteriza esse tempo.

O saudoso e eterno presidente do PSB, o governador Miguel Arraes, tinha essa compreensão naquele momento político brasileiro, já nos meados do século passado, e por mais que queiramos distanciar a atual realidade daquela, vemos claramente que há muitos pontos em comum.

Por sua vez, o sociólogo Betinho cunhou a frase que continua bem forte e necessária até o momento político brasileiro, tanto em nível político quanto em nível de gestão pública: “Só a participação cidadã é capaz de mudar o país”.

O PSB tem compromisso com a sociedade brasileira, em propor e praticar a melhor forma de gestão da coisa pública, fundada nos princípios democráticos, nos valores éticos e morais do mais alto grau de civilidade, na cidadania plena e na transparência da gestão pública. Baseando-me nesses pressupostos, venho apresentar a seguinte tese para discussão no XI Congresso Nacional do PSB: O PSB tem o dever de apresentar à sociedade maranhense, candidatos a vereador e a prefeito, cujos perfis, sejam caracterizados pela ética e conhecimento político e técnico.

Partindo da premissa que o município é um espaço privilegiado para a promoção da cidadania. Pois, é nele que os direitos humanos podem ser mais facilmente efetivados e respeitados, tais como: o direito à alimentação,



à moradia, ao trabalho, à educação, à saúde, à segurança, à livre organização, ao esporte, à cultura, ao lazer, entre outros, são matérias prioritárias para o alcance da plena cidadania. A Câmara de Vereadores e as prefeituras têm papel fundamental no aprofundamento da democracia.

O Legislativo e/ou Executivo, podem incidir diretamente na qualidade de vida dos(as) moradores(as) de sua cidade, proporcionando legislação e políticas públicas destinadas a reduzir e/ou a eliminar as desigualdades sociais. É fundamental atuar junto ao processo legislativo e de planejamento local, numa visão sistêmica, influenciando na definição e execução de recursos orçamentários para políticas públicas, e lutar pela autonomia dos conselhos setoriais como espaços de controle social.

Os poderes locais possuem muita força e expressão. Os movimentos sociais, as associações, as entidades religiosas, culturais, recreativas, os partidos políticos, a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, Ministério Público e Judiciário podem se tornar importantes aliados nessa luta.

Obviamente que os municípios maranhenses têm suas singularidades, em função de vários aspectos, tipo: população, desenvolvimento econômico, situação geográfica dentre outros. Entretanto, deve-se ter uma política partidária ou programa de governo, com núcleo básico comum contemplando todos os municípios, deixando margem para ser complementado naquilo que cada município necessitar.

Essa situação exige dos dirigentes partidários o compromisso de buscar qualificar melhor os candidatos que serão apresentados aos eleitores, os quais, sempre utilizam discurso genérico de solução dos problemas da sociedade. Porém, como resolver problemas que os próprios candidatos muitas vezes desconhecem? Além do mais, são completamente desprovidos de conhecimentos técnicos de administração pública. Ressalte-se que a existência de vários registros de gestão desastrosas exatamente pela falta desses conhecimentos.



A primeira e mais importante responsabilidade do prefeito é administrar o município. Mas administrar não é, como se poderia pensar, apenas ter boas intenções, fazer o que é possível ou se esforçar para dar o melhor de si. Administrar é, antes de tudo gerir informações, seguir a técnica gerencial, gerar opções tecnicamente fundamentadas para sobre elas fazer recair as opções políticas, e, afinal, decidir a tempo.

E decidir é escolher alternativas. Assim, quando se alega que “faltou vontade política” para justificar a indecisão ou a falta de ação, o que faltou na verdade foi a criação de alternativas técnicas para buscar escolhas político-administrativas. Administrar a coisa pública exige duas coisas: ética e conhecimento.

Buscar caminhos possíveis em direção ao futuro, considerando que o futuro é o resultado de interações entre tendências históricas e eventos hipotéticos, construídos antecipadamente e discutidos na perspectiva de avançar na melhoria do padrão de qualidade da gestão pública, objetivando levar o município a oferecer serviços de qualidade e ao tempo cumprir seu papel de propulsor do processo de desenvolvimento econômico e social do município.

É preciso conhecer as leis, as obrigações, as funções, as responsabilidades, as correlações, os limites, as possibilidades, as fontes para obtenção de recursos, as instituições com as quais se pode fazer parcerias e os mecanismos de articulação institucional.

É necessário também conhecer os novos conceitos de gestão da coisa pública, área onde muitos administradores atuam empregando métodos do século passado, acreditando que sabem o que estão fazendo. Muitas vezes estão trabalhando contra si próprios e decepcionando toda a comunidade à qual devem servir, antes de quererem servir-se, assim como denegrindo a imagem do PSB.

Também é indispensável saber planejar, estruturar, organizar, coordenar, executar e controlar. E fazer uma pausa para avaliar resultados, realimentar todo esse ciclo com novas informações e redirecionar os rumos.



Na gestão, tornar-se imprescindível sistematizar e gerenciar os meios e recursos (orçamentários, financeiros, físico-materiais, naturais, ambientais, informacionais, materiais, operacionais etc.), bem como construir relação de confiança e unidade de propósito com seus colaboradores, através dos quais serão alcançados os objetivos e as metas traçados. Para fazer isto, é necessário possuir conhecimento da questão.

Administrar o tempo e gerenciar prioridades para enfrentar os problemas e desafios mais importantes. É preciso ampliar o apoio da comunidade, envolver o cliente externo (o munícipe que paga os impostos e sustenta a máquina pública) e o cliente interno (o servidor público, o elo de ligação entre os serviços municipais e o cidadão que os vai consumir).

A qual não pode ser desperdiçada, por melhores que sejam as intenções. Só há um caminho, fazer o que precisa ser feito da melhor maneira. E logo.

Os candidatos do PSB ao pleito municipal deste ano precisam buscar conhecimentos sobre a natureza do município, das regiões metropolitanas, do poder público municipal, das prerrogativas da autonomia municipal, as competências e atribuições do município, das prerrogativas e limitações da Câmara de Vereadores e sobre a participação popular e comunitária na elaboração e execução do orçamento. Ele continua sendo tratado como instrumento complexo, fechado e incompreensível para o cidadão comum. De fato, não há nenhuma razão técnica para que o orçamento seja uma “caixa preta”.

É preciso que o cidadão exija, no marco da democratização do nosso país, que a postura tecnicista e centralizadora dos políticos e funcionários seja substituída por uma disposição de transparência e acesso às informações e conhecimentos.

A partir da compreensão do orçamento como instrumento político de definição de prioridades, a participação popular adquire importância crucial e a sociedade deve reivindicar o espaço para fazer parte das disputas e discussões sobre a distribuição dos recursos públicos.



Vale salientar que a legislação atual avançou muito no sentido de estabelecer espaços e regras que podem respaldar esse anseio da participação popular do processo de elaboração do orçamento e de fazer dele um instrumento de controle eficaz dos recursos públicos pela sociedade civil.

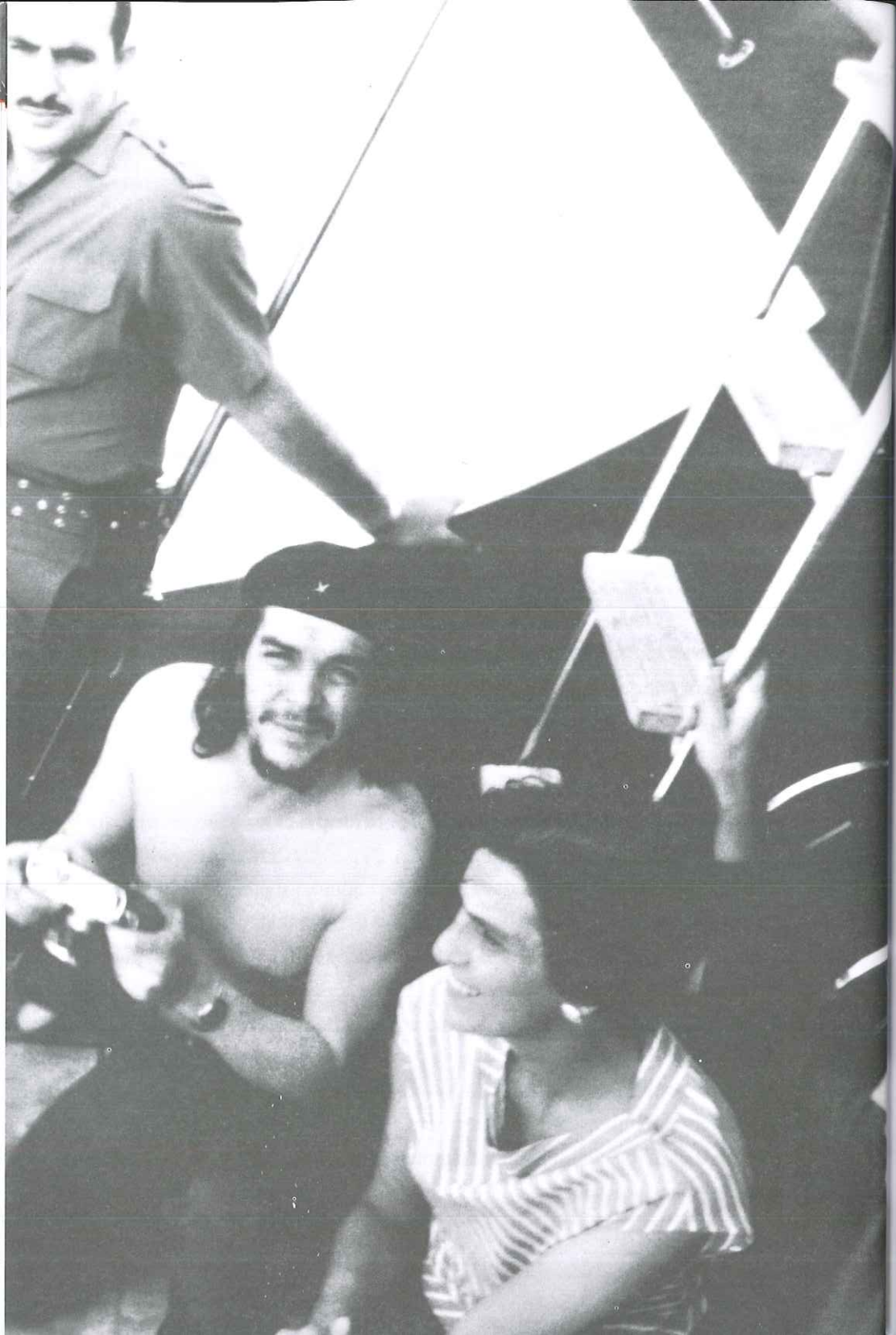
A participação popular e comunitária nas leis na planificação e na administração requer envolvimento, e ao mesmo tempo, conhecimento dos instrumentos ou ferramentas estabelecidas na Constituição Federal de 1988, tais como: Processo legislativo, Gestão participativa, Exercício da cidadania e Participação comunitária.

Há muita coisa para realizar e a sociedade vai cobrar respostas e resultados. Os desafios são muitos, o tempo é pouco e os recursos são escassos. Um governo municipal é como uma viagem. Todos estão no mesmo barco. E este barco vai partir no início de janeiro de 2009. Mas partir para onde?

Governar significa navegar. Como em qualquer viagem, é preciso saber onde se quer chegar, ou seja, o destino, pois sem rumo definido não se chega a lugar nenhum. E, já se disse, quando não se sabe para onde vai, nenhum vento sopra a favor. É preciso portanto, antes de tudo saber.

O PSB deve envidar todos os esforços para além da formação política dos quadros, proporcionar conhecimento sobre os temas aqui tratados, pela importância que tem no processo de gestão pública, como também para a qualidade do próprio PSB, na qualidade de guardião da democracia, da cidadania e da boa gestão pública, voltado para o bem comum.

Tenho a convicção de que, "... a vontade de lutar e de trabalhar, da determinação de descobrir, de estudar, de planejar, de construir. O processo de mudança de que somos autores e atores, caracteriza esse tempo", como afirmou Arraes. Se o nosso PSB adotar como regra essa tese, contribuirá para o aperfeiçoamento da cidadania, da democracia da gestão pública de qualidade e para a melhoria do padrão de qualidade de vida da população de todos os municípios brasileiros.





CATAÇÃO DE LIXO: UM EXEMPLO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

Fernando Mousinho – PSB/DF

*Sociólogo, Especialidade em Planejamento Energético para
Desenvolvimento Sustentável e Assessor da Liderança do PSB*

Temos que entender a cidade como a continuação da nossa
própria casa, mantendo-a limpa, bonita e agradável

Capi

A legislação em nível federal sobre resíduos sólidos em geral
e em particular sobre sua reciclagem é bastante escassa,
para não dizer inexistente

Ilidia Martins Juras

Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados

A crescente discussão acerca das causas do Aquecimento Global e, conseqüentemente, os resultados das mudanças climáticas que se manifestam em todo o planeta, chamam a atenção para um problema de âmbito municipal muito próximo de nós: o lixo. O aumento populacional, a urbanização e a intensidade da industrialização são os fatores principais que regem a produção do lixo.

Lixo, conhecido também como resíduos sólidos, são os restos das atividades humanas, consideradas pelos seus geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis, tais como: plásticos, alumínio, alimentos, papelão, roupas, equipamentos eletrônicos, uísque, vinho, licores, refrigerantes, produtos de higiene, lâmpadas fluorescentes, baterias e pilhas.

O gás metano gerado, dentre outras fontes, a partir da decomposição do lixo orgânico, é 21 vezes mais impactante para o efeito estufa do que o próprio dióxido de carbono. Uma grande concentração deste gás encontra-se hoje no aterro sanitário.



Muitos desses materiais podem colocar em risco a saúde humana e o meio ambiente. As baterias, pilhas e lâmpadas fluorescentes são classificadas como resíduos potencialmente perigosos, pois contêm metais pesados que podem migrar e vir integrar a cadeia alimentar do homem, provocando dores reumáticas, distúrbios metabólicos, levando à osteoporose e a problemas renais.

Os restos de substâncias químicas contidas nos frascos de aerossóis descartados podem contaminar o meio ambiente, migrando para as águas superficiais e/ou subterrâneas, podendo ocasionar problemas de saúde pública.

Quanto ao tempo de decomposição do lixo, o período é variado. O papel é de 2 a 4 semanas, os tecidos de algodão, de 1 a 5 meses, as meias de lã, 1 ano, as estacas de madeira, 13 anos, os plásticos em geral, 450 anos, as garrafas de vidro, tempo indeterminado, as latas de alumínio, de 200 a 500 anos, os pneus e assemelhados, 500 anos, aproximadamente.

Cálculos do Banco Mundial sugerem que mais de 60 milhões de pessoas do mundo trabalham como catadores de lixo, o que significa um impacto econômico de centenas de milhões de dólares anuais. A atividade reduz as importações de matérias-primas, possibilitando razoável economia de divisas ao país.

Muitas vezes, os materiais recuperados pelos catadores são exportados, gerando assim consideráveis divisas. Na Argentina, por exemplo, o plástico utilizado para fabricar embalagens para bebidas gasosas é exportado para a China, onde é reciclado e transformado em novos produtos.

Projeções realizadas pela Abrelpe – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (2007), revelaram que no Brasil coleta-se um total de 140.911 toneladas por dia de lixo. Porém, verificaram também que o total gerado é muito superior e que anualmente cerca de 10 milhões de toneladas de lixo deixam de ser coletadas, tendo destino absolutamente incerto e provavelmente inadequado.



Outra constatação importante e também grave é que dos 5.564 municípios brasileiros, 65% contam com alguma iniciativa de coleta seletiva. Ou seja, 3.593 municípios com coleta e 1.971 municípios sem coleta. Este fato decorre do valor econômico agregado aos materiais, da realidade socioeconômica de nossas cidades, e em função do interesse das comunidades nas ações de preservação ambiental.

A destinação final do lixo continua sendo um problema de grandes dimensões, uma vez que apenas 39% dos municípios brasileiros dão destino e tratamento adequado ao lixo. O problema torna-se mais complexo quando observadas as altas concentrações de municípios situados nas macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que destinam o lixo coletado de forma inadequada.

Nas demais regiões, embora existam quantidades expressivas de municípios com condições inadequadas de destinação final, a maioria destes municípios já possui aterros controlados, significando uma melhor conscientização do problema e uma facilidade, pelo menos em termos culturais práticos, para solucioná-lo.

Análise do dispêndio médio dos municípios das diversas macrorregiões do país com os serviços públicos de coleta “porta a porta” de lixo e seu transporte até o destino final, revela que tais dispêndios, quando vistos sob o ângulo do custo mensal equivalente por habitante, em distintos municípios classificados por faixas populacionais, se traduzem em valores mensais significativamente pequenos, quando comparados com qualquer outro serviço público:

Dispêndio Médio Diário Municipal com
Serviços de Coleta de Lixo – ABRELPE-2007

Macrorregião	População Urbana 2007	R\$ / Hab./dia	Custos Coleta Lixo (R\$/dia)
Norte	10.935.406	0,113	1.235.710,00
Nordeste	36.577.772	0,109	3.986.977,00
Centro-Oeste	11.393.402	0,104	1.184.914,00
Sudeste	71.557.902	0,149	10.662.127,00
Sul	22.032.325	0,116	2.555.750,00
BRASIL	152.496.807	0,129	19.625.469



Dois aspectos merecem destaque especial entre os dados que retratam o setor dos serviços públicos relativos ao lixo. Um, a expressiva força de trabalho constituída por cerca de 260.000 empregos diretos gerados pelo setor em todo país, dos quais aproximadamente 145.000 na iniciativa privada. Outro, a avaliação do mercado de serviços de coleta de lixo que supera a casa dos R\$ 6 bilhões.

É uma atividade que pode comprometer a saúde e a integridade física dessas pessoas, pois, mexendo no lixo de outros, elas correm o risco de se machucar ou corta-se com materiais perfuro-cortantes ou, até mesmo, de se contaminar com materiais patogênicos. Em geral trabalham à noite em áreas perigosas e com pouca ou nenhuma proteção policial.

De acordo com a sua origem o lixo se classifica como domiciliar, comercial, público, hospitalar, industrial, agrícola e entulho da construção civil. Os lixos público, comercial e domiciliar são de responsabilidade da prefeitura. Os demais ficam a cargo dos respectivos geradores.

O ator principal dessa atividade é o indivíduo com pouca ou nenhuma instrução, social e economicamente excluído, que busca nos aterros e lixões municipais e outros lixos a sobrevivência sua e da família. A renda auferida pelos trabalhadores na coleta seletiva e reciclagem de lixo varia de um a nove salários mínimos por mês, dependendo principalmente da maneira com estão organizados.

O IBGE (2000) aponta um relativo crescimento desses trabalhadores, considerando que já são 1% da população economicamente ativa do país, se incluídos os catadores de rua e de latinhas. Importância reconhecida, a atividade de Catador de Material Reciclável está incluída desde o ano 200, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho.

De fato, é possível dizer que, com o devido apoio do gestor municipal, a catação reciclada do lixo é um exemplo perfeito de desenvolvimento sustentado. Além de gerar empregos, reduzir a pobreza e fornecer matérias-primas de baixo custo para a indústria, protege o meio ambiente, evita a poluição e conserva



os recursos naturais. Também é possível adotar ações independentemente da nossa legislação federal sobre o tema lixo reciclado ser inexistente.

Sendo a gestão do lixo um problema local, cabe aos municípios definir sua própria regulamentação, já que a eles compete planejar, executar, manter e operar os serviços de limpeza urbana; da coleta à destinação final. Dentre as várias formas de tratamento do lixo, temos: aterros sanitários, incineração, reciclagem, compostagem, aterros controlados e vazadouros a céu aberto, popularmente conhecidos como lixões.

Porém, desafortunadamente, o PSB, nas suas instâncias de discussão e decisão também tem passado ao largo desse aspecto tão importante para a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida do povo brasileiro. O que se agrava com a inapetência das nossas prefeituras, cujas administrações pouco ou nenhuma relevância têm dado ao tema.

É o que testemunham o “Seminário de Políticas Públicas Municipais (1999)” e “O Modelo Socialista de Governar”, este extraído do “Encontro Nacional de Prefeitos e Vice-Prefeitos (2001) do PSB”.

A título de proposta, sugerimos que a questão do lixo reciclado figure entre as prioridades nos programas de campanha dos nossos candidatos a prefeito, bem como nas administrações dos eleitos.



A EDUCAÇÃO COMO BASE PARA A CONCRETIZAÇÃO DOS NOSSOS SONHOS

Miki Breier – PSB/RS

Deputado estadual

Conforme uma premissa universal entre os socialistas, educação é condição indispensável para o desenvolvimento de qualquer país que deseja combater a pobreza e reduzir as desigualdades. É possível e necessário que o filho do operário pobre tenha uma escola tão boa e eficaz quanto a que tem direito o filho do empresário, do rico. Na nossa concepção de mundo, todas as crianças merecem ter a mesma chance diante da realidade, independente do lugar em que moram, da condição econômica de sua família, da cor da sua pele ou de quaisquer outros critérios que hoje ainda permitem a exclusão. Todas as escolas devem ter o mesmo padrão de qualidade. Com professores formados em universidades qualificadas, com salários condizentes, prédios com estruturas físicas adequadas e adaptadas às mais diversas necessidades, materiais didáticos e de informática capazes de favorecer o processo de ensino-aprendizagem, além de todas as condições básicas para que a escola seja não apenas um espaço formal de educação, mas sim, um ambiente capaz de nutrir os educandos com princípios e valores, formando-os cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.



Desde o início do nosso mandato na Assembléia Legislativa temos centrado nossos trabalhos na educação, seja do ponto de vista acadêmico ou social, como no caso das nossas ações para a segurança no trânsito, na defesa dos direitos da criança e do adolescente, na discussão sobre a proibição do consumo e venda de bebidas alcoólicas nos estádios, entre outros debates vinculados diretamente



à educação. Nossa participação na Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia levou-nos a combater veementemente as políticas de desmonte da escola pública no estado, pois acreditamos que esta é a instituição formativa da sociedade. O conhecimento produzido na escola é revestido de valores éticos, estéticos e políticos e, por isso, ela deve ter autonomia para a implantação do seu projeto político pedagógico.

Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que apresenta a menor disparidade entre a escola pública e a escola privada e é o terceiro melhor colocado no novo indicador do Ministério da Educação (MEC). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado para nortear as políticas de melhoria da qualidade das escolas da rede pública de todo país. Nosso estado ocupa a terceira colocação no Ensino Médio, ao lado de Minas Gerais e Santa Catarina (com a média 3,5) e, na avaliação de 5ª à 8ª série (nota 3,6) ocupa a mesma posição. Embora esteja longe de ser a ideal, esta colocação demonstra a qualidade que temos e que há possibilidade de avançarmos.

O PSB tem compromisso muito grande de aglutinar forças entorno de seu projeto para superar as deficiências do sistema educacional, bem como para combater as políticas neoliberais – elas ainda resistem – que visam à destruição da escola pública e só fazem retroceder nas conquistas alcançadas neste setor.

Educação pública de qualidade faz-se com investimentos significativos na qualificação dos seus espaços físicos, dos recursos humanos e dos equipamentos. O governo federal, com o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação e com o Fundeb, apresenta uma proposta de reforma educacional, sinalizando um conjunto de metas e obrigações a ser cumprido em prazo pré-determinado. Mas persistirão os problemas educacionais se não houver maiores investimentos que venham a suprir a correção do fluxo escolar, para diminuir a evasão e a reprovação dos estudantes da rede de ensino e a garantir a formação continuada dos professores. Mais recursos para a Educação de Jovens e Adultos, para aumentar a escolaridade média da população, para diminuir o analfabetismo. São investimentos para a educação pré-escolar, para que o



ambiente educacional seja, desde os primeiros passos, agradável e atrativo às nossas crianças. Só assim a educação pública constituir-se-á em um dos pilares do desenvolvimento social e econômico do país.

Como militante do PSB defendemos também a aprovação da proposta de Emenda Constitucional (PEC) 66/2007, que prevê a desvinculação dos Recursos da União (DRU) sobre o orçamento do Ministério da Educação, que atualmente é de 20%. Com o fim dessa desvinculação será injetado R\$ 17,6 bilhões para investimentos na educação.

Defendemos uma proposta pedagógica que assegure o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, conforme rege a nossa Constituição. Defendemos um projeto que possibilite atender os interesses dos educandos das classes populares, para que estes sejam capazes de compreender sua história, suas contradições e as reais possibilidades de superação, a partir da realidade concreta, mas respeitando sua faixa etária, a maturidade, os saberes prévios, buscando a construção de conhecimentos.

Nosso Partido já discute há bastante tempo um projeto de educação para o Brasil. Neste sentido, nossa Fundação João Mangabeira iniciou alguns debates, que chegaram à elaboração de um documento que aponta caminhos para atender esta temática. Com base nessas discussões e na realidade do nosso estado, defendemos as seguintes propostas que, aplicadas à realidade de cada município, serão as bases essenciais às reformas que necessitamos:

- 1 – Melhorar a qualidade do aprendizado, começando pelo incentivo à leitura. Precisamos estabelecer a leitura como uma preocupação central do ensino;
- 2 – Propomos cuidado especial com a matemática, para o desenvolvimento lógico, racional e espacial do mundo em que vivemos;
- 3 – Devemos corrigir o fluxo investindo em uma equipe multidisciplinar, para identificar e solucionar os problemas, tratando cada aluno



na sua individualidade, diminuindo a reprovação e a evasão escolar. Não economizar recursos para atingir este objetivo, pois, corrigindo o fluxo, estaremos economizando para investimentos em outras áreas da educação;

- 4 – Investir na educação pré-escolar para aumentar a oferta, pois a demanda é cada vez maior;
- 5 – Empreender esforços para ampliar o número de escolas públicas e escolas de turno integral, principalmente nas comunidades onde haja mais jovens em situação de risco e nas demandas, estimular a oferta de atividades extracurriculares em turno inverso tais como, informática, música, dança e esporte, visando também evitar as situações de risco que hoje rondam nossos jovens. Neste ponto, vejo indispensável registrar uma das mais belas experiências que vivenciei na administração pública, o projeto “Música, Ação e Inclusão”, do município de Cachoeirinha, em que aulas de instrumentos musicais atendem crianças e adolescentes de bairros pobres na cidade. Hoje, mais de 1.400 alunos da rede municipal participam do projeto. Ali, aprendem a tocar violão, flauta e até violino. É o poder público cumprindo o seu papel e ocupando o espaço que, na sua omissão, pode ser ocupado pelas mais diversas formas de contravenção. No exercício de mandatos eletivos, nós, socialistas, precisamos oferecer aos nossos jovens oportunidades decentes;
- 6 – Investir na formação inicial e contínua dos educadores, preparando-os melhor para o exercício docente e de domínio do conteúdo da disciplina que ministram;
- 7 – Os gestores escolares devem ter autonomia para a condução do processo ensino e aprendizagem de sua escola, promovendo o desenvolvimento da cidadania em suas comunidades;
- 8 – Estabelecer com a comunidade escolar relação de diálogo permanente e respeitosa, valorizando os trabalhadores e trabalhadoras da



educação, tanto na remuneração quanto nas condições para exercício da profissão;

- 9 – Fazer um estudo detalhado dos problemas que envolvem o Ensino Médio, identificando as particularidades da região, bem como as necessidades e potencialidades técnicas e científicas do mercado de trabalho. Para tanto, pensa-se o Ensino Médio dividido em duas etapas: uma de formação geral e outra científica ou tecnológica, conforme a região;
- 10 – Investir em laboratórios de informática para permitir ao aluno o acesso às tecnologias da informação, às novas formas de comunicação e a utilização das diversas ferramentas e transações eletrônicas. Na velocidade do mundo atual, nossos administradores socialistas devem empenhar os esforços necessários para a inclusão digital das comunidades mais distantes, popularizando e democratizando o conhecimento tecnológico, o que favorece o desenvolvimento econômico e intelectual dos cidadãos.

Acreditamos que ainda há muito caminho a trilhar, mas a ação concreta de cada militante socialista, nos seus espaços de atuação, pode adiantar a construção da sociedade que almejamos, cujas bases serão feitas pela educação pública de qualidade e de caráter popular.

Congresso Estadual do PSB/RS
Porto Alegre 04 de maio de 2008





PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

SEGMENTO ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Luiz Carlos Lima Almeida – PSB/MA

Engenheiro Agrônomo

Consultor Agropecuário e Ambiental

Secretário de Política Agrícola e de Meio Ambiente do PSB/MA

I) Introdução

O baixo desempenho da agricultura familiar está relacionado principalmente com a falta de pesquisa tecnológica direcionada para o segmento, com a deficiente ou inexistente assistência técnica, com o precário modelo de comercialização e com o difícil acesso ao crédito, embora este último exista em abundância, pelo menos do ponto de vista do orçamento apresentado no Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008 do Governo Lula.

Cabe ao município, como principal beneficiário dos resultados das atividades agrícolas familiares, se envolver na problemática e buscar soluções, de forma a conseguir a sustentabilidade da atividade e a preservação dos recursos naturais.

Se o município tem uma agricultura organizada, com assistência técnica, estrutura de armazenagem, centro de abastecimento e comercialização de produtos agropecuários, feiras livres com sistema de transporte da produção e compras programadas, certamente que a agricultura familiar terá bons resultados. Por consequência, o município terá maior arrecadação de ICMS, IPI, ISS e outros impostos e taxas. Com um melhor nível de renda e qualidade de vida, a população passa a demandar menos serviços e gastos com saúde, refletindo positivamente nas despesas municipais. No comércio há um aumento de consumo, com conseqüente geração de postos de trabalho. Dinheiro a mais no campo é sinal de incremento na construção civil nas cidades. Enfim, o município cresce do ponto de vista econômico e pode passar a oferecer aos munícipes melhores equipamentos públicos e uma melhor urbanização.



A intervenção do poder municipal, no sentido de organizar o setor agrícola, depende muito da vontade do seu primeiro gestor e dos diversos atores do segmento agrícola (sindicatos de trabalhadores (as) rurais, da Secretaria de Estado da Agricultura, dos profissionais em ciências agrárias, das associações de produtores, da Embrapa, do Senar etc...).

Convém lembrar que o produtor familiar, diferentemente do agricultor empresarial (agronegócio), não evolui porque não tem como pagar a assistência técnica particular, também não tem acesso às tecnologias direcionadas para a sua atividade (pesquisa agropecuária) e como consequência não obtém o crédito por não dispor de escritório que elabore os seus planos e projetos.

A municipalização da agricultura surge então como a mais simples e prática forma de solucionar essa questão no Maranhão, já que é um Estado que não dispõe de escritórios locais e regionais da Emater.

Pensar em deixar esse problema sob a responsabilidade do governo do estado seria inviável, dado o volume gigantesco de investimentos que seriam necessários para montar uma rede de atendimento em todos os 217 municípios. Se cada um tomar conta de si, a coisa anda!

O estado também tem que participar, tem que entrar no processo como coadjuvante, auxiliando com os municípios na infra-estrutura de transporte, informática, capacitação de técnicos ou mesmo com a dotação de corpo técnico às suas expensas. Tudo isso poderia ser discutido e obtido através de convênios.

Como sugestão para se deflagrar um processo de desenvolvimento da agricultura em nível de município, com meta de atender inicialmente a pelo menos 400 unidades familiares de produção UFP, sugere-se as seguintes tomadas de decisão, suprimindo o que está exarado no primeiro parágrafo deste documento:

- a) A prefeitura deve estruturar sua Secretaria de Produção tendo um departamento de Assistência Técnica Rural (escritório de planejamento e de extensão rural, conveniado com os Bancos oficiais, de sorte a poder elaborar



projetos e prestar assistência técnica em nível de imóvel e produtor). Com uma estrutura simples, o escritório deverá ter como recursos humanos pelo menos dois engenheiros agrônomos, um médico veterinário, quatro técnicos agrícolas, um assistente social e dois técnicos administrativos com conhecimentos de computação em Excel, Word e Auto Cad;

- b) Ter uma estrutura mínima de transporte composta de 3 motocicletas, um carro adequado para os serviços de campo; dois computadores com impressoras, ligação com a internet, um GPS de navegação e o mobiliário necessário. Se possível deve funcionar em espaço da própria prefeitura, pois dispensa os gastos com aluguel, vigilância, material de limpeza, pessoal que faz os serviços gerais, cafezinho etc., além de aproximar o trabalhador rural da administração municipal.
- c) Criar um fundo de desenvolvimento agrícola, onde a prefeitura municipal destine através de projeto de lei, 0,5% da arrecadação do FPM, 0,5% do ICMS, 10% da receita obtida pelo escritório de projetos e recursos dos convênios com o governo do estado, governo federal, Incra (ATES) para suprir as despesas com o custeio da assistência técnica, deslocamentos, material de expediente, dia de campo, seminários, capacitação de técnicos e de produtores etc.

II) A operacionalização

Com o Departamento de Assistência Técnica criado, o Prefeito e o Secretário de Produção devem partir imediatamente para a formação do quadro de pessoal, que deverá ser através de concurso, recrutando-se dessa forma os melhores.

Uma vez empossados na função, todos os técnicos (níveis superior e médio) deverão fazer treinamentos específicos em elaboração de planos e projetos e de condução e acompanhamento das principais atividades agrícolas demandadas no estado.



Paralelamente deverão firmar convênios com os bancos (Brasil, Nordeste e Amazônia), de forma a poderem apresentar planos e projetos, bem como prestar assistência técnica e poder receber a remuneração por esses serviços na forma do contido no Manual de Crédito Rural.

O estado deveria através da Escola de Governo, juntamente com a Uema, o Sebrae e com os bancos, participar ativamente da capacitação inicial nesta nova fase da retomada da assistência técnica. Se não for possível, o Município deveria contratar consultores (empresas privadas de assistência técnica) para ministrar os treinamentos (passar o conhecimento). A coisa andaria muito mais rápida e os resultados também. O novo corpo técnico aprenderia o que acontece na prática do dia-a-dia.

Os produtos da assistência técnica e extensão rural são muitos e demandam muitas horas de trabalhos dos técnicos envolvidos. Podemos citar a elaboração de projetos, reuniões técnicas com produtores, assistência a nível de imóvel, calibração/regulagem de equipamentos/implementos, medições de áreas, análise de documentos, interpretação de análise de solo, consultas, elaboração de diagnósticos municipais, pareceres técnicos, avaliações, perícias técnica e judicial, organização de associações e cooperativas, perícias de Proagro, levantamento de preços de produtos agrícolas, acompanhamento de análises climáticas, inventário florestal, elaboração de processos para a utilização de uso do solo, averbação de reserva legal, instalação de parcela de experimentos, acompanhamento do mercado agropecuário etc. Como se pode observar, o consultor deve ter conhecimento sobre todos esses assuntos, além do conhecimento agrônômico.

A condução da parte financeira deve ser feita em comum com a Secretaria de Finanças da Prefeitura, acontecendo dentro do orçamento e da disponibilidade de recursos e tendo como ordenador de despesas o Prefeito, que deverá se empenhar para que as demandas sejam atendidas tempestivamente e as ações tragam resultados positivos.



A assistência técnica acontece de forma harmônica quando os três “Cês” estão contemplados, ou seja, C de Condição (financeira), o C de Condução (transporte) e C de Capacitação (treinamento permanente do corpo técnico). Quando essas condicionantes estiverem satisfeitas, as outras coisas acontecerão automaticamente e os resultados serão visíveis já na primeira safra.

III) O que se espera?

- 1) Que os municípios tomem a consciência de que o desenvolvimento da agricultura passa indubitavelmente pela pesquisa tecnológica agropecuária, pela assistência técnica e pelo crédito;
- 2) Que é fundamental e necessária a intervenção do município e sua ativa participação no processo;
- 3) Que os municípios não esperem mais. Que tomem uma atitude urgente e implementem as ações aqui sugeridas, para que se possa dar a arrancada definitiva para o desenvolvimento da agropecuária maranhense;
- 4) Que uma vez implementadas essas ações, haja, ainda na safra 2007/2008, um aumento significativo na produção e na produtividade agropecuária, na arrecadação municipal, melhorias tecnológicas nos eixos produtivos locais, incremento no comércio e na indústria, melhoria de renda e na qualidade de vida;
- 5) Que com isso os municípios estejam preparados para se engajarem nos planos de desenvolvimento dos governos estadual e federal;
- 6) Que novas atividades (irrigação, apicultura, piscicultura, avicultura, suinocultura, ovino-caprinocultura etc.) venham a se somar ao rol de atividades já praticadas nos municípios e que sejam desenvolvidas em bases econômicas e sociambientalmente sustentáveis;



- 7) Que se possa, através do crédito, tecnologias e assistência técnica, reduzir a zero, nos próximos dez anos, esse modelo de agricultura itinerante, baseada em modelos primitivos que usam como instrumental tecnológico a foice o machado e a caixa de fósforo;
- 8) Que se possa acabar com a cultura do fogo, responsável anualmente pela queima de mais de um milhão de hectares no Maranhão, com a emissão de mais de trinta e sete milhões de toneladas de carbono na atmosfera, contribuindo sobremaneira com efeito estufa;
- 9) Que se possa, com o corpo técnico dos municípios, incrementar ações de desenvolvimento estabelecidas no Plano de Governo, como escolas familiares rurais, escolas famílias agrícolas, distribuição de sementes selecionadas, construção de consórcios de produção, combate à febre aftosa e outras zoonoses.
- 10) Que aproveitemos de maneira racional e ecologicamente sustentável os nossos imensos recursos naturais, capazes de tornar a população rural maranhense a de mais alto padrão de vida do país.





INTEGRAÇÃO ENTRE SOCIALISMO, COOPERATIVISMO E SINDICALISMO COMO PRESSUPOSTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Heitor Schuch – PSB/RS

Deputado estadual

As cooperativas e sindicatos são organizações da classe trabalhadora que surgiram, simultaneamente, num processo de resistência e luta dos trabalhadores, durante a revolução industrial, contra a exploração da mais-valia, ou seja, o capitalismo, e são, por natureza e princípios, organizações socialistas. Portanto, podem ou não, na sua prática, estar vinculadas a um projeto socialista de organização social econômica.

No passado, as teses dos socialistas utópicos enxergavam no cooperativismo uma alternativa na qual os trabalhadores, ao mesmo tempo em que organizavam greves, através de seus sindicatos, organizavam-se em cooperativas. Nessa concepção estava a idéia da concorrência com as empresas capitalistas com a finalidade de conquistar o mercado e gerir coletivamente os meios de produção. Robert Owen, um dos principais socialistas utópicos, foi o idealizador do movimento que orientava os sindicatos a criar cooperativas de produção e defendia a criação do que ele denominava de aldeias cooperativas, sob o controle dos trabalhadores. As organizações cooperativas eram vistas como empresas socialistas que, organizadas em associações, constituíram sociedades de produtores associados.

No ano de 1817, Owen no “Relatório à Comissão de Assistência aos Operários Pobres” defendia a tese de um plano completo de reorganização da sociedade, através da união e agrupamentos de pessoas desempregadas em aldeias cooperativas que, por sua vez, desenvolveriam a produção agrícola e industrial.



Embora que na época havia contradições entre os socialistas utópicos, foi uma das pioneiras formulações sobre uma sociedade socialista centrada em organizações cooperativas.

O princípio fundamental das cooperativas era o autocontrole e a autogestão. Gerenciadas de forma democrática e igualitária, com participação de todos os associados. Um instrumento que mais se aproxima dos princípios socialistas como organização social e econômica.

No Brasil e no Rio Grande do Sul, já tem história de mais de um século e teve centrado em poucos ramos do crédito e do agropecuário, em poucas experiências não estiveram vinculados a um projeto socialista. Mais recentemente, a esquerda brasileira enxerga o cooperativismo como um instrumento importante na organização social e econômica. Nós, do PSB, precisamos realizar encontros unificados num mesmo projeto político para fomentar o associativismo. O sindicalismo e o cooperativismo gaúcho e brasileiro também surgem de um mesmo movimento, no início da industrialização, quando os trabalhadores fundaram suas organizações sindicais e associações, com o apoio das lideranças locais e da Igreja, para defender os interesses da categoria e sociedade de crédito mútuo, de consumo e de habitação, entre outras, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento de oportunidades de trabalho, renda, acesso a produtos em condições mais acessíveis, à moradia e organização da produção aos membros associados.

No Brasil, muitas cooperativas surgiram no início do século, inspiradas nas experiências européias, famosas caixas rurais (experiência alemã – Raiffeisen) e também da experiência anarco-sindicalista. Neste período, no Brasil, foram criadas muitas cooperativas e algumas organizadas e denominadas de “mútuas” e, como a própria denominação refere, elas têm como objetivo: a ajuda mútua, com uma estreita relação na luta e projeto político revolucionário.

No Brasil, o modelo que ficou consolidado foi o de um Cooperativismo Conservador, com raras exceções, tinham um viés socialista e de base social forte. Na era getulista, foram formuladas as primeiras iniciativas de legislação



e de regulamentação do cooperativismo. O Governo Militar, mais precisamos no ano de 1971, através da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, definiu a estrutura atual do sistema cooperativista. A legislação brasileira formatada determinou uma estrutura com limites ao desenvolvimento do cooperativismo, com uma estrutura de representação centralizada e controlada pelo Estado, através da coordenação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Esse sistema de representação ainda perdura, embora com a nova constituição de 1988, o Estado tenha saído da tutela do cooperativismo brasileiro. Mais recentemente, em 1998, foi criado pelo governo federal, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), com a finalidade de fomentar o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Mesmo com isso, muitos dirigentes continuam agindo como se o Estado fosse um “tutor”, das cooperativas. Isso é contraditório, na medida em que ela tem princípios básicos que devem ser seguidos durante sua organização e, principalmente, no seu funcionamento operacional de gestão.

Um modelo que se desenvolveu no período da “modernização da agricultura”, baseado na modernização tecnológica, na forte intervenção do Estado, dependente de subsídios do poder público para seu funcionamento que, por sua vez, incorporou uma grande parcela da agricultura familiar aos mercados agrícolas e, em especial, a produção de produtos destinados à exportação. Com isso, elas tiveram um papel na transformação da estrutura do setor agrícola gaúcho e brasileiro, alterando fortemente a base técnica e pela integração de capitais agrícolas industriais e financeiros. O foco principal do fomento era criar escala de comercialização em se tratando de volumes. Ideologicamente, essas cooperativas representavam um discurso conservador da revolução verde e da modernização da agricultura, da qual nós sabemos quais foram os resultados e as atuais conseqüências desse modelo.

No início dos anos 80, com o avanço da crise do setor agropecuário e com a exclusão de muitos agricultores de base familiar, levou à ação de sindicatos, movimentos sociais e igrejas a pensarem na construção de um novo tipo de organização, mais apropriadas e identificadas com as necessidades dos agricultores familiares, nos mais variados segmentos de produção.



Com as transformações no mercado de trabalho e as relações no mundo capitalista, estão desencadeando outras formas de organização do trabalho e da produção. Por iniciativa dos próprios trabalhadores, um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção estão surgindo em todo o Brasil sob diferentes formas de cooperativas, associações e organizações em regime de autogestão.

Por isso, o debate atual do PSB, nos seus congressos estaduais e nacional não prescinde da necessidade de pensar e debater novas formas de promover o desenvolvimento econômico e social, numa estratégia de ampliação de postos de trabalho que passe por políticas nacionais, estaduais e municipais de expansão e fomento, a geração de empregos, desenvolvimento local sustentável e que seja centrado na economia solidária.

No plano político do Partido Socialista Brasileiro, nas ações do MPS, da SSB, do Movimento de Mulheres, da JSB e demais setores do partido e, principalmente, os detentores de mandatos nos executivos e legislativos municipais, compreendam a necessidade de novas formas de organização, que enfrentam o modelo de exploração capitalista dos trabalhadores.

No plano operacional, o organizativo torna-se fundamental nas ações de governo e políticas de desenvolvimento social e econômico com incentivo ao cooperativismo e sindicalismo e que seja inserida uma agenda de articulação e organização de fomento das iniciativas solidárias com os demais aspectos da agenda do PSB, como ação positiva em projetos que visem o combate político às históricas barreiras estruturais das lutas dos trabalhadores do campo e do setor urbano.

Portanto, o desenvolvimento econômico e social através da economia solidária dependerá de condicionantes legais e das políticas públicas que busquem implementar cooperativas no campo da organização da produção, da habitação popular, de frentes emergenciais coletivas de trabalho, de formação profissional, de reciclagem de lixo, entre outras.



Avaliando as transformações da economia. O PSB tem que pensar na construção de um desenvolvimento solidário como uma das estratégias para as ações políticas do Partido, articulado com a base social, as que mais se aproximam das bandeiras históricas.

Nesse contexto, as principais tarefas do Partido são:

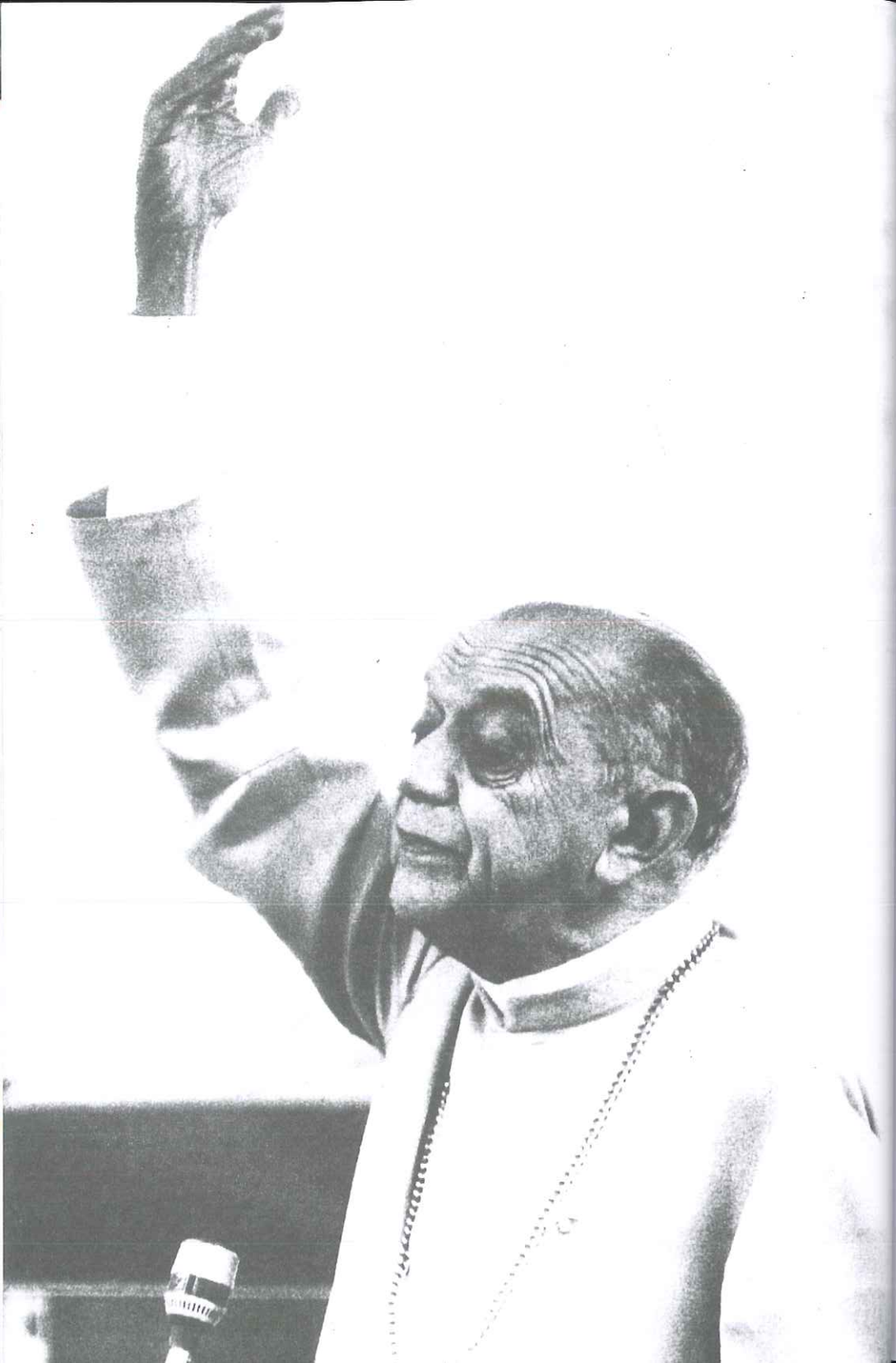
- I. Fazer valer os sete princípios do Cooperativismo (1 – adesão solidária e livre; 2 – gestão democrática pelos membros; 3 – participação econômica dos membros; 4 – autonomia e independência; 5 – educação, formação e informação; 6 – intercooperação; e 7 – compromisso com a comunidade.)

São princípios que se encaixam perfeitamente nos do nosso Partido.

- II. Combater o falso cooperativismo e sindicalismo;
- III. Incentivar a geração de oportunidade de trabalho e renda;
- IV. Implementar um programa de educação e formação em economia solidária;
- V. Criação de um Fundo e Agência de Desenvolvimento Econômico, através de legislação específica, com dotação orçamentária de até 5%, com a finalidade de gerar novas fontes de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir nos municípios e no estado, na construção alternativa de desenvolvimento econômico e social sustentável, democrático com inclusão social.

Pela nova Constituição Federal, foi atribuída aos municípios autonomia não só política, mas também financeira. O PSB, inserido na organização política institucional do país e integrante da estrutura federativa, como agremiação de representação política não pode deixar de colocar na ordem das temáticas o tema Sindicalismo e Cooperativismo como instrumentos fundamentais no desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, com essa ponderação, pretende-se contribuir com o debate do nosso congresso estadual e como alternativa para promoção do desenvolvimento econômico e social do estado e do país, tendo por passe o desenvolvimento local solidário.





PROGRAMA DE GOVERNO PARA MUNICÍPIOS

Luiz Carlos Lima Almeida – PSB/MA

Engenheiro Agrônomo

Consultor Agropecuário e Ambiental

Secretário de Política Agrícola e de Meio Ambiente do PSB/MA

O tema é bastante apropriado para esta época que antecede as eleições de outubro próximo.

Em 1º de janeiro, os novos prefeitos e os reeleitos serão conduzidos ao mais importante cargo da administração pública, pois a eles será conferida a responsabilidade de administrar o orçamento municipal.

Durante quatro anos, salvo por morte, *impeachment* ou renúncia, o prefeito terá o poder outorgado pelo povo, através do voto depositado nas urnas, de conduzir bem ou mal o orçamento público. É uma responsabilidade muito grande tanto para os que vão votar quanto para os que vão ser eleitos.

O candidato a prefeito, com a sua possível eleição, deve se preparar para o cargo. Deve conhecer os mecanismos de gestão pública, a lei de responsabilidade fiscal, a lei orgânica do seu município, ter em mente o quadro de pessoal técnico que irá assessorá-lo e sobretudo ter a visão das necessidades e anseios da população de seu município. Surge a necessidade do planejamento. O planejamento é um instrumento dinâmico da administração.

Deve sofrer os ajustes sempre que houver necessidade. Não é uma coisa imutável. As situações conjunturais, orçamentárias e/ou políticas vão exigir ao longo da gestão adaptações no modelo administrativo adotado. É o que se chama de correções de rumos.

O planejamento público nasce ainda na campanha, com o Programa de Governo.



Aqui estamos falando de PROGRAMA DE GOVERNO PARA MUNICÍPIOS.



O Diagnóstico Municipal é o mais importante instrumento do Planejamento Público. É por ele que se vai conhecer a realidade do município e todos os pontos fortes e fracos. A vocação econômica e os anseios da sociedade.

Qual a situação da educação, da saúde, da infra-estrutura, da segurança, das instituições, dos programas sociais, da produção agrícola, da produção industrial e dos setores do comércio e de serviços.

Como está organizado o município. Se tem código de postura, código do meio ambiente, plano diretor, se tem os conselhos de desenvolvimento rural sustentável, de educação, de saúde etc.

Como se encontra a situação econômica e financeira da prefeitura. Como é que estão as obrigações com o INSS, com os fornecedores, com os projetos que receberam verbas estaduais e federais, com os repasses para a saúde (SUS), educação (Fundeb), a arrecadação própria etc. Enfim, como está a cumbuca onde o eleito vai colocar a mão.



O diagnóstico é construído a partir das informações que se dispõe nos sites do IBGE, dos governos estadual e municipal, e de pesquisa local através de questionários aplicados na comunidade. Deve ser elaborado por uma equipe heterogênea formada no âmbito do partido, por pessoas capacitadas para tal.

Uma vez construído o diagnóstico e identificados os anseios da coletividade, elenca-se todos os projetos que possam ser implantados durante os quatro anos de governo. Esse conjunto de projetos passa a ser Programa de Governo do candidato

PROGRAMA DE GOVERNO

No exemplo a seguir, organizamos os diversos projetos em três programas, a saber:

I – Programa de apoio à produção e à comercialização

- 1) Projeto de municipalização da agricultura.
 - 1.1 Subprojeto – Criação do Escritório Municipal de Assistência Técnica Rural;
 - 1.2 Subprojeto – Casa Familiar Rural.
- 2) Projeto de apoio à ovino-caprinocultura (distribuição de matrizes e reprodutores e assistência técnica para famílias de baixa renda).
- 3) Projeto de criação da Feira do Produtor.
- 4) Projeto de incentivo à piscicultura (abertura de tanques e assistência técnica).
- 5) Projeto de incentivo à irrigação e formação de pequenos pomares.
- 6) Projeto de mecanização agrícola e melhoria tecnológica das explorações.
- 7) Projeto de Assentamentos de Famílias Rurais.

II – Programa de melhoria de infra-estrutura econômica e social

- 1) Construção e/ou melhoramentos das estradas que ligam os povoados à sede do município.
- 2) Construção do estádio de futebol.
- 3) Melhoria e/ou reforma do ginásio de esportes.
- 4) Construção de avenida com passeios, praças e áreas de lazer.



- 5) Melhoria de ruas e avenidas.
- 6) Melhoria da iluminação pública.
- 7) Construção e recuperação das escolas rurais e urbanas.
- 8) Relocalização/construção do mercado público.
- 9) Melhoria de rede d'água e ampliação da estação de tratamento.
- 10) Recuperação/despoluição dos riachos Lava Cara, Caetano e Bacaba.
- 11) Relocalização/construção da Rodoviária.
- 12) Melhoramento e nivelamento das calçadas.
- 13) Construção da rede e da estação de tratamento de esgotos.
- 14) Construção do aterro sanitário.
- 15) Construção do incinerador de resíduos hospitalares.
- 16) Construção e melhoria dos postos de saúde.
- 17) Construção/ampliação do hospital.
- 18) Construção de poços artesianos e caixa d'água nos povoados.
- 19) Criação de distrito industrial.
- 20) Incentivo à instalação de indústrias de vestuários, calçados etc.

III – Programa de apoio institucional

- 1) Organização das Associações Comunitárias Urbano e Rurais.
- 2) Organização dos Conselhos de Saúde, Social, Rural, de Meio Ambiente, de Educação etc....
- 3) Preparação de mão-de-obra nos diversos segmentos econômicos.
- 4) Cursos de artesanato.
- 5) Escolinhas de esportes (judô, futebol, ginástica, capoeira, atletismo etc...).
- 6) Escola de música e banda musical.
- 7) Escola de artes para jovens e idosos.
- 8) Construções e instalações de creches.
- 9) Incentivo a instalação de hortas comunitárias, familiares e escolares.
- 10) Feiras de artesanato.
- 11) Organização de cooperativas de produção.



SOCIALISMO, MISCIGENAÇÃO E BRASILIDADE

Pelas bases o Partido cresce, pelas bases o PSB se fortalece!

Cláudio Valverde Santos

(Secretário de Finanças da Executiva Estadual do PSB/SP)

Francisco Amaro Gurgel Filho

(Secretário Especial da Executiva Estadual PSB/SP)

Pedro Marcello

(Secretário de Comunicação da Executiva Estadual do PSB/SP)

Pelas bases o Partido cresce

Nesses anos de militância junto ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) no estado de São Paulo, nos diferentes segmentos partidários nos quais atuamos, seja como dirigentes estaduais do Partido, da Juventude Socialista, no processo de formação política ou de comunicação do PSB, de forma recorrente temos insistido que o crescimento e o fortalecimento do Partido se faz pelas bases partidárias.

Essa visão da ação orgânica do Partido tem como fundamento o planejamento estratégico e a formulação de rumos. Previsão das ações como meio eficaz de implantar o ideário socialista, constante no Programa do PSB, o qual lutamos para ver triunfar.

Nos últimos congressos nacionais tratamos dessas idéias com as teses “Pelas bases o Partido cresce, pelas bases o PSB se fortalece”, contudo as recentes experiências partidárias acumuladas ao longo dos anos fizeram com que inseríssemos no debate, além das questões de organização partidária, o conceito de socialismo brasileiro que quase sempre não é debatido nos fóruns internos.

Hoje entendemos a idéia de socialismo brasileiro sob o corte geográfico, ou seja, somos socialistas brasileiros porque nossa militância está localizada no Brasil. Mas o socialismo presente em nosso programa e nos corações de nossos fundadores, líderes e dirigentes é o socialismo que é brasileiro porque tem identidade com o nosso povo, com nossa gente.



Se considerarmos a atividade partidária fundamentada em três pilares básicos: IDÉIA, AÇÃO e ESTRUTURA, veremos recentes e expressivas vitórias no campo estrutural e no da ação partidária. Por isso, esta contribuição tende a incentivar o debate do ideário do PSB, centrado na identidade do povo brasileiro e no papel da miscigenação no processo de formação da gente brasileira.

Um socialismo mestiço

Darcy Ribeiro, Jorge Amado, Roquete Pinto, Joaquim Nabuco, Silvio Romero, dentre outros, já teorizaram sobre a miscigenação da nossa gente e sua característica multicultural. Homens públicos da envergadura moral de Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes e João Amazonas também fizeram política e partido tendo como razão maior: o amor pelo Brasil e por seu povo.

Mas acreditamos que nossa militância dentro do PSB deve estar centrada em consolidar o socialismo como sistema econômico e a miscigenação como forma de relação humana deste sistema. Transformar a experiência brasileira de miscigenação numa teoria política.

A consolidação do ideário socialista brasileiro incluirá formação doutrinária e ações concretas na luta política diária, até criarmos uma vontade coletiva social favorável ao ideário do PSB. A grandiosidade do Brasil não está apenas em suas dimensões, suas riquezas naturais e minerais, nem tão só em seu potencial econômico e político. O tipo de relação humana que o Brasil adotou, baseado na mistura de raças, povos e inteligências, hoje está integrado à própria identidade do brasileiro. É um modelo aplicável a qualquer nação do mundo.

Para que tenhamos novos êxitos na luta política necessitamos formar quadros resolutos. A vitória de programa socialista só será possível se enviarmos os mais corajosos e os mais competentes, com capacidade de organização e luta. Os socialistas do PSB devem ser mensageiros deste socialismo abasileirado, mestiço e moderno. Deve ser este nosso novo pensar. Nosso novo agir.



Como disse Arraes, “não se pode mudar o mundo unindo um só Partido. Devemos unir o povo em torno de idéias”. Na sociedade brasileira há movimentos organizados que têm debatido com intensidade essas idéias que há anos estão presentes na formulação do PSB, como é o caso do Movimento em Marcha (MM), com o qual temos convivido em São Paulo. Como estes, há muitos mais, com os quais o PSB e seus militantes podem contar na empreitada de unir o povo em torno de sua própria identidade.

Brasilidade: aquilo que nos faz iguais

Um valor indiscutível da sociedade brasileira é a sua identidade de povo. Há algo tão forte nisso que é comum vermos estrangeiros de várias matizes que, ao conviverem com brasileiros, testemunharem ter-se abrigado. Claro que outros países também têm seus elementos de identidade. O que dá uma característica única à nossa brasilidade é que ela é um elemento de identidade aberto, inclusivo, fraterno e solidário.

Acreditamos que o socialismo que o PSB leva à sociedade brasileira é a teoria política com mais viabilidade de consolidar-se no Brasil porque tem íntima identidade com o processo de formação do povo brasileiro e com seus valores de paz, fraternidade e solidariedade.

Só pode ganhar corações e mentes, aqueles que estão plenamente convencidos da mensagem que apregoam. É preciso apaixonar-se, para assim apaixonar os outros em nossa volta. O PSB é Partido do Brasil e dos brasileiros. Sob essa idéia devemos centrar o projeto nacional do Partido de eleger o próximo presidente da República.



Depois de um nordestino que foi a São Paulo vencer as adversidades para tornar-se o primeiro presidente operário da história do país, o caminho a percorrer pelo PSB na sucessão do presidente Lula é oferecer ao povo brasileiro a opção de eleger um paulista que foi ao Nordeste, fez carreira política vitoriosa



e vida pública honrada. Um homem que escolheu renunciar a sua postulação presidencial para dar suporte ao atual governo.

Alguém que nunca, mesmo nos momentos mais difíceis, deixou de ser a voz mais firme e presente na defesa incondicional das conquistas do Governo Lula. Um companheiro comprometido responsavelmente em avançar nas áreas onde o povo ainda espera por mudanças.

Nosso sentimento de brasilidade nos faz acreditar e defender que o Brasil miscigenado merece Ciro Gomes presidente, e um governo federal onde o PSB reúna, além dos partidos do Bloco de Esquerda, os demais partidos do campo progressista.

Socialismo, Miscigenação e Brasilidade

Pelas bases o Partido cresce, pelas bases o PSB se fortalece!





SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA REDE DE ENSINO

Hilberlene Barbosa Santos

*Graduada em Pedagogia com Habilitação em Magistério e
Administração Escolar pela Universidade Federal do Maranhão,
Pós-Graduada em Supervisão Escolar pela Universidade
Salgado de Oliveira – RJ e em Metodologias Inovadoras
Aplicadas à Educação (cursando) pelo Instituto de
Ensino Superior Franciscano – IESF/MA.
Presidente do PSB de Presidente Juscelino – MA*

1. Preâmbulo

Focalizando como princípios SOCIALISMO e LIBERDADE, um governo socialista deverá ter como pilares: democracia, justiça social, ética, cidadania, desenvolvimento sustentável e paz. Desta forma, espera-se, basicamente, de uma administração do Partido Socialista Brasileiro a seguinte política:

- que proponha meios para incentivar e garantir a participação popular na gestão do município;
- que promova o desenvolvimento local economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado;
- que prime pela melhoria da qualidade de vida da população, resgatando a dignidade humana do seu povo;
- que garanta a transparência nos investimentos em educação, saúde, habitação, transporte coletivo, saneamento básico e demais serviços públicos que beneficiam a população;
- que respeite e preserve o meio ambiente (mananciais e áreas verdes) e patrimônio histórico local;
- que garanta a liberdade de expressão das pessoas e sobreponha a igualdade de direitos e deveres acima dos interesses particulares;
- que valorize e incentive a produção cultural e artística do seu povo;

Entendendo ser estas as diretrizes que vão nortear todo o programa de governo do município, sugere-se que o planejamento de suas ações siga a pauta seguinte:



1. CONHECIMENTO DA REALIDADE LOCAL – análise conjuntural – estabelecer um instrumento sério e eficiente que permita uma espécie de realidade do município em suas diversas dimensões (aspectos econômicos, educacionais, políticos, sociais, ambientais, culturais, geográficos e relacionados à saúde populacional) para que favoreça um planejamento real e efetivo de suas ações.
2. IDENTIFICAÇÃO DOS ANSEIOS DA POPULAÇÃO – projetar, estrategicamente, ações que venham responder às necessidades e ao ideário da comunidade;
3. ARTICULAÇÃO COM OS DEMAIS PODERES CONSTITUÍDOS E COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA – ampliar a discussão e a participação no estabelecimento de políticas e estratégias para o desenvolvimento do município. Envolvendo a sociedade democraticamente estará, ao mesmo tempo, valorizando-a e a comprometendo com sua gestão.

Tendo estes pressupostos como pano de fundo, apresentar-se á a seguir, uma proposta para a área educacional, acreditando ser a educação a maior bandeira de luta para o desenvolvimento sustentável, a desalienação do povo e a construção de uma sociedade realmente socialista.

2. Apresentação da proposta

No campo educacional, mais precisamente no processo ensino-aprendizagem, a prática avaliativa constitui-se um momento privilegiado de diagnose ao mesmo tempo em que permite um replanejamento do trabalho realizado no interior das escolas. Se o foco se amplia um pouco mais é possível, inclusive, possibilitar um redirecionamento da própria gestão escolar, em vistas do alcance dos objetivos institucionais.

Nesta perspectiva de conceber a avaliação como um instrumento valiosíssimo para a gestão da educação, duas situações são imprescindíveis. A primeira é ter claro qual projeto se quer construir. Aonde se quer chegar? Qual o perfil



de educador que se quer atuando na rede municipal? Qual perfil de educando se pretende formar? Em quais circunstâncias (infra-estrutura das escolas, recursos disponíveis, currículo etc.) acontece o ensino no município e quais propostas de melhoria serão oferecidas?

Todos esses questionamentos e outros mais que poderão surgir indicam a necessidade de se construir o Projeto Político-Pedagógico da Rede. Um instrumento que será a referência para todas as escolas da rede de ensino do município deverá ser elaborado participativamente, envolvendo todos os segmentos que configuram a comunidade escolar. Nele serão estabelecidas as metas e os programas da educação municipal no governo socialista.

A segunda situação a que me refiro, está diretamente ligada a primeira que é exatamente o acompanhamento da execução do Projeto Político-Pedagógico. Para tanto, e aqui está exatamente o foco desta tese, propõe-se a implementação de um Sistema de Avaliação da Rede de Ensino Municipal, a quem denominaremos de SAREM.

2.1 Objetivos do SAREM

O SAREM será realizado anualmente e aferirá, além do rendimento escolar dos alunos, o desempenho dos professores. Os resultados da avaliação serão colocados à disposição dos educadores, gestores e da sociedade, a fim de subsidiar a projeção de ações que superem os problemas de aprendizagem e a proposição de situações de ensino cada vez mais significativas para os alunos, além, ainda, de instrumentalizar a comunidade para uma participação mais efetiva da gestão da escola, tendo em vista o seu aperfeiçoamento. Desta forma, a sociedade civil poderá acompanhar melhor e fiscalizar os serviços educacionais oferecidos à população, bem como efetuar novas demandas.

Além dos supracitados, o SAREM terá ainda como objetivo estimular a qualidade da educação municipal, despertando os alunos para a responsabilidade com seus estudos e os professores para o compromisso com o ensino público e sua carreira profissional.



O SAREM constitui, assim, uma espécie de “bússola” para a orientação da Secretaria Municipal de Educação, especialmente no que diz respeito aos investimentos na capacitação dos profissionais do magistério e nas necessidades mais evidentes das escolas, tendo como meta principal a melhoria da qualidade educacional.

2.2 Como será aplicado o SAREM?

Como já foi dito, o SAREM abrangerá duas dimensões: o rendimento dos alunos e o desempenho do professor. Assim, serão aplicados dois instrumentos diferentes. As séries alvo da aferição serão o 1º, o 5º e o 9º anos do Ensino Fundamental e a 3ª série do Ensino Médio. Já para a categoria docente o foco será em torno das experiências pedagógicas mais inovadoras, significativas e relevantes.

Na avaliação dos alunos o SAREM enfocará competências e habilidades cognitivas nos componentes curriculares das áreas de Ciências da Linguagem e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas, a partir das propostas nacionais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e dos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais. Os instrumentos serão de caráter objetivo e propõem um tema para Redação do tipo narrativo-descritivo para o Ensino Fundamental e dissertativo-argumentativo para o Ensino Médio.

Na avaliação dos professores poderá participar qualquer docente de qualquer nível de ensino da rede municipal, independente da localização de sua escola. Haverá uma inscrição das experiências mais relevantes que deverão atender a critérios didático-pedagógicos pré-estabelecidos consoantemente com o Projeto Político-Pedagógico da Rede. A avaliação será feita por uma banca composta por membros da Secretaria Municipal de Educação e especialistas convidados que deverão além de, analisar o projeto escrito e a apresentação dos resultados, proceder com uma observação in loco e até aplicar instrumentos de sondagem para verificarem os resultados alcançados, se acharem necessário.

Critérios como originalidade, atendimento à demanda, possibilidades de construção e produção de conhecimento, nível de abrangência, atuação dos



alunos, organização do projeto e controle dos resultados, assim como outros que possam ser acrescentados, serão avaliados no desenvolvimento do projeto. A apresentação do projeto e seus resultados serão feitos oralmente pelo professor autor do projeto para a banca julgadora.

2.3 Divulgação dos resultados

Os resultados do SAREM tanto na categoria discente como docente serão divulgados em âmbito municipal através de impressos da Secretaria Municipal de Educação. Deverão ser destacados e premiados os três primeiros lugares de cada categoria. Será instituído o Prêmio Tope do Ano que será entregue em cerimônia especial. Além do título, sugerem-se alguns prêmios, como: para ALUNOS: kits estudantis (livros, dicionários, mapas etc.); computadores; cursos de informática/inglês; viagem educativa (visitar bibliotecas, museus, laboratórios, teatros, universidades, exposições etc.). E para PROFESSORES: participação em congressos, seminários ou simpósios regionais; bônus em dinheiro ou abono ao longo do ano; kits de trabalho (livros, dicionários, mapas, etc.); computadores; cursos de pós-graduação; viagem educativa (visitar bibliotecas, museus, laboratórios, teatros, universidades, exposições etc.).

3. Considerações finais

Compreende-se que o Sistema de Avaliação da Rede de Ensino Municipal (SAREM) será uma ferramenta de suma importância dentro de uma gestão socialista, uma vez que envolve a sociedade democraticamente na formulação de políticas públicas no campo educacional e subsidia o investimento adequado dos recursos em prol da melhoria do ensino oferecido.

Pressupõe-se que esta iniciativa provocará um movimento de competição salutar na rede de ensino, fazendo destaque às experiências pedagógicas, que até então, não têm recebido o merecido reconhecimento, além de gerar na comunidade estudantil local uma expectativa de superação de desafios, situação esta que funciona como propulsora do desenvolvimento intelectual humano.

O tratamento aos resultados obtidos pelo SAREM poderá ser feito de diversas formas. Muitas adaptações podem ser procedidas, desde a formatação



do Sistema. De repente, será mais conveniente inscrever a Escola em vez do professor ou quem sabe, na divulgação dos resultados da avaliação discente se enfatizar o nível de cada Escola e não apenas dos alunos... O mais importante de tudo é que a avaliação dos serviços educacionais desenvolvidos pelo município seja feita.

Eis uma proposta! Que sejam feitas as adaptações.





PERSPECTIVAS DO PSB NO PACTO SOCIAL DO GOVERNO LULA

Sebastião José Balarini – PSB/ES

Vice-Prefeito, Vitória-ES

E-mail: sjbalarini@vitoria.es.gov.br

A tese, aqui defendida, contempla as condições que se apresentam para o crescimento do PSB, como integrante da coalizão que sustenta o Governo Lula, destacando que essas condições se apresentam deveras promissoras, mas trazem um ingrediente de risco que precisa ser enfrentado e eliminado.

O sucesso da política econômica, embora tenha ensejado índices de popularidade elevados para o governo como um todo e para o presidente em particular, não tem sido suficiente para fortalecer a base política que o sustenta. Restam crises quase sistêmicas que vêm assolando tanto os componentes do governo diretamente, quanto integrantes da base parlamentar que lhe dá sustentação no Congresso.

Desde o início do primeiro mandato, os dois componentes principais, o econômico e o político, percorrem caminhos próprios, quase sempre diversos e inconciliáveis.

No componente econômico, destaca-se a relação direta do governo com as elites econômicas nacionais que se deslocaram do apoio ao governo anterior, sem nenhum constrangimento, em prol de um projeto de desenvolvimento com responsabilidade fiscal; o que fica evidente na composição ministerial das áreas econômicas (fazenda, indústria, comércio exterior e agronegócio). Projeto este que, além de consolidar a economia do país, com crescimento da renda e do emprego, controle da inflação e redução da dependência externa (destaque para o *investment grade* recentemente conseguido), fortaleceu os ganhos capitalistas de forma vigorosa e continuada por todos esses anos (vide ganhos do sistema financeiro, das empresas exportadoras, da indústria automobilista etc.).



Os ministérios da área social, por sua vez, compõem a recíproca inversa, sendo todos ocupados por setores ligados ao trabalho e às instituições sociais e comandam projetos destinados a minorar os graves problemas que afligem a maioria da população brasileira. Projetos estes que vêm fazendo toda a diferença, reduzindo o grave problema da fome, da falta de moradia, da baixa formação profissional, da péssima distribuição da renda. Isto é, fazendo o contraponto ao modelo concentrador herdado do governo anterior, mas mantido e ampliado, condutor da área econômica.

Por isso, a dinâmica da disputa entre capital e trabalho, aqui representada enquanto política econômica e política social do governo, passa a ser endógena ao Estado. Tal composição, ou pacto social, não se deu de forma natural ou automática, mas representou uma construção política e uma meta de governo, consubstanciada na “Carta ao Povo Brasileiro” divulgada durante a campanha eleitoral, ainda na eleição para o primeiro mandato. Mas, embora a representação política dos setores controlados pelo capital tenha sido, freqüentemente, ligada aos partidos de centro e direita, o posicionamento destes setores não representou um descolamento daqueles partidos, que continuaram na oposição. Representou, apenas, a comprovação de que tais atores não se prendem a ideologias e podem se valer de qualquer governo e que os partidos, do ponto de vista capitalista, importam muito pouco: o que interessa é a proximidade do poder, o controle da política econômica e os lucros daí auferidos.

Esse pacto social não negociado formalmente, a despeito de funcionar muito bem do ponto de vista econômico, com resultados acima do esperado pela maior parte dos brasileiros, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico, quanto da melhoria da questão social, traz em seu bojo um problema estrutural de sustentação do governo. A aproximação com a elite econômica não conduziu ao respectivo apoio político no Congresso Nacional, pois os principais partidos de centro-direita (PSDB e DEM) não se aproximaram da base de sustentação do governo, muito pelo contrário, formam o bloco ferrenho de oposição.



Como a base de sustentação original do governo (PT e PSB, acrescida depois do PDT), representada pelos setores ligados ao trabalho e segmentos sociais, não dispõem de musculatura suficiente para garantir maioria no Congresso Nacional, a governabilidade fica comprometida.

Não basta ao Executivo ter boas intenções e bons projetos. Precisa de maioria no Legislativo para governar com tranquilidade. E essa maioria não se constrói mecanicamente, depende de uma base de sustentação comprometida com um projeto de governo, negociado com partidos responsáveis e participativos.

Assim, como o pacto social apresentou a característica de ser transversal às forças políticas e não deu conta de resolver o problema da governabilidade, o Executivo ficou, num primeiro momento, à deriva, dependendo da negociação projeto a projeto. A coordenação passa a envolver não apenas os partidos, mas também, as facções dentro dos partidos, os interesses corporativos e, até mesmo, os interesses individuais dos parlamentares.

Num segundo momento, diante da dificuldade de administrar uma maioria tão caótica e dependente das conjunturas momentâneas, o governo passa a atrair novos partidos, não comprometidos com o programa desenvolvido, e a incentivar a migração de outros parlamentares para a ampliação desses partidos, na tentativa de montar uma base de sustentação mais ampla, segura e confiável. Isto levou ao inchaço da coligação, com o crescimento dos partidos da nova base. Mas se tal base, composta de vários partidos fisiológicos, abarrotados de novos governistas, se tornou mais ampla, deixou de ser mais segura e, especialmente, mais confiável.

As nomeações para cargos importantes do Executivo ficaram, assim, à mercê de indicações nem sempre criteriosas do ponto de vista ético e, muitas vezes, não comprometidas com os interesses do governo e de seus grupos de apoio. Daí a descambar para as apropriações indébitas, negociatas e malversação dos recursos públicos, foi um pulo. A sucessão de escândalos (quando será o próximo?) deixa o Executivo cada vez mais preso, mercê de uma maioria fluída, fisiológica e gananciosa.



Diante do fato de que o tamanho do eleitorado deve ser tomado como definido, pois só se expande marginalmente, um partido só pode crescer na medida em que, ou o eleitorado mediano se desloca na sua direção, ou o partido vai ao encontro desse eleitorado. Nesse processo, obviamente, um partido esbarra e desloca o outro, à esquerda ou à direita. A entrada do governo com suas políticas sociais nas áreas mais carentes do eleitorado, tanto urbano quanto rural, está desalojando os partidos de direita, hoje na oposição, especialmente o DEM, originário e herdeiro das benesses públicas, desde a época do regime militar. Prova disso é a queda de oligarquias consolidadas, ocorrida nas últimas eleições.

Esse espaço vem sendo ocupado, em primeiro lugar, pelo PT que, além de carregar a carga genética do Presidente da República, por si só um tremendo propagador do governo e, por consequência, do partido, vem se deslocando para o centro político, abandonando, pragmaticamente, as teses mais controvertidas de extrema esquerda. Obviamente, esse deslocamento tem um preço, como a perda de sua ala mais radical com a criação do PSOL, mas o ganho, em termos estritamente eleitorais, vem se mostrando mais do que compensador.

Em segundo lugar, esse espaço também vem sendo ocupado, e com uma ganância e uma eficiência ainda maiores, pelo PMDB. Esse partido que, durante o primeiro mandato, se manteve numa posição ambígua, parte governista, parte oposicionista, vendendo o seu apoio a troco de nomeações e verbas públicas, bandeou-se de vez para o governo, com a clara intenção de se apropriar da maior parte possível desse bolo eleitoral, agora disponível. E tem tudo para suplantar o crescimento do próprio partido do governo, dada a sua maior capilaridade e sua conhecida forma pouco ortodoxa de fazer política.

Diante desse quadro, descrito de forma simples e resumida, quais são as perspectivas de crescimento para o PSB? Quais os espaços abertos para esse crescimento? Que estratégias devem ser empreendidas nessa conquista? E, particularmente, quais os riscos que devem ser minimizados? Embora esses ingredientes já estejam identificados nos parágrafos anteriores deste texto, faz-se importante destacá-los e realçá-los, a título de conclusão.



As condições para o crescimento do Partido estão evidenciadas, em primeiro lugar, no deslocamento dos partidos conservadores das suas bases mais tradicionais, abrindo espaços junto ao eleitorado mais carente, tanto na área urbana, quanto nos rincões mais afastados. Como esse é um espaço que todos os partidos da base aliada estão buscando ocupar, para ser vitorioso, o PSB precisa, sem abandonar sua linha ideológica, traduzir as suas posições em linguagem mais simples e direta, fazendo o seu discurso chegar à compreensão daqueles eleitores menos letrados e mais preocupados com a sobrevivência do dia-a-dia, mais do que com as formulações teóricas e distantes.

Em segundo lugar, as condições para o crescimento do Partido devem ser buscadas no deslocamento do próprio PT em direção ao centro político. O PSB, com sua história de lutas defendendo o socialismo democrático, se gabarita a ocupar o espaço deixado vazio entre os extremismos ideológicos dos pequenos partidos à esquerda e o pragmatismo dos partidos de centro, incluído agora o PT. Para isso, precisa reforçar sua atuação juntos aos grupos politicamente participativos e ideologicamente definidos, formadores de opinião, identificados com o socialismo democrático.

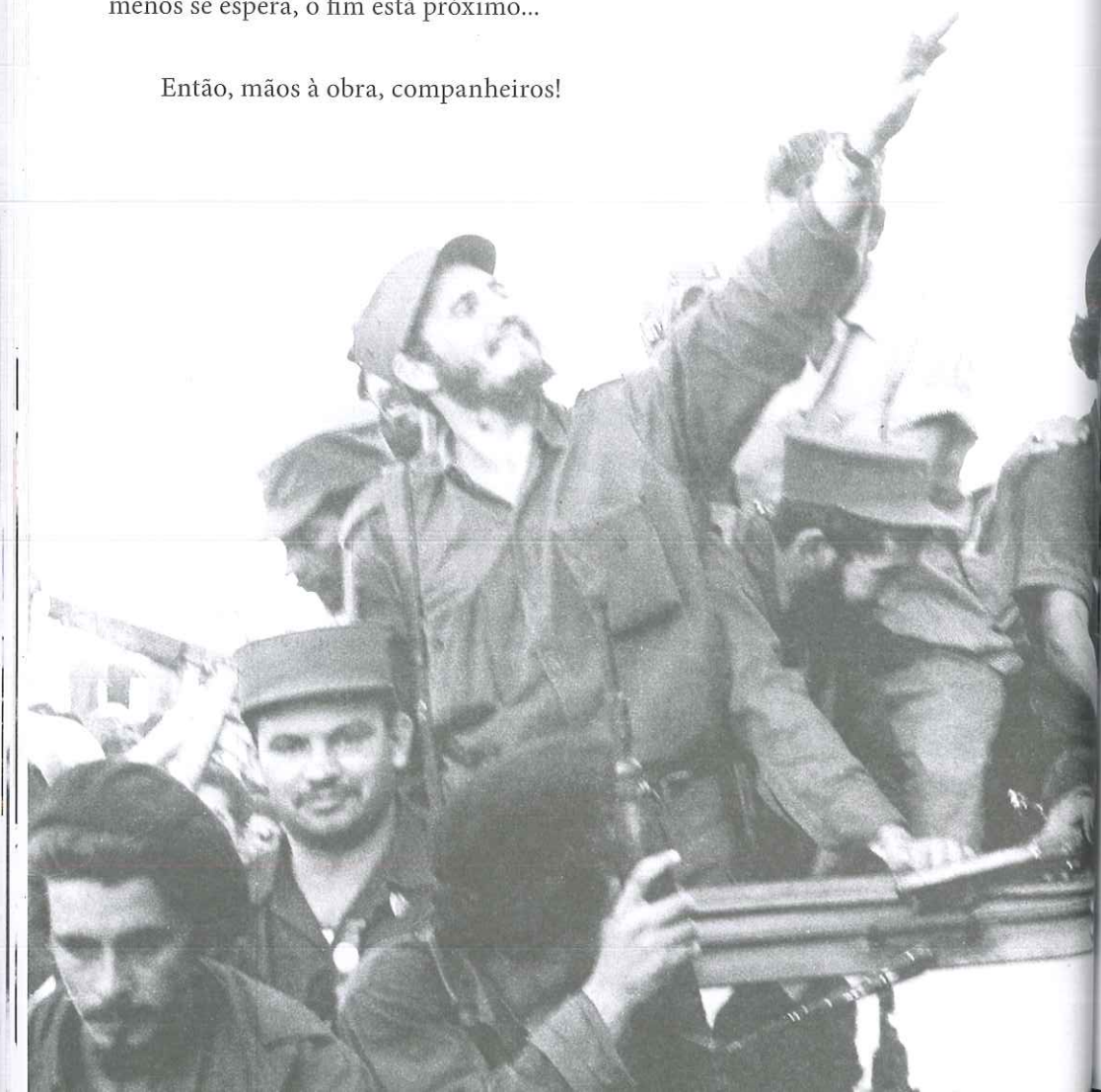
As oportunidades são realmente promissoras, mas os riscos apresentam-se igualmente imponentes e ameaçadores. A guinada do PT para o centro, na campanha e no governo, ocorreu concomitantemente ao deslocamento de parte considerável do eleitorado mediano para a esquerda. A turbulência no espectro partidário, resultante desses dois movimentos simultâneos, representa uma ameaça para aquelas forças que estão no entorno do PT, pois serão estas que poderão vir a ser engolidas pelo crescimento deste. Esses partidos medianos situados tanto à esquerda quanto à direita, encontram-se, assim, em uma posição comparável ao “dilema do prisioneiro” (da Teoria dos Jogos), pois a cooperação solícita e sem restrições implica em aumentar o peso do governo e, por consequência, do seu partido majoritário, cedendo-se-lhe espaços importantes do eleitorado. Mas a derrota do governo, por sua vez, levará à redução dos campos disponíveis para todos os partidos da base.



Parece evidente, portanto, que a melhor estratégia de crescimento que se apresenta para o PSB está vinculada ao apoio ao Governo Lula, mas sem vinculação irrestrita ao PT. Na medida do possível, nestas e nas próximas eleições, o Partido deve lançar candidaturas próprias procurando, inclusive, o apoio de outras forças políticas, até mesmo daqueles partidos que não compõem a base do governo. A tarefa de preservar a pureza da base deve caber, exclusivamente, ao próprio partido do governo, pois só a ele interessa.

A sombra do poder inebria, enfraquece, vicia; reduz o ânimo para a luta, consolida a zona de conforto, estabelece o dilema, o paradoxo... E, quando menos se espera, o fim está próximo...

Então, mãos à obra, companheiros!





TESE DO MOVIMENTO NEGRO SOCIALISTA DO PSB

Valneide Nascimento dos Santos – PSB/ES

Secretária-Geral e Nacional em Exercício

Jorge Santos de Jesus – PSB/BA

Secretário Nacional de Organização

PSB contra o preconceito, a discriminação racial negativa e o racismo: a favor das cotas, inclusive a eleitoral interna e, futuramente, a externa, pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial com o seu respectivo Fundo e pela denominação de Negritude Socialista Brasileira para o segmento em todos os níveis.

Apresentação

Em que pese o fato e o grandioso esforço dos institutos de pesquisas do governo, bem como os da iniciativa privada se esmerarem em produzir e editar as mais reveladoras pesquisas que, indubitavelmente, demonstram e afirmam a existência do racismo contra o povo negro no Brasil, por incrível que possa parecer, os defensores da nefasta prática sempre se levantam na defesa dos seus seculares privilégios, tergiversando e querendo nos fazer crer que “tudo isso não passa de uma situação vivenciada no passado e que não merece nenhuma credibilidade nos dias e momentos atuais”.

Ora, a quem serve a desqualificação das políticas afirmativas e reparatórias? Quem serão os beneficiários diretos desta malfadada ação? Será que o Estado brasileiro estaria preparado para indenizar cada cidadão e cidadã negro e negra, desde o seqüestro na África às conseqüentes mazelas impingidas a estes e estas nos tumbeiros? E os suicídios em função de tão desagregadora situação, a quem recorrer? Os danos de toda ordem, irreparáveis tais quais as impagáveis dívidas creditadas por conta do trabalho escravizado? Parece-nos que o abrupto ‘acolhimento pós escravização’ é a recompensa de tão devastadora ação contra a nossa saúde física e psíquica.

A República Federativa do Brasil, para se constituir de fato e de direito, omitiu e incinerou – contribuição de um dos “maiores pensadores”, arquiteto do



programa de negação, desconstrução e descontinuação da raça escravizada – as provas cabais da escravização negra no Brasil, situação que o elevou à condição de “Águia de Haia”. A sobra de tal benevolência resultou na preservação de alguns poucos documentos que esporadicamente aparecem em museus, quando da celebração do fatídico 13 de maio, um embuste de triste lembrança.

Apesar de toda a contradição vivenciada pelo povo originário do continente Mãe do mundo e da humanidade, nos alegra saber que o Partido Socialista Brasileiro – PSB, detentor de historiografia singular a serviço das causas sociais, transcreve e registra em seus documentos formadores e fundamentadores a preocupação com as maiorias desassistidas, ou seja: as chamadas minorias, denominação equivocadamente praticada por nossos pares e outros desafetos nos parlamentos brasileiros. A questão racial negra, mesmo que de maneira tímida e cuidadosa, sempre permeou as conversas e os embates e debates socialistas à brasileira. Será que João Mangabeira e seus companheiros agiriam como alguns dos continuadores do nosso PSB, indecorosamente, agem hoje? A política é simplesmente o ato de utilizar-se das pessoas e, saciados os seus desejos e interesses, como fazem as corporações, descartá-las depois? O PSB, diferentemente de muitos outros partidos, pode ensinar uma nova realidade na política brasileira. Para tanto, dispõe de idade cronológica e política, historicidade.

Invejável, robusta e sólida, ao lado de grandes lideranças políticas e da certeza de sua leveza. Nos movimentos sociais, oriundos dos atuais Órgãos de Representação Partidária, encontram-se gente muito bem preparada para, se oportunizada, conduzir e colaborar na condução dos destinos do nosso país.

A colaboração emprestada ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem demonstrado, com denodo, a diferença entre a teoria e a prática. As situações que se nos apresentam não sofrem situação de resolutividade e nem de continuidade, pois a responsabilidade dos nossos líderes tem sido uma constante. O tangenciamento não faz parte do nosso modo de governar e/ou de legislar.





As experiências comprovadas, onde nossos companheiros peessibistas atuam na condição de gestores, são de causar a inquietação de quem comanda e/ou apenas orbita em torno de órgãos governamentais, pela simples condição de ser militante de partidos da base do governo, ou de terem sidos presenteados com cargos e/ou funções para as quais nunca foram preparados. Enquanto isso ocorre, percebemos tristemente que em nosso partido vivenciamos, em alguns estados, situação similar e causadora da desagregação que vem permeando a legenda com a conseqüente debandada de importantes quadros e lideranças, em todos os campos e principalmente nos atuais órgãos de representação, por conta da ausência da transparência que tanto se apregoa nos quadrantes do socialismo e da liberdade erigida para os mais próximos e, de acordo com a capacidade de subalternizar-se, para algumas e alguns.

O movimento negro brasileiro, a partir da corrente a qual denominamos de Zumbiista, e que muito nos honra dela participar, tem por princípio a correção de tais equívocos, por entender que este sim, é o jogo da esmolação e da imolação de um povo, cuja história não pode e nem deve – e essa decisão é estritamente nossa – ser elemento de partilha casuística e arrebatadora dos direitos elementares os quais de fato e de direito nos são devidos e, igualmente, nos são negados.

A farsa continua ativa e em largo processo de disseminação. A vacina contra ela se constitui na superação da aceitação de empreitadas as quais, cada vez mais, nos distancia do poder político do nosso país. O nosso partido tem responsabilidade sobre isso, mas, só nós e apenas nós poderemos, de fato e de direito, sermos os interlocutores de nossas defesas, de nossas aspirações e de nossas liberdades. Até porque, liberdade não se ganha e/ou se recebe, se conquista. E com o poder não pode ser diferente.

Lembrem-se e nunca se esqueçam de que fomos impedidos de realizar algo de muito importante para a já aceita Negritude Socialista Brasileira – NSB, que seria a celebração dos 10 (dez) anos do ponto de partida para a criação do movimento negro no interior do PSB. Se não fomos, por que não o fizemos? Na Bahia,





com patrocínio de nós todos e todas, nos reunimos e celebramos a data. E no restante do Brasil, o que ocorreu? Doloroso não deve ser falarmos a verdade, e sim, a omitirmos.

Cotas eleitorais para afrodescendentes

“O tema é polêmico? Pois é. Como lecionava o saudoso jurista Miguel Reale Junior, toda pergunta já induz uma dada intenção do questionador. Pois bem, estamos vivencionando o período pré-eleitoral, para eleições majoritárias de Prefeitos e Vice-prefeitos, bem como de Vereadores em todos os municípios de nosso país, e em virtude de observações, que não são recentes, podemos diagnosticar a triste constatação da ínfima participação dos afrodescendentes nas chapas de vereadores, prefeitos e, até mesmo, de vices. Logo teremos como representantes do povo nas Administrações de Prefeituras e de Câmaras Municipais um número ainda menor de afrodescendentes, seja como no executivo ou no legislativo. Essa constatação precisa mudar.

Ora, a aludida realidade não pode persistir, de maneira que está diametralmente oposta às atuais políticas governamentais de promoção de igualdade racial, como é exemplo da destinação de cotas em universidades públicas a população negra e de origem afro. E podemos argumentar, sem maiores entraves, sobre a inclusão de cotas de candidatos para afrodescendentes no processo eleitoral vigente. Vale dizer que o afrodescendente deve ter garantido o direito de participar amplamente de partidos políticos, sobretudo dos órgãos de direção partidária, de estender sua participação no sistema eleitoral de maneira democrática e em igualdade de condição com os demais postulantes, que muitas vezes são oriundos de grupos econômicos oligárquicos e de uma elite preconceituosa.

Talvez a proposta coloque em xeque os famosos caciques políticos que, lamentavelmente, ainda controlam algumas legendas partidárias em nosso país. Também é de se esperar que a “elite” político-partidária renascente das épocas que o direito ao voto era destinado apenas aos senhores de engenho e vigorava o conhecido voto censitário, que era baseado nos status



econômico e social do indivíduo, tendo o pensamento retrógrado de serem contrários a presente proposta. Pouco importa, a bem da verdade, nós termos o sistema de cota mínima de 30% para cada sexo na composição das listas de registros de candidaturas para o sexo minoritário que geralmente vem a ser o sexo feminino, sendo que essa medida visava justamente garantir maior participação das mulheres no processo eleitoral, conforme o inciso ou parágrafo 3º do art. 10 da lei nº 9504/97 – lei das eleições.

Ora, que seja aplicado o sistema de cota de candidatura para contemplar os afrodescendentes, em percentual de 20%, pois com isso, teremos sim, uma maior participação popular e o fomento de grupos engajados na inclusão social e na igualdade racial, possibilitando, entre outras medidas, um novo debate sobre o racismo no Brasil, que muitas vezes é escamoteado e disfarçado em nossa sociedade. Não podemos esquecer que todos e todas nós devemos questionar a maior participação dos afrodescendentes como representantes eleitos em todas as esferas de poder, sejam do poder legislativo ou no poder executivo, de maneira que haja um efetivo resgate da dívida econômica, social e cultural a toda comunidade negra e aos afrodescendentes em nosso país, no sentido de permitir a efetiva participação no processo eleitoral com suas candidaturas e que possam colaborar para extirpar o preconceito racial de nossa nação.

Diante do exposto e indubitavelmente:

- 1– Defendemos a reorganização da nossa instância majoritária como: Secretaria Nacional da Negritude Socialista Brasileira (SNNSB) e com essa denominação mesmo que em caráter definitivo ou provisório do órgão em todos os níveis, dentro de uma lógica da construção partidária que propicie a real existência dos órgãos de representação nos municípios, estados, nacional e Distrito Federal, antes mesmo de articularmos ou praticarmos o incômodo, mas verdadeiro “Carguismo a Distância”, porque entendemos que a aquisição de cargo e/ou função é consequência da comprovada ação na defesa dos interesses dos(as) representados(as) pelo segmento;



- 2 – Defendemos, igualmente, a Supressão da existência dos primeiro e segundo secretários, salvaguardando-se a existência do Secretário/a Nacional, criando-se o Coordenador Nacional e mantendo-se a Secretaria Geral, com suas respectivas e atuais funções. Abaixo destes, mantêm-se todos os demais existentes da melhor maneira organizacional e formatacional possível;
- 3 – Defendemos Cotas Eleitorais para os Afrodescendentes, conforme descrição contida no texto anteriormente exposto, partindo-se do percentual de 20%;
- 4 – Defendemos a Participação de 03 (três) dirigentes, na condição de personalidades, na composição do futuro Diretório Nacional do PSB, por terem ao longo de mais de 10 (dez) anos envidado surpreendentes esforços para a criação do segmento no Partido;
- 5 – Defendemos o Estabelecimento de uma Resolução da próxima CEN, que determine um percentual a partir de 10%, relativo ao fundo partidário, como forma de viabilizar os trabalhos dos segmentos, a ser praticado e administrado pelas instâncias nacionais dos segmentos e do Partido; e, por fim;
- 6 – Defendemos o retorno das Seccionais da Fundação João Mangabeira, conforme preceitua a Legislação pertinente, aos Estados e a participação de membros dos segmentos organizados no Partido em seus órgãos direcionais, em conformidade com os ditames da Lei.



III Congresso Nacional do Movimento Negro do PSB
Congresso Extraordinário para a Alteração do Estatuto
XI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro

06 e 07 de Junho de 2008 – Brasília-DF

TESE DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO SEGMENTO
(Contemplando todas as propostas enviadas à Comissão)

Relatores

Valneide Nascimento dos Santos
Secretária-Geral e Nacional em Exercício

Jorge Santos de Jesus
Secretário Nacional de Organização



A FORÇA DA UNIDADE, DA LUTA E DA ESPERANÇA!

Contribuição da JSB paulista ao debate nacional do Partido

Danilo Otto (*Secretário da Executiva PSB/SP e Dirigente da JSB*)

Vinícius Camarinha (*deputado estadual*)

Pedro Marcello (*Secretário de Comunicação PSB/SP*)

Ademir Motta (*Secretário da Executiva PSB/SP*)

Dalmo Vianna (*Secretário de Finanças PSB-SP*)

Tatiana Rodrigues (*Secretária Estadual de Juventude em São Paulo*)

David Ramalho (*Direção Estadual do PSB/SP e Presidente Estadual da JSB/SP*)

Fabício Lopes (*Direção Estadual PSB/SP*)

Jório Neto (*Secretário-Executivo da JSB/SP*)

César Orleans (*Secretário de Finanças da JSB/SP*)

Ariane Soares Paiva (*Secretária de Organização da JSB/SP*)

Thiago Garcia (*Secretário de Comunicação do PSB/SP*)

Hamilton Reis (*Secretário de PPJ da JSB/SP*)

Aintam Camilo (*Secretário do Movimento Estudantil da JSB/SP*)

Éder Bruno (*Presidente Municipal do PSB de Ouro Verde-SP e Secretário de*

Direitos Humanos da JSB/SP) e

Danger Soares (*Direção Estadual do PSB*)

Construção se faz só na unidade

Há três anos, durante o último Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro – PSB e da Juventude Socialista Brasileira – JSB, que todos nós vivemos momento de intensos debates marcados pela qualidade dos quadros políticos envolvidos, também pelo desejo em ver o Partido e a JSB crescerem.

Faz parte do curso natural da vida os mais jovens poderem aprender com os mais experientes. Foi o que ocorreu em 2005. Naquele tempo, o PSB vivia seu primeiro Congresso Nacional sem a figura unificadora do grande líder Miguel Arraes, que acabara de partir num momento onde a existência do PSB estava em jogo por conta da necessidade do cumprimento da cláusula de barreira nas eleições de 2006.



Foi justamente naquele cenário que jovens líderes do PSB, como Márcio França (PSB/SP), Renato Casagrande (PSB/ES), Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), Beto Albuquerque (PSB/RS), dentre outros, todos sob o comando e liderança do governador de Pernambuco e presidente nacional do PSB, companheiro Eduardo Campos, construíram uma unidade nacional partidária que permitiu ao PSB ser vitorioso nas eleições 2006, avançar no cenário político brasileiro e consolidar-se como força política relevante no Congresso Nacional.

A postura de unidade que os dirigentes partidários tiveram naquele momento destoou do que tivemos no seio da Juventude Socialista Brasileira. Devido a justas postulações e avaliações políticas de dirigentes da JSB, cada estado fez sua avaliação sobre aquele momento.

Mas a JSB cresceu, quantitativamente e qualitativamente. A renovação dos quadros que ocupam espaços nas direções da JSB, do Partido, do Conjuve (Conselho Nacional de Juventude), na Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), da UNE (União Nacional dos Estudantes) e de outros espaços de atuação, demonstram claramente este crescimento.

Durante o processo que culminou no VI Congresso Estadual da JSB de São Paulo, a juventude paulista avaliou que na divisão não há espaço para construção, para avanço ou para vitórias. Esse foi o parâmetro que norteou todos os debates no nosso Estado. A formação da nova direção estadual (pela primeira vez capitaneada por uma mulher) e a postura que a JSB de São Paulo trouxe a este Congresso Nacional do PSB.

A unidade foi consolidada, porque os quadros da Juventude em São Paulo amadureceram muito com as atividades junto à direção partidária. Vimos na unidade uma possibilidade de reforçar a luta e revigorar a esperança nas bandeiras e nas posições que a JSB nacional historicamente defende junto ao PSB.

Primar pela unidade no seio do PSB tem sido a tônica do Partido paulista desde 1999, quando o então prefeito Márcio França assumiu a Presidência Estadual. De lá para cá, tornou-se o deputado federal mais votado do PSB/SP, dirigente



nacional do PSB, líder e articulador do Bloco de Esquerda compromissado com o projeto nacional partidário de eleger o próximo presidente da República. Ao alcançar essas vitórias ao longo de quase 10 anos de comando do PSB paulista, sempre teve a unidade partidária como fórmula para o sucesso.

Na Juventude, marchar unidos permitiu uma forte presença na Executiva e no Diretório Estadual do Partido, como também a presença e a presidência de direções municipais do PSB em pequenas e em médias cidades do Estado. Mas nada foi mais forte e marcante quanto o resultado obtido pelo Movimento Luta e Esperança. Sob o comando da JSB, venceu o Congresso Municipal do PSB na cidade de São Paulo, levando à presidência o vereador Eliseu Gabriel, que hoje numa gestão compartilhada com a JSB, dirige o PSB paulistano.

Podemos avançar na luta pela implantação das Políticas Públicas de Juventude, participando ativamente de Conferências de Juventude e demais segmentos e movimentos sociais, de Conselhos de Juventude em variados níveis e ainda ter uma nova visão do Movimento Estudantil.





Temos a responsabilidade em fortalecer a inserção da aspiração socialista e democrática em nossa sociedade. Como disse Arraes: “Quando o povo ganha consciência ele se une”. É nosso papel realizar a maior revolução, a de libertar o homem da sua alienação.

Todos os estados trabalharam muito para fazer valer o regimento dos órgãos de representação. E cada militante foi a luta nos quatro cantos do país propiciando a manutenção da existência da JSB nacional. A Juventude e sua militância têm a tarefa de ajudar o PSB a construir em 2008 para se viabilizar 2010.

Delegados e delegadas dos Congressos Nacionais de todos os órgãos de representação do PSB, companheiros e companheiras de todo o país; delegados e delegadas do Congresso Nacional do PSB; membros dos diretórios municipais e estaduais do PSB; detentores de mandato; dirigentes da JSB de todo Brasil e toda valorosa militância socialista. O caminho é a unidade. Deu certo em São Paulo, vai dar certo no Brasil.



POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA MULHERES, SOB A ÓTICA DO PSB

Ely Almeida – PSB/AP

Tema para V Congresso Estadual de Mulheres do

Partido Socialista Brasileiro – Amapá

As mulheres do Partido Socialista Brasileiro – Amapá propõem para o Programa dos governos municipais as seguintes premissas:

- Construir uma nova ordem nas relações entre homens e mulheres, sem preconceitos de raça, etnia, orientação sexual e geracional.
- Construir administrações municipais mais humanas que possibilitem a igualdade de oportunidades para as mulheres e que combatam as discriminações e a desigualdade de gênero.

Temos plena compreensão de que na história da humanidade, as mulheres foram colocadas em situação de desigualdade, sejam elas nas relações sociais, no sistema político, no sistema econômico e no sistema cultural, os quais imprimiram uma relação de subordinação e submissão das mulheres em relação aos homens.

Essas desigualdades sempre foram tratadas como “naturais”, e se sustentam:

- Pela divisão sexual e desigualdade do trabalho doméstico (cuidado com as crianças e com os idosos), pelo controle do corpo e da sexualidade da mulher, pela violência sexual e doméstica e pela exclusão dos espaços de poder e de decisão.

Em relação a esse estado de coisas, propomos que os programas municipais das prefeituras promovam o encontro das políticas públicas com as necessidades das mulheres, considerando:

- Seu espaço doméstico;
- Seu espaço fora de casa;
- Como pessoas capazes de conduzir processos políticos.



Para implantar políticas públicas visando a construção de uma igualdade entre gêneros, propomos alguns eixos de intervenção que devem orientar as ações dos programas dos nossos governos municipais:

- Combate a todo tipo de violência e discriminação, em especial a violência sexual e doméstica, bem como a discriminação por orientação sexual;
- Assegurar os direitos reprodutivos e sexuais e o direito à saúde integral;
- Fortalecimento e ampliação dos mecanismos de participação política e social entre os gêneros;
- Alterar as condições da divisão sexual do trabalho doméstico, levando em consideração os avanços históricos nas lutas sociais das mulheres;
- Ampliar a autonomia pessoal e auto-sustentação das mulheres, visando assegurar relações de trabalho mais justas e uma sociedade mais igualitária.

É primordial!

- A criação das Coordenadorias Municipais de Mulheres como mecanismo articulador das políticas de gênero, tendo como funções fundamentais propor, elaborar, articular e acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas de gênero nos municípios. Esta tem que estar diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito, com dotação orçamentária própria e com status de Secretaria, participando das instâncias de poder e decisão dos governos municipais.
- A criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher como mecanismo de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas, atuando como uma forma de controle social junto aos governos municipais.
- Paridade no preenchimento dos cargos de direção das administrações socialistas.





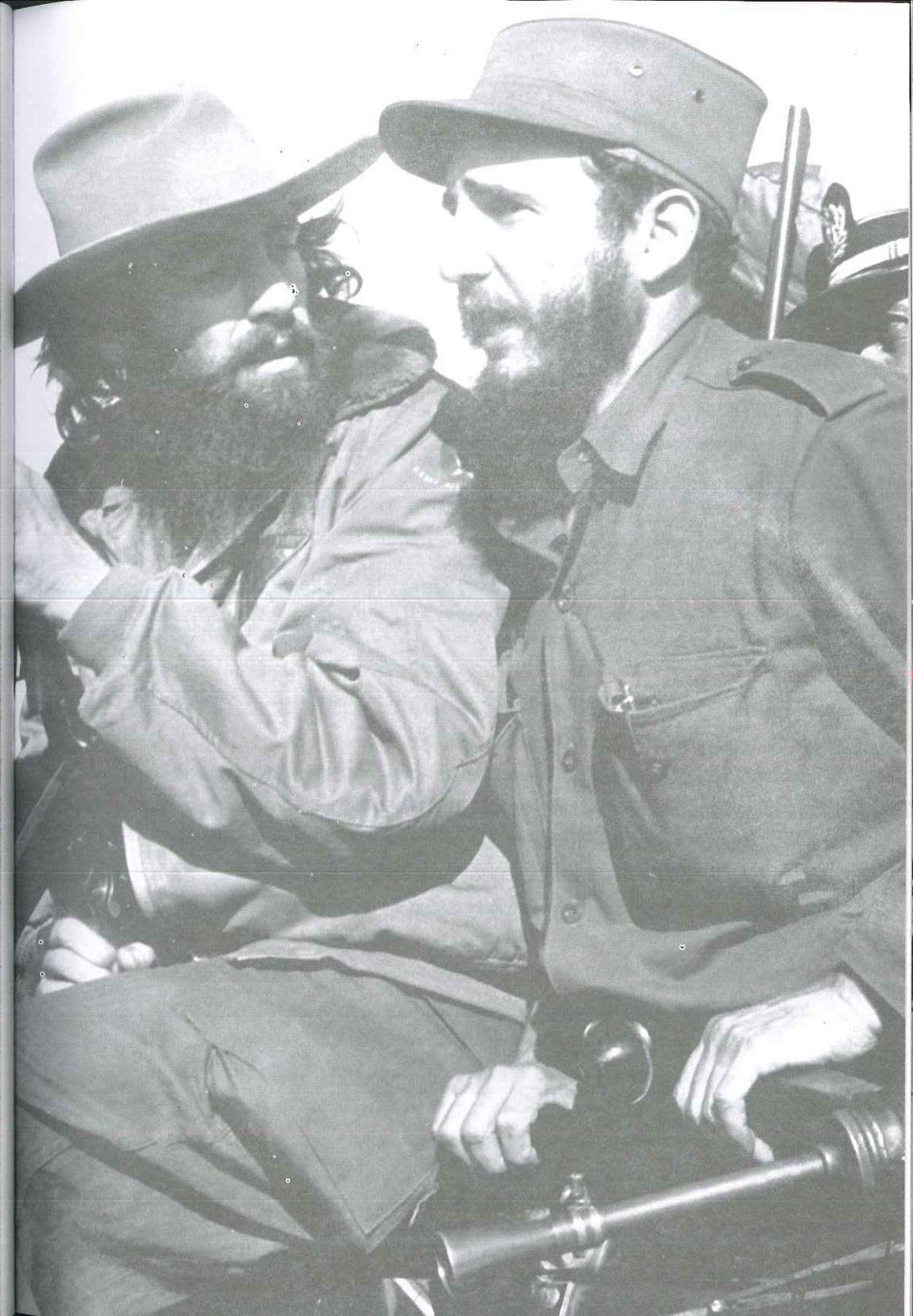
É importante lembrar!

Que a construção da igualdade de gênero a partir dos municípios exige a incorporação das discussões referentes às questões de gênero, raça/etnia, gerações e orientação sexual nas ações e políticas municipais como responsabilidades de governo.

Pense bem!

- Quando priorizamos zerar o déficit da educação infantil no município, estamos garantindo o direito da criança e esta ação tem um grande significado para as mulheres que ainda hoje tem a responsabilidades de cuidar das crianças e da família exclusivamente.
- Quando investimos em ações de orientação sexual nas escolas, onde nossas crianças e adolescentes têm a oportunidade de abordar temas considerados como tabus, como sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs/AIDS) planejamento familiar, gravidez precoce e as relações de gênero, estamos construindo desde a infância novas relações entre homens e mulheres, permitindo que nossa juventude tenha condições de escolha para exercer a sexualidade de forma responsável e prazerosa.
- Quando investimos em ações na área do desenvolvimento econômico e na geração de trabalho e renda, ampliamos as possibilidades para que as mulheres tenham maior autonomia econômica, pessoal e social (priorizando ações no campo da socioeconomia valorizando as particularidades econômicas e ambientais dos municípios).
- Quando metemos a colher em relação à violência contra mulher, estamos contribuindo para o rompimento do silêncio e do ciclo de violência vivido por muitas mulheres.

São essas as recomendações das mulheres militantes do Partido Socialista Brasileiro no V Congresso Estadual, onde consideramos esse evento como espaço de discussão e aprovação de proposições que servirão de base para a construção de ações voltadas para a sociedade no âmbito local sob o olhar das mulheres socialistas.





A SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: TRANSFORMAÇÕES SÃO POSSÍVEIS

Beto Grill – PSB/RS

Médico

Ex-Deputado estadual /RS

Ex-Prefeito de São Lourenço do Sul/RS

Ex-Prefeito de Cristal (2 gestões)/RS

Presidente do PSB de Camaquã/RS

Secretário Especial da Executiva Estadual do PSB/RS

Coordenador da Bancada Socialista na Assembléia Legislativa do RS

Este trabalho sustenta a mudança do modelo de saúde no Brasil, defendendo a existência de um sistema público estatal, como a única forma de acesso aos serviços.

A Saúde Pública no Brasil configura-se como um processo que, evidente, acompanhou o desenvolvimento científico internacional, a partir da concepção de saúde de cada período histórico e foi sofrendo, no tempo, as influências políticas dos grupos dominantes em cada momento, usando modelos de outros países, condicionados pelo desenho político internacional e o interesse financeiro de cada época, de cada ciclo econômico. Definida como um direito do cidadão e um dever do Estado, a saúde foi organizada de acordo com os princípios da Reforma Sanitária. Artigos 196, 197 e 198 da Constituição. Por outro lado o art. 199 estabelece a liberdade da iniciativa privada.

O SUS atende mais de 140 milhões de pessoas (75% da população) com os recursos próprios do Estado ou através de serviços pactuados, embora, na verdade, todos os 190 milhões de brasileiros se valham do SUS quando fazem a vacinação, necessitam de radioterapia, transplantes, terapia renal substitutiva, tratamento da AIDS. A vigilância sanitária e epidemiológica, os hemoderivados, os exames, tratamentos e medicamentos de alto custo são do SUS. São públicas, também, as Urgências e Emergências que atendem acidentados.



Embora o SUS, como modelo, mereça crédito, vem sofrendo críticas que representam muito mais uma crise dos serviços, manifestada na desorganização de muitos ambulatorios e hospitais, onde se observa um atendimento desumanizado, filas, pacientes em macas, nos corredores, greves constantes.

Temos indicadores positivos. Ao longo das últimas décadas, a população brasileira evoluiu de forma desigual em suas condições de vida e saúde, mas, apesar dessa desigualdade, alguns indicadores mostram avanços. O SUS, longe de um sistema acabado, continua em aperfeiçoamento e sofre pressões, quanto mais avança, uma vez que interfere nos interesses do filão para a medicina privada nas especialidades e na média complexidade, no comércio de medicamentos, nas importações de órteses e próteses, por exemplo. O processo mais do que uma boa idéia, é um plano inteligente. É uma realidade. Um modelo que, sem dúvidas, pode responder adequadamente às demandas do povo brasileiro na área da saúde e é exatamente por isso que recebe críticas, que procuram a sua desestabilização, pois ele confronta o ideário liberal.

É recorrente a afirmação de que o SUS está falido. Embora com um financiamento muito aquém do adequado, esta afirmação não se sustenta. Se comparado aos EUA, onde se consomem em torno de 14% do PIB em saúde, (1 trilhão de dólares/ano. Gastos públicos + privados) ou aos países da Comunidade Européia que gastam em torno de 6% a 10% do PIB em saúde, enquanto no Brasil o “gasto” público em saúde gira em torno de 250 a 300 dólares por habitante/ano. Esse valor equivale a cerca de 3,6% do Produto Interno Bruto e corresponde a 49% do “gasto” total em saúde – os outros 51% correspondem aos valores do setor privado. Mesmo assim, o sistema brasileiro produz 1,3 bilhões de atendimentos básicos; 1,2 bilhões de procedimentos especializados; 600 milhões de consultas; 212 milhões de ações odontológicas; 360 milhões de exames; 11 milhões de ultrassonografias; 11,8 milhões de internações; 3,1 milhões de cirurgias, sendo 141 mil cardíacas; 150 milhões de vacinas; 12 mil transplantes; 1,3 milhões de tomografias; 23 milhões de ações de vigilância sanitária.

Agora, o SUS está bom? Não! Tem muito que melhorar! Por exemplo, a questão dos medicamentos. Classicamente, 20% dos gastos em saúde são com



medicamentos, e os 80% restantes em investimentos, pessoal e tecnologia. No Brasil, o paciente passa pelo serviço, tem o diagnóstico, mas não tem condições de adquirir o medicamento. Assim, todo o procedimento fica prejudicado, sua eficácia é nula.

O SUS atravessa dificuldades e, para superá-las, é indispensável a vinculação orçamentária das três esferas de Governo, conforme determina a EC-29. Na busca de soluções, foi criada, a título provisório, a CPMF, extinta em 2007. O grave subfinanciamento do SUS está ligado a não normalização de suas fontes. A esfera federal e os estados não cumprem o valor determinado e são os municípios que tem arcado com a sustentação precária do financiamento do SUS. O financiamento da saúde, embora cresça em termos absolutos, não acompanha a inflação.

Há problemas também nas relações de trabalho, com formas de contratação inadequadas, baixos salários, formação e capacitação deficitárias, o que provoca rotatividade de pessoal, baixa adesão às propostas e descompromisso profissional.

No Brasil, a assistência médica se faz através de dois sistemas distintos e distantes: um governamental, o SUS, e um privado, o Sistema Supletivo de Assistência Médica, além do reembolso direto. É oportuno observar que quem está no SUS não tem acesso ao sistema supletivo, embora quem esteja nele, possa acessar ao SUS.

Qual é a vocação do SUS no sistema de saúde? É a atenção primária e a alta complexidade. Qual a vocação do sistema privado? É a atenção secundária e a ambulatorial de especialidades, e a atenção terciária da alta complexidade, através da filantropia, ou seja, com subsídio do Estado (diálise, cirurgia cardíaca, etc.). Em outras palavras, não interessa ao sistema supletivo desembolsar capital para investir em recursos de alta complexidade. Assim está bom. O custo do investimento é socializado e o lucro é privatizado.

Deve ficar claro que a continuidade e o aprimoramento deste processo não ficam restritos a ações do setor de saúde, mas dependem, principalmente,



dos políticos. São os legislativos que devem assumir as suas responsabilidades de legislar e os executivos que devem pensar em políticas de Estado para a saúde, e não de Governo. Os poderes devem lembrar que a saúde não é moeda de troca nas negociações políticas.

O SUS ATUALMENTE – Com quase 18 anos, o SUS comprova que se trata de uma proposta que, em tese, tem a condição de atender a necessidade de saúde brasileira. Agora, porque não atinge um padrão avançado de funcionamento, principalmente no que tange a um atendimento médico de excelência? Um pouco se atribui a problemas de gestão. Muito se reputa ao financiamento insuficiente. O sistema perdeu a CPMF. Por outro lado, o Senado Federal aprovou regulamentação da Emenda 29, definindo o comprometimento da União, dos estados e dos municípios com gastos em saúde.

Mesmo longe do ideal, o sistema tem evoluído e é um exemplo ambicioso e positivo de programa social destinado a atacar a desigualdade nacional. Tem programas de mérito indiscutível, como no caso da AIDS, no tratamento de doenças crônicas e transplante de órgãos. A maior parte das cirurgias cardíacas, neurocirurgias, tratamento de câncer, os hemoderivados, são pagos pelo SUS, com um custo altíssimo. Ao ampliar a atuação pública em ações de vigilância sanitária e epidemiológica, a taxa de mortalidade infantil caiu pela metade. O reconhecimento do avanço da universalização, não significa dizer que o sistema é perfeito. Médicos, usuários e especialistas em saúde pública indicam dificuldades. As queixas se concentram nas filas dos atendimentos primários, na demora para a realização de exames e cirurgias, na falta de medicamentos na rede pública, na baixa remuneração dos profissionais, especialmente dos médicos e a capacitação inadequada dos mesmos.

O SUS, é um elemento civilizatório da sociedade brasileira, um instrumento de inclusão social, a partir do exercício de uma democracia representativa, que se expressa na figura dos conselhos de saúde, pois tornam os processos decisórios mais democráticos. Isto não afasta a possibilidade de distorções. Os grupos com maior capacidade de articulação e pressão têm mais facilidade para garantir os seus interesses. Os portadores do vírus HIV e em procedimentos



de alta complexidade, como transplantes de fígado e pulmão, são pressões absolutamente legítimas. Outras não, como os que defendem a indústria de medicamentos. Ambos concorrem para a elevação dos custos do sistema, para o bem ou para o mal.

Voltamos a chamar a atenção do financiamento do SUS. A União mal consegue chegar aos R\$ 50 bilhões (50% do gasto em saúde pública). Os outros 50% vêm dos estados e municípios. Por outro lado, cerca de 40 milhões de brasileiros pagam pela assistência médica. É o mercado dos planos de saúde. Aí, com o valor estabelecido pelo mercado, o investimento é de 2 mil reais per capita/ano. No SUS, a média é de 300 reais/ano.

O tratamento hospitalar é um ponto delicado. Os hospitais do sistema, públicos ou conveniados, concentram aproximadamente 80% dos recursos do SUS, sem prestar, na média, um serviço de qualidade. Falta, ainda, uma rede de atenção básica abrangente e com boa resolutividade, o que faz as pessoas procurarem os hospitais quando estão doentes. Como sabemos, a concentração de recursos se dá no tratamento hospitalar e nos grupos que tem capacidade de pressão. Destes, um dos mais poderosos e que recebe mais dinheiro do SUS é o farmacêutico. O Executivo, Judiciário, Ministério Público, OAB e outras instâncias constroem uma proposta do Direito Sanitário Brasileiro, a ser transformado em lei, criando o protocolo, a sistematização de uma lista científica de drogas de ação comprovada, para enfrentar a “judicialização” de medicamentos que ainda não tem uma resposta clínica confirmada. A luta sistemática pela quebra de patentes de medicamentos usados em doenças crônicas e que tem um preço elevado, é imprescindível e representa uma grande economia. Se por um lado, historicamente, o financiamento da saúde diminui em relação à inflação, soma-se, por outro, o crescimento da população, o aumento da demanda e, principalmente, constantes avanços tecnológicos, que facilitam os diagnósticos e encarecem o sistema.

O SUS avança, é verdade. Partimos de um sistema centralizado, sem controle social, corrupto, privatista e centrado na atenção hospitalar para um sistema descentralizado, com controle social, através de conselhos e conferências, com foco na prevenção e na educação para a saúde. As fraudes gigantescas



diminuíram consideravelmente. Mas estamos ainda convivendo com problemas graves como a demora no atendimento, a demora para marcar exames, realizar uma cirurgia e a falta de qualidade, de humanização, de respeito à cidadania. O SUS, considerado pelo governo brasileiro, como a maior rede de saúde pública do mundo, está ano a ano diminuindo a participação de recursos públicos em relação aos recursos privados na área da saúde. Em 1995, 61,6% dos gastos com saúde vinham do SUS e 38,4% eram do setor privado. Em 2007, se inverteu a relação: o setor privado despendeu 51% e o público, 49%. Com isto, os recursos governamentais caíram 20,45% em 12 anos.

O SISTEMA PRIVADO – Garantida, também, pela Constituição de 88, a medicina privada está representada pelo sistema de saúde suplementar, oferecido por operadoras privadas e pelo mercado de reembolso direto, do chamado paciente particular, que embora significativo, vem diminuindo, tento em vista a ascensão dos planos de saúde. Hoje se percebe outra distorção. Um contingente importante de pessoas pobres que, angustiadas pela demora do sistema público e sem condições de manter um plano de saúde, acabam por realizar grandes esforços financeiros pontuais, até com sacrifício de parques, para pagar por uma consulta e/ou fazer exames laboratoriais, para ter um diagnóstico e realizar o tratamento. O sistema de saúde suplementar possui mais de 39 milhões de beneficiários em planos de assistência médica e cerca de 9 milhões de usuários em convênios odontológicos. A medicina privada movimenta mais de 95 milhões de reais por ano e atende aproximadamente 1/5 da população em sua rede credenciada e nos consultórios particulares. Os recursos gerados por este sistema correspondem a aproximadamente 51% de todos os gastos com saúde no país.

Na década de 90 e nos primeiros anos deste século, a discussão sobre a desigualdade tem ocupado um papel de destaque no Brasil. A sociedade tem-se mostrado menos tolerante com as desigualdades e tem sinalizado seu apoio às mudanças no sentido de reduzir os abismos que separam ricos de pobres, brancos de negros, homens de mulheres. Um Sistema Público de Saúde deve promover a EQUIDADE.



CONCLUSÕES – É preciso frisar que não existe política de saúde bem-sucedida no mundo, com a divisão em dois sistemas. É necessário combater o mercantilismo. Deixar de ver a saúde como mercadoria. No momento em que um bem como a saúde é mercantilizado, começa a funcionar a lógica de mercado. O crescimento e o aperfeiçoamento do SUS e a excelência na prestação dos serviços de saúde, tendem, por uma lógica de mercado, a inviabilizar a medicina privada. Porém, tal equação remete para duas curvas que jamais vão se encontrar por força do poder de pressão de quem detém o controle deste filão riquíssimo que é o atendimento de média complexidade. Ele se constitui no ponto de atração para que a classe média adira aos planos de saúde e dê sustentação política para que os mesmos continuem viáveis economicamente por tempo longo e indeterminado. Ou seja, nesta composição de forças da atual estratificação da sociedade, vai haver um teto para progresso do SUS.

Já foi dito neste texto que a vocação do SUS é para atendimento da baixa complexidade e da alta complexidade, ficando a média para o sistema privado. Entendo que muito mais do que vocação, esta distribuição é fruto de um arranjo, de uma concessão do poder econômico. Permite o crescimento do SUS no atendimento dos procedimentos básicos de massa, que contemplam o grande contingente de trabalhadores e excluídos, que estão, por natureza, fora do mercado. Ao mesmo tempo, se organiza politicamente para evitar que o SUS avance nos procedimentos de média complexidade. Isto porque, neste conjunto de patologias, os inerentes exames e tratamentos têm um custo médio suportável pelos seguros saúde, mediante a cobrança de mensalidades que ficam dentro do orçamento da classe média. Já quando se trata das doenças mais complexas, crônicas, que necessitam de tratamentos e exames de alta tecnologia e, portanto, caros e prolongados, de novo o setor privado não cobre estes serviços, que ficam sob responsabilidade do sistema público. Aqui se percebe grandes diferenças e que se contrapõe aos princípios de equidade:

- a) Atendimento da massa de trabalhadores das classes C, D e E, embora esteja sendo oferecido de forma universal e gratuita, ocorre em níveis de qualidade muito baixos e com um constante desrespeito à cidadania. Insuficiência de equipes de saúde de família para prestar uma



eficaz medicina preventiva. Filas, falta de leitos hospitalares, levando as pessoas a serem tratadas em cadeiras e macas nos corredores dos ambulatorios, de maneira insalubre, desumana, até promiscua. Deficiências importantes e insuportáveis nas referências para a média complexidade, causando meses de espera para realizar consultas, exames e tratamentos de especialidades, que levam a um aumento da morbidade, o que se constitui em crime. Nestes casos, a população por mais que esteja avançando no controle social do sistema, não tem força política de pressão para mudar esta realidade.

Gostaria de ver um homem público com poder de decisão, um político de destaque, congressista do “alto clero”, ministro de Estado, ou até, o próprio presidente Lula, dependendo do SUS. O Presidente faz o seu check-up de rotina, a cada seis meses, no InCor-HCFMUSP, que é da universidade, pertence ao sistema público e possui um diferencial de qualidade para poder estar à disposição da elite quando ela precisar da alta complexidade. Vide o próprio presidente que fura a fila e, com pompa e segurança, passa à frente de quem aguarda sua vez e realiza sua revisão necessária e indispensável, de resto, para todo o brasileiro nesta faixa etária. Pois imagine o presidente fazendo este procedimento seguindo o mesmo caminho de um pobre trabalhador de uma pequena cidade do interior. É um calvário. O ditado diz que o povo tem memória curta. O pior é que o presidente, também. Seguramente, ele já passou por situação semelhante, no passado. Mas faz tanto tempo... Estou convencido de que se o presidente Lula tivesse que passar por uma experiência destas, para refrescar a memória, imediatamente mandaria a Dívida Pública às favas (ou pelo menos para um patamar inferior ao da saúde dos brasileiros) e determinaria a alocação de mais recursos para a área.

Isto serve, igualmente, para o Congresso Nacional. É inadmissível que políticos com poder de decisão permaneçam insensíveis ao quadro tenebroso dos nossos ambulatorios e hospitais públicos.

- b) Além do atendimento básico, o SUS é o responsável pela alta complexidade. São nos hospitais públicos ou nos conveniados que se faz transplantes,



diálise, tratamento de câncer, de AIDS e de outras diversas doenças crônicas, de alto custo financeiro. Igualmente, é o sistema público quem se responsabiliza pelas urgências e emergências de traumas. Aqui também o atendimento é universalizado. Só que com uma grande diferença. Nesta área o trabalhador está acompanhado do rico. Os planos de saúde não cobrem a maioria destes procedimentos. E não o fazem, não por não querer, unilateralmente. É porque a equação financeira de custo benefício é desfavorável para o usuário, para a classe média, para a burguesia. O custo da mensalidade seria tão alto que é melhor instrumentalizar o SUS, conviver com o povão, mas num ambiente bem melhor, com equipamentos de última geração e profissionais qualificados. Assim, os grupos de pressão poderosos mobilizam parlamentares e governantes que, continuada e sistematicamente, vão destinando recursos privilegiados para estas áreas, preparando-as para eventualmente recebe-los para tratamento. Ninguém aumenta seu próprio bem-estar sem reduzir o bem-estar de outra pessoa. Um investimento maior aqui, se faz em detrimento a mais recursos na atenção básica, já que o orçamento total não muda.

O segmento de hospitais privados, conveniados com o SUS, se presta para outra imprecisão que precisa ser melhor equacionada: os investimentos públicos para ampliar e/ou equipar estas instituições, em troca de um determinado número de procedimentos ambulatoriais ou hospitalares, leitos e exames para o sistema. Acontece que, por outro lado, usam estas mesmas benfeitorias para atender a demanda dos convênios e particulares. Têm lucros sem a contrapartida do investimento, que é público.

Defendo, igualmente, o direito de cada ser humano de ter acesso, ao mesmo tempo, a qualquer avanço tecnológico que a humanidade possa produzir, que tenha como objetivo primário contribuir para a saúde. Ou seja, se não houver acesso universal, que o instrumento (equipamento, medicamento...) não possa ser disponibilizado financeiramente, comprado.

Numa análise do ponto de vista jurídico, embora não exista hierarquia entre os direitos fundamentais, da saúde depende a vida e, assim, se impõe



como de superior relevância. Os políticos, a classe média e a burguesia discursam sobre saúde, mas não estão verdadeiramente preocupadas com o SUS porque têm planos privados. Os impasses na área não são gerados por decisões judiciais, e sim por decisões e omissões políticas, por insuficiência de recursos e pelo não enfrentamento da questão: há limite para o acesso à saúde? Quanto a sociedade quer pagar pela saúde pública de qualidade?

Convivendo com inúmeras distorções causadas pela existência de dois sistemas de saúde no Brasil, um público e um privado, vai se sedimentando a necessidade de uma mudança mais substancial, que promova justiça social, que é necessária em qualquer circunstância, mas que é ainda mais preciosa e sua inexistência é mais brutal e desumana, quando se trata de estabelecer a equidade de tratamento daqueles que estão padecendo de uma enfermidade. Quanto se trata de política de saúde, muitas vezes a saúde de um indivíduo depende da boa saúde de outros indivíduos. A existência de externalidades mostra a necessidade da abordagem do ponto de vista coletivo, tornando fundamental a avaliação de critérios epidemiológicos quando da alocação de recursos.

Embora reconhecendo os avanços da saúde pública brasileira, que são palpáveis, que têm êxitos sanitários, laureados internacionalmente, que representam atitude, ganho real, não considero que sejam o bastante. Poderiam ter sido obtidos por qualquer governo socialdemocrata bem intencionado e progressista. Não atingem, de fato, o patamar mínimo necessário para responder aos objetivos, aos princípios do socialismo.

A saúde, assim como se apresenta e na velocidade em que avança, persegue e vai atingindo os princípios básicos da Reforma Sanitária. Avança, mas não se constitui, na essência, numa proposta transformadora, socialista. Portanto é preciso mais. O que foi conquistado, até então, é o início. É o marco de partida de um processo de prestar atenção a saúde com equidade para todos os brasileiros. Na medida em que se avança na constatação de que é necessário superar tantas iniquidades na saúde pública, mais fica o convencimento de que enquanto conviverem os interesses de um sistema público, com uma visão sanitarista e um sistema privado, que encara a saúde como mercadoria, estas injustiças vão se perpetuar.



Portanto, proponho, como encaminhamento para a solução deste impasse, a revogação do artigo 199 da Constituição de 1988, que garante o exercício da medicina privada.

Desta forma, o SUS passaria a ser a única forma de acesso aos serviços de saúde, em todas as suas manifestações, como um bem coletivo, centrado na educação, na informação, na prevenção, no equilíbrio do homem com o ambiente, através de políticas transversais e complementares entre si, com controle social, que garantam emprego, segurança e plena cidadania.

Princípios econômicos apontam para um teórico impasse. O problema de que, em economia, num mercado com um único comprador tende a aparecer um efeito colateral, qual seja, que quando há um único comprador ele tenderá a rebaixar unilateralmente os preços, restringindo a oferta, pois muitos deixarão o mercado. Entendo que este efeito seria neutralizado, no caso de haver apenas o sistema de saúde pública em funcionamento, pelo fato de que a população no seu conjunto, fortalecida em muito pelo interesse da burguesia, uma vez que só aí teria acesso ao tratamento de suas enfermidades, orientaria a posição política do governo de investir adequadamente no sistema e, também, fortaleceria o controle social para exigir e fiscalizar uma gestão qualificada. Neste quadro, evidente, o Congresso Nacional criaria as melhores condições possíveis para o SUS funcionar com excelência, porque os congressistas, obrigatoriamente, teriam que usar o sistema para atender as suas demandas.

Se faz oportuno lembrar que no modelo atual, com a coexistência de dois sistemas, um público e um privado, sobressai um pequeno contingente de médicos que tem a possibilidade de exercer uma atividade privada, com clínica particular e bons convênios que lhes rendem um ótimo retorno financeiro, colocando os mesmos numa situação singular e diferenciada (para melhor) em relação a grande maioria de profissionais que estão atendendo a rede pública, via de regra com remuneração aviltantes e com vínculos com as entidades contratantes completamente inseguros. Na prática, o que vemos são médicos com dois, três empregos, passando o dia e a noite, de um lugar para outro, como forma de auferir um rendimento mensal mínimo para se sustentar com



dignidade. Esta realidade tem gerado insatisfação, ansiedade, decepção com a profissão e por consequência menor produtividade.

Um Sistema de Saúde Único, que fosse responsável pelo atendimento de todo o conjunto da população brasileira, de maneira especial de quem faz as leis e de quem as executa, traria, no seu bojo, a certeza de que os profissionais da saúde seriam remunerados com dignidade e teriam as condições de estrutura física e equipamentos adequados para a boa prática da medicina. Da mesma forma, as escolas de medicina melhorariam seus cursos e uma permanente qualificação profissional seria propiciada para que todos estivessem atualizados, quando a burguesia tivesse a necessidade de usar os seus serviços. Estou convencido de que existem recursos para colocar em prática este modelo único, prestando bons serviços para todos e remunerando com dignidade os médicos, obedecendo parâmetros sugeridos pela CHPM, proposta pelo sindicato médico.

Para fazer frente a esta nova realidade que pretende aumentar em até 10 vezes o investimento em saúde no Brasil, entre outras medidas, como a criação de contribuições específicas destinadas para a burguesia participar do financiamento da saúde e sobretaxar as cadeias produtivas do fumo e das bebidas alcóolicas, com a finalidade específica de custear a saúde, fica proposta a obrigatoriedade de que, nas fontes de renda do atual FNS, seja incluída parte dos lucros obtidos com exploração de petróleo, biocombustíveis, produtos de alta tecnologia, enfim estes novos nichos econômicos que vêm trazer um incremento à economia do país e, portanto, podem ser novas e preciosas fontes de financiamento de uma boa saúde para o povo brasileiro, além de impostos sobre as operações de cassinos, autorizados a operar em grandes capitais e cidades turísticas, onde jogariam as classes A e B que atualmente o fazem no exterior, além de atrair grandes jogadores de outros países.

Portanto, transformações são possíveis e necessárias.

Neste momento, vários movimentos sociais de emancipação de massas, de povos oprimidos pelo interesse econômico de cunho liberal e colonizador, ocorrem na América. Venezuela e Bolívia, entre outros, nos renovam a certeza



que é válida a luta, que é possível vencer o capital hegemônico e excludente com propostas socialistas e de proteção aos valores nacionais. Esta luta, no Brasil, precisa ser feita. Por necessária, tendo, inclusive, a coragem de propor e promover a ruptura do status quo e construir um modelo verdadeiramente único de saúde, onde não exista espaço para encarar saúde como mercadoria.

É uma grande tarefa, é verdade. Mas não há Partido Socialista que se sustente sem enfrentar grandes desafios. Não existe espaço para deixar de sonhar. Tal qual Don Quixote de La Mancha, desafiando os moinhos de vento, devemos continuar contrariando o pragmatismo dos Sanchos Panças e ousar. Cumprir nossa missão enquanto socialistas. Organizar o povo, instrumentalizá-lo, para que exista, de fato, saúde, qualidade de vida, felicidade.

O novo é o povo quem cria

Dom Tomás Balduino



CMS/SSB – NACIONAL

Joilson Cardoso – PSB/RJ

Secretário Nacional Sindical

I – Conjuntura

1.1 – Cenário da América Latina

- 1 – A América Latina atravessa um rico e promissor momento de transição política, marcado pela ascensão de forças progressistas e antiimperialistas aos governos de muitos países, crescente enfrentamento ao imperialismo dos EUA, fortalecimento da democracia e reiteradas derrotas eleitorais da direita neoliberal. Vivemos, em consequência, uma conjuntura favorável à luta da classe trabalhadora, do movimento sindical e dos povos pela soberania e por transformações sociais. É um ambiente bem distinto do clima hostil que prevaleceu durante os anos 90 do século passado, em que a hegemonia ideológica e política do neoliberalismo atingiu o auge, na sequência da derrota do socialismo na União Soviética e Leste Europeu, constringendo a esquerda e o sindicalismo à defensiva.

- 2 – Em certo sentido, o cenário político atual pode ser considerado uma antítese do anterior. O projeto de recolonização representado pela Alca, lançado com pompas na Cúpula das Américas realizada em 1994, na cidade de Miami, reunindo chefes de Estado de 34 países do Continente (com exceção de Cuba), foi barrado. O império não pôde impor seu projeto a todo o Continente e teve de mudar a tática, promovendo os Tratados de Livre Comércio (TLCs). Em contrapartida, os países que rechaçaram a Alca apostaram na ampliação e fortalecimento do Mercosul e propuseram a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasur). O fato mais relevante em termos de integração é a emergência da Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba) e do Tratado de Comércio dos Povos (TCP), sementes de novas formas de relações entre os governos e os povos, baseadas na solidariedade, na cooperação e na complementariedade. Respira-se mais liberdade,



os movimentos sociais conquistaram maior espaço e relevância na luta política. Excetuando, na América Latina, a Colômbia e o Peru, presididos por governos títeres a serviço do imperialismo estadunidense.

- 3 – Contudo, é preciso considerar o fato de que o processo de mudanças em curso é incerto, além de desigual. A direita não sofreu uma derrota definitiva. O imperialismo não morreu, apesar dos revezes políticos (e militares, no caso do Iraque e Afeganistão), da decomposição do padrão dólar, das crises e da franca decadência da economia norte-americana.
- 4 – Acontecimentos recentes, como a violação do território equatoriano pela Colômbia, as iniciativas separatistas na Bolívia, entre outros, indicam que as forças conservadoras procuram criar condições para lançar uma contra-ofensiva, acirrando a luta de classes em toda a região. O neoliberalismo não foi abolido, monopoliza os meios de comunicação de massa e exerce forte influência sobre as políticas econômicas. Em certa medida, a filosofia que orientou a proposta da Alca continua sendo implementada, através dos TLCs (inclusive com a União Européia), das privatizações e liberalização do câmbio e dos fluxos de investimento, entre outras formas. A possibilidade de retrocesso não desapareceu. Ao perder espaço no terreno político, o imperialismo estadunidense contra-ataca fomentando a corrida armamentista e provocações de todo tipo, com objetivo de semear a guerra e multiplicar os conflitos entre os países da região.
- 5 – A guerra é um instrumento utilizado pelo império para solucionar ou atenuar suas crises econômicas. Está claro que os Estados Unidos estão buscando um pretexto na América para iniciar o conflito e, assim, barrar todos os progressos conquistados até o momento. Os trabalhadores devem estar atentos para reagir a qualquer intento de agressão aos nossos processos emancipatórios.
- 6 – Em tais circunstâncias, avulta a responsabilidade do movimento sindical. Impõe-se o desafio e o dever de ampliar a mobilização e a



conscientização das massas trabalhadoras para lutar, ao lado de outras forças progressistas, por dois objetivos interligados: derrotar a reação neoliberal e impulsionar ações transformadoras. Concentrando sua energia nesta direção, o movimento sindical poderá superar suas dificuldades, recuperar força, ampliar sua capacidade de mobilização e contribuir de forma decisiva para a afirmação concreta da unidade da classe trabalhadora e a elevação do protagonismo da classe trabalhadora no destino político das nações latino-americanas.

- 7 – Seguir este caminho não é tão fácil quanto pode parecer à primeira vista, exigirá muita determinação e iniciativa, assim como consciência e espírito classista. O sindicalismo foi duramente golpeado pelo neoliberalismo e a chamada reestruturação produtiva em quase todo o mundo, debilitado pelo avanço do desemprego e a crescente informalização e precarização das relações entre capital e trabalho, bem como pelo arrefecimento da perspectiva socialista após a queda do Muro de Berlin e o fim da União Soviética.
- 8 – A classe trabalhadora também se ressentiu da ofensiva empreendida pelo capital, encontra-se mais fragmentada, dividida e vulnerável ao assédio ideológico das empresas capitalistas, operado através de diversos meios, no mais das vezes com o respaldo das lideranças que apregoam a colaboração e conciliação de classes. Os valores do capitalismo, associados ao individualismo e à concorrência, foram fortemente difundidos e criaram raízes, abalando o espírito de solidariedade classista e fomentando a divisão e o conformismo. Isto constitui uma séria dificuldade, ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, que o movimento sindical terá de enfrentar e suplantar.
- 9 – A luta no plano ideológico pela conquista dos corações e mentes da classe trabalhadora e elevação da consciência social ganhou notória relevância. Cabe destacar o papel deplorável que a mídia capitalista vem cumprindo na guerra de idéias em defesa da ordem imperialista neoliberal ditada pelos EUA, distorcendo fatos, disseminando mentiras



e promovendo um verdadeiro terrorismo midiático com o propósito mal disfarçado de difamar e desacreditar as forças progressistas e as idéias mudancistas, criando condições para criminalizá-las pelas causas que representam. A batalha contra o monopólio dos meios de comunicação capitalistas entrou para a ordem do dia e o movimento sindical não pode ficar alheio a esta luta.

- 10 – Os rumos que orientam os processos integracionistas na região, marcados pelas novas condições criadas pelos governos e forças que se opõem ao unilateralismo estadunidense, demandam uma maior compreensão ideológica e política da necessidade de contar cada vez mais com o fator social em todo esforço integrador.
- 11 – Neste sentido, a movimentação de dezenas de organizações sindicais da região é um bom sinal. Reunião como “O Encontro Sindical Nossa América”, liderada pelo protagonismo da CTB – Brasil – é exemplar. Trata-se de uma iniciativa política e sindical com o objetivo de elevar o nível da luta e de unidade dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras do continente, em especial da América Latina e do Caribe, por meio do debate no terreno das idéias, da cultura e da própria luta política e social. Elevar o protagonismo da classe trabalhadora na luta política em curso na América Latina deve ser no sentido de unificar, não só o movimento sindical, mas vinculá-lo ao conjunto dos movimentos sociais, elaborando plataformas e agendas de mobilização e luta comuns no âmbito de cada país e em plano regional mais amplo.
- 12 – A construção de um espaço político onde trabalhadores e trabalhadoras de todas as nações latino-americanas possam debater os temas relevantes da nossa época e viabilizar ações conjuntas contra a ordem neoliberal imperialista, em defesa dos interesses maiores dos povos que habitam a região.
- 13 – A defesa de um espaço comum para a ação e articulação, de maneira não excludente, com todos os atores sociais com interesses comuns



aos da classe trabalhadora. A unidade de ação, o que pressupõe a construção de uma plataforma única visando a politização dos movimentos sociais para fazer frente aos atuais desafios que emergem atualmente na América Latina e impulsionar o movimento social, pela emancipação da classe trabalhadora e demais setores explorados e excluídos.

- 14 – A unidade se dará na luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora contra o imperialismo e a globalização neoliberal, que deixou por saldo o desemprego em massa, depreciação dos salários, intensificação da discriminação e flexibilização, além da redução de direitos. Em resposta à globalização neoliberal, vamos abrir o caminho para a globalização das lutas, a integração e unidade da classe trabalhadora na América Latina para atuar com força e conferir um caráter social ainda mais progressista ao processo de integração dos países da região.
- 15 – A reação da direita neoliberal e do imperialismo às mudanças acirra a luta de classes em defesa dos interesses populares e da soberania nacional. Coloca na ordem do dia a solidariedade ativa com os governos revolucionários e progressistas, que têm sido alvo de uma feroz ofensiva liderada pelos EUA, com chantagens, provocações de toda ordem, mentiras difundidas pela mídia capitalista e iniciativas variadas, objetivando sua desestabilização.
- 16 – Cumpre destacar a histórica resistência de Cuba, a ousadia da revolução bolivariana, a valente determinação do Equador e da Bolívia de enfrentar a contra-ofensiva da direita e persistir na orientação progressista. O Brasil, com uma orientação democrática e progressista, tem contribuído para alterar a correlação de forças na região. O sindicalismo latino-americano, em ampla aliança com os movimentos sociais e outras forças, não pode vacilar em defender as conquistas e os governos democráticos, progressistas e revolucionários diante das ameaças imperialistas.



- 17 – O neoliberalismo resultou num extraordinário retrocesso das relações sociais, aumentando sobremaneira a taxa de exploração da força de trabalho, sobretudo dos extratos mais discriminados: as mulheres, os negros, os imigrantes, os índios, os jovens. É preciso lutar para reverter este quadro, contra as privatizações, pela valorização dos salários e pelo resgate dos setores excluídos, combatendo a terceirização, a precariedade dos contratos de trabalho e a discriminação, impedindo a flexibilização dos direitos, reduzindo a jornada de trabalho e ampliando as conquistas trabalhistas. Neste marco, impõe-se lutar para melhorar a destinação de recursos para investimentos em obras públicas, em gastos sociais, fazendo desta luta um instrumento contra a exclusão, a marginalização e a miséria.
- 18 – Estamos convencidos de que os rumos da história na América Latina, onde ganha nitidez o impasse entre a sombra da opressão imperialista e a luz de um futuro soberano e socialista, vão depender do protagonismo da classe trabalhadora nas grandes lutas políticas que já estão em curso. O sindicalismo comprometido com o progresso social pode desenvolver um grande papel na definição do nosso destino comum, se for capaz de superar o economicismo e elevar o nível de suas mobilizações e batalhas no plano político.

1.2 – Cenário nacional

- 1 – A vitória de Lula para um segundo mandato representa o apoio da população brasileira ao projeto de mudanças que vem ocorrendo nos últimos cinco anos. Pela primeira vez na história do país, um presidente oriundo do povo mais sofrido do nordeste brasileiro é eleito e reeleito com o apoio do chamado “povão”. Na crise de 2005, indo aos mais humildes, colheu o apoio de quem mais se identifica com o presidente. Daí, o recuo da tentativa golpista da direita que estava em curso e manifesta nas manchetes de jornais, revistas e, principalmente, nos discursos dos representantes das elites nas tribunas do Congresso Nacional brasileiro.



- 2 – O Governo Lula representa mais avanços que retrocessos: cessaram-se as privatizações; a política externa é acertada; barramos a Alca e avançamos na distribuição de renda; as centrais foram legalizadas; existe uma agenda positiva para a classe trabalhadora, liderada por setores progressistas do Congresso Nacional – a 151, a 158, o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho são exemplos do ambiente que estamos vivendo. Entretanto, a política econômica precisa mudar, são inaceitáveis os atuais patamares dos juros ao consumidor e o superávit primário, agora aprofundado pelo “fundo soberano”, que aumentará o superávit de 3.8% para 4.3% do PIB, promovedor do contingenciamento do orçamento para setores essenciais, como saúde, educação, moradia e reforma agrária, para citar os principais problemas do governo. É inaceitável a mais-valia do capital sobre a exploração da produção e a evasão de divisas do país realizada pela especulação e o sistema financeiro – os bancos arrecadaram em 2007 o equivalente a R\$ 45 bilhões em taxas absurdas, mais que o valor arrecadado pela extinta CPMF, tão combatida pela direita.
- 3 – A vitória das esquerdas nas eleições passadas no Brasil teve o apoio da maioria da classe trabalhadora, que não deseja voltar ao retrocesso do passado – oligarquias ruíram no Maranhão e na Bahia –, porém, o Governo Lula busca sustentar-se em uma aliança contraditória e perigosa, com os setores fisiológicos e da direita, tendo o PMDB à frente, em detrimento dos partidos de esquerda que, a cada dia, perdem espaços na disputa da política do governo, produzindo indefinições para a sucessão de 2010.
- 4 – Falta um projeto nacional. Neste sentido, um projeto nacional que buscamos só será possível com o protagonismo da classe trabalhadora.
- 5 – O movimento sindical junto aos movimentos sociais tem força para mobilizar a população rumo a um projeto nacional, entretanto, as lideranças sindicais estão alheias a esse desafio histórico. Os partidos também estão alheios e funcionam apenas para a reprodução do



poder, através de uma disputa onde o capital é fator preponderante na conquista de mandatos, salvo raras exceções.

- 6 – É preciso unir os partidos de esquerda e progressistas para buscarmos a construção de um projeto nacional.
- 7 – Então, mais importante que tudo, é unir o povo. Esta deve ser a principal estratégia do sindicalismo socialista.
- 8 – Ao contrário, sem estratégias, vemos as centrais serem pautadas, até aqui, pela agenda do governo, apesar de algumas iniciativas importantes, como a marcha pelo salário mínimo e a campanha pela redução da jornada de trabalho, não são suficientes, não visam um projeto maior.
- 9 – São claras as dificuldades das centrais de mobilizarem a população para um projeto que vá além dos interesses corporativos dos empregados, e que inclua a avassaladora maioria das trabalhadoras e trabalhadores que somam mais de 50% da mão de obra em atividade no setor informal, sem direitos trabalhistas, sem proteção social, sem sindicalização – apesar da diminuição do desemprego nos últimos anos, esta se dá em função da geração de empregos precários e com baixos salários.
- 10 – A mobilização da população para uma ofensiva a favor de um projeto nacional, com o efetivo protagonismo da classe trabalhadora, deve ser o principal motivo da mobilização da SSB, juntamente com amplos setores do sindicalismo, para construção de um instrumento que possa servir de representação desta proposta, sob a liderança do sindicalismo classista e democrático que fazemos parte, tendo o socialismo como referencial.
- 11 – Também a defesa de uma concepção sindical classista e democrática baseada nos princípios socialistas e da liberdade é fundamental. Um sindicalismo que dialogue com as bases e convoque as trabalhadoras



e trabalhadores para assumirem papéis de protagonistas no processo de mudanças que estamos por realizar em nosso país.

- 12 – Desta forma, o movimento para a efetivação da CTB, deve continuar sendo prioritário para a SSB.
- 13 – A proposta pela criação da CTB foi fruto da análise do cenário político nacional e internacional, em especial, o ambiente do movimento sindical, realizada pelas lideranças sindicais socialistas e vários setores do sindicalismo brasileiro, estando esta proposta legitimada pela defesa da classe trabalhadora e o resgate das bandeiras do movimento sindical brasileiro, como também, a unidade que aponta para um projeto nacional com o protagonismo das trabalhadoras e trabalhadores. Engana-se quem pensar que esse processo foi precipitado ou divisionista.
- 14 – Estivemos na CUT. Não nos arrependemos.
- 16 – Somos parte de um processo histórico que, além de combater a ditadura, lutou pela anistia, pela campanha das diretas, pela democracia que lançou ao mais alto posto de comando da nação um presidente vindo do chão da fábrica. Estes feitos falam por si, justificam a nossa participação em todo esse processo.





- 17 – No entanto, não nos basta construir com as demais forças sindicais um campo político onde levantamos as bandeiras da democracia, da liberdade e do socialismo. Temos que seguir em frente, ir além, recompor a unidade das forças sindicais.
- 18 – Dessas análises surgem convicções que temos hoje, ou seja, o movimento sindical brasileiro levado pelos seus problemas de toda a ordem e, principalmente, diante da atual conjuntura que impõe uma ofensiva das trabalhadoras e trabalhadores, precisa:
- a) dar respostas aos reais interesses classistas;
 - b) romper à capitulação das forças externas ao movimento;
 - c) buscar saídas para o impasse que se instalou no seio do movimento, com o isolamento dos sindicatos, com a baixa sindicalização e o esvaziamento das propostas originais do sindicalismo combativo;
 - d) recompor a unidade das forças do movimento sindical e das centrais, rumo a uma nova Conclat.
- 19 – A atual conjuntura exige das trabalhadoras e dos trabalhadores uma ofensiva para a manutenção e as conquistas de direitos, mais ainda, a defesa de um projeto nacional que coloque o povo brasileiro no centro das questões do país.
- 20 – O protagonismo da classe trabalhadora, a defesa do pleno emprego, melhoria da qualidade de vida, defesa dos serviços públicos, o desenvolvimento com distribuição de renda, defesa da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático, são questões que estão na ordem do dia e precisam de respostas, que só virão através da mobilização da população na defesa desse projeto.
- 21 – Estamos vivendo um novo momento em que as forças políticas do movimento sindical brasileiro, buscam alternativas para se manifestarem a favor da nação brasileira
- 22 – No caso da SSB, não se trata simplesmente de rompermos com um campo e criarmos outro. A Central que criamos representa o sindi-



calismo classista e democrático junto à sociedade brasileira, tendo como farol o socialismo.

23 – Esta é a tarefa que estamos realizando com os primeiros passos já dados juntamente com amplos setores representativos do sindicalismo brasileiro e, principalmente, com a decisão tomada pela SSB de continuar a construção da Central dos socialistas, comunistas, democratas e independentes.

25 – A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras nasce forte e grandiosa nos propósitos, inserida no campo e na cidade junto com os movimentos sociais.

Avante socialistas da SSB!

Para a vitória da classe trabalhadora.

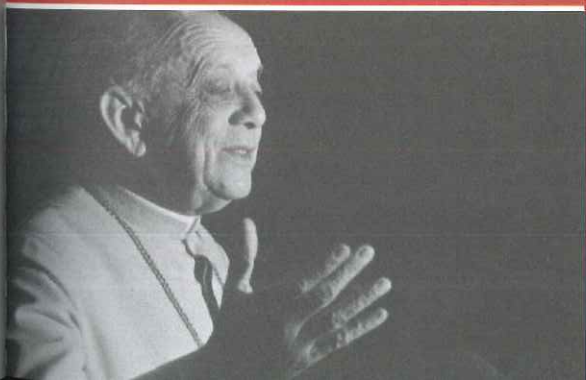
SSB ...

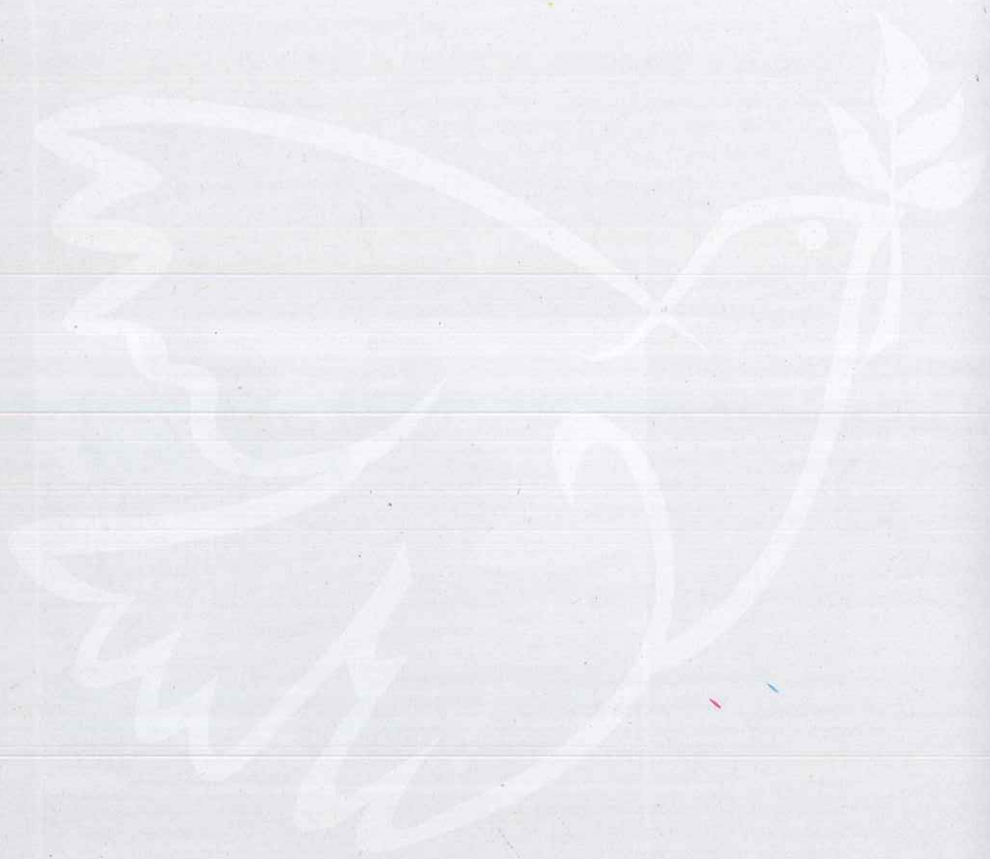
Ousar lutar...

Ousar vencer...



SOLENI DADE
DE ABERTURA DO
XI CONGRESSO







Dep. Alexandre Cardoso, Dep. Luiza Erundina, Dep. Ana Arraes, Dep. Ricardo Berzoini, Sen. Renato Casagrande, Mari Machado, Gov. Eduardo Campos, Carlos Siqueira, Roberto Amaral, Dep. Márcio França, Dep. Ciro Gomes, Vice-Gov. Wilson Martins



Abertura do XI Congresso pelo Presidente do PSB, Governador Eduardo Campos (PE)



Plenária de Abertura do XI Congresso Nacional do PSB



Mesa de Abertura do Congresso dos Segmentos Organizados do PSB

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Atenção, companheiros e companheiras. Pedimos para que tomem assento e vamos dar início ao XI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

Vamos compor a Mesa. Gostaria de convidar, com muita alegria, o governador de Pernambuco e presidente Nacional do nosso Partido, Eduardo Campos; o vice-presidente, Roberto Amaral; o senador Renato Casagrande, líder do PSB no Senado; deputado Márcio França, líder do PSB na Câmara dos Deputados; deputado Ciro Gomes, do PSB do Ceará; governador Cid Gomes; o vice-governador do Piauí, companheiro Wilson Martins; governadora Vilma de Farias do Rio Grande do Norte; deputado Beto Albuquerque, vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados; o embaixador de Cuba, Pedro Mosquera; o companheiro Ricardo Berzoini, presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, que nos honra com sua presença; companheiro Renildo Calheiros, representando a Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB; o embaixador da Venezuela, senhor Júlio García Montoyo; a deputada Ana Arraes; a deputada Luiza Erundina, do PSB de São Paulo; o representante da Central Sindical, Vagner Gomes; o deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil; o prefeito Ricardo Coutinho, de João Pessoa; o senador Antonio Carlos Valadares; deputado Alexandre Cardoso, do PSB do Rio de Janeiro; deputado Rogério Marinho, do PSB do Rio Grande do Norte; deputado Antonio Carlos Valadares Filho; deputado Ariosto Holanda; deputado Abelardo Camarinha; deputado Júlio Delgado; deputado Gonzaga Patriota; deputado Eduardo Lopes; deputado Fernando Bezerra Coelho Filho; deputada Janete Capiberibe; deputada Lídice da Mata; deputado Manoel Junior, do PSB da Paraíba; deputado Marcelo Serafim; deputado dr. Ubiale; deputado Marcondes Gadelha; deputado Mauro Nassif; deputada Sandra Rosado; deputado Ribamar Alves; deputado Carimbão; deputado Valtenir Pereira; deputado Laures Moreira; deputado Atila Lira; deputado Djalma Berguer; deputado Besar; senador João Alberto Capiberibe; Severino Nunes, companheiro da Executiva Nacional; companheiro Milton Coelho; companheiro Jaime Cardoso; companheiro Sergio Gaudenzi; Sérgio Novaes; companheiro prefeito William Dib; companheiro José Antonio Almeida; companheiro Ademir Andrade; companheiro Isaias Silvestre; companheiro Josué Freitas, da Juventude; companheira Dora Pires,

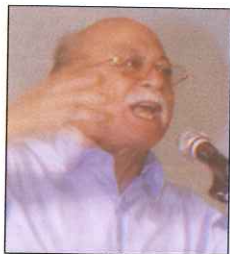


Secretária Nacional de Mulheres; companheiro Joilson Cardoso, Secretário Nacional Sindical; companheiro Gabriel Maia, do PSB do Acre; companheira Kátia Born; companheiro Marcos Alencar, do PSB do Distrito Federal; companheiro Barbosa Neto; companheiro Sérgio Assis; companheiro Vander Borges, presidente do PSB de Minas; companheiro Orlando Bordalo, do PSB do Pará; companheiro Caleb, presidente do PSB do Rio Grande do Sul; companheiro Paulo Viana, do PSB de Sergipe; companheira representante do Movimento Popular, Jesus, se estiver presente, e o companheiro do Movimento Negro, Mari. Convidamos o companheiro representante do PRB, dr. Vitor Paulo, para compor a Mesa. Registramos a presença, com alegria, do companheiro Márcio Lacerda, futuro prefeito da capital mineira, de Belo Horizonte.

Convidamos todos os companheiros para se porem de pé para cantarmos o Hino Nacional, iniciando a inauguração deste XI Encontro Nacional do Partido Socialista Brasileiro.

Companheiros e companheiras, neste XI Congresso Nacional, a Direção do PSB decidiu fazer duas homenagens. Neste momento, a homenagem será feita através de um pronunciamento do companheiro Roberto Amaral, aos cinquenta anos da Revolução Cubana, acontecimento da maior importância no cenário internacional, e que ainda hoje inspira milhares de seres humanos em todo o mundo, na luta por justiça social e por igualdade de oportunidades. Com a palavra o companheiro Roberto Amaral.

O SR. ROBERTO AMARAL – Companheiro, presidente e líder do nosso partido, governador Eduardo Campos, demais companheiros da Executiva Nacional e do Diretório Nacional, companheiros representantes dos demais partidos, que nos honram com a presença da instalação do nosso décimo primeiro congresso, companheiro Vitor Paulo, do PRB, companheiro Calheiros, do PCdoB, e companheiro Berzoini, do PT. Senhor embaixador de Cuba, companheiras militantes, companheiros militantes do Partido Socialista Brasileiro. Por que, na abertura deste encontro, os militantes do nosso partido





resolvem homenagear o povo cubano, e quero ressaltar este ponto, nós estamos homenageando o bravo, o heróico, o resistente povo cubano.

Por que nós estamos homenageando? Porque com esta homenagem estamos saudando o que há de mais bravo, o que há de mais leal, o que há de mais histórico e o que há de heróico, na alma latino-americana. Nós estamos saudando o povo cubano porque nós, os brasileiros, que apoiamos a Revolução Cubana, desde 1958, desde o *réveillon* de 58 para 59, nós, o povo brasileiro, temos uma extremada dívida com esse povo. Nós aprendemos, com a sua dignidade, nós aprendemos com a sua força, nós aprendemos com a sua resistência, e nós diariamente nos alimentamos com o seu exemplo. Enquanto Cuba estiver de pé, com ela e com seu povo, estará de pé e circulando o sangue latino-americano. É o sangue de Bolívar, é o sangue de José Martín, é o sangue de José Bonifácio, é o sangue da liberdade, da liberdade construída na luta, da liberdade construída contra o invasor, da liberdade construída contra o colonizador, da liberdade construída contra o imperialismo.

Cuba era uma revolução impossível, todos nós sabemos que pela teoria clássica do marxismo Cuba seria, em nosso continente, o último país a fazer uma revolução social, e, no entanto foi o primeiro, e até agora o único. Esse fenômeno eu quero discutir, porque ele é muito importante para a construção do nosso partido, porque a vitória de Fidel, Guevara e seus companheiros, subindo a Sierra Maestra, como insurretos, como anarquistas, como quixotes, como mosqueteiros, e descendo a Sierra Maestra, em direção à Havana, para construir o solo desde continente, a primeira e por isso mesmo a mais sofrida revolução social do século passado. É importante para nós, para que a gente recorde e realmente o papel do homem na história. Não é a história que faz o homem, é o homem que constrói o mundo, e o mundo histórico começa quando o homem pisa na terra; o homem faz a história mudando as circunstâncias, porque o nosso papel é de mudar as circunstâncias, é mudar as relações objetivas, é mudar a história, é mudar o curso da história, porque se nós não tivéssemos essa capacidade o mundo era imutável, mas o mundo pode ser mudado pelas idéias, o mundo pode ser mudado pelo voluntarismo, posso dizê-lo, o mundo pode ser mudado pela esperança, o mundo pode ser mudado pela utopia. Cuba quer nos dizer, e



nos ensina diariamente, que fazer é possível, que resistir é possível, que mudar é possível, que o homem, que o político, que o revolucionário não pode perder a esperança, nem pode na política ficar fazendo apenas cálculos pragmáticos, pragmáticos, objetivos foram os que, na Segunda Guerra Mundial, no primeiro aceno do nazismo em solo francês, aderiram à república, utopistas, sonhadores eram os revolucionários, os comunistas que foram para a resistência ao nazismo, os guerrilheiros que foram fazer a resistência ao invasor, e quem estava no Dia da Vitória, desfilando sob o Arco do Triunfo não eram os pragmáticos, eram os sonhadores, os operários, os camponeses, as mulheres e os homens, que em toda França fizeram a resistência ao nazismo. Fidel Castro reatualiza, entre nós, a filosofia do Dom Quixote.

O que era a Revolução Cubana, em 1958? Um sonho impossível. O que era Cuba, socialista, em face do bloqueio de seu inimigo, em face do bloqueio dos Estados Unidos e de seus aliados? A certeza da derrota. O que era cuba, o que seria Cuba depois do suicídio da União Soviética? Um projeto falecido. Não, o quixotismo construiu a revolução, o quixotismo construiu a resistência, quando era mais fácil a adesão, e o quixotismo está construindo aquele país, mantendo as conquistas de seu povo, mesmo depois da *débâcle* do socialismo do Leste Europeu. E, companheiros, a sobrevivência da Revolução Cubana não é um projeto cubano, não interessa exclusivamente ao povo cubano, nos interessa a todos nós, latino-americanos, mas interessa principalmente à humanidade, porque a humanidade tem o direito de conhecer essa experiência que o imperialismo quer destruir. Fidel Castro é o Quixote que soube sonhar e realizar o sonho, o mais belo poema que Fidel escreveu foi a Revolução Cubana, e nós diremos, com o povo cubano, de pé até a vitória.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Dando seqüência ao nosso XI Congresso Nacional do PSB, queremos convidar a companheira, deputada Ana Arraes, que irá fazer um pronunciamento em homenagem a uma das grandes figuras do cenário político brasileiro, da segunda metade do século passado, o grande ícone da igreja progressista no Brasil, grande defensor dos direitos humanos, o santo rebelde, Dom Helder Câmara. Com a palavra a deputada Ana Arraes.



A DEPUTADA ANA ARRAES – Eu quero cumprimentar o meu querido filho e presidente do Partido Socialista Brasileiro, governador do estado de Pernambuco, Eduardo Campos; quero cumprimentar o presidente do PT, Ricardo Berzoini; quero cumprimentar o líder, na Câmara, do PCdoB, representando o seu



presidente Renildo Calheiros; quero cumprimentar o presidente do PRB, Vitor Paulo; quero cumprimentar o embaixador de Cuba; quero cumprimentar o embaixador da Venezuela; quero cumprimentar os deputados federais aqui presentes, os estaduais, os prefeitos, vereadores, lideranças, e, quero cumprimentar, sobretudo, a militância aguerrida e firme do nosso partido.

Hoje, o nosso partido, neste congresso, homenageia dois grandes homens, Fidel Castro e Dom Helder, e os dois têm um viés comum que é o viés de olhar a desigualdade e lutar contra essa desigualdade. É por isso que estamos hoje prestando essa justa homenagem no nosso congresso, aos cem anos de nascimento de Dom Helder Câmara. É de grande importância lembrarmos a vida de um homem que ajudou muitos nordestinos, e muitos moradores do Sudeste deste país, e do mundo, porque ultrapassou as fronteiras brasileiras, tornando-se um dos grandes personagens do mundo, do século 20. O conteúdo de suas mensagens se mantém absolutamente atual, passados cerca de setenta anos do início efetivo de sua pregação, e quase dez anos sem a sua presença ativa e marcante entre nós.

É impossível falar sobre Dom Helder sem se ater apenas a uma de suas facetas, ao religioso, ao pensador, o político, a personalidade, o midiático, o poeta. Mas em qualquer dessas frentes há sempre uma pessoa desprovida de egoísmo, humilde, preocupado com o próximo, e, sobretudo, com uma capacidade plena de amar. Alguém que, saído de um estado do Nordeste, o Ceará, conseguiu se fazer ouvido em todos os cantos do Planeta, conviveu proximamente ao poder e teve a sua luta reconhecida pelas mais diversas correntes e classes, e ainda jamais se desviou dos caminhos de procurar garantir uma melhor qualidade de vida para o povo mais carente. O Dom Helder pensador, exemplo de cidadão extremamente preocupado em diminuir as diferenças sociais, foi provavelmente



o que conquistou maior expressão. Em um momento em que a Guerra Fria se exacerbava e a discussão em pauta era qual o sistema de governo que deveria se impor no mundo, se o capitalismo ou se o comunismo, o cearense de Fortaleza levou o seu discurso de vanguarda a platéias da Europa, da América do Norte, da Ásia e da Oceania, antecipando a discussão sobre uma alternativa de um modelo mais justo e que reduzisse os abismos entre os países desenvolvidos e a dura realidade das nações de Terceiro Mundo, uma busca que permanece.

Frei Leonardo Boff, que conviveu com Dom Helder, na época em que ambos militavam na Ação Católica, comentou em um ensaio sobre a comemoração dos noventa anos de vida de Dom Helder: defensor intransigente dos pobres, toda sua atuação se pautou pela busca de uma alternativa que superasse tanto o comunismo quanto o capitalismo, por essa utopia correu o mundo e mobilizou multidões em metrópoles de países desenvolvidos, o Dom Helder religioso foi o que conseguiu espaço para transformar seus pensamentos em realizações, atuou como assistente nacional da Ação Católica, fundou a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a Cruzada São Sebastião, o Banco da Providência, e no Nordeste a Operação Esperança, que deu acesso à terra às vítimas do latifúndio. Em sua trajetória dentro da Igreja também fez com que sua atuação transcendesse os limites do nosso país, a partir de sua participação, durante o Concílio Ecumênico do Vaticano II, em 1962, que foi um marco na história da Igreja, onde a Igreja escolheu ficar preferencialmente ao lado dos pobres.

Quando assumiu o papel de articulador nesse concílio, dos países da Ásia, da África e América Latina, Dom Helder deixou de ser personagem nacional, para se tornar um dos personagens-chave da cena internacional, não apenas da Igreja, sempre buscando uma atenção ao Terceiro Mundo, aos temas da pobreza e da fome. É figura importante e de colaboração marcante na consolidação de nova imagem adotada pela Igreja Católica, a partir da segunda metade do século 20; sua presença no concílio, despojado das vestes episcopais, com aparência frágil e a palavra forte, torna-o um dos símbolos de uma nova igreja, a igreja dos pobres, uma igreja que não se contentava em prover o povo de palavras, mas que transformava o conteúdo do seu discurso em ações concretas. Chega a Pernambuco, um estado com tradição de luta pela liberdade, em 1964, quando



nosso estado vivia uma das maiores perseguições, porque nós sempre tivemos e honramos a história do povo, e àquela época o nosso governador estava preso e depois de um ano seria exilado. Durante esse momento de grande dificuldade, para aqueles que sempre militaram do lado do socialismo, do lado daqueles que precisam da mão do Estado, na luta pela igualdade, ele chegou num momento propício, chegou como um pastor, para ajudar, suportar, e semear a sua coragem, ensinando-nos a permanecer firmes em nossa caminhada.

Paralelo a esse enfrentamento ao regime da época, semeava o trabalho de conscientização das classes populares, o que em uma época em que as liberdades individuais eram cerceadas, incomodava ainda mais o regime dirigente. Na Arquidiocese de Olinda e Recife, em um tempo em que os meios de comunicação não eram tão abrangentes, se viu mais distante do centro político do país, e com mais espaço para se voltar ao trabalho junto às comunidades. Nessa época criou os encontros com os irmãos, onde dava voz ao povo humilde, a fim de incentivar a organização social e o que costumeiramente chamava de despertar de consciência das massas. Esses encontros são considerados os precursores das comunidades eclesiais de base. Apesar dessa postura enérgica, atuante, não abandonava a vida simples, andava nas ruas de peito aberto, apesar de cada vez mais freqüentes as ameaças de morte.

Nem mesmo o duro golpe sofrido, com a trágica perda de um de seus mais fiéis seguidores, o Padre Antonio Henrique, seqüestrado, torturado e morto no Recife, em 1968, o fez recuar. Não deixava de apontar as mazelas do sistema repressor, não partia para o caminho mais fácil como muitos fizeram naquela época, de simplesmente se render ao modelo capitalista, tinha como arma a lucidez das suas palavras, sua coerência e seu tom pacificador, eram seus escudos, como mostra uma declaração dada em plena ditadura: há uma guerra psicológica para afastar o comunismo, há também problemas gravíssimos em consequência de achatamento proporcionado pelas nações capitalistas, não é possível simplesmente embarcar unilateralmente no anticomunismo, é necessário ter a coragem de verificar o que causa uma distância sempre maior entre os países desenvolvidos, industriais e ricos, e os países subdesenvolvidos, há a ideologia da segurança nacional, como valor supremo, se é um valor supremo



tudo é válido para manter essa ideologia, pagamos caro por isso na América Latina, então está errado, pois o valor supremo só Deus.

A CNBB já denunciara a prática da tortura em nosso país, algumas entidades tentavam disseminar essas informações em alguns países. Então, em 1970, Dom Helder é destacado para levar a história a todo mundo. No mais forte pronunciamento sobre o tema, no exterior, reúne cerca de vinte mil pessoas em Paris, e denuncia o drama vivido por milhares de presos políticos no Brasil. Esse episódio o faz ser indicado por diversas vezes ao Prêmio Nobel da Paz. Nos primeiros anos da década de setenta, em todas as vezes era favorito absoluto, mas as pressões do governo militar, que chegou a distribuir um falso dossiê contra o Arcebispo surtiram efeito, e o Prêmio Nobel jamais foi dado a Dom Helder. Novamente Frei Leonardo Boff, dá a verdadeira dimensão da relevância de Dom Helder Câmara no cenário da época: perdeu o Nobel, perdeu a Igreja, Dom Helder engrandeceria um e outro, pois ele sintetiza e simboliza o que de mais evangélico ocorreu na Igreja Católica nessa segunda metade do século 20.

É desnecessário dizer que a ausência desse reconhecimento por parte do Prêmio Nobel não desacelerou as ações de Dom Helder em prol de um mundo mais justo. À frente da Arquidiocese de Olinda e Recife continuou a tocar projetos de grande relevância, e em 1985, ao se aposentar, deixou mais de quinhentas comunidades de base organizadas, que reuniam operários, trabalhadores rurais e retirantes em luta por melhores condições de vida. Aos oitenta anos de idade, e ainda atuante, Dom Helder articula uma campanha pela erradicação da miséria no país. É a primeira e até hoje principal proposta neste sentido, propondo como maior ferramenta a luta pela reforma agrária para conduzir o Brasil ao caminho da justiça social.

Peço licença para tratar esta homenagem de forma mais pessoal. Sempre enxerguei muitas semelhanças nas bases da doutrina do socialismo e do cristianismo. Por mais que algumas correntes de pensamento dessa ideologia política tenham alterado o ceticismo e o materialismo, para mim os valores difundidos por Jesus Cristo, do qual não difere o discurso de Dom Helder, é semelhante ao que nós perseguimos. Foi assim que fui educada, e foi dessa



forma que eduquei meus filhos: amor, fraternidade, paz, justiça social, igualdade, altruísmo, benevolência, liberdade, valorização do papel da mulher na sociedade, democracia. São temas em que é possível identificar tanto as palavras de Jesus Cristo quanto as diretrizes do socialismo moderno, o socialismo que não despreza o material. Quando este é necessário para melhorar a vida do povo, mas que acima de tudo prioriza o ser humano.

Gostaria, antes de encerrar esta homenagem, de trazer a vocês as palavras de um jovem governador de estado do Nordeste, um dos líderes ascendentes, tanto do nosso partido quanto da política nacional, que reforçam essa tese de que o legado deixado por Dom Helder é muito próximo ao que o PSB e os demais representantes das correntes de pensamentos socialistas, no Brasil, pregam. Ele disse: “Dom Helder é o exemplo de uma vida útil, de uma vida que trouxe vida, que trouxe uma mensagem de liberdade, de amor ao próximo, de uma Igreja que se aliou às grandes causas do povo mais pobre, também de luta pela democracia, pela liberdade, pela juventude que inspirou muitas pessoas pelo país e continua inspirando”. A declaração é do governador de Pernambuco, o presidente Nacional do PSB, Eduardo Campos.

Peço atenção de todos para que encerremos essa homenagem, com a exibição de um poema que reflete um pouco do que foi Dom Helder, um ser de identidade complexa e paradoxalmente alguém de uma simplicidade extrema, que nos deixou um legado de vida impressionante.

Por fim, quero ler só um verso de Dom Helder: “partir e caminhar, partir é antes de tudo sair de si, romper a crosta de egoísmo que tende a aprisionar-nos no próprio eu”. E disse Dom Helder também, que “quando os problemas se tornam absurdos, os desafios se tornam apaixonantes”. É com essa paixão que nós homenageamos a vida de Dom Helder, e é com essa paixão que lutamos pelo Partido Socialista Brasileiro, por dias melhores, e o avanço popular, dos direitos do povo do nosso Brasil. Viva o Brasil! Viva Dom Helder! Viva o Partido Socialista Brasileiro!



O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Agradecendo a companheira Ana Arraes, por essa brilhante homenagem ao nosso querido Dom Helder, queremos convidar, para usar da palavra, com muita alegria, o líder do Governo da Câmara dos Deputados, o bravo deputado, companheiro gaúcho, Beto Albuquerque.

O DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Companheiro presidente, governador Eduardo Campos, permita-me que eu, em nome deste ilustre companheiro, que traz consigo a história e o presente da construção do nosso



partido, possa saudar a todos os integrantes da nossa Mesa. Quero saudar a Juventude Socialista, quero saudar as mulheres socialistas, quero saudar os negros socialistas, os trabalhadores, trabalhadoras, militantes da CTB, a nossa central dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, e saudar também cada militante que aqui está presente.

Há 22 anos me filiei no Partido Socialista Brasileiro e sinto um orgulho a cada congresso, de poder enxergar, perceber, sentir o vigorismo que reina no crescimento desta legião que acredita numa sociedade igual, numa sociedade solidária, fraterna, numa sociedade socialista, que são os militantes e as militantes do nosso partido. O nosso PSB, desde muito cedo, antes mesmo da sua refundação, sempre teve a vocação indissociável de construir a unidade da esquerda brasileira. Lá na época da Esquerda Democrática, ali já exercíamos o papel da unidade, de soldar as pontas, e hoje continuamos vocacionados a exercer esse papel, primeiro solidificando a nossa unidade interna, como militantes de uma causa comum, que quer construir um país mais justo, para todos e com ele redirmos um passado de escravidão e exploração sobre o povo brasileiro. Precisamos superar, companheiros e companheiras, quaisquer que sejam os limites, as disputas ou as ameaças que possam segregar a caminhada conjunta, porque só ela é capaz de construir vitórias.

O nosso partido integra o governo do presidente Lula, cumpre a tarefa e de forma solidária apóia as iniciativas que o presidente Lula tem protagonizado



nesses últimos seis anos, e que tem mudado a realidade do país. Não há um número sequer que possa aqui ser contestado, que no governo do presidente Lula, que tem a participação ativa do Partido Socialista Brasileiro, dos seus deputados federais, a quem saúdo, dos seus senadores, a quem enalteço, da sua militância, que não sejam melhores do que os dos quinhentos anos anteriores, dominados pela política da exclusão, pela política das oligarquias, pela política da concentração da riqueza, da renda na mão de poucos e apenas no centro do país.

Hoje somos um país mais democraticamente distribuído, somos um país de cidadãos mais incluídos, somos um país melhor, mas ainda temos muitos caminhos e muitos obstáculos por superar. Fazemos, hoje, no Ministério de Ciência e Tecnologia, uma política de inclusão digital em todo país. Fizemos, nesse governo, e no Ministério que o PSB ocupa desde o primeiro momento, com Roberto Amaral, Eduardo Campos e Sérgio Resende, à frente, fizemos a ciência não ser apenas a propriedade ou apropriada pelas academias, mas fizemos perceber que a ciência, a tecnologia pode ser instrumento em ferramenta da emancipação do cidadão, da cidadã e dos trabalhadores. Temos visto isso pelo país, e por isso apoiamos políticas de inclusão, como o Prouni, como a expansão do ensino federal no país, a retomada e expansão do ensino profissional e tecnológico, políticas próprias de desenvolvimento agrário, de agricultura familiar, que antes não era própria, vinha do que sobrava do *agrobusiness*, hoje, não, temos a grande agricultura, temos o *agrobusiness*, mas temos também orçamento próprio e políticas de resultados na agricultura familiar, com orçamento próprio, com política própria, com organização do homem e da mulher, do campo e na cidade. Aliás, recentemente, com o apoio da Câmara dos Deputados, das nossas bancadas na Câmara e no Senado, aprovamos a continuidade da aposentadoria para os trabalhadores e trabalhadoras rurais deste país.

Quero dizer, companheiros, que nos dedicamos para fazer com que esse governo avance, mas este governo, que nós integramos, não é o ponto final da história, mas muito provavelmente seja o ponto de começo de uma grande trajetória. E acho também, e queria, ao saudar essa militância e a nossa direção, que percebo que também começa a chegar a hora de um protagonismo mais



próprio do Partido Socialista Brasileiro. Estamos preparados para esse protagonismo, para governar estados e para governar o Brasil, e precisamos, por essas razões, manter a coesão, a unidade, a direção, o rumo, o compromisso, o discurso junto à sociedade brasileira. O PSB é um partido socialista porque quer construir igualdade, e quando governa, do menor município ao maior estado, ou quando governa integrando o governo como o governo do presidente Lula, tem que fazê-lo para desejar a igualdade de oportunidades que falta ao povo brasileiro. Se dermos trabalho ao povo, ele trabalha, se dermos escola ao povo ele estuda, se abriremos as portas das universidades ele será cientista, ele será pesquisador, o povo brasileiro quer oportunidades e nós somos o partido da igualdade de oportunidades.

Companheiros e companheiras, que este congresso consolide o nosso rumo, consolide o nosso compromisso, e faça o PSB iniciar a caminhada consistente para a sua vitória, com mais companheiros lá em 2010, quando a hora do PSB chegar e o povo conosco também desejar vencer. Um abraço a todos, bom congresso. Viva o Partido Socialista Brasileiro!

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiros, antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaríamos de anunciar, com alegria e muita satisfação, que a Juventude Socialista Brasileira, em seu congresso no dia de hoje, elegeu, para representá-la junto à comissão Executiva Nacional, o companheiro Alex Nazaré, do PSB do Amapá. Também a Plenária do Movimento Negro do Partido Socialista Brasileiro, elegeu, nesta tarde, a grande companheira Cristina Almeida, do PSB do Amapá, para coordenadora do Movimento.

Dando sequência, gostaríamos de convidar para usar a palavra e fazer uma saudação à nossa militância, o nosso líder na Câmara dos Deputados, o companheiro Márcio França.



O DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA – Companheiros, companheiras, meu caro amigo presidente Eduardo Campos, na sua pessoa quero cumprimentar todos os nossos amigos e companheiros dessa Mesa. Quero pedir licença,

apenas, para cumprimentar de maneira muito especial, por tudo que representa e ao mesmo tempo já com isso homenageando a figura do nosso único refundador aqui presente, professor Roberto Amaral, a quem neste instante saúdo e cumprimento.

Quero também pedir licença, de maneira muito especial, para cumprimentar todas as mulheres aqui presentes, uma mulher que embora não esteja na Mesa, tem uma história conosco, de muitos e muitos anos, que acompanho e admiro a distância, prefeita Creuza da cidade de Salgado, que queria que todos cumprimentassem, pelos anos e anos de partido.

Meus amigos, há mais de vinte anos, 472 pessoas, almas boas, me conduziram à Câmara Municipal da minha cidade, já pelo PSB. Vinte anos depois, ou quase isso, 215 mil paulistas me conduziram a esse Congresso. Ao longo de todos esses anos muita coisa na minha vida mudou, no meu pensamento, as minhas idéias, no convívio com tantos e tantos amigos e companheiros, especialmente do nosso partido, e do nosso campo de atuação. Entretanto, algumas coisas, em especial, marcaram e continuam marcando o meu jeito de pensar. Três delas eu gostaria de lembrar a cada um dos senhores, de todo Brasil, que aqui estão.

A primeira delas é que desde o início até hoje dediquei e dedico os mandatos que tive, todas as funções que ocupei, com muita honra dedico ao Partido Socialista Brasileiro, que ajudo a construir, com muito orgulho, em todos esses anos. A este Partido eu devo tudo o que fui, o que sou e o que caminhei dentro da política. Aos meus trinta companheiros, honrados, decentes, dignos e competentes deputados e colegas deputados federais, devo a honra neste instante de falar em nome deles. Ao mesmo tempo, ao longo de todos esses anos, sempre mantive, como mantenho até hoje, um pensamento fixo de que devia dedicar toda minha atuação e meu respeito à única forma que entendo legítima, de origem, de se chegar ao poder, que é o voto. Sou e tenho muito orgulho de ter sido eleito, sou e tenho muito orgulho de ser político, sou e tenho muito orgulho de ser do PSB, tenho orgulho do meu partido e tenho orgulho de ser político. Isso, nos tempos atuais, parece que as pessoas, por vezes, fazem questão de esquecer. Companheiros, não há outra maneira, não há outra chance de toda



população poder se sentir representada, decidir efetivamente a não ser pelo voto. É o voto que deve decidir quais são as políticas implantadas em qualquer lugar, e a ele nós devemos o nosso respeito.

Por fim, a terceira coisa que continua pesando desde o início, é que por todos os lugares que passei, prefeituras, lugares, secretarias, enfim, sempre entendi que minha grande tarefa era garantir a todas as pessoas uma igualdade de oportunidades. Essa é a grande tarefa, como disse Beto, do Partido Socialista, garantir a todos os cidadãos uma igualdade de oportunidades. Não é justo e não é correto que o cidadão mais simples não tenha direito de ocupar os mesmos lugares que têm as pessoas com condições. E hoje eles não põem fazer isso porque não têm a devida atenção, com sua educação, não têm a devida atenção com sua saúde, e não têm a devida atenção com tantas outras coisas. É bem verdade que nos últimos anos nós conseguimos produzir grandes avanços, mercê de uma grande liderança política que o Brasil produziu, que vem da origem da coisa mais simples que só a democracia podia produzir, um homem com a inteligência e sabedoria do presidente Lula, só a democracia. Se fosse por um concurso público, talvez o presidente não tivesse ocupando essa função, se fosse talvez pelas pesquisas, ou se fosse por outro instrumento que não o voto, o presidente Lula jamais estaria ocupando essa função.

É, portanto, o voto que lastreia a oportunidade de uma pessoa com a trajetória do presidente Lula ocupar o mais alto cargo deste país. A ele, à nossa bancada e ao governo dele, a nossa bancada tem sido leal, correta, entretanto, não submissa, entretanto não permitindo, porque também não é assim que os aliados verdadeiros devem construir as ligações, não apenas aquiescendo com as coisas que o governo pensa. Discutimos no fórum correto, dentro do governo, nas reuniões do governo, não estamos acostumados e não somos acostumados a apenas votar ou concordar com aquilo que agrada. Muitas vezes o bom político, o bom gestor deve ser aquele que aplica remédios amargos, aquele que diz para as pessoas não, não é possível fazer isso agora. Essa é a tarefa de um bom gestor. Mas se isso é verdade, também é verdade que quando for para buscar as grandes conquistas, quando for para conseguir arrancar as grandes vitórias, tem lá a bancada do PSB, para colaborar com o governo do presidente Lula. Agora, se todas



essas tarefas, se todas essas conquistas forem importantes, nós estamos aqui, todos reunidos, hoje, para dizer aos nossos companheiros da Mesa, aos nossos companheiros de outros partidos, aos nossos companheiros, prefeitos, vereadores, deputados, senadores, enfim a todos os militantes, que nós não achamos que apenas o que avançamos até hoje basta para o Brasil. Não é verdade, há muito mais para avançar no Brasil. O presidente Lula venceu grandes etapas, atravessou grandes barreiras, mas o Brasil vai prosseguir, tem para ele um futuro muito maior, e nesse futuro caberá um papel importante para o PSB. Cada um de nós vai escrever na noite de hoje uma página desse futuro. Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiros, vamos passar a palavra agora ao líder do nosso partido no Senado Federal, e também presidente do PSB do Espírito Santo, o grande companheiro Renato Casagrande.

O SENADOR RENATO CASAGRANDE – Boa noite à militância do partido reunida neste Congresso; quero cumprimentar o presidente do PSB, governador Eduardo Campos; cumprimentar o vice-presidente, dr. Roberto Amaral; cumprimentar Carlos Siqueira e Mari Machado, em nome desses quatro companheiros quero cumprimentar a Executiva do Partido, Diretório Nacional do Partido aqui reunido; quero cumprimentar ao Márcio França, líder da Bancada na Câmara. Em nome do Márcio, cumprimentar os deputados federais, deputados estaduais, vereadores, presentes a esse congresso; cumprimentar as representações partidárias, Ricardo Berzoini, do PT, Renildo e Aldo do PCdoB, Vitor Paulo do PRB; cumprimentar Ciro Gomes, nossa grande liderança neste país, deputado federal, obrigado Ciro; quero cumprimentar os segmentos organizados presentes, que fizeram belos congressos hoje, durante o dia, começando pelas mulheres, que elegeram a Dora, como secretária, parabéns a todas as mulheres presentes, parabéns pelo congresso que realizaram; cumprimentando os negros e negras, que elegeram a Cristina, como coordenadora do segmento, Cristina que teve um belo desempenho na última campanha lá no Amapá; cumprimentar o Alex, da Juventude, secretário da Juventude; cumprimentar o Joilson, secretário





Sindical; e cumprimentar Jesus, que é da coordenação do Movimento Popular; os segmentos significam a energia do PSB, o espírito do PSB; o PSB tem que eleger governador, presidente da República, senador, deputados, prefeitos, vereadores, mas se não tivermos uma ligação muito forte com a base da sociedade não temos razão de existir. Então, os segmentos têm que ser fortalecidos, precisamos de cada vez mais nos unificarmos, fortalecermos para que a gente tenha um partido cada vez mais dinâmico, cada vez mais presente na luta da sociedade brasileira.

Parabéns a todos vocês. Esse congresso é o congresso da unidade partidária, esse congresso se apresenta num momento sob a coordenação de Eduardo Campos, que sob a vigilância de Miguel Arraes, nós nos mantemos e estamos nos mantendo numa posição de unidade partidária, construindo e avançando na organização, no crescimento eleitoral e no crescimento junto à sociedade brasileira. Estamos às vésperas de uma eleição municipal, estamos a alguns dias de fecharmos as nossas alianças.

Tivemos, nos últimos dias, um grande encontro no Rio de Janeiro, o PSB debateu reforma urbana, que é um tema muito caro para nós, e que nós defendemos como uma das metas e dos objetivos e da orientação de programa de cada companheiro nosso que esteja numa prefeitura, numa câmara ou em qualquer outra posição de destaque. Nós temos que debater, além da reforma urbana, ou junto com a reforma urbana, temos que debater um novo pacto federativo para esse país, para que a gente possa fortalecer o poder local, para que a gente possa fortalecer os municípios brasileiros, onde tenhamos condições de fazer com que a população participe das decisões dos nossos governos; temos que debater questões de interesse da sociedade, uma sociedade que hoje exige transparência dos nossos gestores, a sociedade com a capacidade que temos, de acessar novas tecnologias a cada dia, a sociedade exige que nós possamos informar, em tempo real, como estamos gastando o dinheiro do contribuinte, como estamos gastando o dinheiro da população. A transparência é uma bandeira que nós defendemos há muito tempo, nesse partido, e nossos gestores têm que fazer com que as informações cheguem à população, a cada cidadão, a cada cidadã, para que a gente possa diferenciar



a nossa administração, para que a gente possa chegar lá, para que possamos fazer um trabalho, para que a gente possa implementar um programa, para que a gente possa marcar a nossa diferença, temos que ter a capacidade de fazer aquilo que temos feito nas últimas eleições; o PSB tem funcionado como cimento, o PSB tem buscado alianças, o PSB ajudou a construir e a formar um bloco, mas o PSB tem que fazer com que nós busquemos a unidade das forças democráticas e progressistas nas principais cidades deste país, nos municípios pelo país afora.

Essa unidade do campo democrático e popular é unidade importante para nós, para que possamos dar a resposta às forças conservadoras, que não querem o avanço dos programas de atendimento à população mais carente deste país. Estamos no governo do presidente Lula porque compreendemos que o presidente Lula tem promovido avanços importantes, promovido avanços na área social, tem promovido avanços na consolidação destes programas sociais; há muito tempo não tínhamos a população mais desfavorecida, mais prejudicada, mais pobre deste país, com o atendimento como temos agora, consolidando programas importantes, consolidando ações importantes, fazendo com que outros governos que por acaso venham aí, possam dar continuidade a esses programas.

Alguns críticos conservadores acham que isso é dar dinheiro, é jogar dinheiro fora, é dar dinheiro de graça, é dar o peixe e não ensinar a pescar. Quero saber se quando a pessoa estiver passando fome ela vai ter esse tipo de argumento. Então, esses programas sociais são programas importantes para nós, e estamos dando sustentação ao governo do presidente Lula. Estamos juntos no governo do presidente Lula, fazendo com que nós possamos aprofundar uma política econômica que deu oportunidade de emprego e renda aos brasileiros deste país, programa social, mas um programa na área econômica que garanta a sustentabilidade da família de cada brasileiro, e na política econômica temos tido resposta, não da forma como gostaríamos, não na direção que gostaríamos, mas hoje a situação do país é uma situação muito mais adequada, do que era no passado.



Temos por parte do governo que estamos participando, avanços significativos onde nós estamos presentes, avanços na área de ciência e tecnologia, avanços na área portuária, com os companheiros nossos dirigindo essas áreas e apresentando trabalho e soluções para a população brasileira. Estamos contribuindo com este governo, só que assim como falou o líder Márcio França, só que como falou o nosso líder Beto Albuquerque, este governo do presidente Lula é um governo da transição, é um governo de muitos anos, que veio suceder, depois de muitos anos um governo para poder fazer uma mudança de um país que não dava oportunidade a todos os brasileiros, para um país que tem que começar a dar oportunidades a todos os brasileiros. Estamos satisfeitos? Não. Estamos avançando? Estamos.

Por isso que estamos aqui, reunidos neste congresso, para que a gente possa dizer que o PSB quer dar um passo adiante, o PSB quer levar a oportunidade igual a todos os brasileiros, o PSB quer ter um programa que possa atender às pessoas que mais precisam, o PSB quer aprofundar as mudanças na sociedade, o PSB quer coletar cada vez mais recursos para poder atender à população que mais precisa, e tirando de quem mais ganha, não tirando de quem menos ganha. Temos muito que fazer para que a gente possa patrocinar e promover as mudanças. Vamos dar um passo adiante, vamos avançar, vamos estar juntos, construindo, consolidando, fortalecendo o nosso partido, mas estaremos juntos buscando as alianças para que possamos garantir esses avanços necessários.

Militantes, companheiros, companheiras, reunidos neste Congresso, essa é a mensagem que gostaríamos de deixar para vocês: queremos desejar um grande e bom congresso, que saíamos daqui ainda mais unidos, porque o nosso partido precisa da nossa unidade. Viva o Partido Socialista Brasileiro! Viva o Brasil! Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiros, antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de registrar com muita alegria a presença de dezena de vereadores neste plenário vindos de todas as regiões do nosso grande país. Eu gostaria de saudá-los nas pessoas



do vereador João Arraes, da cidade do Recife, que peço para se levantar, e da vereadora Tereza Nelma, de Maceió.

Também temos a presença de dezenas de deputados estaduais. Lamentavelmente, a Mesa não comportar todos, mas eu gostaria de saudá-los na pessoa do jovem deputado estadual do Amapá, companheiro Camilo Capiberibe. Também há entre nós muitos prefeitos, vice-prefeitos e prefeitas. Eu gostaria de saudar todos os prefeitos aqui presentes na pessoa do companheiro Evilásio Farias, de Taboão da Serra, São Paulo.

Companheiros, vamos passar a palavra a um grande companheiro, o deputado federal mais votado na última eleição para a Câmara dos Deputados, o companheiro Ciro Gomes, do PSB do Ceará.

O DEPUTADO CIRO GOMES – Meu caro companheiro, meu caro amigo, presidente de todos os socialistas brasileiros, exemplo de governante, companheiro presidente Eduardo Campos. Em nome do governador Eduardo Campos, quero saudar a todos os companheiros e companheiras, delegados ao Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro.



Se o Eduardo me permite quero ainda saudar algumas pessoas por óbvio merecimento. Quero saudar o nosso militante modelo, líder da juventude Socialista, Roberto Amaral. Repararam bem em líder da Juventude Socialista Brasileira? Quero cumprimentar a valorosa mulher brasileira, militante e companheira do Partido Socialista Brasileiro e de outros partidos que nos visitam na pessoa desta extraordinária companheira, governadora Vilma de Faria, e na pessoa dessa extraordinária companheira, valorosa militante e inspiradora do nosso presidente, deputada Ana Arraes. Eu a cumprimento pelo discurso que fez com relação a Dom Elder. Enfim, quero cumprimentar a todos os companheiros parlamentares nas pessoas do vice-líder do Governo, futuro governador do Rio Grande do Sul, Beto Albuquerque, do nosso líder no Senado, futuro governador do Espírito Santo, Renato Casagrande e na



pessoa desse companheiro que nos organiza e nos orienta na Câmara Federal, futuro governador de São Paulo, Márcio França. Quero cumprimentar os srs. embaixadores de Cuba e da Venezuela e agradeço a honra da presença de vocês. Quero cumprimentar a todos os companheiros e companheiras que vieram dos mais diversos rincões do Brasil na pessoa desse quadro inspirador de todos nós, mulher de grande valor, prefeita Luiza Erundina. Quero cumprimentar os companheiros que nos dão grande satisfação, alegria e honra com suas presenças, companheiro Ricardo Berzoini, presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, companheiro Renildo e companheiro Aldo Rebelo do Partido Comunista do Brasil, companheiro Vitor Paulo do PRB, nosso companheiro do bloco.

Enfim, companheiros e companheiras, vindo do coração para a boca, e se eu não conseguir fazer esta homenagem ao meu coração a minha cabeça não vai funcionar a contento, a minha primeira palavra é de gratidão aos militantes do PSB e a sua superior direção pelo privilégio que me concederam de aceitar entre vocês a minha militância.

Tenho uma vida muito sofrida em relação a minha opção de luta e de militância. E o momento da minha vida em que me sinto mais confortável, mais respeitado, e que já vai para minha felicidade se alongando, e espero que seja para o resto da vida, é a militância de terem me aceitado no PSB. Portanto, Eduardo, muito obrigado a você e a todos os companheiros por esse privilégio.

Saciada a minha emoção, desejo dizer-lhes, não como faria Hugo Chávez, Fidel Castro, Leonel Brizola ou Padre Antônio Vieira, porque tenho de lhes homenagear a paciência, mas tenho vontade de dizer num Congresso como este uma porção de coisas que são de pensarmos juntos e de orientação minha para a nossa militância pelos próximos momentos na vida brasileira.

Todos os companheiros que me antecederam aqui esclareceram com muito maior brilho do que eu seja capaz por que razão concreta, política, lúcida, o Partido Socialista Brasileiro integra a base de sustentação do governo do presidente Lula. É possível que cada um da nossa militância sustente esse debate em qualquer



contexto brasileiro ou em qualquer contexto internacional. Eu tenho um pouco mais a obrigação, pelo peso dos anos que orienta a minha experiência, de saber com mais clareza ainda e com certa agudeza quais são essas razões.

Em verdade, se mal compararmos o olhar sobre a vida brasileira a um olhar que se faz de dentro de um carro, pelo retrovisor, é possível com muita nitidez perceber o acerto estratégico da nossa modesta sustentação, ao lado de muitos outros companheiros de grande valor, dos rumos que o país vem experimentando sob a liderança do presidente Lula. Não há um número sequer, um sequer, ou para homenagear aquela regra que diz que toda regra tem uma exceção, eu diria que salvo os números da dengue não há um número sequer em que o Brasil não esteja melhorando em todas as direções. Seria cansativo replicar. Mas aquilo que aos socialistas parece ser muito mais caro pode resumir, pode caricaturar aquilo que quero afirmar com modéstia, porque daqui a pouco para além do retrovisor precisamos olhar para frente e a estrada é nebulosa.

O espaço para os salários na renda nacional, este talvez seja o indicador resumo mais eloqüente de todos, para nós que temos a militância socialista no campo democrático. Quando esta quadra de poder se instala no Brasil, o desemprego aberto pelos critérios do IBGE tinha saltado em oito anos de perversão neoliberal de 4,5%, quando eu era ministro da Fazenda, para 14,5%, quando toma posse o presidente Lula. O desemprego hoje desce a oito e fração. Evidentemente, se olharmos para trás ninguém pode duvidar que é muito diferente o itinerário de economia política que toma um país com 4,5% de desemprego e o explode para 14,5% de um país que desce de 14,5% para 8%.

O salário mínimo tem a ver com a vida de setenta de cada cem trabalhadores das regiões periféricas do país. E são regiões periféricas densamente populares, densamente populáveis, densamente caracterizadas por todas as angústias e mazelas de uma sociedade ainda perversa e desigual como é a brasileira. O salário mínimo equivalia a U\$ 97,80 quando toma posse o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando entrega o Governo, o salário mínimo brasileiro compra o equivalente a U\$ 70,00. Hoje o salário mínimo



brasileiro compra em comida, remédio, passagem de ônibus, o equivalente a U\$ 250,00. É o maior valor real dos últimos vinte e três anos.

Se fôssemos olhar o volume de recursos públicos aplicados em ciência da tecnologia, em bolsas, em financiamento de projeto de pesquisa, também teríamos multiplicadores por oito, por doze, por sete, por seis.

A construção civil brasileira, praticamente estagnada, vive o melhor momento da sua história. Enfim, eu queria apenas pontuar com alguma racionalidade aquilo que é uma afirmação categórica: o PSB, Partido Socialista Brasileiro, ao lado do PT, principal partido do campo progressista do país, ao lado do PDT, que reparte conosco o bloco de esquerda, ao lado do PHS, que também reparte esse bloco, ao lado do PMN, ao lado do PCdoB, enfim, todos os partidos do campo progressista brasileiro têm seguras razões para reafirmar com segurança que é correto em homenagem ao melhor interesse nacional, ao melhor interesse popular, apoiar sem vacilação, sem dubiedades e sem medo o rumo estratégico que o país vem experimentando.

Dito isto e temos de estar preparados para esse debate, o Brasil tem desafios extraordinários derivados da contradição que a toda a nossa sensibilidade sejam as mulheres, os negros, os jovens, os amonizados, a brava gente do Centro-Oeste, o povo que guarda as nossas fronteiras no Sul, ou a gente nordestina, ou o povo dos grandes conglomerados urbanos, do Sudeste brasileiro, todos teremos a sensibilidade para perceber aquilo que é o desafio do futuro do Brasil.

Se olhamos para o retrovisor e temos a segurança de que não erramos os caminhos para chegar até aqui, é preciso agora com muito mais cuidado, com muito mais cautela, até porque a confrontação já não é mais tão simples quanto fora no passado, divisarmos os caminhos do futuro.

Não há como um partido só na sociedade brasileira, ultra-republicana, ultrafederativa, com essa tradição de comunidades ricas em cada localidade, não há como um partido só compreender, desenhar, afirmar esse rumo



estratégico para o país. Mas um partido como o nosso compreende, com generosidade, que a tarefa de governar obriga as contradições das alianças heterogêneas. Compreendemos isso fraternalmente. Compreendemos isso com toda generosidade do mundo, porém, um partido como o nosso não abrirá mão, em momento algum, de afirmar que se é necessário praticar a contradição e a heterogeneidade na sustentação institucional da governança do país. Abrir mão de afirmar sobre essa heterogeneidade, uma hegemonia moral, uma hegemonia intelectual, uma hegemonia ideológica clara é talvez a grande e complexa tarefa que a nossa militância nos pede nesse momento. Para não fazê-la sozinho, quero repetir isso sempre, porque nenhum partido sozinho no Brasil dá conta da complexidade que é o nosso desafio.

O Brasil sendo a 15ª economia industrial do planeta segue sendo hoje ainda a economia organizada mais desigualmente repartida do mundo. O Brasil é um país que tem exemplos a dar ao planeta em vários marcos de uma nova civilização que estamos construindo na nossa mestiçagem, na nossa cultura da tolerância religiosa, na nossa cultura da solução pacífica dos conflitos, na nossa ansiosa busca por uma ordem internacional assentada no direito e não na prepotência ou na resposta que o terror equivocadamente pensa que dará a ela.

O Brasil, companheiros e companheiras, tem um futuro por desenhar. As pistas estão claras. Para os que produzem no Brasil, evidentemente, temos que lembrar todos os dias que as condições de competir na economia mundial e na economia nacional não são globais, ao contrário do que mistifica aquilo que sendo ideologia de quinta categoria, certas elites querem que nós aceitemos como se fora ciência. A perversão neoliberal esquece que a taxa de juros não é um fator de competitividade global, ao contrário é consequência direta do nível de poupança interna que cada país tem.

Não lhes cansarei, mas peço que a nossa militância se debruce para desdobrarmos em outras ocasiões a compreensão disso, porque ser socialista no Brasil moderno de hoje, creiam, também é criar condições equipotentes aos que trabalham e produzem no nosso país. Eu dizia que a taxa de juros é



consequência de qual nível de poupança essa sociedade ou aquela possuem. E esse nível de poupança não é consequência fatal do acaso e sim consequência de arranjos institucionais que a política e só a política faz ou deixa de fazer. Por isso, socialistas, não podemos aceitar que uma certa elite deseje transformar a política, ela mesma como linguagem, num pardieiro de pilantras ou na mistificação 'novelizada' do escândalo. Isso não quer dizer que não tenhamos que estressar criticamente sempre o escândalo e as perversões dos costumes públicos brasileiros. Não se pode permitir que na cabeça, no imaginário do jovem brasileiro, da família pobre brasileira, do trabalhador brasileiro, já estressados gravemente, porque trabalham dobrado para viver, têm o medo no coração em função da violência impune das grandes cidades, têm um terceiro turno de trabalho, pelo qual ninguém lhes paga, nos ônibus e metrô, nas ruas e madrugadas do país afora, não podemos permitir que essas pessoas sejam todo dia induzidas a crer que a política é um pardieiro de pilantras ou que a política é pura e simples novela escandalizada da qual se troca só os atores e o roteiro. E olha que de novela eu entendo alguma coisa, razoavelmente bem.

Ser socialista no Brasil é lembrar que o domínio tecnológico não é global e que não é possível que sessenta de cada cem estudantes brasileiros em São Paulo, e essa realidade piora em regiões menos ricas, tenham graves dificuldades do domínio das matemáticas básicas no quarto ano de estudo do primeiro grau. Na hora em que o mundo fala em robótica, telemática, mecatrônica, engenharia genética, nanotecnologia, o Brasil ainda tem o desafio extraordinariamente complexo e grave por emancipar a sua população pelo caminho de uma educação diferente. Também aí tudo melhora, mas o futuro do país tem esse desafio.

Companheiros, essas são as contradições que eu queria pontuar para exemplificar, mas o que eu desejava lhes dizer poupando do maçante evoluir dessas mal arrumadas idéias é o sentido de ser socialista, democrático no mundo e no Brasil de hoje.

Ser conservador é muito mais fácil. Não é necessário porque a máquina de propaganda ou a hegemonia moral ou intelectual conservadora está posta. Há o hegemônico processo de comunicação, há o processo de massificação do



conceito de felicidade referida ao consumismo de massa, há a tranquilidade das grandes ferramentas de domínio dos padrões do viver moderno. Quem deseja mudar isso, quem deseja uma nova espiritualidade distinta de uma religião conservadora, mas que prometa ao homem e à mulher um futuro de iguais pelo menos nas oportunidades, este sim tem tarefas graves. E é o que ando pedindo a quantos ainda têm paciência de me ouvir, cada vez com o pensar mais longo, cada vez com vontade de falar muito mais, cada vez mais espremido pelos minutos dos regimentos, porque os assuntos de fato estão demandando. Mas esse é o Congresso do PSB, esta é uma hora de semear essas inquietações. Viva o Brasil! Achamos um rumo. Interrompemos o itinerário de tragédia.

Companheiro, companheira, se queremos mesmo que o Brasil um dia amanheça, e que esse dia não esteja tão distante no nosso universo, com uma sociedade capaz de superar as perversas desigualdades que nos apartam entre uma minoria de abastados e imensas esmagadoras maiorias de deserdados, é preciso muita reflexão, muito estudo, muita idéia e muita mão-de-obra. E esse é o sentido de ser socialista no Brasil. Não queremos monopólio de idéia nenhuma, não queremos hegemonizar processo nenhum, temos a dimensão humilde de quão complexa e grave é a tarefa, mas o Partido Socialista Brasileiro não pede licença a ninguém para falar ao povo brasileiro que nós temos idéias e temos militância. Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiros, dando seqüência ao nosso XI Congresso Nacional, antes de passar a palavra ao último orador, nós gostaríamos de registrar a presença de dois grandes amigos do nosso partido aqui em Brasília, da companheira Maria Antônio, conselheira Política da Embaixada de Cuba e do cônsul Santiago, também da Embaixada de Cuba. É um grande prazer tê-los conosco.

Companheiros, partindo para o final deste ato inaugural do XI Congresso, nós temos o prazer, a alegria, a satisfação de passar a palavra a um grande companheiro, ao mais jovem governador de estado do nosso país e presidente nacional do nosso Partido, o companheiro Eduardo Campos. *(Palmas.)*



O GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS (presidente Nacional) – Boa-noite a todos os companheiros e companheiras. Boa-noite à militância do PSB, aos companheiros que vieram de todos os estados da Federação, os companheiros que militam na juventude, no movimento popular, no movimento sindical, no movimento negro, no movimento de mulheres, aos nossos companheiros que constroem no dia-a-dia a base do nosso partido.

Cumprimento a Mesa em nome de alguns companheiros que aqui falaram: o vice-presidente do nosso partido, Roberto Amaral, meu amigo que acabou de falar, companheiro Ciro Gomes, os líderes Beto Albuquerque, Márcio França e Renato Casagrande, em nome dos quais cumprimento a nossa bancada na Câmara, no Senado, nas assembleias legislativas e nas câmaras de vereadores do país afora. Quero cumprimentar os nossos companheiros governadores na pessoa da minha amiga governadora Vilma de Faria. Quero cumprimentar os prefeitos e prefeitas do PSB, na pessoa do mago Ricardo Coutinho, prefeito de João Pessoa. Cumprimento também os nossos companheiros de muitas lutas, de campo político, que nos visitam hoje para nossa alegria, o presidente Ricardo Berzoini, que não só nos traz um abraço da militância do PT, mas também o cumprimento que eu e o Roberto Amaral recebemos há pouco do nosso presidente Lula. Quero cumprimentar dois companheiros de Câmara, agora neste momento representando o PCdoB, Aldo Rebelo e Renildo Calheiros. Cumprimento também Vitor Paulo que representa o PRB e o companheiro José Alencar, vice-presidente da República. Devo cumprimentar também os embaixadores de Cuba e da República da Venezuela, em nome dos quais cumprimento meus amigos e minhas amigas. *(Palmas.)*

Em agosto de 2005, essa direção que hoje vem ao Congresso do PSB prestar contas e discutir os rumos e o futuro do Brasil e do nosso partido era escolhida no nosso X Congresso. Um momento duro da vida brasileira e para nós socialistas, que havíamos perdido há menos de quinze dias um companheiro que nos ensinou, guiou, animou e construiu vários desses quadros que hoje tocam o partido, Miguel Arraes.



Naquele momento o governo do presidente Lula que ajudamos a construir vivia um grave e forte cerco, fruto da vontade de muitos que queriam estancar a construção de um governo de avanços. Aproveitaram-se de erros e equívocos e tentaram encurralar à luta do povo um projeto de construção de outra nação.

Era sob esse ambiente que o PSB se reunia aqui em Brasília para viver um congresso. E muitos congressos havíamos vivido, onde nossas contradições foram de forma democrática colocadas, onde as disputas foram feitas, e naquele momento a nossa militância, os nossos quadros, o nosso debate exigia de nós responsabilidade com o Brasil e com o PSB. Todos nós construímos uma unidade não formal, mas uma unidade política que veio desse debate objetivo, da nossa história, da história de um partido que tem mais de sessenta anos, que sobreviveu às ditaduras, que viveu e foi reconstruído a partir da militância de muitos intelectuais, trabalhadores, homens e mulheres de luta desse país.

No X Congresso construímos essa direção. Uma direção sobre a unidade, com o compromisso de fazer o PSB existir na vida brasileira, não só nas eleições, mas junto do povo. Naquela hora, nos era colocada, pelas recorrentes legislações eleitorais a que o país costuma assistir, muitas vezes de maneira indevida, quando o Poder Judiciário invade o poder legítimo do voto concedido ao legislativo brasileiro, que a extinção dos partidos não chegasse a 5% a nossa cláusula de barreira. O PSB se organizou, venceu, passou a cláusula de barreira, elegeu governadores, elegeu uma bela bancada para o Senado e para a Câmara e saiu fortalecido desse desafio. Naquele momento o PSB tinha um conjunto brasileiro, tinha diretórios e pouco mais de dois mil municípios, e chega hoje para dizer da sua militância, que fruto dessa unidade, da compreensão política e de um rumo acertado do nosso partido, não vacilou na disputa política que o Brasil viveu em 2005, quando muitos amarelaram, quando muitos quiseram fazer o caminho fácil de atirar as pedras, como já fomos vítimas em outros momentos da incompreensão política de companheiros do nosso campo. O PSB soube dividir onde estava a história, o interesse do povo e onde estava a compreensão do oportunismo, do golpismo, e da roedeira de parte da elite brasileira que entregou e vendeu esse país, que sucateou a nossa indústria, que matou de fome trabalhadores do campo, que desempregou, que vendeu o patrimônio público nacional. (Palmas.)



Nós, por conta dessa clareza de posição política, chegamos hoje organizados a mais de 4.100 municípios do Brasil. Chegamos a esse Congresso, três anos depois, com um partido com dez vezes mais filiados no Brasil inteiro. O nosso partido hoje tem uma vez e meia mais candidatos a vereadores espalhados por todo o país. Temos mais de 25 mil companheiras e companheiros pré-inscritos como candidatos a vereador no país afora. Temos hoje mais que o dobro de candidatos a prefeitos pelo país afora. E esses nossos companheiros que vão disputar as eleições em outubro vão para as ruas sabendo o que dizer, orgulhosos do seu partido, do exemplo que a nossa militância tem dado, organizando o nosso partido nas pontas de rua, nas universidades, na luta pela terra, pelos direitos humanos, pela organização das mulheres, um partido que defende um conteúdo, que não é biombo eleitoral, que tem independência, que sabe ser aliado sem ser submisso, sem ser sublegenda, sem ter donos, um partido que é plural, democrático, mas sobretudo um partido verdadeiro, que sabe fazer aliança, que sabe ter largueza, que tem muita alegria em ser apoiado, mas também tem alegria em apoiar os aliados.

É esse partido que faz hoje o seu XI Congresso num momento bonito da vida brasileira, melhor do que em 2005, mas com muitos desafios. Precisamos compreender que tentamos ajudar a construir um projeto dentro do Governo Lula, um governo em disputa, um governo apoiado e tendo de ser apoiado dentro da institucionalidade da nossa democracia por forças que nunca votaram no presidente Lula, mas que apóiam governos. Nós temos compreensão de que é um governo em construção, sim, onde nós procuramos dar a nossa parte para que essa construção seja mais à esquerda, mais perto do povo, olhando o desenvolvimento nacional, inserindo o Brasil de maneira solidária na América Latina e no mundo. Essa construção não é fácil e tem de ser feita com muita compreensão política e firmeza.

Sáimos dessa eleição e no Congresso Nacional construímos o bloco de esquerda. Essa construção não foi contra quem quer que seja, nem mesmo contra o PT, pois seria de uma mediocridade absoluta, o que não é costume do nosso partido, fazer um agrupamento de partidos que têm história e vida na sociedade brasileira para simplesmente pensar em disputas eleitorais ou



jogo de ir para cima de partidos do nosso campo. Não! Foi um gesto político importante para garantir a esquerda democrática brasileira, na mesa de negociação da política nacional, com peso e também com voto no Congresso Nacional, que as análises da rotina política formal não fossem feitas só pelas quantidades. Quantidade por quantidade o bloco de esquerda tem quantidade com qualidade, intervenção política solidária, forma de tratar as coisas como a nossa militância gosta que sejam tratadas. Não trocamos apoios políticos por funções, mas por compromissos com a sociedade e com o povo. (Palmas.)

É dessa forma que estamos ajudando o presidente Lula a fazer um segundo mandato melhor do que o primeiro. Quando se avizinha um processo eleitoral como esse, cuja dinâmica do município não necessariamente guarda a mesma lógica da dinâmica da política nacional, é importante que a nossa militância saiba fazer disputa legítima pelo voto que queremos vê-la fazendo com energia para termos muitas vitórias, mas sem confundir os adversários. O PSB sabe quem são os adversários. Os adversários do Lula são os mesmos adversários do PSB. Os adversários que tentaram interromper essa construção são os mesmos que vão tentar interromper a construção quando o PSB governar este país. (Palmas.) São os mesmos que procuram de todas as formas perturbar os nossos governos, por isso é importante que a nossa militância tenha essa compreensão.

Temos ainda de ter a compreensão de ir às urnas nessa eleição municipal para discutir o efetivo risco que este país corre e para termos vitórias nas eleições municipais expressivas. E poderíamos ter muito mais vitórias se houvesse – e pode ter ainda – largueza na construção política nessa reta final até o dia 30 de junho. Mas é preciso compreender que o projeto que ajudamos a fazer, com muito esforço, não é um passeio. Essas forças que estão fora do Estado brasileiro há oito anos estão com muita saudade e trabalhando duro para poder voltar o velho projeto de submeter este país aos interesses de meia dúzia e entregar essa política e a condução do Brasil aos interesses que nós não queremos que voltem mais.

Por isso é preciso ter compreensão política, é preciso ter largueza nesse momento. É legítimo, o nosso partido deseja e todo partido deve desejar ter



prefeitos, governadores, presidentes. Vamos continuar nessa construção, mas em primeiro lugar o PSB defende o projeto de desenvolvimento desse país. Ainda estamos em disputa com eles. Poucos dias atrás, vocês viram o PSB ter coragem de defender a prorrogação da CPMF para melhorar a saúde pública para os trabalhadores. Tivemos essa coragem e é preciso fazer política com coragem. E vocês viram aquelas velhas raposas que aumentaram a carga tributária brasileira fazendo discurso de mocinho, são pessoas que não conhecem a luta que foi para o país ter um sistema único de saúde. Conhecemos os efeitos de um tributo que pega caixa dois, que pega o dinheiro do narcotráfico, que pega o dinheiro sujo que muitos usam nesse país e nós ouvíamos aqueles discursos como se fossem verdade o que eles estavam dizendo, que eles sentiam realmente aquilo.

Por isso meus companheiros, é preciso neste Congresso, que está marcado pela nossa unidade, construída na nossa diversidade, que afirmemos e reafirmemos o nosso compromisso ao longo do debate que vamos fazer. É preciso continuar com essa mesma energia em construir um PSB de luta, construir pela base um partido, que defende um pensamento que está expresso nas candidaturas que vamos apresentar e apoiar nessas eleições.

Desejo a todos que possamos fazer um grande debate e um bom Congresso. Mas mais do que isso, agradeço a nossa militância pela construção, nesses três anos, de mudança de patamar que conquistamos. Com certeza, com outra jornada como esta, vamos colocar o PSB onde ele merece estar: na cabeça e no coração do povo brasileiro. Um grande abraço. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Solicitamos aos companheiros que não se retirem do plenário porque em seguida vai se desfazer a Mesa e analisaremos a revisão do Estatuto que será iniciado ao término dessa sessão inaugural.

Queremos registrar a presença no nosso plenário do vice-governador do Rio Grande do Norte, não sem as escusas, porque não sabíamos da sua presença e só recentemente a governadora Vilma nos informou. Muito obrigado. *(Palmas.)*



APROVAÇÃO DO
REGIMENTO COMUM
DO XI CONGRESSO
E DO CONGRESSO DE
REVISÃO DO ESTATUTO
DO PSB







CAPÍTULO I

DA SESSÃO DE ABERTURA E DOS TEMÁRIOS DOS CONGRESSOS

Art. 1º – O XI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro – PSB e o Congresso para a reforma do Estatuto serão realizados, respectivamente, nos dias 6 a partir das 18 horas e no dia 7 de junho de 2008 nas instalações do Senado Federal no Auditório Petrônio Portela, das 9h às 18h, em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único – A sessão de abertura dos Congressos do PSB acontecerá com ato político-cultural, no auditório Petrônio Portela no Senado Federal, às 18 horas do dia 6 de junho de 2008.

Art. 2º – Por ocasião da abertura do XI Congresso serão homenageados A Revolução Cubana, pelo seu cinquentenário, e Dom Helder Câmara, pelo transcurso do centenário de seu nascimento.

Art. 3º – O XI Congresso Nacional do PSB discutirá e deliberará sobre o seguinte temário:

- a) Cenário político nacional;
- b) Programa de governo para os municípios;
- c) Estratégia eleitoral para as eleições municipais de 2008;
- d) Política de filiação partidária;
- e) Eleger o Diretório Nacional, Conselho de Ética e Conselho Fiscal (titulares e suplentes) e os representantes do Partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral;
- f) Assuntos gerais.

Art. 4º – O temário do Congresso para a revisão do Estatuto discutirá e deliberará sobre a alteração ou supressão dos seguintes dispositivos:

- a) Artigo 22;
- b) Artigo 70 e seu Parágrafo Único; e
- c) Parágrafo 2º do Artigo 87.



Art. 5º – A Mesa Diretora do Congresso será composta pelos membros da Comissão Executiva Nacional.

Art. 6º – Na abertura dos trabalhos este Regimento Interno será submetido à deliberação e aprovação do Plenário de delegados ao XI Congresso.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO DO CONGRESSO DE REVISÃO ESTATUTÁRIA

Art. 7º – As emendas apresentadas serão publicadas em caderno próprio recebendo o respectivo número.

Art. 8º – O relator, na apresentação do seu relatório, informará ao Plenário as emendas que acolheu e o texto final do relator que será submetido à deliberação do Congresso, ressalvados os destaques.

Art. 9º – O Congressista que desejar pode, no prazo e momento fixado pela Mesa do Congresso, solicitar destaque para a discussão em separado da emenda de sua autoria.

Art. 10 – De acordo com os termos da convocação do Congresso só poderão ser alterados os dispositivos mencionadas na aludida convocação.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO DO XI CONGRESSO

Art. 11 – A Sessão Plenária do XI Congresso será aberta às 9 horas do dia 7 de junho, ocasião em que será composta uma Mesa com expositores e debatedores sobre o tema: O cenário político nacional e as políticas públicas municipais do PSB.

Parágrafo Único – Após as exposições a Mesa do Congresso abrirá inscrição para o debate dos temas e para a apresentação de moções e resoluções.



Art. 12 – Cada Congressista poderá utilizar a palavra por 3 minutos de modo que se possa organizar o tempo para a maior participação possível dos delegados nos debates.

Parágrafo Único – É facultado ao orador a concessão de apartes, que será descontado do seu tempo.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS E DA ELEIÇÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL

Art. 13 – As inscrições de chapas para o Diretório Nacional deverão ser realizadas até as 9 horas do dia 7 de junho perante a Mesa do Congresso.

Parágrafo Primeiro – Somente poderão ser aceitas inscrições de chapas completas, com as nominatas de 88 (oitenta e oito) titulares e 32 (trinta e dois) suplentes do Diretório Nacional, além de nomes para os Conselhos de Ética e Fiscal.

Parágrafo Segundo – Os nomes constantes de uma chapa não podem figurar em outra.

Art. 14 – Após verificar se os pedidos de inscrição estão de acordo com as normas estatutárias e regimentais, a Mesa Diretora do Congresso decidirá sobre o registro das chapas e comunicará a sua decisão ao plenário.

Parágrafo Único – Da decisão da Mesa sobre o registro de chapas, caberá recurso ao plenário.

Art. 15 – A composição do Diretório observará obrigatoriamente cada uma das chapas que obtiver mais de 10% dos votos válidos. Para esse efeito observa-se a ordem rigorosa dos nomes de cada chapa.

Art. 16 – Havendo mais de uma chapa concorrendo ao Diretório Nacional, haverá votação com cédulas que deverão conter o nome de cada chapa na ordem que for sorteada.



Parágrafo Único – Havendo apenas uma chapa inscrita a votação poderá ocorrer por aclamação, havendo votos contrários e/ou abstenções, eles serão registrados em ata.

Art. 17 – As mesas de votação serão constituídas por três mesários indicados pela Mesa do Congresso.

Parágrafo Primeiro – Cada chapa indicará fiscal para acompanhar os trabalhos de votação e de apuração.

Parágrafo Segundo – O delegado deverá apresentar, na hora da votação, um documento oficial de identidade que contenha a fotografia do eleitor.

Art. 18 – Eventuais impugnações serão apreciadas e decididas pela Mesa do Congresso, cabendo recurso ao Plenário.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 – O credenciamento dos delegados ao XI Congresso terá início às 14 horas do dia 6 de junho.

Parágrafo Único – Os delegados titulares que não realizarem o credenciamento até as 18 horas do dia 6 de junho poderão ser substituídos pelos respectivos suplentes, os quais poderão ser credenciados das 8h às 10h do dia 7 de junho.

Art. 20 – A Executiva Nacional nomeará os membros da Comissão de credenciamento do XI Congresso e do Congresso de revisão estatutária.

Parágrafo Único – Da decisão da Comissão de credenciamento cabe recurso ao plenário.

Art. 21 – A comissão de credenciamento poderá indeferir a inscrição de delegados que não estejam de acordo com as normas estatutárias e regimentais



do PSB, especialmente de filiados que eventualmente não estejam em dia com suas contribuições partidárias.

Parágrafo Único – Da decisão da comissão de credenciamento que negar inscrição de delegados, cabe recurso, em caráter terminativo, à Mesa do Congresso.

Art. 22 – As deliberações e a eleição dos membros do Diretório Nacional serão adotadas por maioria absoluta de votos.

Art. 23 – As resoluções do XI Congresso serão publicadas na forma de Memorial, no prazo de até 30 dias após a realização do evento.

Art. 27 – Os casos omissos serão decididos pela Mesa do XI Congresso, cabendo recurso ao plenário.

Art. 28 – Este Regimento entra em vigor a partir do momento de sua aprovação pelos delegados do XI Congresso Nacional do PSB.

Brasília, DF, 6 de junho de 2008

Governador Eduardo Campos
Presidente Nacional do PSB

Carlos Siqueira
Relator

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Agradecemos aos companheiros. Vamos desfazer a Mesa e passaremos a ler a proposta de mudança do nosso Estatuto. Os companheiros que tiverem destaques poderão fazê-los após a leitura.

“Art. 22 – Os mandatos de diretórios e comissões executivas municipais, estaduais, do Distrito Federal e nacional são de três anos.

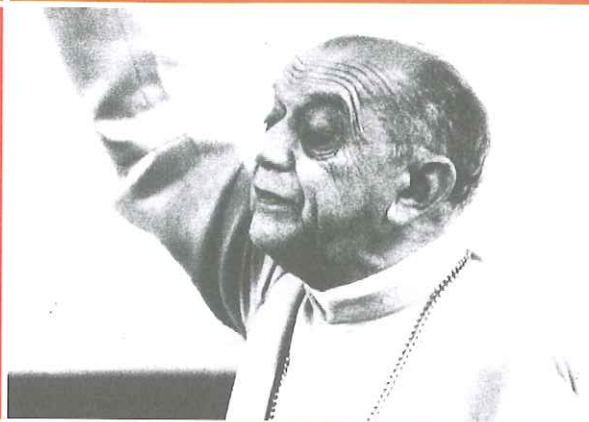
Art. 70 – seu parágrafo único passa a ter a seguinte redação: O filiado ao PSB poderá contribuir financeiramente com o partido de acordo com suas possibilidades.

Parágrafo único: Anualmente a Direção Nacional expedirá resolução disciplinando a forma de contribuição prevista nesse artigo e no período em que ele deverá ocorrer.

Art. 87, § 2º – Os mandatos do Diretório Nacional e de sua Comissão Executiva, eleitos no XI Congresso do Partido, serão de três anos.”

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Também queremos submeter a supressão do § 2º do art. 50 do Estatuto: Aos que na data do Congresso partidário forem detentores de mandato eletivo, é assegurado registro de candidatura para o mesmo cargo, independentemente da escolha em Congresso, salvo deliberações em contrário da Direção Nacional do Partido. Estamos sugerindo a supressão desse dispositivo. Complementando: praticamente, não recebemos emendas, apenas algumas sugestões.

Submetemos aos companheiros a aprovação do texto como foi proposto e a supressão do § 2º do art. 50. Os que estiverem de acordo, por favor, levantem o crachá. (Pausa.) Os que forem contrários, por favor, levantem o crachá. (Pausa.). Aprovado. Muito obrigado. A sessão está encerrada.



CENÁRIO POLÍTICO
NACIONAL E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS
DO PSB







O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiros e companheiras, pedimos para que todos tomem assento em seus lugares, para reiniciarmos os trabalhos deste dia do XI Congresso Nacional do PSB.

Convidamos para compor a Mesa o presidente nacional do nosso Partido, governador Eduardo Campos, que dará início aos trabalhos. Convidamos, também, o professor César Callegari, que será o expositor do tema deste painel “Cenário Político Nacional e as Políticas Públicas Municipais do PSB”.

O GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS (presidente Nacional) – Bom-dia a todos e a todas. Vamos começar o painel “Cenário Político Nacional e as Políticas Públicas Municipais do PSB”. Temos, aqui, a presença do nosso companheiro César Callegari, que vai fazer uma exposição para todos os nossos companheiros e companheiras.

Queria, nessa oportunidade, antes de passar a palavra para o César, também poder, resgatando um pouco a discussão que tivemos no Seminário da Fundação João Mangabeira, sobre esse tema, e também dialogando com os cursos de formação política que nossa fundação tem feito, inclusive com publicações muito densas, que são muito importantes para nossa militância, para nossos quadros, para nossa direção; nesse momento, o primeiro módulo do curso de formação, já vamos com cerca de seiscentos companheiros inscritos, no Brasil inteiro, dizer da importância que nós temos dado a esse debate das políticas públicas municipais do PSB, que vão modelando exatamente uma forma da sociedade perceber um trabalho diferenciado, do PSB, no poder local, nos governos estaduais, e mostrando efetivamente o que o PSB faz com a população de maneira inovadora, de maneira ampla, fazendo a diferença. Cabe aqui fazer, como dizia há pouco, uma intervenção que se aproxima do que tive oportunidade de dizer no seminário do Rio de Janeiro, com os pré-candidatos do PSB às prefeituras.

Depois de três décadas de baixo crescimento que a nação viveu, depois de quase 15 anos de ventos neoliberais que assolaram o mundo, em particular a América Latina e o Brasil, da forma que nós conhecemos, o Estado brasileiro que restou é um Estado muito distante das necessidades do nosso povo. Nós perce-



bemos que neste momento o grande desafio é a construção dos mecanismos do aparelho de Estado, que possam servir não a si mesmo, mas que possam servir à população. E essa é a diferença. Nós somos contra aqueles que destruíram o velho Estado e compreendemos que aquele velho Estado, que foi construído em sua larga maioria sob o olhar e as diretrizes da elite brasileira, nem somos aqueles que efetivamente entendem que o Estado deve estar a serviço das corporações. Nós entendemos que ele deve estar a serviço de quem dele precisa, que é a maioria excluída, a maioria que busca a construção da cidadania, nesse país afora.

Ao longo desse debate, nós conceituamos aqui o que estamos chamando do equilíbrio fiscal dinâmico. O equilíbrio fiscal, que defendemos, não é aquele das contas públicas que simplesmente está respondido numa visão contábil, em que o Estado deve gastar o que arrecada. Para nós o grande desafio é fazer o equilíbrio fiscal dinâmico, ou seja, é ter equilíbrio nas contas, mas ter equilíbrio nos serviços que se presta à população. De nada vale a uma gestão do PSB que as contas de uma prefeitura, de um estado, ou da nação estejam equilibradas se na ponta os serviços públicos de educação não funcionam, e não têm qualidade para a população, se na ponta os serviços de saúde não atendem àqueles que demandam um sistema único, se na ponta a segurança não gera tranquilidade e paz nas comunidades, se a gente não cumpre efetivamente esse papel.

O Brasil retomou fundamentos macroeconômicos muito interessantes, como aqui foi falado por vários companheiros ontem à noite, inclusive pelo companheiro Ciro Gomes, mas ainda temos muitos desafios pela frente, muito que fazer, até porque não se recompõe uma nação, e todos os gargalos macroeconômicos, de infra-estrutura, gerados ao longo de anos, anos e anos em um ciclo de quatro ou cinco anos de crescimento, que ainda é insuficiente para dar resposta ao enorme contingente de brasileiros e brasileiras que chegam ao mercado de trabalho todo dia. Esse desafio nos obriga a fazer esse tipo de debate, que qualifica a política, que diferencia os quadros do PSB daqueles que imaginam a política só como a cata do voto, e que é capaz de unir as pessoas. O que une as pessoas, efetivamente, são as idéias que defendemos, as idéias programáticas que nosso partido carrega há mais de sessenta anos, mas sobretudo a tradução desses princípios, dessa ideologia para o cotidiano do povo em cada



localidade. E aí está a arte, o talento dos quadros políticos de traduzir isso para as comunidades das florestas, lá no Amazonas, para o semi-árido nordestino, para o meio sul lá do Rio Grande do Sul, para as áreas e periferias dos grandes centros, para a realidade do Centro-Oeste, para todos os quadrantes do país a gente poder aproximar e fazer o diálogo com a sociedade brasileira. E fazermos de forma a ir replicando as experiências de êxito que o partido acumulou nas administrações do PSB pelo Brasil afora.

É exatamente com essa perspectiva, na busca dessa construção, que necessita do olhar, da opinião, da colaboração de cada um dos companheiros, da sua militância, da sua experiência, para que a gente possa, nessa construção, preparar o PSB para esse salto que ontem tinha aqui falado, que ontem tive oportunidade de falar, para colocar o PSB não só na cabeça da sociedade brasileira, mas também guardar o PSB no coração do povo brasileiro.

Com essas palavras, e na expectativa de uma boa continuidade do nosso congresso, é que passo a palavra ao nosso companheiro César Callegari.

O SR. CESAR CALLEGARI – Bom-dia a todos os companheiros e companheiras. Quero cumprimentar o presidente Eduardo Campos; nosso vice-presidente, Roberto Amaral; meu sempre chefe, Carlos Siqueira, presidente da Fundação João Mangabeira e primeiro-secretário; deputado Alexandre Cardoso; companheiros e companheiras aqui presentes. Quero dizer que para mim é uma honra essa tarefa que me foi confiada, de iniciar uma introdução a um debate necessário num congresso partidário. E gostaria de começar dizendo que raras vezes na história política do nosso país é possível verificar o esforço que a direção partidária, junto com a Fundação João Mangabeira, está realizando no sentido de qualificar a política no país. Aquilo que nosso presidente Eduardo Campos, agora mesmo falou, tem sido uma prática obstinada. Mas é isso que nos diferencia. Aqui em cima da mesa, e todos vocês conhecem, está um dos mais interessantes cursos de formação política que já foi produzido por uma agremiação partidária no país, que foi realizado a distância, por centenas e





centenas de companheiros, mas que é, na realidade, um patrimônio, hoje, do nosso partido, porque ele foi construído para ser multiplicado em todo nosso país, em cada lugar onde atuamos, porque se é um distintivo do ser socialista é o nosso apego à importância que damos à formação dos quadros. Nós não somos como outros, que apenas se reúnem como uma agremiação partidária para se aprontar para disputar eleições. Nós temos um distintivo, esse distintivo é nossa história e mais do que a história do PSB, é uma parte importante daquilo que somos herdeiros de uma história da própria Humanidade em torno das idéias socialistas.

Nos discursos, ontem, na abertura do nosso congresso, do presidente Eduardo Campos, do companheiro deputado Ciro Gomes, do companheiro Roberto Amaral, algumas questões são centrais quando pensamos na definição de políticas públicas e na nossa própria condução. O que eles disseram eles ontem, se nos lembramos bem e com clareza, é que democratas radicais que são os socialistas no Brasil, temos a compreensão da diversidade do ambiente político, mas a nós não é permitido renunciar à nossa identidade. Nós ainda vamos continuar nos guiando por ideais nobres, por ideais democráticos, libertários, de uma sociedade justa, democrática e desenvolvida. E, portanto, nesse processo temos a responsabilidade de, no tempo inteiro, como dizia o grande educador Paulo Freire, saber denunciar com argumentos e anunciar com propostas responsáveis. Isso é a tradução da formulação de políticas públicas em todos os âmbitos de governo que o PSB se propõe a exercer.

O que ficou claro, e acho que é fundamental, nessa introdução, dizer, na noite de ontem, é que para nós, do PSB, para os socialistas, não podemos mais, aliás, não podemos aceitar a mesmice dos chavões vazios, desmobilizantes, que têm freqüentemente pautado a política brasileira. Portanto, a cada um de nós que participa do processo militante, sobretudo num momento como esse, que precede as eleições, é fundamental que tenhamos essa compreensão da nossa própria herança histórica, porque a ética socialista na política, para nós, para essa ética os meios são tão virtuosos quanto os fins; nós abdicamos e abominamos aquela idéia de que os fins justificam os meios, e que, portanto, tudo vale. Não, para o socialista, na condução e formulação de políticas públicas, os meios, as



práticas, as condutas, o nosso comportamento deve ter tão virtuoso em relação aos fins virtuosos que defendemos.

Eu me lembro, como todos nós que estudamos a história das revoluções e dos revolucionários, que Lênin, já há um século, nos ensina que o socialista deve ser o melhor entre os melhores; e ser melhor não é apenas um dom ocasional, ser melhor significa estudo, ser melhor significa preparo, ser melhor significa planejar, ser melhor significa trabalhar em equipe, ser melhor significa ter uma raiz orgânica que o povo que pretendemos representar. E é por isso que vale a pena, num momento em que o tema é esse, formulação, implementação de políticas públicas no âmbito municipal, essa enorme tarefa que vem sendo bem conduzida pela direção nacional do nosso partido, ela precisa ser multiplicada no âmbito do Brasil. E é claro que esse período agora, pré-eleitoral, logo mais eleitoral, é fecundo para que essas idéias, as nossas idéias sejam formuladas com esses princípios.

Um dos pontos importantes, que ficou mais do que claro durante o seminário realizado no final do mês de abril, no Rio de Janeiro, e que gerou esse documento, o documento que foi lá discutido e que está disponibilizado para todos os militantes, é o tema da reforma urbana. O Partido Socialista Brasileiro é pioneiro, no nosso país, por compreender como a questão da reforma urbana é articuladora de um conjunto de outras políticas fundamentais para a nação brasileira. E nós compreendemos isso porque temos o apreço e o apego ao caráter científico e a dedicação integral para compreender a nossa realidade. Vejam que o Partido Socialista Brasileiro, que desde a sua origem esteve e está em todas as lutas em relação à reforma agrária, é o partido que pioneiramente entendeu e compreende que a revolução socialista no Brasil será a revolução a partir das cidades, porque o país se transformou num país urbano, e sem negar as peculiaridades, vicissitudes e necessidades de ação política e emancipação do povo do campo, nas diferentes formas com que se organiza, é exatamente no ambiente urbano que o Brasil, e nós, como militantes de um projeto para a nação, haveremos de atuar, é no ambiente urbano.



A reforma urbana, como estava dizendo, deve ser entendida, e essa tem sido a manifestação, os documentos, o nosso labor em torno da produção de um programa, o eixo articulador de políticas públicas de uma maneira geral. Vamos entender isso. O Brasil é urbano há pouco tempo. No Censo de 1960, 55% da população brasileira habitava o meio rural. De 1960 para cá, portanto um pequeno trajeto da história do nosso país, o Brasil passou a ser um Brasil das cidades. Eu trouxe aqui alguns dados. Hoje, 85% da população mora, vive e trabalha, realiza os seus projetos no ambiente urbano, e 65% da população brasileira habita cidades com mais de cem mil habitantes. O que aconteceu nesse período? Aconteceu que o Brasil saiu de uma condição e entrou em outra. O Brasil rompeu a sua população fundamental, acabou se distanciando, rompeu ou esgotou as suas possibilidades de vida em pequenas cidades do meio rural do nosso país e acabou indo para as grandes cidades, produzindo não apenas possibilidades, mas problemas de toda ordem. Quando o PSB articula o eixo da reforma urbana, estamos ali, com toda clareza, entendendo que durante esse período em que o país se urbanizou e passou a habitar as cidades, foi ainda mais um período que correspondeu exatamente ao momento da intensificação da chamada globalização da economia e da cultura. Portanto, o Brasil veio para as cidades no momento em que o mundo inteiro acabou se transformando naquilo que se chama de aldeia global, e, portanto, com valores que brotam e que se difundem exatamente do meio e das categorias, do pensamento e dos valores do ambiente propriamente urbano e industrial. No nosso país, ainda, dentro desse eixo de reforma urbana, o que hoje temos é que as nossas cidades são povoadas, habitadas e articuladas por conquistadores urbanos.

É fundamental que venhamos a compreender que uma parcela significativa da população brasileira chegou, do ponto de vista histórico, recentemente, às cidades, participa de um conjunto de valores não apenas brasileiros, mas mundiais, que são gerados nos grandes centros urbanos industriais, a ponto de se dizer e constatar que mesmo nas pequenas cidades brasileiras, parte das preocupações, dos projetos, das ambições e do ideário, é hoje pautado com absoluta clareza por aquilo que se dá no ambiente urbano industrial. E é fundamental que venhamos a entender isso, porque será e é no plano da política que poderemos, como partido político, contribuir para unificar os sonhos



partidos desses conquistadores urbanos, homens e mulheres que vieram para as cidades para ganhar e vencer na vida e, portanto, muito ligados à idéia de progresso. Claro que é verdade que exatamente isso tem sido constatado nos nossos documentos, que é exatamente nas cidades onde verificamos com toda sua magnitude a miséria, a pobreza, a feiúra, o desespero, a violência e a exclusão. Isso é verdadeiro, mas não é toda verdade, porque também nas nossas cidades, desse país agora que passou a ser urbano há pouco tempo, e é urbano cada vez mais globalizado, que temos, também, em qualquer e em todo lugar, a idéia força de progresso sendo colocada todos os dias, em todas as maneiras. Quem hoje participa, passa, caminha pelas cidades brasileiras vai ver tudo isso, essa contradição enorme. É claro, pobreza, miséria, cidades feias, expressão de cidades que não foram apenas o fruto da explosão das regiões metropolitanas, mas elas não são só isso. Hoje mesmo, num dia de sábado, e amanhã, num dia de domingo, nós vamos encontrar pessoas batendo a sua laje, comprando um carro novo, mesmo que esse carro novo seja um Karmann Ghia 1966. Portanto, a idéia de progresso, mesmo que neste instante ainda sejam projetos partidos e apenas multiplicados nas nossas cidades, precisam ser unificados exatamente no plano da política. E é isso que pode diferenciar e deve diferenciar a atitude do nosso partido.

Quando falamos de política pública, nós tomamos aqui uma opção. Os documentos e a elaboração do nosso PSB, nessa última quadra da nossa história, todos eles têm pontuado com clareza que não falamos de programas eventuais, falamos de política, porque para nós, socialistas, política pública significa empoderamento, está ligado à questão do poder, está ligado à questão de autonomia e da sua própria soberania. E é por isso que quando falamos em políticas públicas, os documentos e os seminários mostram isso com clareza, há sempre e necessariamente um compromisso pela emancipação do povo brasileiro, em todas as suas manifestações.

É por esse motivo que quando falamos de políticas públicas, e em particular, aqui, nesse tema de hoje, das políticas públicas municipais, a opção socialista tem que estar em cada momento, em cada detalhe, em cada forma de se estabelecer esse processo de empoderamento do poder público e das for-



ças populares. Quando falamos que é necessário fazer escolas, não é só fazer escolas, é batalhar, da forma socialista, para que a escola tenha qualidade para a criança, qualidade para o jovem. Isso é uma diferença, é um distintivo. Outros vão construir escolas só para inaugurar, nós vamos apostar na qualidade da educação dessa escola construída. Quando nós falamos, e alguns falam a respeito de saúde, apenas do ponto de vista curativo e das doenças, o PSB, nos seus documentos, e na necessária prática dos socialistas, fala da saúde integral do indivíduo, não como atendimento, mas como não doença. Essa é a maneira socialista de ver as coisas.

Quando falamos em habitação, não é apenas fazer casa, embora seja este um bem, um patrimônio, uma âncora fundamental para o exercício da cidadania, mas no que se refere à construção de casas populares para a população, a política socialista na área da habitação é uma política de um novo urbano, de uma apropriação do território não como território privado, mas como um território de todos; fazer casas populares é construir uma cidade dos nossos sonhos, e não apenas a multiplicação de casinhas pobres, para pobres, porque essa não é a política do PSB.

Quando falamos do nosso processo legislativo, e aqui se encontram dezenas de candidatos ou de vereadores, assim como os parlamentares estaduais, federais, senadores do nosso partido, não apenas temos a obrigação de respeitar as leis. Claro, óbvio, temos a obrigação criativa de formar um novo arcabouço jurídico para nosso país, temos a obrigação de propor novas leis. As leis são resultado de um passado. O socialista legisla para o futuro. Essa é a maneira socialista de legislar.

Quando falamos a respeito de cultura, outros farão apenas a apresentação de espetáculos, circo para o povo. A maneira socialista de governar é fazer formação cultural. Além de oferecer peça de teatro, queremos formar atores. Essa é a maneira socialista de pensar a questão da cultura. Quando se fala de coisas simples, administração municipal, como é o caso da merenda escolar. Claro, merenda escolar, tão fundamental para uma criança poder exercer a sua condição e estudante. A maneira socialista de ver um programa simples como



esse é tratar, por exemplo, a merenda escolar, como um instrumento educativo, de uma nova cultura alimentar para toda população de uma cidade, para que não sejam alimentados apenas pelos interesses da indústria, mas, sim, pelos interesses de uma vida melhor, de uma vida mais saudável. Essa é a maneira socialista de ver e fazer as coisas.

O que gostaria aqui de enfatizar, procurando nesse instante apenas reproduzir toda a contribuição das companheiras e companheiros que estão nesses estudos, estão nos documentos do PSB, é mais uma vez dizendo que a criação de condições para que o povo se aproprie dos direitos e conquiste novos direitos, na condição de protagonistas da história. Isso não é apenas uma miragem. Gostaria aqui de fazer uma rápida, e certamente imperfeita, lembrança, mas temos aqui muitos exemplos. No seminário acontecido em abril tivemos ali várias experiências exitosas que o PSB hoje protagonistas em governos estaduais, em governos municipais. Mas para falar de governos municipais, porque esse é nosso tema aqui hoje, lembrando que recentemente, nesses dias, apenas oito programas, no Brasil, municipais, públicos, receberam o prêmio Objetivos do Milênio, oito cidades, oito administrações. Três foram do PSB, três, dos oito. Um dos mais importantes prêmios do mundo, porque é um prêmio instituído pela ONU, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Três cidades, Sobral, Curitiba – está aqui o nosso companheiro Dulce, representando esse trabalho –, e Taboão da Serra, onde nós temos a honra de participar junto ao prefeito Evilásio Farias. Três cidades. Mas, muito mais, vejo aqui a nossa querida Inês, ex-prefeita e futura prefeita da cidade de Pimenta Bueno, agraciada com um dos mais importantes prêmios de Mulheres Empreendedoras, exatamente na área de políticas públicas. E também a Cleusa, de Salgueiro, que em 2006, recebeu o Prêmio Cláudia, uma das mais importantes publicações do Brasil, na Editora Abril, como um exemplo de mulher empreendedora na área de política públicas. Estamos aqui com a presença da querida deputada, mas sempre prefeita Luiza Erundina, que realizou uma das mais notáveis administrações na maior cidade do Hemisfério Sul do Planeta, herdeira ela de várias administrações municipais desastrosas, destruíram, privatizaram, alienaram, enfim, excluíram parte significativa da população às possibilidades mínimas de exercício da cidadania. Pois a Luiza



Erundina, quadro dirigente de nosso partido, é um exemplo vivo de uma cidade, que pelo contraste da administração que ela fez, e tudo o mais que veio depois, é algo que todos só falam uma coisa, ela precisa voltar para dar o exemplo de como é possível fazer administração socialista, democrática no nosso país.

Senhor presidente do nosso partido, Eduardo Campos. Concluindo a nossa provocação, ou introdução nesse processo, eu só gostaria de chamar, mais uma vez, a atenção para uma tarefa. Para a prática socialista dar certo, essas posturas, essa cultura, essa maneira de ver, de sentir e fazer, eu dizia, isso não é um dom, nós não nascemos com isso, isso deve motivar e deve ensinar um grande esforço. Vejo mesmo os companheiros da juventude, o pessoal do movimento sindical, os movimentos de mulheres aqui presentes, nós todos sabemos que apesar do fato de sermos socialistas, e, portanto, democratas radicais, temos e vamos lidar, e temos apreço à diversidade do mundo político, nós não podemos nos eximir da responsabilidade de lutar e conquistar a hegemonia das nossas idéias. Isso não significa eliminar idéias diferentes, pelo contrário, porque somos democratas, mas não podemos apagar a nossa própria identidade. Assim se faz no movimento estudantil, no movimento de mulheres, nos movimentos de bairros. Não há política socialista sem um programa socialista.

O desafio, portanto, que se faz agora, ao encerrar minhas palavras, são dois. Primeiro, um convite aos companheiros e companheiras, para que se dediquem aos materiais produzidos por nosso partido – quero mais uma vez cumprimentar o dirigente da Fundação João Mangabeira, Carlos Siqueira, com a produção profícua nesse período em que tem presidido a FAP. No próprio Seminário do Rio de Janeiro nós produzimos documentos importantes, que podem se constituir em guias muito sérios para que possamos elaborar programas de governo; mostra como esses programas de governo devem ser debatidos com a população; como esses programas de governos para os nossos municípios devem ter a marca da seriedade, e, portanto, o compromisso com a verdade, com a exequibilidade de nossas idéias, para que não venhamos a frustrar a população. E, mais, do ponto de vista político, sim, vamos fazer



alianças, aquelas que são, às vezes, eleitoralmente necessárias, mas não vamos permitir que essas alianças nos retirem da responsabilidade histórica, da qual cada um de nós é portador, de conduzir o país para uma situação de desenvolvimento econômico, social e cultural, que é a grande expectativa da nossa população.

Portanto, tentando contribuir, presidente, termino aqui, mais uma vez recomendando, esses materiais que estão à disposição na banquinha da Fundação João Mangabeira, ali ao lado. Vale a pena ter. Esse material, também, está todo ele na internet, um novo curso de gestão de políticas públicas está não apenas no ar, o Eduardo estava dizendo aqui que já há cerca de seiscentos inscritos, mas também já há as publicações, publicações essas que foram concebidas, exatamente para que possam ser executadas até como cursos, em cada local do Brasil onde o PSB tenha a sua organização. Muito obrigado pela oportunidade e felicidades a todos.

DEBATE

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiros, concluída essa parte das duas exposições, a do nosso presidente e a do companheiro César Callegari, abriremos as inscrições, e aqueles que desejarem se inscrever, já passo a palavra. Já tem um inscrito, o deputado Alexandre Cardoso, e os demais que quiserem se inscrever, peço para entregarem os crachás. Com a palavra o companheiro Alexandre Cardoso, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro.

O DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO (Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro) – Primeiro, quero cumprimentar o presidente Eduardo Campos, ao companheiro Carlos Siqueira, à Mesa, ao César; e dizer que o PSB tem a ousadia de colocar esse tema em debate, até porque se fizermos uma análise hoje a criação das contribuições, seja da extinta CPMF, na verdade fez com que o dinheiro ficasse em Brasília, e cada vez os municípios têm menos condição, pelo menos orçamentária, de enfrentar situações como



saúde e como educação. Agora, evidentemente, quando falamos nas regiões metropolitanas, e vou dar dois exemplos, é mostrar a necessidade de rediscutir a gestão das regiões. A Moóca, em São Paulo, é um bairro que tem seiscentos mil habitantes, e você tem um estado, como o do Amapá, que tem quatrocentos mil. O Amapá consegue produzir algumas ações de cidadania muito mais importantes do que a Moóca, porque o governador do Amapá tem poder de polícia. Então, como é que você pode pensar em fazer uma gestão democrática, em um lugar que tem seiscentos mil habitantes, que não tem gestor? E em outro lugar que tem dezesseis gestores, tem três senadores?

O Rio de Janeiro tem um bairro, chamado Campo Grande, que tem quinhentos mil habitantes. Só esse bairro é maior do que 80% das cidades do interior. Ou tem gente de mais no Rio de Janeiro, nesse bairro, que não tem capacidade de gestão, ou você tem cidades que não têm condição de sobrevivência. Evidentemente, quando estamos discutindo a reforma urbana, temos que discutir o conceito de bairro, temos que discutir o conceito de região metropolitana, porque tem alguns lugares que a separação de um lugar para o outro é a rede elétrica, é uma rua, e como é que vai se implantar o SUS, com recursos orçamentários para a saúde de um município, se às vezes o hospital é na divisa e as pessoas do outro município usam aquele hospital? São os consórcios intermunicipais? Evidentemente esses consórcios ainda não avançaram e sedimentaram.

Então, só quero colocar a necessidade, e aí a Fundação João Mangabeira tem feito enorme esforço, da contribuição de cada uma das pessoas que estão aqui, contribuição das suas regiões, levantamento das suas regiões, levantamento das situações de educação, das situações de saúde. A questão da educação técnica nesse país, infelizmente, ela foi relegada a um lugar quase que desproporcional, de tal forma que o sonho das pessoas das classes D e E, é que o filho faça uma universidade, e no Rio de Janeiro, dos oito mil que terminam o Curso de Direito por ano, dois mil passam na prova da OAB, seis mil não vão utilizar aquele conhecimento para absolutamente nada. Agora, a própria legislação penal dá incentivo a entrar na universidade e não no curso técnico. Então, esse debate da reforma urbana ele é muito mais profundo do que a pessoa



pode imaginar. Por exemplo, rediscutir gestão de bairro, rediscutir os repasses de saúde e educação para os municípios não só por número de habitantes, não só por extensão territorial, mas em cima de endemias, de pandemias.

Então, o que estou pedindo, estou me colocando, quero integrar essa equipe que está fazendo esse debate, que cada delegado, que cada militante faça o seu levantamento, centralize na Fundação João Mangabeira, para que a Fundação e o Partido Socialista Brasileiro possa ter um mapa verdadeiro e real, que não existe no Brasil, sobre as necessidades da reforma urbana. Então, fica essa proposta, que cada militante centralize na Fundação João Mangabeira, faça um levantamento da sua cidade, faça um levantamento das distorções populacionais, um levantamento das distorções de investimento, e aí, sim, vamos ter um conteúdo profundo para propor ao Brasil uma reforma urbana e um novo pacto federativo. Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado, deputado Alexandre Cardoso. Convido o companheiro Gabriel Maia, presidente do PSB do Acre, para usar a palavra. E durante a fala dele serão encerradas as inscrições. O próximo inscrito, para que possa se aproximar, é o companheiro José Carlos Ferreira.

O SR. GABRIEL MAIA GELPKI (Acre) – Bom-dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do presidente nacional do nosso partido, companheiro Eduardo Campos, que tão bem traduz o sentimento dos socialistas de todo Brasil. Somos do Acre, e viemos aqui trazer o abraço dos acreanos, um estado que tem 92% de cobertura florestal, um estado que foi construído pela bravura e pela força dos nordestinos e pela sabedoria dos povos indígenas. E lá no Acre nosso partido tem crescido com muita responsabilidade, e temos um lema desde que assumimos o partido, de construir o novo com o povo. Nós queremos construir algo que seja novo na política brasileira, que seja novo na política local, e acho que o novo que temos que construir é esse debate que estamos fazendo hoje aqui no Congresso Nacional, um debate sério, comprometido com as principais causas e os problemas da nossa nação. E construir o novo, também, aliado com um agente que é fundamental



para a transformação desse país, que é o povo brasileiro. Então, queria dizer que esse ano estamos num esforço muito grande, de fazermos as filiações do partido, e lá no Acre nós conseguimos bater a meta, que é filiar 1% do número de eleitores do estado. Mas não queremos ficar apenas nas filiações, queremos sugerir ao congresso nacional do partido, como iremos fazer também no Acre, o ano da militância, em 2009. Queremos transformar cada novo companheiro filiado ao nosso partido, em um militante socialista; e há uma diferença entre você ser um filiado e você ser um militante, a diferença é justamente de que o militante entende a causa por qual ele luta, ele entende os propósitos do seu partido, e ele luta porque acredita naquilo que pensa, naquilo que formula, naquilo que elabora.

Queria dizer, companheiros, que falamos muito em inclusão social, em inclusão econômica, e lá no Acre temos feito esse debate, e chegamos a uma conclusão, que verdadeiramente haverá inclusão econômica nesse país, haverá inclusão social nesse país quando nosso povo for incluído politicamente. Só teremos, verdadeiramente, um país democrático, justo e popular, quando nosso povo puder, de maneira organizada, através do nosso partido, através das organizações populares, interferir decisivamente nas políticas públicas que fazem com que esse país possa melhorar.

Então, queria deixar aqui essa sugestão para o nosso partido nacional, que o ano que vem, através da Fundação João Mangabeira, que quero aqui cumprimentar o companheiro Carlos Siqueira, que tem sido um grande amigo do Acre, e um grande amigo do partido em todo Brasil, que possa estar lançando ano que vem o Ano da Militância Socialista, para que a gente possa estar replicando todos esses cursos também nos estados, nos municípios menores e mais longínquos deste país.

Queria, por fim, companheiros, dizer que precisamos acreditar que esse partido vai, ainda, e em breve, governar esse país. Lá no Acre temos feito um debate, que é um debate muito forte, da vocação que nosso partido tem para governar, seja no âmbito municipal, seja no âmbito estadual, e principalmente no âmbito federal, porque somos um partido, somos companheiros e



companheiras que temos um projeto para essa nação, para os nossos estados e para os nossos municípios. Queria, então, deixar aqui o recado, dos nossos companheiros socialistas acreanos, dizendo que lá no Acre, na pontinha do Brasil, naquele estado pequenino, estamos construindo a luta pelo socialismo, e como diz a estrofe do hino acreano, sem recuar, sem cair e sem temer. Viva o Partido Socialista Brasileiro! Viva a luta do povo brasileiro!

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado, companheiro Gabriel. Convido o companheiro José Carlos Ferreira da Silva, de São Paulo, para fazer uso da palavra. E quero dizer aos companheiros que temos recebido várias sugestões para que sejam três minutos, e quando faltar um minuto eu aviso aos companheiros que estiverem intervindo. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS DA SILVA (São Paulo) – Companheiras, companheiros socialistas do Brasil, companheiro Eduardo Campos, nosso presidente, nossa sempre prefeita Luiza Erundina. Bem, companheiras e companheiros, quero parabenizar a direção nacional pela organização deste congresso. Cada congresso que passa mostra melhor a organização do nosso partido, em nível nacional. Tivemos recentemente, a campanha de um milhão de filiados, que se encerrou agora nessa semana. É em cima disso que queríamos fazer aqui um encaminhamento, já que esse congresso pode tomar decisão. Nós avaliamos que é incompatível, nós que queremos, cada vez mais fazer do PSB um partido de massas, nós não podemos voltar àquela situação de antes da campanha de um milhão de filiados. Não podemos, companheiras e companheiros, continuar persistindo que para se filiar no nosso partido nós temos que ter condições de pagar 10% do salário mínimo, quando sabemos que a maioria das massas, dos movimentos populares, da juventude, tem outras despesas e percebe um salário mensal que não comporta a gente fazer, cada vez mais, do PSB um partido de massas. A proposta é que a gente continue com a política adotada na campanha de um milhão de filiados, onde cada filiado, cada pessoa que aderir à proposta socialista, apenas recolha, na direção nacional, um real. Isso facilita cada vez mais, nós que queremos governar o Brasil, nós que queremos fazer uma grande militância socialista, é preciso que a gente facilite essas filiações, porque quando chega nesse momento eleitoral a gente vê o quanto as



elites abraçam os pobres nesse país. Pobre vira material de primeira qualidade, quando passam as eleições essas elites metem o pé na bunda dessa massa, que acaba sendo usada. E é por isso que o Partido Socialista Brasileiro tem que adotar uma política diferenciada.

Só para encerrar, companheiro Carlos Siqueira, queria pedir ao nosso presidente Eduardo Campos, para que pudesse fazer uma agenda com todas as nossas personalidades, que são pessoas conhecidas no Brasil inteiro, Luiza Erundina, Ciro Gomes, Eduardo Campos, Márcio França, os nossos governadores, pessoas de expressão, que possam cada vez mais visitar os estados, visitar os municípios, ajudar nas campanhas municipais, para poder fortalecer a luta dos trabalhadores, a luta do socialismo. E vamos juntos até à Presidência da República. Muito obrigado, companheiros.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado. Companheiros, gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença entre nós do senador da República, o companheiro Antonio Carlos Valadares, do PSB de Sergipe. Também registro a presença, e cumprimento o companheiro Vicente Selistre, a companheira Maria Andrade, do Ceará, e o vice-presidente, todos três membros da nova central sindical, que tem grande participação do Partido Socialista Brasileiro. Convido, também, com alegria, para usar a palavra, a companheira Luiza Erundina, essa grande companheira do PSB paulista, deputada federal pelo PSB de São Paulo.

A DEPUTADA LUIZA ERUNDINA – Companheiros, companheiras, companheiros dirigentes. Quero saudar a todos com muito carinho, com muito afeto e com muito entusiasmo, por testemunhar o processo de construção partidária, numa perspectiva de qualificar o processo político, e de fortalecer o partido, como uma ferramenta de construção da cidadania em nosso país. Saúdo o companheiro César Callegari, o nosso presidente Eduardo Campos, que já saiu da Mesa para outras tarefas, os demais companheiros que estão na Mesa, Carlos Siqueira, que vem dirigindo a Fundação João Mangabeira, de forma bastante competente e democrática, e saudar essa militância aguerrida e que tem sido, eu tenho viajado por alguns estados e pude testemunhar, com



muita alegria, a construção do nosso partido pela base, o que indica que o PSB é, de fato, uma alternativa de poder. Não qualquer poder, mas aquele poder que expressa o poder popular, a soberania popular, que é isso que faz do nosso partido um partido socialista, um partido revolucionário.

O companheiro César Callegari trouxe, junto com a intervenção do nosso presidente Eduardo Campos, a linha mestra, a orientação normativa e política para que se consiga implementar, por esse país afora, a forma de ser governo do PSB, a forma de governar nossas cidades, e a forma de a partir delas ir construindo a nação brasileira. Queria apenas agregar, companheiro César Callegari, reforçando e demarcando a questão do método de gestão.

Além de planejarmos, além de definirmos prioridades, além de invertermos prioridades, além de garantir transparência às decisões políticas dos nossos governos, nós temos que de fato revolucionar o método de gestão, e revolucionar o método de gestão é dividir o poder com o povo, é contribuir para que o povo se organize para exercitar a democracia direta, a democracia participativa, sobretudo em grandes cidades, ou mesmo em cidades médias e cidades pequenas, uma gestão socialista é aquela gestão que estabelece mecanismos de relação direta com a sociedade civil organizada, e submete as decisões estratégicas do governo, na perspectiva de dividir com o povo o poder que o povo nos delega, e dessa forma nós estabelecermos uma relação pedagógica com o povo, na forma de ser governo em nossas cidades.

A participação democrática supõe que as decisões mais importantes do governo sejam submetidas ao crivo popular, não só nos legislativos, mas, sobretudo, nos mecanismos de participação popular, definindo prioridades orçamentárias, criando mecanismos de controle e fiscalização da implementação dessas prioridades, e garantindo transparência nas decisões e nas ações de governo.

Portanto, companheiras e companheiros, para não mais me estender e não tirar o tempo que os outros companheiros e companheiras precisam para se manifestar, queria dizer que o PSB está no caminho certo, que nós temos a



responsabilidade de fazer a diferença na forma de ser partido, na forma de ser governo, na relação povo-governo, de modo a dizer que o povo é que é o poder, que o povo é que dá legitimidade aos nossos mandatos, e por isso queremos agradecer a todas as companheiras e companheiros por estarem construindo, pela base, um partido democrático, um partido efetivamente instrumento de cidadania política do nosso povo. E agradecer aos nossos dirigentes, aos quadros políticos do nosso partido, que perceberam que um partido para de fato ser a diferença, ser socialista, ser revolucionário, tem que ter sua militância formada politicamente, ter os seus dirigentes com legitimidade e com liderança, para demarcar e apontar o rumo para onde devemos ir, e isso a nossa direção partidária está fazendo, a Fundação João Mangabeira está fazendo, as nossas lideranças, entre outras, esse intelectual de esquerda, esse homem que há muitas décadas vem dando a sua contribuição para formação política da militância e dos dirigentes partidários, do socialismo em nosso país, que é o companheiro, educador César Callegari. Obrigado a todos. Vamos à luta, e vamos conquistar o poder em nosso país! Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Muito obrigado à companheira Luiza Erundina. Passo a palavra ao deputado Rogério Marinho, do PSB do Rio Grande do Norte.



O DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO – Senhor presidente, Carlos Siqueira, senhoras e senhores membros da Mesa, senador Valadares, Casagrande, senhores deputados, senhoras deputadas, militantes do nosso PSB, movimentos populares. Quero saudar, em especial, a Juventude Socialista Brasileira, que via de regra anima e faz com que o nosso partido esteja oxigenado, com novas idéias, com o debate, com o contraditório. Quero saudar as mulheres do PSB, guerreiras que têm demonstrado, no seu dia-a-dia, a necessidade e a força da militância. Quero saudar os negros do nosso partido, que têm tido um destaque extraordinário no nosso congresso e na construção do socialismo no nosso país. Quero saudar o movimento sindical, e o movimento sindical do PSB que se irmana ao PCdoB, e aos partidos progressistas, da frente de esquerda, para fazermos



um sindicalismo construtivo, responsável e propositivo. Quero saudar, enfim, aos movimentos sociais que estão espalhados em todos os rincões do nosso país, nas cidades, nas ruas, nas vilas, nas favelas, nas associações de bairro, construindo a verdadeira cidadania, e que têm a inserção decisiva e preponderante no nosso partido, o Partido Socialista Brasileiro. Quero saudar a todos os convencionais, e todos os congressistas aqui presentes.

Quero saudar a um partido que demonstra a sua vitalidade, que demonstra a sua força, que tem um projeto real de poder, na hora em que cada congresso nós mostramos não apenas crescimento quantitativo, mas mostramos, sobretudo, qualidade, qualidade na militância, qualidade nos nossos quadros, qualidade na nossa postura no Congresso Nacional, qualidade enfim no cerne deste partido, que é uma alternativa real de poder neste país. E por ser uma alternativa real de poder, através do nosso deputado Ciro Gomes, nós também temos que ser protagonistas no cenário nacional, não podemos nos apequenar, não podemos deixar que o debate mesquinho tome conta das esferas partidárias.

Nós vemos aqui neste congresso várias manifestações em defesa de candidatura própria, que quero ressaltar aqui, de Maracanaú, a quem me associo e parablenizo. Vemos aqui o partido querendo crescer, o partido querendo colocar a sua posição, vender à sociedade o seu projeto, se expor, como é próprio de partidos políticos que são protagonistas, e quero aqui, neste momento, dizer ao meu partido que acredito no PSB, que acredito no socialismo, que acredito na democracia, que acredito na política, a política como a única solução, que o debate se exaure, que as teses sejam apresentadas, mas que no final possamos estar com a tese majoritária, porque na democracia é assim que se faz, não se inibe o contraditório, não se faz com que as pessoas não possam se manifestar. Essa não é a prática do Partido Socialista Brasileiro. Eu aprendi neste partido, em mais de 15 anos de militância, sob a liderança da governadora Vilma de Farias, que política se faz com contraditório, que política se faz com coragem, que política se faz com ousadia, que política se faz, sobretudo, tendo espírito público, e espírito público, gente, é servir e não ser servido. Esse partido tem uma trajetória histórica, um partido de João Mangabeira, um partido de Mi-



guel Arraes, um partido hoje de um quadro extremamente valoroso, que é o nosso governador Eduardo Campos, esse partido que tem no seu cerne, na sua essência, a vocação do poder, não pode abrir mão das disputas proporcionais e majoritárias nos municípios por todo Brasil.

Defendo, enfim, que nós todos, com nossas contradições, com nosso dissenso, porque é assim que a prática democrática se estabelece, com nossos embates democráticos, saudáveis, salutareis, com nossas posições antagônicas, mas fraternas, com o nosso espírito combativo e altaneiro, possamos todos, juntos, construirmos um partido que possa ter, como esse tem, ressonância na sociedade e sermos, em breve espaço de tempo, uma alternativa real e concreta de poder neste país, com Ciro presidente, e esse partido, forte e decidido em todos os rincões do país. Muito obrigado, senhores.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Muito obrigado, companheiro Rogério Marinho. Convidamos agora o companheiro Urquiza, da Paraíba, e, em seguida, Jeová, do PSB de Goiás. Lembramos aos companheiros os três minutos, para que todos possam ter oportunidade de falar. Quando faltar um minuto, eu aviso.

O SR. ALEXANDRE URQUIZA DE SÁ (Paraíba) – Bom-dia, companheiros e companheiras, bom-dia companheiro Carlos Siqueira, Casagrande, e na pessoa da companheira Mari, gostaria de cumprimentar os demais componentes da Mesa, e na pessoa de Adriano Urquiza, militante do PSB da Paraíba, cumprimentar a plenária. Acho, primeiro, que o tema é extremamente importante. Reforma urbana é uma questão que tem que ser discutida diariamente, e estarmos fazendo esse debate é por demais salutar. Boa parte dos encaminhamentos, acho que na fala do deputado Alexandre Cardoso, a gente pode até se sentir parcialmente ou fortemente contemplado. Acho que é uma meta de qualquer partido, e tem tido um resultado positivo, no caso do PSB, a disputa e o sucesso pela administração de grandes cidades. Tivemos aqui vários exemplos, várias administrações exemplo, premiadas e reconhecidas, enquanto grandes cidades.



Ao mesmo tempo a gente sabe que quanto melhor você administra uma grande cidade, mais atrai aquelas pessoas que não têm as oportunidades, que são metas do PSB, oportunidade para todos que vêm para essas grandes cidades. Aí vem o que acho que a gente deveria colocar no bojo dos encaminhamentos, não só de Alexandre como da companheira Luiza Erundina, que a gente discuta a interiorização do ensino superior. É importante, é uma forma de segurar, de manter as pessoas no interior, até porque vão dar a oportunidade de qualificação, a interiorização do ensino técnico é fundamental e tem sido muito bem iniciada pelo governo do companheiro Lula, e interiorização da produção. Acho que essa tem que ser a meta das administrações do PSB, em nível de estado, no auxílio aos municípios, e tem que ser a grande cobrança das administrações municipais que teremos nas grandes cidades e nas médias e pequenas cidades do interior.

Essa tem que ser uma luta contínua para que a gente possa ter, aí, sim, digamos não somente a atração dos grandes centros. Vou citar um exemplo. Foram citadas várias administrações, mas tem uma administração do PSB, no Nordeste, que em 2005, quando assumiu, encontrou, em sete acampamentos, 959 famílias, cidadãos e cidadãs que demandavam quase quatro mil pessoas, 959 famílias morando embaixo de lonas, morando em abrigos, e essa administração, no final do ano passado, alocou essas famílias nas suas casas próprias, e não era, como foi rechaçado aqui, casa pobre para pobre, são casas com quarenta metros quadrados de áreas, com dois quartos, cozinha, com um projeto de ampliação anexado ao título de recebimento da casa.

Mas tão importante quanto a construção da casa é que nesse local nós construímos uma escola padrão, para 1.200 alunos de ensino fundamental, contando com ginásio coberto, com laboratório de informática, laboratório de matemática, de física, construímos uma creche, estamos construindo uma cozinha comunitária, quatro unidades do PSF, enfim, esse é um dos exemplos da administração, do que foi aqui pelo companheiro Eduardo Campos, citado como mago, prefeito Ricardo Coutinho, da cidade de João Pessoa, que tem várias outras ações positivas, e essas ações têm atraído cidadãos e cidadãs de outros municípios e municípios menores para a capital do estado. Esse é o desafio do PSB, está posto, administrar muito bem, como vem administrando, as grandes



cidades e ampliar essa meta, agora investir em candidaturas próprias, sim, porque estamos aqui disputando poder. Se queremos e vamos chegar à Presidência da República, nós temos que melhorar a condição do cidadão e da cidadã do interior do Brasil, do interior dos estados e das cidades que administraremos, com certeza, a partir de 2008. É isso. Um abraço a todos.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiro Jeová, do PSB de Goiás, por favor. Pedimos aos companheiros a compreensão para se limitar ao seu tempo, porque estamos com muitas inscrições ainda.

O SR. JEOVÁ (Goiás) – Saudações a todos os companheiros deste Congresso. Quero aqui saudar de forma especial a Mesa, em nome do primeiro-secretário, Carlos Siqueira, e parabenizá-lo, Siqueira, pelo Seminário do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro esse partido construiu uma das mais reluzentes páginas de sua história, com discussão propositiva de políticas públicas para os municípios, planos de governo para os municípios. No Seminário do Rio de Janeiro, onde foi discutida, com profundidade, a reforma urbana, tivemos oportunidade de apresentar a tese de que para ter reforma urbana é preciso que haja desconcentração de poder e descentralização dos recursos arrecadados do estado.

Nesse sentido, coloco como desafio do Partido Socialista Brasileiro, que através de uma emenda de bancada possa, na reforma tributária, colocar uma proposta de que não é possível mais conviver com quase 70% dos recursos sendo arrecadados pelo governo federal e ficando aqui no governo federal, e os municípios com o pires na mão se quiser recurso, aqui em Brasília. É preciso, Callegari, para viabilizar a reforma urbana, que se desconcentre a arrecadação dos recursos do estado, e que o PSB assuma isso como bandeira, de que os recursos possam estar mais próximos de onde ocorre a cidadania, de onde ocorrem as necessidades do povo. Portanto, é tese, coloco como desafio do PSB, que para viabilizar as questões que estão colocadas na reforma urbana, que se descentralize a arrecadação tributária.

No contexto, César, você que é um estudioso, e acompanhei sua exposição lá no Rio de Janeiro, da reforma urbana, nós, que vivemos aqui em Goiás,



temos uma das maiores contradições desse país, que é a região do entorno de Brasília, região em que você tem um policial lá no estado de Goiás, ali perto de Minas, que ganha um salário, e você tem um policial que ganha outro salário aqui no Distrito Federal, porque os recursos que pagam o salário desse policial ou desse professor ou desse técnico são os recursos do governo federal e não os recursos arrecadados em Brasília. Portanto, temos a contradição de ter cidades, César, que foram formadas nos últimos dez anos, cidades como Águas Lindas, que até 15 anos atrás tinha cinco mil habitantes e hoje tem duzentos mil habitantes, com maior nível de desemprego, com maior nível de pobreza na região, vivendo aqui como cidade-dormitório de Brasília. É preciso que Águas Lindas, Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama, não seja só um lugar onde os políticos de Brasília vá pedir votos, porque eles dormem lá e às vezes é transferido o título de eleitor aqui para o Distrito Federal. É preciso que essa região seja olhada com política públicas, é preciso que a reforma urbana que o PSB defende aconteça no entorno de Brasília, com recursos, sim, do governo federal, porque já cobrem, esses recursos já servem aqui para Brasília.

Portanto, essas as duas teses que trago. Trago, para concluir, secretário, a tese seguinte. Hoje se vê falar muito do SOS Mata Atlântica, da Mata Atlântica, mas vivemos aqui em Goiás, na Região do Centro-Oeste, um dos maiores problemas ambientais. Só existe hoje 20% do Cerrado. Desses 20% apenas 2% está preservado. É preciso, sim, que o bioma do Cerrado seja preservado e o PSB incorporar em suas bandeiras a proteção do Cerrado.

Infelizmente o tempo está acabando, mas temos muita coisa para discutir sobre o Cerrado. É preciso que o Brasil tenha um olhar para o Cerrado, é preciso, sim, que o PSB abrace essa causa. Um abraço a todos os companheiros socialistas do Brasil.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado, companheiro Jeová, do PSB de Goiás. Convido o companheiro Silvânio Medeiros, do PSB do Rio Grande do Norte. Em seguida é o companheiro Capiberibe.



O SR. SILVÂNIO MEDEIROS (Rio Grande do Norte) – Bom-dia a todas e a todos aqui presentes. Gostaria, Carlos Siqueira, nesse momento, de saudar a todos e a todas aqui presente, em memória do nosso bravíssimo companheiro Miguel Arraes de Alencar, companheiro esse que nos faz muita falta, companheiro esse que hoje, numa leitura de conjuntura política, sentimos a ausência do pensamento vivo de Miguel Arraes. Sei que este congresso está bastante representativo, mas não tenho dúvidas que esse congresso sofre da ausência de uma pessoa, e essa pessoa chama-se Miguel Arraes de Alencar, nossa referência maior, nossa referência democrática, nossa referência de luta, nossa referência de partido.

Gostaria de dizer que hoje o PSB está numa campanha, acabou de terminar uma campanha de um milhão de filiados, partido que tende hoje a ser um partido de massa, popular. Precisamos ter a clareza de que para sermos um partido de massas temos que estar abertos para a democracia, temos que estar abertos para a liberdade, temos que estar abertos para a militância partidária, temos que desconstitucionalizar o partido, desconstitucionalizar num sentido de desinstitucionalizar e fazer com que esse partido realmente tenha uma militância de massa, tenha uma militância que realmente interfira na vida partidária. E tenho certeza que foi com esse intuito que essa direção, a direção atual do Partido Socialista Brasileiro, se abriu para que muitos brasileiros possam participar e ingressar nas fileiras do socialismo libertário.

E para isso, companheiros e companheiras, precisamos encarar o povo não mais como predicado nem predicativo do sujeito, devemos encarar o povo como sujeito, sujeito em efervescência e em plena transformação, sujeito que defende o socialismo, sujeito que defende a igualdade, sujeito que tem a compreensão que apesar de todas as transformações promovidas pelo Governo Lula, ainda não somos um país de todos. E essa compreensão é uma compreensão que tem que estar na mente de cada militante, porque esse país ainda está muito distante da revolução. Não queremos apenas reformas, na verdade o que nós queremos é revolução, e só iremos mudar a desigualdade, o desprezo que o povo vive, transformar a fome em alimento, quando a gente conseguir transformar esse Estado capitalista e promover uma verdadeira



revolução, uma verdadeira transformação, que, diga-se de passagem, essa revolução e essa transformação não se dará em estrutura de governo nenhum, se dará com o povo organizado, se dará com o povo sendo respeitado, se dará com democracia plena exercida dentro das instâncias partidárias.

Aí, sim, estaremos caminhando para a construção de um processo revolucionário, aí, sim, estaremos caminhando para um processo de ruptura com o sistema capitalista, e eu não tenho dúvidas que os segmentos do PSB, os negros, o sindical, a juventude, as mulheres, movimento popular e todos outros que virão a surgir, têm a grande missão de organizar esses milhares de filiados que ingressaram nas fileiras do PSB no país inteiro. Temos que trazê-los para o campo da revolução, porque esse partido é um partido que está eternamente em disputa, e temos que trazê-los para o campo da revolução, para o campo da transformação e para o campo do engrandecimento partidário.

Para finalizar, só gostaria de dizer o seguinte: revolução, vamos fazer de maneira diferente, Carlos Siqueira, vamos tirar o ódio do coração e fazer o que você sabe muito bem, usar mais a mente. Viva o socialismo, companheiros!

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado, companheiro Silvânio. Com a palavra o companheiro Capiberibe. Pedimos, mais uma vez, a compreensão dos companheiros para o tempo, porque temos muitos inscritos e precisamos dar oportunidade de falar a todos que se inscreveram.

O SR. CAPIBERIBE – Companheiro Carlos Siqueira, nosso primeiro-secretário nacional, companheiros da direção partidária, nossos companheiros e companheiras dos movimentos do nosso partido, das mulheres, dos trabalhadores e trabalhadoras, do movimento negro e da nossa juventude aguerrida e combativa. Nós estamos construindo um partido que pretende ser de massa, um partido enraizado no meio popular, um partido que seja o grande instrumento de participação política da cidadania. Ontem, vários de nossos líderes se dirigiram à militância destacando a grande concentração de renda e a enorme exclusão social. Eu vos digo, companheiros e companheiras, que a exclusão social desse país é consequência da exclusão política.



O cidadão, o povo brasileiro não tem instrumento de participação política, e é nosso dever, um partido de esquerda, um partido comprometido com mudanças nessa sociedade, tem que se colocar à disposição do povo para que ele possa exercer a participação. E aí é necessário, sim, que o partido, o PSB, o Partido Socialista Brasileiro, leve até onde o povo vive, lá onde as pessoas moram, onde elas trabalham, onde estudam, a possibilidade da participação política, e isso pode ser feito através dos nossos núcleos de base. O partido precisa se nuclear para criar um instrumento de participação política do cidadão. Perguntem ao homem do povo, à mulher do povo qual é a participação política e é nenhuma, é o voto, e o voto é uma longa conquista.

Vejam como o Brasil alicerçou o seu desenvolvimento na exclusão, primeiro da exclusão política, a primeira Constituição republicana, de 1891, excluiu o voto dos analfabetos. Ora, no final do século dezenove, 90% do povo brasileiro era analfabeto, e até hoje temos 12% de analfabetos em nosso país, e nós só recuperamos o direito ao voto na Constituição de 1988, para os analfabetos. Então, o problema desse país é a exclusão política, que termina fazendo com que haja uma grande concentração de poder na mão de uma elite que controle todos os meios. E a saída para a mudança da sociedade brasileira é a inserção do Partido Socialista Brasileiro, um dos partidos hoje que ainda se caracteriza com preocupações de transformação da sociedade.

Vejam, o Brasil é um dos raros países onde o povo não sabe que paga imposto. Quem fala em carga tributária nesse país é o empresariado. Perguntem a uma dona de casa, que vai às compras no supermercado, para saber quanto ela pagou naquela cesta de compras dela, que ela vai dizer que não pagou nenhum centavo. São os impostos indiretos, que o cidadão não toma conhecimento, que está arrancando diariamente, a cada momento. Ora, se o cidadão não sabe que paga imposto, muito menos ele sabe em que é aplicado esse imposto. O Brasil é uma caixa preta. Tem prefeitura, eu tenho feito cálculos, tem prefeitura que tem mais dinheiro para gastar com educação de que qualquer escola privada de seu município, e, no entanto, a qualidade da educação é péssima. Não há controle social do orçamento público. Há uma proposta concreta de tornar transparente a arrecadação dos tributos. Devemos levar isso aos nossos candidatos a prefeitos



nessa eleição, aos candidatos a vereador e vereadora, para que eles proponham para suas comunidades, para seus municípios tornar transparente a arrecadação dos tributos municipais, e mais do que isso, tornar transparente a execução orçamentária, o detalhamento desses gastos, para que a sociedade possa ter, finalmente, uma possibilidade de participação, porque participação significa participar do esforço coletivo, e o esforço coletivo é concentrado na contribuição de cada um, são os impostos que pagamos que vão para o orçamento público, e a divisão desses impostos de forma mais justa que significa participação.

Participação nesse país é ter educação, é ter atendimento de saúde, é ter saneamento básico, é ter lazer, e o Brasil é uma das maiores economias do mundo. Nós pagamos mais impostos aqui do que os alemães, e, no entanto, a Alemanha, um país de pequena superfície, a França tem duas vezes mais estradas que o Brasil, porque lá o controle social é a contribuição coletiva. Essa é uma campanha onde nossos candidatos a prefeitos, a prefeitas, e vereadores, podem levar essa proposta concreta de controle social das suas prefeituras. Na hora que tivermos um mínimo de controle na aplicação, vamos poder melhorar a gestão do dinheiro, melhorar as políticas públicas.

Meus companheiros, o partido cresceu, o partido está presente em mais de quatro mil municípios, e é preciso que essa orientação chegue a esses quatro mil municípios, para que possamos falar a mesma linguagem, para que possamos ter uma cara única; o socialismo que queremos é aquele que proporciona a participação do cidadão, é aquele que o cidadão pode exercer o controle social da sua contribuição. Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Convido o companheiro Sebastião Abreu, do PSB do Distrito Federal. Companheiro Sebastião Abreu, militante histórico e integrante do Partido Socialista Brasileiro desde a década de cinquenta. Vamos lá, companheiro.

O SR. SEBASTIÃO ABREU (Distrito Federal) – Companheiras e companheiros, ontem, como todos vocês, eu saí do nosso congresso muito orgulhoso, e alegre com o PSB que temos hoje. Mas, depois, tentando fazer um paralelo entre o PSB Nacional, com sua pujança, com seu crescimento e com o PSB do Distrito



Federal, eu caí numa tristeza profunda. Nós, do Distrito Federal, já fizemos congressos regionais com mais de dois mil participantes ativos e vibrantes, e, no entanto, neste congresso, estamos representados por uma bancada biônica, da qual eu faço parte, sem saber que era biônica. Aí eu me lembrei do belo poema de Bertold Brecht, que vocês todos devem conhecer, porque foi muito divulgado na nossa imprensa, aquele poema em que ele fala das flores do jardim. E no jardim do socialismo, companheiros, a flor mais viçosa que existe é a democracia interna. Por isso que nosso lema é liberdade e socialismo.

Mas, infelizmente, não atinamos porque, as coisas em Brasília não funcionaram bem. A culpa, eu digo, não quero culpar ninguém, muito menos companheiros da Executiva Regional, que são trabalhadores, que são dedicados. A culpa, eu acho, é de todos nós e de ninguém particularmente. Como disse o Brecht, naquele poema famoso, de omissão em omissão, de tolerância em tolerância, acabamos com o funcionamento orgânico do Partido no Distrito Federal, tanto que não podemos fazer o congresso. Eu acho que aí, também, entra um pouco de parcela da Executiva Nacional, que põe muito a mão na nossa cabeça, contemporizando e nos perdoando. Tivemos um fraco desempenho na eleição, não cumprimos a nossa cota, mas a população de Brasília mostrou que confia no Partido Socialista, acredita no Partido Socialista, que pela primeira vez elegemos um deputado federal, e temos, na nossa cidade, as satélites de São Sebastião, que pela primeira vez foi eleito um deputado da cidade, que é do Partido Socialista; Rogério Ulysses e Rodrigo Rollemberg são motivo de orgulho para nós, porque estão cumprindo belamente a sua missão, estão desempenhando perfeitamente o papel de um deputado socialista.

Mas isso não basta. Temos que insistir, é difícil a tarefa, sei que é difícil, hoje se prefere fazer o que é mais fácil de que o que é mais necessário, mas a democracia interna, por mais difícil que seja implantá-la é a seiva do partido. Sabemos que é a voz das bases que oxigena os nossos congressos, e nós, de Brasília, não podemos falar aqui hoje em nome das bases, e se sairmos procurando, com exceção dos funcionários dos escritórios dos nossos deputados, eu duvido que encontremos aqui mais de dois ou três companheiros das bases. As bases simplesmente não tomaram conhecimento desse processo.



Por isso, companheiros, que ao encerrar queria lembrar um ensinamento colhido pela companheira Margarida Vieira, numa excelente tese de doutorado que escreveu há alguns anos e que se transformou em um livro, sobre a semente do partido, que todo socialista deve ler. Ali, extraindo do passado do partido, a essência de sua ideologia, ela diz o seguinte: o partido que não pretende ser apenas uma máquina eleitoral, um instrumento eleitoral, deve ouvir as suas bases, porque as bases do partido é que são a seiva que lhe dá vida e perenidade. É isto, companheiros.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado, companheiro Abreu. Convido o companheiro Francisco Amaro Gurgel Filho. O próximo é o companheiro Daniel Lindoso Mota. Por favor, que se aproxime, para quando terminar o companheiro Francisco, ele falar.

O SR. FRANCISCO AMARO GURGEL FILHO (São Paulo) – Quero iniciar cumprimentando a Mesa, na pessoa do nosso companheiro, primeiro-secretário nacional do PSB, Carlos Siqueira, a quem estendo o meu cumprimento aos demais membros da Mesa. Gostaria, também, de dar minha saudação ao nosso comandante do estado de São Paulo, o deputado Márcio França, nosso presidente no estado; aproveitar e saudar, também, alguns membros de São Paulo, que estão aqui presentes, como o nosso secretário-geral, Mário Guide, nossos cumprimentos; a deputada federal, Luiza Erundina, grande líder no estado.

Na realidade, o que quero falar é sobre uma das teses que o pessoal de São Paulo enviou para o Congresso Nacional, que está às folhas 28 e 29 do Caderno das Teses, que é o “Socialismo, Miscigenação e Brasilidade, pelas bases o partido cresce, pelas bases o PSB se fortalece”. A elaboração dessa tese foi feita por Cláudio Valverde, secretário de finanças da executiva estadual, o Pedro Marcelo, que é o secretário de comunicação, e a minha pessoa, Mário Gurgel, que membro do Secretariado Especial da Executiva Estadual.

Gostaria, também, de saudar os movimentos, pois o partido funciona nas bases, direcionado com os movimentos; o movimento da juventude socialista brasileira, o movimento das mulheres, o Movimento Sindical, o Movimento



Negro, o Movimento Popular, que inclusive ontem participei da plenária, onde foi eleita a nossa companheira, a nossa camarada, Maria de Jesus, para ser a secretária, e o Tio Chico, para ser o secretário de mobilização nacional.

Gostaria, finalmente, de saudar todos os congressistas aqui presentes. Meus camaradas socialistas, Antonio Gramsci, dizia, há um tempo atrás, que para se fazer alguma coisa é preciso fazer a previsão, e prever nada mais é do que antever bem o presente. Quem prevê, na realidade, tem um programa que quer triunfar. A previsão é exatamente o elemento fundamental para o triunfo. Como queremos que triunfe o nosso programa, devemos prever sempre. Assim, para colocarmos em movimento permanente o PSB, precisamos ser criativos, inovadores, disciplinados e organizados; precisamos estar assentados em três pilares, o ideal, que é a doutrina, a ação, que é a mobilização, propaganda e agitação, e a estrutura, que é a parte financeira. O programa do PSB não é o de fazer a vontade particular de ninguém, mas o de colocarmos, juntos com todos do partido, para que possamos desenvolver uma alternativa que siga a vontade e a esperança do nosso povo e do nosso Brasil.

Portanto, queremos dar a introdução da identidade do povo brasileiro, fazer a revelação da grandiosidade da miscigenação de nossa gente, aflorar o orgulho, em nosso povo, por sua condição mestiça, como salientado por grandes pensadores. A construção do ideário socialista brasileiro incluirá doutrinas e ações concretas na luta do dia-a-dia, até criarmos uma vontade coletiva do povo. Vou citar novamente Antonio Gramsci, que disse que uma ideologia nascida num país desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações de poder. Queremos inverter essa ordem, queremos uma doutrina socialista brasileira, para ser modelo para outros povos e nações. Queremos, sim, ser divulgadores do maior legado que o povo brasileiro acumulou para uma unidade do mundo moderno, a miscigenação. Assim, queremos propagar o socialismo como sistema econômico, e a miscigenação como forma de relação humana. Portanto, implantar o socialismo miscigenado ou brasileiro. Deve ser esse o nosso novo pensar, a nossa real consciência. Para que tenhamos êxito em nossas idéias, necessitamos formar quadros resolutos.



O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiro, eu apelo porque seu tempo já terminou. Parabéns pelo seu brilhantismo, a sua tese está publicada, todos os companheiros poderão ler, porque receberam. Eu lhe parabenizo, está muito boa, mas precisamos passar para o próximo orador.

O SR. FRANCISCO AMARO GURGEL FILHO (São Paulo) – Já deu os três minutos?

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Já é a terceira vez que lhe informo que o tempo encerrou. Desculpe, mas sua tese está publicada, os companheiros receberam, você está defendendo com muito brilhantismo, lhe parabenizamos por isso, mas temos que chamar o próximo inscrito, que é o companheiro Daniel Lindoso Mota.

O SR. FRANCISCO AMARO GURGEL FILHO (São Paulo) – Eu agradeço. Muito obrigado.

O SR. DANIEL LINDOSO MOTA – Bom-dia, companheiros. Ontem nós estivemos na plenária do Movimento Popular e discutimos o assunto em questão. Quero dizer para todos vocês uma coisa bem simples. Tem quatro tipos de pessoas no mundo. Tem aquela que não sabe e sabe que não sabe. Essa é a primeira. A segunda é a que sabe e pensa que não sabe. A terceira é a pior de todas, é aquela que não sabe e pensa que sabe tudo. A quarta é aquela que sabe, sabe que sabe, e por saber muito agradece a Deus e coloca toda sabedoria a serviço da população. Quero dizer isso porque temos que diferenciar o verdadeiro líder do cabo eleitoral. O cabo eleitoral trabalha de dois em dois anos, ele é o profissional. O líder, não, o líder é ativo; o líder está nas lutas da população o dia todo e todos os dias. Essa é a grande diferença. O líder é doação. Então, o PSB tem que fazer essa diferença. Nós, em São Luís do Maranhão, por exemplo, temos um grupo da Igreja Católica – sei que aqui tem várias religiões –, tem o estudo de formação humana. Nós pegamos esse estudo e aplicamos lá. Nesse grupo temos de trinta a 35 pessoas. Dez se filiaram ao PSB. Então, isso também é fazer diferença. As pessoas se filiarem não por minha causa, mas pela causa. Então, fazer a diferença é isso.



Quero agradecer à Fundação João Mangabeira, ao meu partido, em nível nacional, que demos um brilhantismo grande a este livro, primeiro módulo, e meu nome está constando neste livro. Quero agradecer do fundo do coração, essa minha pequena contribuição, de estar neste livro, de estar constando neste livro. Isso também é fazer diferença para mim, para minha família. Já tenho uma história para contar para meus netos e bisnetos. E viva o Partido Socialista Brasileiro!

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Muito obrigado. Convido o companheiro Fernando Mousinho, para fazer uso da palavra.

O SR. FERNANDO MOUSINHO – Boa-tarde a todos. Quero saudar a organização do Congresso, em nome do nosso companheiro Carlos Siqueira, e saudar aos bravos companheiros socialistas de todos os rincões do Brasil, aqui presentes. Inicialmente quero dar uma notícia, que ontem, juntamente com o companheiro Marlos Duarte, do PSB de Pernambuco, entregamos ao companheiro Eduardo Campos, uma solicitação para organizarmos o segundo vôo do PSB a Cuba. O PSB, no final do ano, na virada do ano, está querendo chegar a Cuba, com mais de cem militantes, representando o Brasil e o partido. Vamos comemorar meio século de Revolução Socialista na América Latina in loco. Nossa idéia inicial é fazermos o percurso que os revolucionários fizeram quando adentraram Havana e derrubaram Fulgêncio Batista. De antemão comunico a todos que brevemente soltaremos as informações gerais a respeito dessa tarefa partidária.

Aqui viemos, a rigor, falar sobre o lixo, o primo pobre do conjunto de efeitos climáticos, danosos ao meio ambiente e ao ser humano. Muito embora a legislação brasileira seja inexistente com relação ao lixo, e aos chamados resíduos sólidos, não deixa de ser de responsabilidade do prefeito, a questão do lixo é uma questão local, e queríamos deixar como sugestão que todos os nossos candidatos a prefeito, no próximo pleito, considerasse uma prioridade a questão do lixo, e no caso se eleito prioridade também na sua administração. O lixo, de qualquer maneira, ele é sustentável, ele tem um valor social, a sua reciclagem, o seu acondicionamento sanitário positivamente feito, ele diminui



os danos ao meio ambiente e ao próprio ser humano. As pessoas que trabalham com lixo são excluídos econômica e socialmente da sociedade, mas já são 1% da mão-de-obra ativa do Brasil; merece ter toda atenção dos nossos mandatários municipais, e principalmente dos níveis de discussão do partido.

O partido tem discutido muito sobre reforma urbana, a questão do lixo é praticamente inexistente. O partido esqueceu de dar prioridade onde fomos pioneiros, no desenvolvimento sustentável, que todo mundo usa essa bandeira por aí, mas foi a iniciativa primeira do nosso companheiro Capiberibe, na administração do Amapá, que fez da sua administração a base do desenvolvimento sustentável, foi modelo, tendo aceitação e respeito internacional. O PSB não pegou essa bandeira. É hora de recuperarmos, porque Capi está aí, o Amapá também, e todos nós com eles. Saudações socialistas.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiro Maciel, de Manaus, e em seguida o companheiro Sergio Novaes.

O SR. MACIEL (Amazonas) – Bom-dia a todos. Um grande abraço de todos os amazonenses aos companheiros de todo Brasil. E para iniciar eu quero parabenizar o Partido Socialista Brasileiro por esta grande discussão, que abre em nível de Brasil, da reforma urbana. É um assunto realmente importante para a formação dos nossos militantes, para a formação dos nossos candidatos em todos os estados, em todos os municípios. Mas quero lhes dizer companheiros, e aí está o companheiro Carlos Siqueira, que é sabedor, Manaus caminha a passos largos, nessa questão da reforma urbana, porque a nossa administração, a administração do prefeito Serafim Correa é uma administração que realmente valoriza a todos os setores da sociedade. Claro que temos problemas, mas temos muito mais acertos. Por exemplo, nós tínhamos uma lixeira interminável e essa lixeira foi transformada num aterro sanitário que hoje é exemplo para o Brasil, e muitos outros prefeitos já foram a Manaus saber desse aterro sanitário. Ainda em Manaus a nossa educação fundamental, hoje, é uma educação de respeito, a partir da estrutura dos colégios municipais. E mais, a questão da saúde, companheiros. As pessoas, hoje, em Manaus, têm o respeito de chegar nos postos médicos, nas casinhas de saúde da família, e



receber a receita e também levar o remédio para a cura de suas doenças. Nós temos 62 remédios à disposição, em qualquer das unidades básicas de saúde. E mais, se em alguma delas faltar, o motoqueiro, o *office boy* vai levar o remédio lá no destino que está faltando.

E para concluir, muitos de vocês ouviram o programa Bom-Dia Brasil dizer que em Manaus está faltando água. Manaus é uma cidade cercada de águas por todos os lados, e há mais de quarenta anos tem esse problema, e essas últimas faltas de água realmente é para fazer a interligação da rede que vai solucionar o problema de água potável em Manaus. Esse é um governo socialista, esse é o Governo Serafim Correa. E, para encerrar, companheiros, quero lhes dizer que nossas vias estão sendo ampliadas, e dentre elas um grande viaduto ao qual demos o nome de Miguel Arraes, e está lá esse grande viaduto em Manaus. Encerrando, para dizer que nosso governo é o governo da moral, o governo da ética, o governo da transparência, porque em Manaus não tem corrupção, e até hoje não tem roubalheira, é uma administração socialista e exemplar para todo Brasil. Muito obrigado, companheiros de todo Brasil.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiro Sérgio Novaes, por favor. O seguinte é a companheira Valclenia Falcão do Nascimento.

O SR. SÉRGIO NOVAES (Ceará) – Bom-dia a todos. Inicialmente, senhor presidente deste congresso, Carlos Siqueira, a quem quero saudar a Mesa, ao deputado federal, representante de São Paulo, e aqui também do Congresso Nacional, Márcio França, e a nossa companheira da Paraíba, companheira Luiza Erundina, que foi a primeira prefeita de uma cidade, como São Paulo, contra todas as intempéries, contra todos os obstáculos, e chegou, venceu e firmou sua posição no cenário nacional e hoje é um testemunho vivo deste taleno aqui dentro do PSB.

Senhores, senhoras congressistas, jovens, Juventude Socialista Brasileira, mulheres, grupos aqui localizados que manifestam suas intenções em função



de fortalecer o nosso partido em todos os pontos. Nós queremos dizer que há menos de vinte anos neste país, nós brigávamos para ter o direito de escolhermos o presidente da República. Fomos às ruas com os caras pintadas, e no primeiro momento nós não obtivemos resultado, mas em seguida, em 1989, nós escolhemos, pelo voto direto, aquele que veio nos governar. E neste momento nós estamos trazendo a este congresso soberano do PSB, numa atitude inédita, inovadora, socialista do povo de Maracanaú, um abaixo-assinado contendo 10% do eleitorado da nossa cidade. Maracanaú representa, no estado do Ceará, o terceiro colégio eleitoral, a segunda cidade mais rica, perdendo apenas para Fortaleza, e neste contexto esta população anseia que exista mudança, que existe o motivo para se disputar as eleições e exista uma alternativa de poder. Não podemos ficar com o PSB de Maracanaú atrelado a uma dúzia ou meia dúzia de pessoas submetidas a cargos e o PSB sendo submetido a apêndice de um partido que é oposição ao nosso governo estadual.

Nós queremos pedir à soberania deste congresso, a quem já protocolamos, na Primeira Secretaria Nacional, um abaixo assinado, com 13.486 assinaturas, pedindo o direito de disputar em Maracanaú, não impondo como nos fizeram o direito de não participar, mas o direito legítimo de disputar as convenções com o nosso nome como candidato a prefeito. Um dos argumentos que se diz naquela nossa cidade é que estamos com 20% da intenção de votos, e assim sendo vamos ganhar as eleições e isso é um absurdo que quero protestar, na Tribuna deste congresso, para que a gente possa realmente participar e ir para a vitória. Quero dizer, também, meus senhores e minhas senhoras, Maracanaú, pelo seu contexto, existe hoje 220 mil habitantes, e desta população, 65% representa menos de trinta anos na nossa cidade.

Quero dizer que Maracanaú é uma cidade jovem, com 25 anos de idade, e este povo de Maracanaú, essa Juventude do PSB clama para que nosso nome vá às convenções, e a gente possa chegar à vitória no dia 5 de outubro, como candidato a prefeito da nossa cidade, a exemplo do que é hoje o PSB, com candidato a presidente da República, com três governadores de estado, a Vilma de Farias, o governador Cid Gomes e o nosso governador, presidente, doutor Eduardo Campos, onde ganhou o título dos melhores governadores deste país.



E é com essa pujança, do Brasil ser administrado por um presidente do PSB, quando temos na representação de Ciro Gomes uma das maiores lideranças. Dizer que se o Brasil está hábil com o presidente Ciro Gomes, para administrar um PIB de dois trilhões e seiscentos bilhões de dólares, nós também estamos no movimento para administrar Maracanaú. Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheira Valclenia, por favor. E o próximo é o companheiro Pedro Leandro.

A SRA. VALCLENIA FALCÃO (Ceará) – Bom-dia a todos. Ilustríssimos senhores deputados, prefeitos, vereadores, os segmentos também, à juventude, um abraço a todos vocês, socialistas, as mulheres, o movimento negro, movimento popular. A todos vocês, gostaria de saudar com um abraço. A essa Mesa, gostaria de cumprimentar, na pessoa do Roberto Amaral, e do meu presidente estadual, Sérgio Novaes. A maior ambição de um partido é chegar ao poder. Não pelos atrativos que esse status pode trazer, que acompanha o poder. Mas, para poder chegar, e com vigor, às suas propostas, para levar suas propostas para uma ação, uma ação positiva para nossa sociedade. Não querer o poder pelo poder, mas querer o poder para colocar em ação as posturas programadas e elaboradas, que defendemos há mais de 60 anos. Partido político é uma corrente de pessoas que se identificam com um pensamento, com uma ideologia, produzem propostas, a partir de princípios aceitos, e oferecem a sua contribuição a toda sociedade. Se em determinado momento as suas idéias forem a mesma de uma sociedade, de uma comunidade, você poderá chegar ao poder.

O PSB, para ser um partido socialista, não se conformará apenas com um programa democrático, ele também quer participar, ele também quer organizar. A expectativa dessa sigla é que concorra à prefeitura em 123 municípios, buscando refletir aí a necessidade da comunidade. O filiado do PSB tem que cumprir o seu papel socialista, empunhando a sua bandeira de luta. Eu, Valclenia Falcão, delegada do estado do Ceará, filiada ao PSB, que amo, que luto, vice-presidente da Comissão Provisória de Maracanaú, cidade que habito, com duzentos mil habitantes, cerca de 130 mil são eleitores. E viemos aqui, nessa na-



cional, entregar a vocês um abaixo-assinado, como o companheiro Sérgio falou, com quase 15 mil assinaturas, que corresponde a 10% desses eleitores, pedindo, solicitando a intervenção dessa nacional, para que Maracanaú possa, sim, ter candidatura própria, para que Maracanaú possa ser administrada pelo PSB, ser mais uma cidade administrada pelo PSB, que isso é o fortalecimento do partido.

Gostaria de finalizar lendo uma estrofe, só um trecho do livro *Em Defesa da Utopia*, de Roberto Amaral: se a fantasia de que é possível mudar o mundo a política não merece ser feita, mas ela sempre precisa ser feita porque o novo não está assegurado, é preciso crer que é possível mudar o mundo. Para isso precisamos ser administrados pelo PSB, Partido Socialista Brasileiro. Obrigada, e bom-dia a todos.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiro Pedro Leandro, por favor. O próximo é o companheiro Elias Sereno, já para se colocar. Quero pedir aos companheiros que permaneçam no plenário, porque nós pretendemos, inclusive, em seguida ao término das falas, há vários que são coordenadores de delegação que necessitam retornar para seus estados antes das três da tarde. Então, estamos com a idéia de submeter ao plenário a possibilidade de votar o diretório ainda nesta sessão, antes do almoço. Pedro, com a palavra.

O SR. PEDRO LEANDRO (São Paulo) – Companheiros do Partido Socialista Brasileiro, mais uma vez os socialistas do Brasil se reúnem em um congresso nacional. Nós, do estado de São Paulo, estamos felizes porque nos sentimos parte dos avanços que o PSB conquistou nos últimos três anos, sob a liderança do governador Eduardo Campos, com apoio firme de líderes estaduais, como nós lá no estado, temos a honra de militar com o companheiro deputado Márcio França, temos visto o crescimento do partido. Nós, lá em São Paulo temos investido na organização partidária pela base, trouxemos a esse congresso aquilo que entendemos ser o caminho do crescimento, organização e consolidação do PSB como partido popular e de base social. Nós, companheiros, entendemos que para que tenhamos êxito em nosso programa, temos que destacar os quadros mais resolutos para que nosso programa venha a ser implementado na sociedade brasileira.



A vitória do programa socialista só será possível se nós unirmos os mais corajosos e os mais competentes, para evitar discussões desnecessárias no nosso meio, se devemos ou não devemos ser internacionalistas. Faz-se necessário, como diz uma companheira de São Paulo, Lurdinha Rodrigues, e os camaradas que militam no MM, Movimento em Marcha, num acúmulo do PSB de São Paulo, de buscar diálogos com os movimentos sociais. Nós trazemos para este congresso a necessidade de priorizar o partido pela base, fazer com que nossos candidatos, todos os nossos candidatos no Brasil, que vão apresentar as suas candidaturas, e aqui eu saúdo o companheiro Ademir Silvestre, pré-candidato do PSB a prefeito de São Bernardo do Campo, cidade administrada pelo PSB, onde o PSB toma uma decisão firme, que não se juntará com projetos que não tenham DNA socialista. A decisão do PSB de São Bernardo do Campo é uma decisão que hoje consolida o caminho do PSB. Nós, do PSB de São Paulo, somos a favor do internacionalista centrado na fraternidade humana, e no nacionalismo em defesa dos interesses do povo brasileiro.

Nós entendemos que não há nada mais importante no Brasil do que a nossa gente, e vamos construir juntos, a partir da unidade do partido, um grande PSB, para que em 2010 possamos eleger Ciro Gomes presidente da República. Um abraço a todos os companheiros. Viva o socialismo! Viva o PSB!

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiro Elias Manoel.

O SR. ELIAS MANOEL (Amazonas) – Boa-tarde. Quero parabenizar ao PSB por essa festa maravilhosa e democrática, neste congresso nacional; cumprimentar o companheiro Carlos Siqueira, presidente da Fundação João Mangabeira, e quero aqui falar em nome do estado mais verde deste país, que é o Amazonas, que preserva 98% da sua cobertura verde. Quero apelar ao PSB, a esse partido jovem e forte, que também empunha conosco a bandeira da preservação, a bandeira da defesa da Amazônia como patrimônio dos brasileiros, e não somente como patrimônio da Humanidade. A Amazônia é antes de tudo do caboclo, do ribeirinho, daquele que sempre soube preservá-la. E falando de Amazônia, quero dizer que ouvi muito bem o recado do companheiro João Capiberibe, do



Amapá, que também tem 98% da sua floresta preservada. Capiberibe aqui defendeu a transparência, a responsabilidade com os recursos públicos, e o nosso prefeito Serafim Correa, lá em Manaus, tem sabiamente colocado em prática essa lição. Nos quatro primeiros meses deste ano, Serafim está com a folha de pessoal atingindo apenas 41,5%. Serafim tem hoje uma certidão do Senado da República, que lhe dá o direito de contrair empréstimos de até dois bilhões de reais, e a dívida do meu município hoje é de 147 milhões de reais.

Serafim trata o recurso público com a responsabilidade de quem gerencia o recurso da sua própria casa, sendo mais rígido com a prefeitura de Manaus que com a sua própria família. E aqui quero dizer a vocês que o nosso prefeito Serafim Correa não pode estar presente este congresso histórico, porque se reabilita de uma cirurgia e costura as alianças para tornar o PSB cada vez mais forte na nossa cidade, porque Serafim traz como princípio básico um pensamento do nosso senador Jefferson Perez, o governo sério, a administração séria incomoda os canalhas, e por isso Serafim tem tido dificuldade de compor suas alianças e fazer uma Manaus cada vez melhor. Mas temos plena confiança de que o PSB está cada vez mais forte, está contando com o apoio da direção nacional, de Eduardo Campos, e de Roberto Amaral, para termos um partido cada vez melhor, com Serafim Correa na prefeitura, e a liderança de Marcelo Serafim na direção regional. Viva o PSB!

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Muito obrigado, companheiro. Queremos agradecer ao companheiro, e passar a palavra ao companheiro Miki Breier, deputado estadual pelo PSB do Rio Grande do Sul, e ao mesmo tempo aproveitar a ocasião para agradecê-lo, pela colaboração que tem dado à Fundação João Mangabeira, uma colaboração muito qualificada. Muito obrigado, companheiro. Também quero, antes, com a permissão do companheiro Breier, registrar a presença do companheiro Ives Ribeiro, e parabenizá-lo por mais um prêmio, que recebeu, de excelente prefeito que é, e que será, pela sexta vez, na próxima eleição, e à companheira Ceíça, que lhe acompanha, sua esposa, e também deputada estadual. Um abraço e meus parabéns. Companheiro Miki Breier, por favor.



O DEP. ESTADUAL MIKI BREIER (Rio Grande do Sul) – Quero dar meu boa-tarde a cada companheiro e companheira deste Congresso do Partido Socialista Brasileiro, saudar ao Carlos Siqueira, que está conduzindo muito bem os trabalhos. Quero pedir licença para saudar o nosso presidente, do Rio Grande do Sul, Caleb de Oliveira, que representa nossa comitiva gaúcha, um abraço aos gaúchos e gaúchas que estão aqui neste congresso; quero saudar, na pessoa da Luiza Erundina, todas as mulheres aqui presentes, um abraço, querida prefeita, e a todas as mulheres, a todas as pessoas dos vários movimentos que estão se organizando em todo o país.

E quero, em primeiro lugar, dizer da importância do debate proposto aqui pelo Callegari, o quanto é fundamental termos planejamento, estabelecermos metas concretas e reais, para as eleições que se avizinham. Não é possível construir reforma urbana, se não tivermos posição clara sobre a questão da reforma tributária, que tem dificuldade de andar no Congresso Nacional. O nosso partido precisa assumir essa bandeira de forma mais eficaz. Por onde nós andamos, no país inteiro, temos o discurso, temos ouvido que a vida acontece é no município, é lá que as pessoas vivem, é lá que as questões acontecem, e a proximidade com os mandatários municipais é muito mais presente. Mas infelizmente continuamos com essa questão absurda, de o poder estar concentrado, ainda, no governo federal. Nós temos compromisso com o Governo Lula, e isso foi dito aqui várias vezes, desde ontem à noite, mas é preciso que nós possamos avançar na reforma tributária, e fazer com que os recursos, de fato, cheguem lá onde a vida acontece, cheguem aos municípios, cheguem às prefeituras.

Em segundo lugar, quero dizer da importância do debate, sobre algumas questões fundamentais, especialmente as políticas públicas de saúde e educação. Aquilo que é o preceito mínimo constitucional, não deve ser um problema para os socialistas, porque nos governos do PSB a educação e saúde devem, de fato, ser prioridade na hora de elaborar a peça orçamentária, e não só no discurso. Eu vejo muitos governos nossos que têm dificuldade de chegar aos 25% da educação, aos 12% da saúde, e temos que ter como meta, no mínimo, 1% a mais do que é o preceito constitucional. Os governos do PSB têm, sim, que investir muito mais em educação e saúde. Também quero chamar atenção aqui, porque neste



ano o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 18 anos de existência, dia 13 de julho próximo. E nós vemos, em muitos lugares, muito discurso em favor da criança, e pouco orçamento, pouco recurso. Portanto, nos nossos governos, nos nossos programas de governos municipais também, precisamos colocar a criança e o adolescente como prioridade absoluta, como diz no ECA, como nós defendemos e como dificilmente aparecem, nas peças orçamentárias.

E para concluir quero dizer, também, da importância do debate trazido aqui, sobre as nossas candidaturas em pequenos, médios e grandes municípios. Eu quero dizer que não podemos obrigar ninguém a ter nem a não ter candidatura, mas é preciso que se respeitem as questões locais, e a vontade do partido de crescer, seja em Maracanaú, seja em Natal, seja em Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul. Lá em Porto Alegre nosso companheiro Beto Albuquerque teve a grandeza de querer coordenar a campanha do PCdoB, juntamente com outros partidos, porque entendíamos que era importante para o crescimento do partido não ter candidatura agora, mas isso é fruto de um debate conjuntural, do município, da localidade. Agora, precisamos respeitar que isso aconteça em todos os lugares do Brasil, e que tenhamos, sim, candidaturas em muitos locais, mas principalmente debate sobre o que queremos ao chegar aos governos municipais. Um abraço. Viva Dom Helder Câmara! Viva a Revolução Cubana! Viva o PSB!

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Gostaria de passar a palavra ao companheiro Antonio Néri Campos, do Acre.

O DEP. ESTADUAL DELORGEN CAMPOS (Acre) – Gostaria de cumprimentar, nesse momento, a todas as mulheres socialistas deste país, aqui presentes neste congresso, a toda Juventude Socialista, a todos os negros e negras, aos movimentos populares, enfim, a todos os socialistas que se fazem presentes neste ato; quero saudar a Mesa, na pessoa, neste momento, não presente, do nosso presidente Eduardo Campos, e do companheiro Carlos Siqueira. Eu sou o deputado estadual Delorgen Campos, líder do PSB no estado do Acre, e aqui me solidarizo com todos os amazônidas, do Amapá, Roraima, Acre, Amazonas e Rondônia. Companheiros, há pouco tempo, há alguns dias, o jornal New York



Times fez a seguinte explanação de a quem pertence a Amazônia, de quem é a Amazônia. Isso é preocupante, isso é sério.

Nós apelamos aqui à bancada federal socialista no Congresso Nacional, juntamente com os demais partidos que compõem o Bloco de Esquerda para que nos ajudem. Não se pode tomar, como bode expiatório, o caso de Roraima. O presidente Lula também disse há poucos dias que a Amazônia pertence aos brasileiros, como se isso bastasse. A Amazônia pertence ao mundo. Os norte-americanos, os gringos que vêm lá piratear as nossas frutas, as nossas essências, as ONGs, as más ONGs, não são todas, que vão lá se infiltrar, retiram de nós toda soberania, que cabe ao poder central fazer. Nós não estamos vendendo a Amazônia. Precisamos de socorro. Lá existe a miséria e tudo é distante demais. Aqui bem falou o companheiro Capiberibe, por que a Amazônia é tratada de costas pelo Brasil? Nós defendemos essa bandeira de luta, porque lá existem brasileiros, e o estado do Acre é um estado único nesta Federação, que fez a revolução armada, à bala, para ser brasileiro. Portanto, lá tem pessoas dignas, honradas e valentes, que precisam ter o direito que todos os grandes têm, são seres humanos. Esse é o papel de nós, todos, socialistas. Não valeria a pena sermos políticos se estivermos pensando apenas no nosso umbigo, não valeria a pena sermos políticos se estivéssemos pensando nos nossos apadrinhados. Eu sou bancário de carreira.

Então, como diz o saudosíssimo Luiz Gonzaga, os meus cabelos já começam a pratear, mas tenho apenas 11 anos de política, 11 anos no socialismo, 11 anos no PSB. Portanto, companheiros, quero aqui, de público, valendo-me deste momento, agradecer de coração, em nome de todos os socialistas acreanos, aquilo que aconteceu aqui ontem, pelo esforço descomunal, que nosso primeiro-secretário, dr. Carlos Siqueira, fez, ao colocar na pauta de alteração do estatuto uma emenda supressiva do parágrafo único do art. 50, que foi suprimido e aprovado neste Congresso. Isso foi um serviço prestado a toda nação socialista do Brasil, porque aquele artigo não cabia dentro do nosso estatuto, não cabia, cerceava o direito do debate, o direito da livre democracia, o direito das convenções tramitarem, era um privilégio que remetia ao nacional a questão do vice-prefeito do interior do Maranhão, do Piauí ou do Acre. Isso não é concebível num partido que tem



como lema o socialismo e a liberdade. Saio daqui, companheiros, de mais um congresso, animado, entendendo que as principais pilastras de sustentação do nosso partido, do Partido Socialista Brasileiro, que deverá ser considerado partido socialista em Cuba, no Japão, na Índia, em qualquer lugar que seja, não podemos ser tratados como qualquer um, porque somos diferentes. E a nossa pilastra de sustentação, digo, é a democracia interna e a unidade partidária o exemplo que a Juventude deu aqui ontem. Encerro agradecendo ao esforço dos meninos e as meninas do PSB Nacional, que contribuíram para que chegasse até aqui, de um estado cravado no meio da Amazônia, dez jovens do nosso estado, coordenados pelo companheiro Tiago. Viva o Partido Socialista Brasileiro! Viva a inclusão social! Viva o futuro presidente Ciro Gomes!

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado, deputado Delorgen. Convido o companheiro Beto Gril, do PSB do Rio Grande do Sul, para usar a palavra. A próxima é a companheira Janete Capiberibe, deputada federal pelo PSB do Amapá.

O SR. BETO GRIL (Rio Grande do Sul) – Quero cumprimentar a todos os presentes, deste imenso Brasil, e quero aproveitar esse momento para divulgar um trabalho, uma tese que desenvolvi lá no Rio Grande do Sul, e que pretende sustentar a necessidade de mudar radicalmente o modelo de saúde do nosso país, defendendo a existência de apenas um sistema, o Sistema de Saúde Público Estatal, que seja a única forma, a única maneira de acesso aos serviços. Como sabemos, experiências com dois sistemas, um público, com visão sanitaria, e um privado com visão privatista, que entende a saúde como mercadoria, não temos sucesso em nenhum lugar do mundo.

Quero rapidamente mostrar a questão do SUS, que é o Sistema Único de Saúde vigente, e que funciona como uma pirâmide, embaixo, a porta de entrada do sistema, que atende a medicina baixa, de complexidade, quando há necessidade, se vai para a média complexidade, e quando necessário for se reverencia para a alta complexidade. Nesse sistema, o que realmente funciona com qualidade? Funciona a alta complexidade, aqueles programas de transplante, de próteses, de cirurgias altamente especializadas, das campanhas da AIDS, campanhas de



vacinação. Enfim, coisas de alto custo. E por que acontece isso? Acontece porque na baixa complexidade estão os trabalhadores de baixa renda, os excluídos, os pobres. Estes estão a cargo do SUS, enquanto na média complexidade domina a medicina privada. Ali está o grande gargalo, o povo não tem acesso no tempo hábil, com qualidade, a exames, às especialidades, porque ali a medicina privada tem interesse econômico em agir. E lá em cima, de volta, na alta complexidade, volta a responsabilidade primeira, prioritária do SUS, porque também, por falta de interesse mercadológico, vale a pena investir na alta complexidade porque lá também os burgueses, os ricos vão fazer uso desse serviço e ele melhora em qualidade. Se pensarmos o SUS na sua essência, na sua filosofia, seguramente a melhoria do SUS faria com que deixasse de haver necessidade do sistema privado.

Então, num determinado momento, conforme fosse crescendo a linha de baixo, que é a linha do SUS, a necessidade do sistema privado ia diminuindo até que não fosse mais necessário. Mas isso na verdade não acontece. Não acontece, por quê? Porque essa zona B, essa zona da média complexidade é um nicho que tem valor comercial, que tem reserva de mercado. Então, a curva de baixo, que é a linha do SUS, nunca chegará a uma qualidade, a um atendimento de acordo com a dignidade de vida, de acordo com aquilo que precisamos enquanto socialistas, porque na baixa complexidade não existe valor comercial. Esse grupo que é atendido pelo SUS, do povo trabalhador, excluído, não tem poder aquisitivo para ser de interesse dos planos privados, e então eles ficam sozinhos, sem nenhuma atenção, apenas números, atenção, mas não de qualidade como deve ser, enquanto que lá em cima, na zona A, na alta complexidade, é fora da realidade do mercado.

Se fosse para fazer plano de saúde que atendesse esta burguesia o plano seria muito caro, dois, três, cinco mil por mês, e então também não há interesse. Então, eu entendo que existem avanços. Existem avanços, as vacinas, a AIDS, a prevenção, a redução da mortalidade infantil, mas também existem dificuldades de subfinanciamento e de má gestão. Então, tem números muito bons no SUS, tem números muito bons no SUS, mas com que qualidade, com que condições? Muitas vezes em macas, em cadeiras, em corredores. O tempo de espera, em dias, em anos, em meses. E isso não vai mudar, não vai mudar porque...



O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiro Beto Gril, por favor, peço sua compreensão, mas o tempo urge e há vários companheiros ainda inscritos.

O SR. BETO GRIL (Rio Grande do Sul) – Estou encerrando. Mas só para dizer que entendo que para se mudar esse estado, só que a medicina seja apenas pública, que se revogue o artigo da Constituição que dá espaço para a iniciativa privada. Precisamos criar um sistema, e esse sistema pode ser criado ou por lei, que possa ter cinco ou dez anos para entrar em vigor, ou por aumento, realmente, dos investimentos, e isso não vai acontecer, porque existe o interesse político, financiado pelos lobbies, que não vão se interessar. Só vai acontecer quando os políticos, quando os detentores de poder, quando as pessoas que têm condições também tiverem que ser obrigatoriamente atendidos pelo SUS. Aí vai se encontrar dinheiro para a saúde. Então, o trabalho está publicado, eu deixei um CD, todos aqueles que quiserem, me procurem, porque evidente que precisaríamos muito mais tempo para poder colocar os prós e os contras. É uma tese, tem sustentação, mas também tem os seus contras, e precisamos avançar, o Partido Socialista precisa enfrentar, realmente, uma proposta socialista, que dê condições, qualidade para toda nossa população nesse direito essencial de vida que é a saúde. Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheira Janete Capiberibe, deputada federal pelo Amapá, por favor.

A DEPUTADA JANETE MARIA GOES CAPIBERIBE (Amapá) – Meu boa-tarde, aos companheiros e companheiras socialistas presentes no XI Congresso do nosso partido. Quero parabenizar, em primeiro lugar, a direção partidária pela justa e merecida homenagem, no nosso congresso, a Dom Helder Câmara, e aos cinquenta anos da Revolução de Cuba. Parabéns à direção partidária, pela visibilidade dada, nesse momento. Depois quero dizer o seguinte, eu ocupo na Câmara Federal a Presidência da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Companheiras e companheiros, eu tenho obrigação, ocupando esse espaço de poder de fazer a inclusão das mulheres amazônidas, que tanto precisam, na



floresta, nos rincões mais longínquos da nossa região, de todas as políticas públicas que são ofertadas através dos nossos impostos à população brasileira. Quero dizer aos companheiros e companheiras que muito se fala, e, principalmente a mídia que nos chega muito facilmente, a televisão, o rádio, o jornal, sobre a internacionalização da Amazônia. Acredito que esse é o espaço que eu deva fazer algumas afirmações, para que homens e mulheres socialistas possam ter clareza sobre essa situação, que não é só da Amazônia brasileira, são oito países que compõem a Amazônia, na América do Sul.

E quero dizer o seguinte, companheiros e companheiras, as fronteiras do nosso país, com outros países amazônicos, ou a entradas de ONGs, de igrejas, de antropólogos, outros tipos de ONGs, na nossa região, essa entrada se deve principalmente à ausência quase total do Estado brasileiro nessas regiões. A Irmã Dorothy foi assassinada há cinco anos, em Anapu, no Sul do Pará, e outro dia, no dia 06 de maio, enquanto presidenta, fiz realizar uma audiência pública, que coincidiu com o dia do julgamento do mandante do assassinato da Irmã Dorothy, para tomarmos a defesa de três bispos mais que estão ameaçados de morte no sul do Pará. Um deles, o Frei Heroin, é acompanhado 24 horas por dia pela Polícia. Imagine o que significa isso, em rezar missa com segurança ao lado, ir ao banheiro com segurança ao lado.

Quer dizer, é uma situação política criada e que o estado não pode fechar os olhos, não pode fechar os olhos para uma região que é 60%, geograficamente, do espaço do Brasil. Tem mais de 25 milhões de habitantes, tem 20% da água doce do planeta. Então, concluindo, companheiro Carlos Siqueira, essa história de que a Amazônia está internacionalizada, ou que a soberania do nosso país corre risco, companheiros, isso não é verdade porque o povo, a população que está ao longo da fronteira, da região, é ela que defende o país. Claro que o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, a Polícia Federal têm um papel fundamental para se fazer presente aí, que não é a guarda da fronteira, não estamos em guerra.

Companheiros, o que falta é a presença do estado, sim, para fazer chegar aos cidadãos e às cidadãs amazônidas todos os serviços e projetos que che-



gam às outras regiões do país, porque a região amazônica é discriminada. E já concluo, companheiro Carlos Siqueira. Para vocês terem uma idéia, as universidades da Amazônia recebem menos da metade do orçamento que recebem as universidades nos centros de pesquisa no restante do país. E a gente precisa desenvolver do ponto de vista social, econômico, cultural, ambiental, a nossa região, mas o que é fundamental, que é o conhecimento, são os cérebros que devem ser formados na nossa região, nas universidades e nos centros de pesquisa, não são formados.

E finalizo, agora, companheiro Carlinhos, dizendo o seguinte, na Presidência da Comissão da Amazônia eu estou correndo atrás do Ministério da Educação, de Ciência e Tecnologia, da Marinha, da Aeronáutica, do Exército, enfim, de todas as instituições do Estado brasileiro, em todos os níveis, para avançar um pouco, diminuir só um pouquinho essa grande desigualdade que existe entre a região mais bela do planeta e o restante do nosso país e do mundo. Muito obrigada.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Queremos passar a palavra, agora, ao companheiro, deputado estadual pelo Paraná, Reni Pereira, também candidato a prefeito da importante cidade de Foz do Iguaçu.

O DEPUTADO RENI PEREIRA (Paraná) – Boa-tarde a todos, companheiros, companheiras. Saudação ao secretário e presidente da Fundação João Mangabeira, Carlos Siqueira, ao nosso companheiro, ex-ministro, Roberto Amaral, ao ex-senador Ademir Andrade, aos demais companheiros, prefeitos, prefeitas, deputados estaduais, vereadores, deputados federais aqui presentes, aos companheiros dos movimentos do PSB.

Trago a saudação aqui do nosso estado do Paraná, e acima de tudo queremos contribuir com o debate da reforma urbana, dizendo que como alguém que me antecedeu já disse, a semente do socialismo só germina no país porque temos o baluarte de pessoas e a história do PSB a nosso favor. Temos pessoas, como a deputada federal Luiza Erundina, que é um exemplo vivo, temos governos que são exemplo vivo, porque levamos para nossas cidades,



e o estado do Paraná, o PSB cresce porque se propõe a ser uma alternativa diferente, tanto para as lideranças como acima de tudo para a população, que cada vez mais está apática à política.

Mas nós falamos em fazer diferente e fizemos diferente, falamos em dar acesso à juventude, a um partido para que possa participar, e elegemos o deputado estadual mais novo do Paraná, que é o deputado Ribas Carne; falamos em crescer com qualidade e colocarmos a bandeira do PSB nos principais municípios do estado do Paraná, e estaremos fazendo isso na próxima eleição em três dos cinco principais colégios eleitorais do Paraná, na cidade de Maringá, com nosso companheiro, primeiro suplente de deputado, Wilson Quintero, na cidade de Foz de Iguaçu, comigo, e na capital do Paraná, com nosso companheiro, Luciano Dutti, que já é o atual vice-prefeito, e socializa soluções importantes para o país, através de um projeto de sua autoria, que é o Mãe Curitibana, que leva assistência médica à mãe desde a concepção do bebê até a infância. São soluções assim que o Paraná se propõe. É muito interessante esse debate, companheiro Carlos, quando queremos fazer a reforma urbana, mas percebemos que para fazê-la precisamos chegar ao poder. De nada adianta ficar falando se não conseguirmos colocar em prática. E para chegarmos ao poder e fazer aquilo que nos propusemos, temos que fazer diferente. Sem dinheiro, sem recurso não se faz reforma urbana. E muito bem falou o deputado do Rio Grande do Sul, que estava conosco há uma semana atrás, na cidade de Fortaleza, onde o presidente da Comissão da Reforma Tributária, deputado Antonio Palocci, o relator e mais vários membros da comissão da reforma tributária estiverem lá na Unale, que é a União Nacional das Assembléias Legislativas, na comissão que presido, da reforma tributária, e falaram que a reforma vai andar.

E quero, para concluir, companheiro Carlos, dizer o seguinte: sem dinheiro os municípios não conseguiram resolver os problemas da população, e se em 1988, quando a nossa Constituição, que faz vinte anos, foi promulgada, aproximadamente 20% dos recursos que se arrecadavam em impostos ficaram nos municípios, hoje temos quase a metade disso, aproximadamente 12% a 13% fica nos municípios. De lá para cá municipalizou-se a merenda escolar, o transporte



escolar, a saúde pública e mais recentemente os municípios que querem dar uma segurança um pouco melhor, aqueles que podem, municípios de médio e grande porte, têm que ter também a segurança municipalizada. E essa reforma tributária em nada vai contribuir para essa correção. Por isso que somos base do Governo, sim, mas também temos que fazer essas anotações. E faço esse apelo aos nossos deputados federais, e aos senadores que vão analisar a PEC da reforma tributária, para que a reforma urbana possa ocorrer, temos que também ter uma reforma tributária que não apenas simplifique, porque essa reforma simplifica, mas não diminui a carga tributária, simplifica, mas não faz justiça tributária, porque não vai desonerar principalmente os trabalhadores, através do imposto que incide indiretamente no trabalho e na produção. Então, temos que ficar alertas porque essa reforma tributária simplifica, mas não diminui, simplifica, mas não aumenta a autonomia dos municípios e estados em dar o serviço público que é o objeto maior da arrecadação do imposto.

Temos que vigiar, sim, porque essa reforma tributária é uma importante ocasião em que o PSB pode ser pronunciar que quer, sim, a justiça e autonomia que está estampada na Constituição Federal, no art. 60. De nada adianta falar em autonomia federativa dos estados e municípios, se eles não têm recursos. Não adianta falar em autonomia se não têm competência para gerir os serviços públicos que são, essencialmente, hoje oferecidos nos municípios. Era o que tínhamos a colocar. Saudações do Paraná, e dizer que no Paraná queremos socializar aquilo que temos de bom, soluções boas, mas também queremos socializar as sugestões dos companheiros do Brasil, para que possamos fazer o nosso partido crescer também no nosso estado, de maneira a contribuir com o projeto nacional. Saudações.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado, companheiro Reni. Agora vou passar a palavra à companheira Dora Pires, Secretária Nacional de Mulheres, reeleita ontem no Congresso das Mulheres. A próxima é a companheira Dinorah Magalhães, e em seguida é a votação do Diretório.

A SRA. DORA PIRES (Secretária Nacional de Mulheres) – Bom-dia, companheiras e companheiros. Quero aqui nesse momento informar que o V



Congresso Nacional das Mulheres do Partido Socialista aprovou ontem uma plataforma de políticas públicas para serem sugeridas para os governos municipais do PSB do próximo pleito. Construimos um documento no seguinte sentido: as mulheres do Partido Socialista Brasileiro propõem ao Congresso Nacional do Partido, PSB, a aprovação de uma plataforma de políticas públicas para as mulheres que deverá ser implementada pelas prefeitas e prefeitos eleitos em 2008, como forma de promover uma nova relação entre homens e mulheres; as administrações socialistas devem ser exemplo na construção da igualdade de oportunidade entre gêneros, combatendo firmemente todo tipo de discriminação, e principalmente a exclusão da mulher.

Este documento pretende provocar um olhar especial sobre a saúde da mulher, sobre a sua inserção no mercado de trabalho, sobre a violência que ainda é majoritária contra as mulheres, no âmbito doméstico. E isso, uma visão socialista de governos que devem contemplar uma gestão que tenha compromisso de construir espaços institucionais para a implementação das políticas para as mulheres e que perceba a educação como instrumento de transformação, da visão machista ainda presente em nossa sociedade.

Só construiremos uma sociedade socialista de fato quando homens e mulheres viverem em condições de igualdade; no que diz respeito à saúde, propomos, para todas as gestões socialistas, a criação de centro de referência para as mulheres, com atendimento psicológico, jurídico e social para as mulheres em situação de risco e violência; ampliação do direito à licença maternidade para seis meses, período aconselhado para amamentação; a criação do banco municipal de aleitamento materno; a criação e implementação do programa de atenção integral à saúde da mulher; a criação de programa de atenção às mulheres gestantes, com prioridade de atendimento médico e hospitalar na hora do parto; garantia do direito à mamografia para as mulheres, com o fim de reduzir a mortalidade feminina através do câncer de mama; criação de programas de prevenção da gravidez na adolescência; a criação de programas de planejamento familiar; a criação de programas de redução de danos e acompanhamento das DST-AIDS; a criação do Dia Municipal de Combate ao Câncer de Mama e de Útero; a fiscalização da implementação da Lei do Parto,



de autoria da nossa deputada Erundina, de número 11.634, de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento, à vinculação à maternidade, onde receberá assistência no âmbito do SUS.

Na geração de renda, propomos aos nossos companheiros que forem eleitos em 2008, promover a qualificação profissional da mulher; criar programa de emprego para a mulher e chefes de família; fomentar a organização de cooperativas e associação de mulheres como forma de gerar renda; criar o Banco Popular, oferecendo microcrédito para as mulheres chefes de família. Em relação à violência que campeia nesse país, que ainda é uma realidade que destrói o imaginário, a auto-estima de nossas mulheres, nós propomos a criação dos centros de referência da mulher, a criação de casas abrigo e de passagem para as mulheres vítimas de violência doméstica, a criação de legislação específica para o enfrentamento do assédio sexual no espaço de trabalho, o combate sistemático ao tráfico de mulheres, a proibição expressa do uso de imagem da mulher nas campanhas publicitárias de todos os governos do PSB, apoio à criação de delegacias ou postos de mulheres em cada município, que os prefeitos – isso não é competência das prefeituras –, mas que os prefeitos, em seus estados, tenham uma conversa, se unam todos para que apoiem e exijam dos governos essas delegacias e que todas elas tenham atendimento de 24 horas por dia, o apoio à criação de delegacias ou postos de mulheres em cada município, a adesão ao Programa Sentinela, do governo federal, que previne o combate à exploração do tráfico de mulheres, a divulgação permanente, através de mecanismos institucionais, da Lei Maria da Penha, o apoio à criação de delegacias de 24 horas – é de fundamental importância, porque a mulher quando apanha, às sete horas da noite, não tem que esperar as oito horas da manhã para procurar um posto policial para se autoproteger.

Na educação, sugerimos a criação de programas específicos de formação e capacitação para as mulheres, a implementação de programas de alfabetização para as mulheres, a inserção na grade curricular da temática do gênero, a ampliação do número de creches municipais. No que diz respeito à gestão, solicitamos encarecidamente aos nossos prefeitos, aos nossos governantes que



criem ou a secretaria ou uma coordenaria da mulher, para que transversalize nos governos de nosso partido a temática de gênero dentre nossas gestões, e o fortalecimento do conselho municipal de direito das mulheres, que os prefeitos garantam a criação desses conselhos. E como proposta interna para o nosso Partido sugerimos a garantia da participação política de mulher apoiando a PL 6.216/2002, de autoria da deputada Luiza Erundina de Souza, destinando 30% dos recursos do fundo partidários à criação e manutenção de programas de promoção da participação política de mulher, de prever tempo no programa eleitoral para as mulheres, que ainda é muito pouco. Muito obrigada, e bom resto de congresso para todas e todos.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheira Dinorah, por favor. Em seguida é o companheiro Marco Aurélio de Lemos.

A SRA. DINORAH MAGALHÃES (Mato Grosso) – Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do dr. Carlos Siqueira e quero aqui parabenizar o PSB de Mato Grosso, e assim em nível nacional, por ter um deputado federal hoje, deputado Valtenir Pereira, de Mato Grosso, uma pessoa que disponibilizou os seus interesses sociais para a comunidade, tem feito um trabalho muito bonito em todo estado de Mato Grosso, fez a diferença para os mato-grossenses aqui na Câmara Federal, fez também a diferença. Quero aqui falar com respeito à saúde preventiva, que é importante para o Partido Socialista Brasileiro, porque acreditamos que a saúde preventiva é mais barata, é melhor do que a curativa. Eu faço trabalho na saúde preventiva e quero aqui dizer a todos, em nome da pessoa tão importante, do deputado federal Valtenir, que criou uma Frente Parlamentar, dia 13 de junho de 2007, dando apoio aos agentes comunitários de saúde e endemias de todo país, que esse pessoal é quem faz a prevenção, é quem faz a diferença.

E por entendermos que o PSB é um partido socialista, eu avaliei bem, sou representante de todos os agentes do Mato Grosso, comecei avaliar o PSB e entendi que a ideologia do PSB faz parte do trabalho da prevenção, porque ela prevê o quê? Ela tem a ideologia de igualdade, e isso é importante para nós, os agentes comunitários, porque nós fazemos um trabalho com igualdade,



visitamos as famílias com igualdade, não fazemos diferença e nem acepção. Então, eu quero aqui hoje aproveitar este momento e pedir aos companheiros, aos prefeitos, aos deputados federais, estaduais, aos senadores, que como o PSB é um partido socialista, abrace a causa dessa classe, porque essa classe trabalha o social, prevenir é mais barato. Quando nós conseguirmos manter controlado um diabético, um hipertenso, nós estamos economizando e fazendo o socialismo. Então, eu quero aqui dizer aos companheiros que me sinto grata, já concluindo a minha fala, e dizendo aos que vão ser prefeitos, aos que vão ser vereadores, comecem a abraçar essa causa, façam como nosso digníssimo deputado federal Valtenir, que a abraçou e hoje tem o respaldo dentro dessa categoria, tem o respaldo social. E no mais o meu muito obrigado e viva o PSB.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado, companheira. Com a palavra o companheiro Marcos Aurélio, da Juventude do PSB do Rio Grande do Norte.

O SR. MARCOS AURÉLIO (Juventude/Rio Grande do Norte) – Boa-tarde, a todos e todas, aos socialistas do PSB e demais filiados ao nosso partido, que aqui estão presentes. Quero dizer que esse é um momento muito rico, e muito me orgulha poder usar essa tribuna, que foi dividida aqui hoje por grandes quadros da política brasileira, que trouxeram grandes temas à reflexão desse congresso, e eu, Marcos Aurélio, um militante simples, poder fazer uso da tribuna nesse momento, dividindo a responsabilidade de definir os rumos de meu partido com gigantes da política brasileira mostrando que estou no partido certo; é um partido democrático, um partido que respeita a opinião e a liberdade dos seus filiados, coisa que não acontece em todo lugar, coisa que não acontece em todo partido, e que nos diferencia na esfera da política brasileira. Infelizmente esse momento é muito curto, bom que pudesse ser mais extenso, para que pudéssemos aprofundar as teses que aqui foram colocadas e para que aqui pudéssemos construir uma ampla unidade partidária em torno de bandeiras concretas e claras a serem apresentadas à sociedade brasileira.

Muito me orgulha a fala do presidente Eduardo Campos, aqui, na abertura ontem, quando ele dizia que o PSB tem compromisso com a política fiscal,



mas uma política fiscal flexível, porque não adianta a política fiscal estar boa, as contas do governo estarem saneadas, se a educação vai mal, se a saúde vai mal, se a cidadania é negada aos milhões e milhões de brasileiros nesse país. Isso nos agiganta e nos diferencia, porque mostra que o PSB é um partido diferente, e ousa propor uma inversão de prioridades na política brasileira. Enquanto a política tem sido dominado de uma forma maquiada, entre dois projetos que são o mesmo, de um economicismo monetarista barato, que coloca para a população que a gente deve lutar por aquilo que for possível, depois que garantirmos o equilíbrio fiscal; e o PSB vem dizer que não, que defende a justiça social como a bandeira primeira, e que está se propondo a fazer o que for necessário, no âmbito da política fiscal para garantir os nossos objetivos sociais. Somos diferentes, sim, e ninguém pode negar essa diferença. Bandeiras que podem ser erguidas pelos nossos candidatos e candidatas a prefeito: precisamos elevar a educação como prioridade número um de um partido que quer a emancipação do povo, precisamos defender a transparência, companheiros, porque no momento que a política está esvaziada, que as pessoas têm medo de se envolver com a atividade política, só a transparência da coisa pública será capaz de construir um outro cenário. Pois bem, quero concluir dizendo, presidente Amaral, recentemente o senhor foi entrevistado e lhe perguntaram o que era o PSB, e o senhor respondeu que o PSB era um partido de centro-esquerda, que caminhava do centro para a esquerda, se colocando como alternativa nesse país.

Eu acredito que isso seja possível, mas não será possível a partir de uma radicalização dos nossos dirigentes, e nem será também porque os nossos mandatários lhe escutarão mais, o que de fato deveriam fazer. Isso é verdadeiro, Amaral, porque na hora que o PSB convoca um milhão de cidadãos a construírem com ele um novo projeto de país, ele tem que saber que vai precisar educar, emancipar e empoderar esse um milhão de filiados para construir a diferença. E, por fim, Silvânio disse que essa tarefa seria dos movimentos, e é verdade, mas nessa tarefa, Carlinhos, você também tem uma missão especial. A mudança que você está construindo na Fundação João Mangabeira, transformando-a não apenas numa fundação burocrática, mas numa verdadeira escola de fazer política, com certeza a Fundação João Man-



gabeira dará uma grande contribuição para emancipar, para conscientizar e para preparar esses novos um milhão de filiados, para conosco construirmos um novo país. Aí, sim, Amaral, teremos um partido verdadeiramente de esquerda.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado, companheiro. Com a palavra o companheiro Juliano Homem de Siqueira. Em seguida é o companheiro Matoso, do Rio Grande do Sul.

O SR. JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA – Camaradas e amigos, companheiros e companheiras, componentes da Mesa, resistentes e insistentes do plenário. Eu começaria a dizer o seguinte, ampliando uma das homenagens desse congresso, que está sendo feito e sempre será feita pelos socialistas, a Revolução Cubana, ao povo cubano, à liderança da Revolução Cubana, ao partido cubano. Refiro-me a uma mensagem do Comandante Ernesto Che Guevara aos seus filhos, em que ele dizia muito claramente, nenhum de nós, sozinho, vale nada.

Pode-se aplicar, por analogia, e sem uma “forção” dogmática, a colocação do Che à realidade coletiva dos partidos políticos? Creio que sim. Nesse momento que vivemos nenhum partido do campo popular, democrático e socialista, sozinho, vale pelo campo popular democrático e socialista. E se entrar na contramão da unidade, passará a valer nada. Eu tenho 58 anos de idade, comecei a participar no movimento político brasileiro na luta pela posse do presidente Jango em 1961, lá se vão mais de 46 anos. Esse momento que vivemos me entusiasma, como em 1962, jovem secundarista, se entusiasmou com as lutas pelas reformas de base, em 1964, esse jovem, com quatorze anos, estava experimentando os cárceres e a tortura.

E diziam alguns líderes importantes desse país, já estamos no governo. O poder é uma questão de minutos. E uma semana depois de tão grande e eloquente declaração, os tanques passaram por cima dos nossos sonhos e das nossas esperanças, as masmorras se abriram, Grigório foi arrastado pelas ruas do Recife, Arraes foi expulso do Palácio das Princesas e foi terminar em



Fernando de Noronha, depois do exílio; o prefeito da minha cidade, Djalma Maranhão, foi morrer de saudades exilado no Uruguai.

Então, diante das lições da história, que direitos nós temos de abdicar da unidade das forças democráticas populares e socialistas? Unidade, unidade, unidade. Sem abdicar, sem trocar o permanente pelo transitório, sem fazer a política sem alma, sem ideologia, porque como diz Leonard Boff – e aqui é outro lado da homenagem do congresso –, quando se faz política sem idéia não se está fazendo política, está fazendo negócio. E nós não somos um balcão de negócios. Não somos um balcão de negócios, somos o partido de Domingos Velasco, tão esquecido na história política desse país, do grande Hermes Lima, ministro do Supremo, cassado pela brutalidade fascista, o partido de Manguabeira, o partido de Arraes, o partido do grande Antonio Houaiss, um partido que tem tradição, tem luta, e hoje tem uma direção que merece a confiança de sua militância e de uma parcela considerável da sociedade brasileira.

Mas é um partido que como disse ontem o presidente Eduardo Campos, é um partido que acha profundamente positivo ser apoiado, e hegemonizar frente de caráter popular, democrático e socialista, mas também não se recusa a fortalecer essa mesma frente, quando o apoio tem que ser direcionado a um partido do campo democrático, popular e socialista, a um partido irmão. Assim que se faz política, assim que se cresce, assim que a Humanidade avançou, com a Frente Popular da França, com a República da Espanha, com a Unidade Popular do Chile, e na hora em que nos dividimos, de quem foi a vitória? Da barbárie, do fascismo, da tortura, da contra-revolução. Então, não podemos brincar de fazer política, nem fazer o culto da mediocridade. Temos uma grande responsabilidade perante cada um dos nossos companheiros e companheiras, da militância do partido, e acima de tudo do povo trabalhador brasileiro, e da nação brasileira como um todo. Lutar contra aqueles que não vão admitir jamais ficar fora do poder. Estão saudosos do processo exploratório, estão armando de qualquer maneira para voltar. Em relação a eles, lhes digo, no seu município, no seu estado, no país, ergam a barricada de unidade e de luta, e escreva alto e firme: vocês perderam o poder, daqui para frente não passarão. Obrigado.



O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiro Matoso, do Rio Grande do Sul, por favor.

O SR. MATOSO (Rio Grande do Sul) – Boa-tarde a todos os companheiros e companheiras, à Mesa, saudação especial ao nosso presidente estadual, Caleb Oliveira, nosso deputado Miki Breier, à bancada gaúcha presente aqui neste momento. Companheiros, nos últimos meses se percebe que o tema da reforma urbana tem se constituído num grande tema nacional, no mínimo mais dois ou três partidos têm abordado esse tema como um tema central. Nesse sentido, companheiros, acho que nosso partido tem uma necessidade concreta de precisarmos qual é mesmo o conceito que defendemos, de reforma urbana. No geral, a reforma urbana nesse país tem se compreendido como uma reforma excludente, marginalizadora, que empurra as famílias de baixa renda para a periferia dos grandes centros urbanos. Precisamos dizer, portanto, que a reforma urbana que defendemos é inclusiva, é humanizadora, é democrática, e nesse sentido, companheiros, precisamos colocar também que nós queremos uma reforma urbana que trate o cidadão, o homem, a mulher, como centro desse debate.

Precisamos afirmar as políticas públicas para as mulheres, para a juventude e a política pública para a negritude. E aqui faço um parêntese, companheiros, os últimos dados do IBGE, do Ipea, demonstram que entre 2008 e 2010 a população brasileira será majoritariamente afro-descendente negra, e, portanto, companheiro Carlos Siqueira, o nosso projeto precisa tratar da questão da negritude, de políticas para saúde da população negra, da apresentação da Lei 10.639, que determina a inclusão do ensino da África, da história do negro no currículo escolar.

A segunda questão, companheiros, é que a reforma urbana precisa compreender o seguinte, 80% dos municípios nesse país é rural, tem um tipo de produção agrícola e que, portanto, a reforma urbana, a qualificação dos centros urbanos não pode ser um tema que venha seduzir a população rural. Portanto, nosso discurso também tem que compreender que é preciso qualificarmos a zona rural, garantirmos escoamento de safra, garantirmos condição de



produção para o homem do campo, garantirmos moradia à população rural, garantirmos saúde, educação, informação.

Tem município no Brasil que não tem estradas, que não tem energia elétrica, e que, portanto, as pessoas não podem sair do campo para vir para a cidade porque nas cidades terão melhores condições de vida. Então, quero propor, companheiro Carlos Siqueira, para encerrar minha fala, de que o nosso projeto de reforma urbana também dialogue com essa realidade brasileira. E quero aqui finalizar usando uma frase que nosso deputado Heitor Chu fala muito no Rio Grande do Sul: se o campo não produz a cidade não come. Então, vamos também abordar o tema do setor do campo no nosso projeto de reforma urbana. É isso, companheiro Carlos Siqueira, muito obrigado.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado, companheiro Matoso. Companheiro Luis Mario Guide. Em seguida, o último inscrito, o companheiro Alan Queiroz. Quero avisar ao plenário que ao final vamos convidar os companheiros que estão lá fora para ingressar, e vamos dar continuidade, porque há vários pedidos de coordenadores de delegações para que se faça a votação do Diretório, sem intervalo, porque eles precisam voltar e têm horário, contratação com seus ônibus, ou mesmo pessoas que vieram de avião. De maneira que não teremos intervalo, será em sequência a votação do Diretório Nacional.

O SR. LUÍS MÁRIO GUIDE (São Paulo) – Pessoal, boa-tarde para todos. Boa-tarde, pessoal? Queria cumprimentar ao Carlos Siqueira, Secretário do Partido, também fazendo um trabalho importante na Fundação João Mangabeira, o companheiro Carlos Siqueira é um companheiro de primeira hora do PSB, temos acompanhado o seu trabalho; em São Paulo admiramos muito o seu trabalho, Carlos. Queria saudar a nossa liderança, Luiz Erundina, companheira de São Paulo. Meu amigo Carlos, acredito que há um tema importante, também, para ser trabalhado pela Fundação João Mangabeira.

Em São Paulo não estamos convencidos de que a produção de álcool não atrapalha a produção de alimentos. Achamos importante a produção do bio-



combustível, mas temos percorrido o estado, ouvido alguns companheiros. No interior do estado, a produção de álcool está ampliando muito e está entrando em áreas de produção de alimentos, inclusive empurrando a pecuária para áreas de fronteiras. Nós sabemos que o álcool é uma energia mais limpa, e evidentemente que o álcool produzido a partir do milho ele, sem dúvida nenhuma, que interfere no preço dos alimentos. Trezentos milhões de toneladas de milho que os Estados Unidos estão utilizando na produção de biocombustível, do etanol, que é muito mais caro do que o álcool brasileiro, e consome muito mais carbono para produzir esse álcool do milho, evidentemente que ele interfere na produção do alimento.

Acho que através do Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem contato com as universidades, na Fundação João Mangabeira, deveríamos fazer um estudo para de fato verificar o impacto da produção do álcool, se ele não está interferindo na produção de alimentos, porque se estiver interferindo são necessárias políticas públicas para garantir a segurança alimentar, e para garantir a agricultura familiar que produz alimentos. Eu queria apenas retomar uma discussão do César Callegari, na questão da educação de qualidade, está aqui o prefeito Evilásio de Farias, de Taboão da Serra, que faz excelente trabalho na área da educação, e em São Paulo temos trabalhado muito a questão das creches públicas. Luiz Erundina trabalhou, o prefeito Evilásio está trabalhando, prefeito Dib, de São Bernardo, Márcio França, em São Vicente, e o atual prefeito Tércio, inauguraram mais de setenta creches.

Acredito que é um trabalho importante para os prefeitos e vereadores priorizar o trabalho de creche, de educação infantil. Está aqui também a Helena Maria Ferrari, lá de Osasco, que faz um trabalho comunitário de mais de trinta anos nessa área de creches. Creche precisa ser prioridade na administração socialista, creche precisa ser prioridade para os parlamentares socialistas na hora da elaboração do orçamento, porque são os primeiros anos de vida, são os primeiros anos que formam a sinapse, as conexões cerebrais, e é muito importante que a criança seja bem assistida, bem trabalhada, nessa fase de educação infantil. Então, temos que trabalhar as creches e os centros de formação continuada dos professores. Jundiaí trabalhou, com companhei-

ros do PSB, São Bernardo está trabalhando, em Osasco nós trabalhamos o centro de formação continuada, para dar uma formação permanente para os professores. Companheiros, sei que todo mundo está cansado, mas queria pedir um viva bem forte: viva o PSB. Viva o socialismo, e viva o Brasil!

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Viva! Companheiro Alan Queiroz.

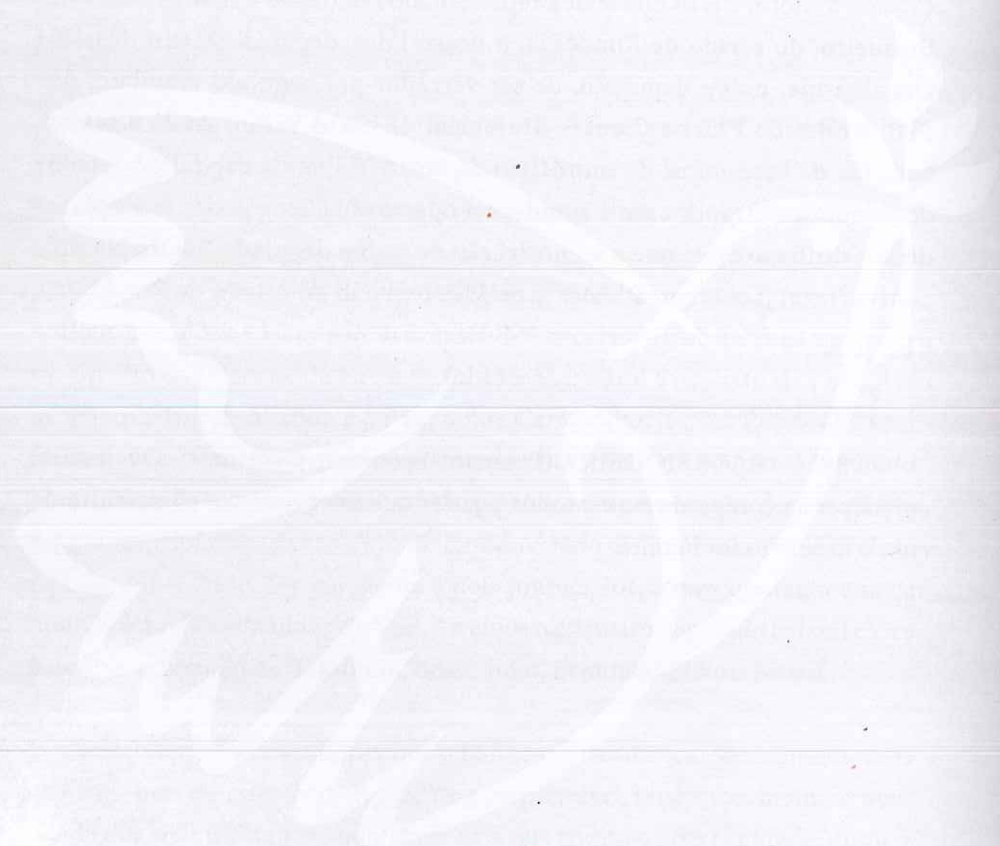
O SR. ALAN QUEIROZ (Rondônia) – Nobre secretário Carlos Siqueira, gostaria de cumprimentar a todos na pessoa do nosso líder maior, do estado de Rondônia, nosso deputado Mauro Nassif. Quero dizer a vocês que serei breve em minhas palavras, pelo adiantado da hora e o cansaço de todos. Mas não poderia, nobre secretário, deixar de registrar neste Congresso que o Partido Socialista Brasileiro no estado de Rondônia vem crescendo de forma assustadora. Foi dito do interesse da busca do Partido Socialista Brasileiro de aumentar os seus quadros de filiados, e o PSB, nobre Carlos Siqueira, em Rondônia, vem fazendo isso de forma brilhante pelo nosso líder maior. Quando o deputado Mauro Nassif assumiu a presidência do partido em nosso estado, dos cinquenta e dois municípios apenas três municípios do estado de Rondônia, o PSB se fazia representar. E hoje, dos cinquenta e dois municípios, temos quarenta e nove municípios representados pelo PSB. Tivemos o primeiro deputado federal eleito pelo PSB do estado de Rondônia, nosso líder, deputado Mauro Nassif.

Dizer, senhoras e senhores, que o PSB tem buscado, sim, aumentar os seus quadros, mas de uma forma coerente e responsável, buscando, assim, a qualidade dos seus militantes, qualidade essa que tivemos oportunidade, desde a tarde de ontem, de ver que o PSB está bem representado em todos os municípios do estado, da nossa nação. Dizer, quando nosso líder maior, nobre secretário, estava em busca de aumentar a nossa militância dentro do partido, tivemos oportunidade de hoje ter grandes nomes para a disputa em nosso estado, disputa essa que nosso próprio deputado, Mauro Nassif, hoje se encontra de uma forma onde o estado busca a sua representação não só apenas no parlamento da Câmara Federal, mas já se discute o seu nome até para disputar o governo do estado e o Senado Federal.

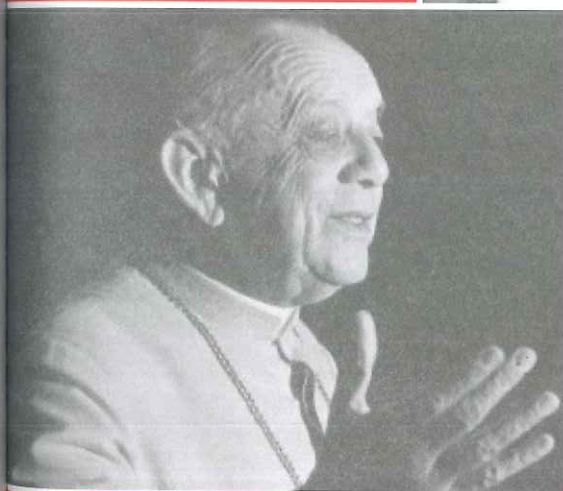
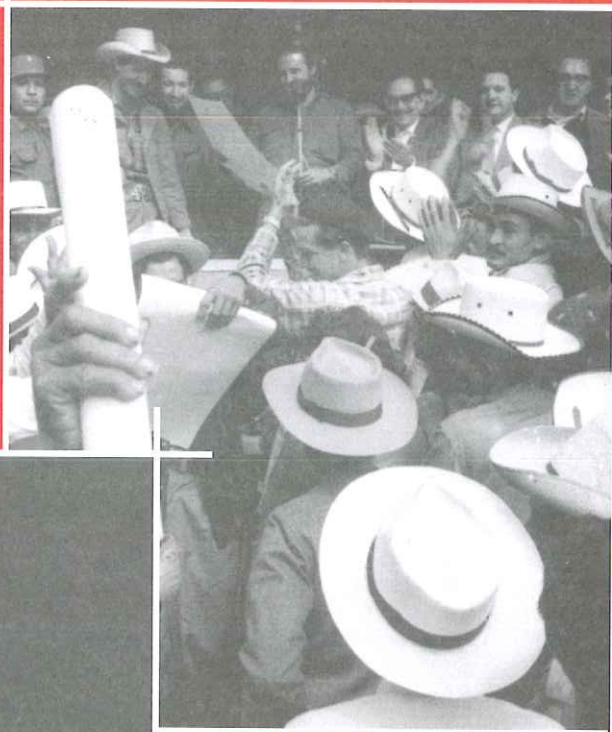


Mas gostaríamos, nobres senhores e senhoras, de dizer que o estado de Rondônia, é um estado que hoje passa por um momento muito importante na história nacional. Estamos em construção das hidrelétricas do Madeira, para suprir a necessidade energética do país. Portanto, precisamos, sim, de pessoas competentes e principalmente pessoas compromissadas com a ética, com a moral e isso nós temos representado dentro do Partido Socialista Brasileiro, do estado de Rondônia, o nosso líder, deputado Mauro Nassif. Orgulha-me, nobre deputado, de ser vereador por segundo mandato, do PSB, e líder do PSB na Câmara Municipal de Porto Velho, sendo a maior bancada de vereadores do município de Porto Velho, da capital do estado de Rondônia. Orgulho-me e agradeço a oportunidade de poder fazer parte dessa família, e dizer que a identificação do nobre deputado Mauro Nassif, com certeza, já marcou a história no PSB regional do estado de Rondônia, e porque não falar da história do PSB Nacional. Senhoras e senhores, muito obrigado pela atenção e boa-tarde a todos.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Queremos agradecer ao companheiro e a todos aqueles que intervieram e contribuíram com o debate nessa manhã.



APRESENTAÇÃO E
COMPOSIÇÃO
PARA O DIRETÓRIO
NACIONAL





O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Queremos anunciar para todos os companheiros a nova Executiva Nacional do nosso Movimento Sindical Socialista, que elegeu sua direção ontem, reelegeu o companheiro Joilson Cardoso, reelegeu o companheiro Selistre, aqui também, suplente de deputado federal e membro titular do Diretório Nacional, elegeu a companheira Márcia Machado, do Espírito Santo, e elegeu os seguintes coordenadores: Euziane Lago, do Rio Grande do Sul, Igor Alencar, do Rio de Janeiro, Marionaldo Maciel, de São Paulo, Luciano Moura, do Ceará, Bismarck Medeiros, de Pernambuco, Claudemir Nonato, da Bahia, Francisco de Assis, do Pará, e Elias Sereno, do Amazonas. Ainda temos aqui, para registrar, dois companheiros que fazem parte da Executiva Nacional da ASSB, que é Maria Andrade, do Ceará, e o companheiro Salaciel Vilela, de São Paulo. Assinam o companheiro Vicente Selistre e Joilson Cardoso. Parabéns aos novos dirigentes do nosso movimento sindical, espero que tenham sucesso na administração da nova central, da qual também fazem parte. Parabéns a todos.

Queremos agradecer muito a todos os companheiros que permaneceram até o momento, porque vamos encerrar essa parte, mas vamos pedir que continuem no plenário, e solicitar aos companheiros que estão fora que, por favor, ingressem no plenário, porque iremos continuar. O presidente do partido, governador Eduardo Campos, já está se dirigindo para este recinto, para que possamos fazer a votação do Diretório Nacional e dos demais órgãos partidários que serão eleitos nesta tarde. Solicitamos, portanto, a todos os companheiros e companheiras que estão lá fora, para que ingressem e tomem assento aqui nos seus lugares, para que processemos em poucos minutos a votação do Diretório Nacional.

Também temos aqui sobre a mesa, a nova Executiva Nacional da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB, que reelegeu a companheira Dora Pires, ontem, continua secretária-geral a companheira Neide Lima, do Espírito Santo, a primeira-secretária é a companheira Elisabeth Barbosa, do Rio Grande do Sul, a coordenadora de finanças a companheira Iara Belo, do Amazonas, a coordenação de formação política é a companheira Mari Machado, a coor-



denadora de comunicação, Sandra Gomes, a coordenadora de mobilização é a companheira Jeana Mesquita, e a coordenadora de movimentos sociais é a companheira Sonia Cavalcanti. Ainda temos a coordenadora de raça e etnia, a companheira Eli Almeida, do Amapá, e a coordenadora de assuntos institucionais, a companheira Laura Gomes, também vereadora, de Pernambuco; a coordenadora de eventos é a companheira Luciana Cruz, da Bahia. Parabéns a todas as companheiras, dirigentes da nova Executiva Nacional do Movimento Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro.

Encarecemos aos companheiros que estão lá fora para que ingressem e tomem assento em seus lugares, porque iremos dar continuidade a uma nova etapa, e a última, que é a eleição do Diretório Nacional do PSB, nesta tarde. Também esclarecemos a todos os companheiros, queremos agradecer a todos aqueles que contribuíram com teses ao congresso nacional, que foram publicadas no caderno de teses que está na pasta de todos os delegados; dizer que evidentemente temos que aproveitar essa contribuição que foi dada aos debates, pelos militantes que nos mandaram teses, que foram publicadas no caderno, para que no próximo ano, como sugestão que faço a este plenária, é que façamos uma conferência específica para discutir matéria substantiva de conteúdo, inclusive essas teses, porque muitas delas são teses polêmicas, e que não podem ser aprovadas num congresso dessa natureza, elas terão que ser discutidas, confrontadas, fazer a confrontação de idéias para que se possa, mediante a aprovação de uma maioria, que discuta exaustivamente o conteúdo de cada tese, elas serem aprovadas. De modo que a direção nacional recebe essas teses com contribuição ao debate, as publicou, as divulgará, mas elas não são teses do PSB, algumas podemos até dizer que são porque já passaram por instâncias de deliberação, no passado, e apenas estão relançadas neste caderno. Outras, entretanto, ficarão como contribuição ao debate. Companheiro Joilson Cardoso, com a palavra.

O SR. JOILSON ANTÔNIO CARDOSO (Movimento Sindical) – Companheiros, companheiras, quero aproveitar esse hiato entre a eleição do novo diretório e o debate que fizemos aqui sobre análise e conjuntura, para enfatizar alguns pontos, que durante o dia de ontem o movimento sindical debateu.



Primeiro lugar, fizemos uma análise de conjuntura, focando o ambiente internacional, em que concordamos que existe na América Latina, hoje, todo um ambiente propício ao avanço, a uma ofensiva da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras; diferente da década de 90, em que se proclamava o fim da história, e que o neoliberalismo era tido como uma novidade irreversível para a vida de todas as nações, hoje vemos na América Latina a ascensão ao poder, de governos que proclamam a defesa do seu projeto nacional. Podemos citar aqui a Venezuela, do companheiro, camarada Hugo Chávez, podemos citar aqui a Bolívia, do camarada Evo Morales.

Esses exemplos, na América Latina, representam muito para a classe trabalhadora, e nós, fazendo uma análise ontem, reconhecemos a importância de que o movimento sindical, junto com os movimentos sociais, nessa nova quadra histórica, aproveite também para unificar nossas ações. Portanto, esse ambiente propício ao avanço da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, no mundo, deverá ter uma repercussão muito forte no nosso país, aqui no Brasil. Reconhecemos que a eleição do presidente Lula foi a resultante do acúmulo de forças, das forças progressistas e de esquerda neste país. Sentimo-nos representados por essa vitória. Então, o movimento sindical tirou uma plataforma e um plano de luta para essa nova quadra, em que aponta o fortalecimento da central que criamos, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a CTB, e pedimos a todos aqui deste congresso que leiam a tese da SSB, que está no caderno de teses, versando sobre essa conjuntura nacional, e a possibilidade de fortalecermos o movimento sindical, o movimento da classe operária, visando avançar nas questões no nosso país.

Aqui neste Congresso Nacional, é importante dizer, existe uma pauta trabalhista importantíssima. Está sendo votada aqui no Congresso Resolução 151, que é uma resolução da OIT, que versa sobre o direito de negociação no funcionalismo, a 158, contra a demissão imotivada, a redução da jornada de trabalho e o fator previdenciário. Atentos, companheiros e companheiras, à essa pauta do congresso e à tese que está no caderno da ASSB. Muito obrigado.



O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Obrigado, companheiro Joilson. Vamos dar a palavra à última oradora, a companheira, deputada estadual pelo Mato Grosso, a companheira Vilma.

A DEP. ESTADUAL WILMA MOREIRA DOS SANTOS (Mato Grosso) – Gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome do meu companheiro Siqueira; quero cumprimentar, também, toda a plenária, em nome de minha companheira, batalhadora, Mari Machado, e dizer, companheiros, só pedi para fazer uso da fala para dizer que a delegação de Mato Grosso, companheiro Carlos Siqueira, veio, lógico, delegada pelo meu companheiro, deputado federal Valtenir Pereira, uma delegação que veio representação da JSB, dos sindicalistas, a das mulheres, a dos portadores de necessidades especiais, a do movimento negro.

Quero também deixar registrado nessa plenária, que essa mulher negra que está falando foi vereadora, por seu segundo mandato e vou tentar o terceiro mandato neste ano, nas eleições de 2008, e o resultado a Deus pertence. Dia 29 do mês passado assumi como deputada estadual, no meu estado de Mato Grosso, e com certeza, já fiz esse agradecimento, e aqui quero deixar registrado, em nível nacional, agradecer a Deus, agradecer, também, à minha família, agradecer às minhas irmãs, agradecer a meus filhos. Wilson Junior e Luciana, agradecer à minha assessoria, que há muitos deles aqui presentes neste XI Congresso, agradecer àqueles que votaram em mim e aqueles que não puderam votar porque já tinham seu candidato, mas que torceram, fizeram corrente positiva, para que essa mulher também pudesse estar representando não somente em nível municipal, mas que também pudesse representar o seu estado.

E tenho certeza, companheiro Carlinhos, e demais companheiros deputados, federal, estadual, companheiros vereadores de vários estados do nosso país, que esta mulher, que pertence ao Partido Socialista Brasileiro, entrou nesse partido há mais de dez anos, para somar, companheiros, para fazer fortalecer esse partido. Ainda ontem, no movimento dos negros, que foi votada, minha companheira Cristina, que foi eleita como secretária, como



coordenador ficou meu companheiro Jorge, e vários, eu fiquei representando a secretaria de mulheres negras. Com certeza vamos estar, também, fortalecendo o nosso movimento negro. Às vezes falam, não, vamos discutir só questão de negros, não, o Partido Socialista Brasileiro é um partido que discute o problema da inclusão, é um partido que discute melhorias para a educação, um partido que discute melhorias para a saúde, para a segurança, para a reforma agrária, para a questão da habitação, que sabemos que já avançamos muito no nosso país, avançamos muito em nível municipal, em nível estadual, em nível federal, mas ainda precisamos avançar muito mais.

E para que isso aconteça precisamos unir forças, nós precisamos ser mais aguerridos, precisamos discutir mais, precisamos acabar com picuinhas, questões partidárias, e unir forças para defender o nosso país, principalmente, companheiros e companheiras, defendermos a minoria. E é isso que o Partido Socialista Brasileiro defende. Então, parabéns a todos. Quero parabenizar meu companheiro, governador, que está fazendo a diferença, como governador e presidente nacional, Eduardo Campos. Quero parabenizar, também, que está fazendo a diferença, ao nosso presidente da Fundação João Mangabeira, companheiro Carlinhos, quero parabenizar meu companheiro Amaral, que sempre nas suas falas, companheiro, deixa uma mensagem para as mulheres, para o sindicalista, para essa juventude brilhante, que é criativa e tem muito a contribuir, e com certeza estamos aqui para isso. Obrigado e parabéns a toda coordenação, pelo XI Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro. Um abraço, companheirada.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Dando seqüência, com a palavra o companheiro Renato Casagrande, que vai fazer a apresentação da proposta de chapa para o Diretório Nacional e os demais órgãos partidários.

O SENADOR RENATO CASAGRANDE – Boa-tarde, senhoras e senhores, presidente Eduardo Campos.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiro Renato, me dê licença só um minutinho. Peço aos companheiros que



estiverem lá fora, por favor, ingressem a este recinto, tomem assento em seus lugares, porque vamos dar início à apresentação da proposta do Diretório Nacional, e em seqüência será feita a votação.

O SENADOR RENATO CASAGRANDE – Companheiros, companheiras, toda proposta de direção partidária tem que ter uma tese que argumente a composição. Este congresso é um congresso da unidade partidária, é um congresso realizado após uma grande vitória obtida pelo partido, que foi a vitória da conquista de um percentual dos votos acima daquele necessário, à época, de 5%, como cláusula de barreira. O partido conseguiu mais de 6% dos votos para a Câmara Federal, o partido ficou em sexta posição no cenário nacional, na disputa para a Câmara Federal, o partido preparou, como disse ontem o presidente Eduardo Campos, candidaturas aos municípios, para prefeitura e para a câmara, em mais de quatro mil municípios, o partido está numa articulação no Congresso Nacional, no governo federal, o partido está vibrando com resultados eleitorais, e com resultados sociais importantes e positivos. Dizem que em time que está se ganhando não se mexe. Este time está ganhando, está ganhando pela capacidade de diversos dirigentes municipais, está ganhando pela capacidade de diversos dirigentes estaduais, está ganhando pela capacidade dos dirigentes nacionais, esta ganhando pela sua militância e pelos seus segmentos organizados.

Essa tese, definida na Executiva Nacional, foi a tese que orientou a composição do Diretório Nacional. Sob a coordenação do presidente Eduardo Campos, nós estamos apresentando, a partir de agora, uma chapa de diretório, de conselho de ética, de conselho fiscal, baseado nessa tese política, baseada na tese do avanço e das vitórias conquistadas.

Poucas alterações foram feitas, algumas poucas alterações, substituindo alguns poucos companheiros que saíram do partido, e algumas outras lideranças entraram porque exercem um papel muito importante, como por exemplo o papel do governador Cid Gomes, do Ceará, que não fazia parte do diretório e que naturalmente precisa fazer parte do diretório. Então, assim ficou a proposta da Executiva Nacional, ao XI Congresso: Eduardo Campos, Adilson Gomes da



estiverem lá fora, por favor, ingressem a este recinto, tomem assento em seus lugares, porque vamos dar início à apresentação da proposta do Diretório Nacional, e em seqüência será feita a votação.

O SENADOR RENATO CASAGRANDE – Companheiros, companheiras, toda proposta de direção partidária tem que ter uma tese que argumente a composição. Este congresso é um congresso da unidade partidária, é um congresso realizado após uma grande vitória obtida pelo partido, que foi a vitória da conquista de um percentual dos votos acima daquele necessário, à época, de 5%, como cláusula de barreira. O partido conseguiu mais de 6% dos votos para a Câmara Federal, o partido ficou em sexta posição no cenário nacional, na disputa para a Câmara Federal, o partido preparou, como disse ontem o presidente Eduardo Campos, candidaturas aos municípios, para prefeitura e para a câmara, em mais de quatro mil municípios, o partido está numa articulação no Congresso Nacional, no governo federal, o partido está vibrando com resultados eleitorais, e com resultados sociais importantes e positivos. Dizem que em time que está se ganhando não se mexe. Este time está ganhando, está ganhando pela capacidade de diversos dirigentes municipais, está ganhando pela capacidade de diversos dirigentes estaduais, está ganhando pela capacidade dos dirigentes nacionais, esta ganhando pela sua militância e pelos seus segmentos organizados.

Essa tese, definida na Executiva Nacional, foi a tese que orientou a composição do Diretório Nacional. Sob a coordenação do presidente Eduardo Campos, nós estamos apresentando, a partir de agora, uma chapa de diretório, de conselho de ética, de conselho fiscal, baseado nessa tese política, baseada na tese do avanço e das vitórias conquistadas.

Poucas alterações foram feitas, algumas poucas alterações, substituindo alguns poucos companheiros que saíram do partido, e algumas outras lideranças entraram porque exercem um papel muito importante, como por exemplo o papel do governador Cid Gomes, do Ceará, que não fazia parte do diretório e que naturalmente precisa fazer parte do diretório. Então, assim ficou a proposta da Executiva Nacional, ao XI Congresso: Eduardo Campos, Adilson Gomes da

Silva, Antonio Marlos Ferreira Duarte, Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha, a Dora, indicada pelas mulheres, Cleusa Pereira do Nascimento, Ana Arraes, Fernando Bezerra de Souza Coelho, João de Andrade Arraes, Jorge José Gomes, Sileno Souza Guedes, Luiz Gonzaga Patriota, Marcos Arraes de Alencar, Milton Coelho Silva Neto, Sérgio Machado Rezende, Roberto Atíla Amaral Vieira, Alexandre Aguiar Cardoso, Jaime Cardoso, Rafton Nascimento Leão, Joilson Antonio Cardoso do Nascimento, da representação sindical, Marcos Rezende Vilaça Nunes, Maria da Saudade Medeiros Braga, Ricardo Moura Albuquerque Maranhão, Rivo Gianine, Ademir Andrade, Alexandre Urquiza de Sá, Manoel Junior, Ricardo Vieira Coutinho, Aluisio Sérgio Novaes, Ciro Gomes, Rogério Pinheiro, Francisco Josué Freitas da Silva, Cid Gomes, senador Antonio Carlos Valadares, Antonio César Callegari, Evilásio Farias, deputado dr. Ubiale, deputada Luiza Erundina, deputado Márcio França, Tércio Augusto Garcia Júnior, Jonas Donizete, prefeito William Dib, deputado Beça, vice-governador Wilson Martins, Caleb Medeiros de Oliveira, deputado Beto Albuquerque, Mari Machado, Carlos Orling, Vicente Paulo de Oliveira Selistre, vice-governador Iberê Camargo, deputada Sandra Rosado, governadora Vilma Farias, Carlos Roberto Siqueira de Barros - fizemos uma concessão e incluímos o Carlinhos Siqueira aqui no diretório -, Rodrigo Rollemberg, deputado federal, Paulo Dantas, deputado Laures Moreira, Domingos Leonelli, deputada Lidice, Paulo Mascarenhas, Sérgio Gaudenzi, prefeito Fernando Lafaiete, vice-prefeito Jone Cavaliere, Renato Casagrande - outra concessão -, Adineide Lima, Odima Péricles do Nascimento, Márcia Machado, sindicalista, Gabriel Maia Gelpke Givaldo Carimbão deputado federal, prefeita Kátia Born, Isaias Silvestre, deputado Júlio Delgado, Valdo Silva, presidente Vander Borges, deputada Janet Capiberibe, senador João Alberto Capiberibe, José Antonio Almeida, deputado Ribamar Alves, Luciano Leitoa, Reni Pereira, Severino Nunes de Araújo, prefeito Luciano Dutra, deputado Mauro Nassif, Barbosa Neto, prefeito Serafim Correia, prefeito Iradilson Sampaio, deputado Djalma Berger, deputado Valtenir Pereira Sérgio Assis da Juventude, Alexa Nazaré do Movimento Popular, Maria de Jesus do Movimento Negro, Cristina Almeida. Oitenta e oito efetivos.

Agora, os suplentes do Diretório Nacional: Eduardo Coutinho, Luis Fernando Esquetino, Wilson Pedro da Silva, Sebastião Balarine, Cláudio Porpino



Silva, Antonio Marlos Ferreira Duarte, Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha, a Dora, indicada pelas mulheres, Cleusa Pereira do Nascimento, Ana Arraes, Fernando Bezerra de Souza Coelho, João de Andrade Arraes, Jorge José Gomes, Sileno Souza Guedes, Luiz Gonzaga Patriota, Marcos Arraes de Alencar, Milton Coelho Silva Neto, Sérgio Machado Rezende, Roberto Atila Amaral Vieira, Alexandre Aguiar Cardoso, Jaime Cardoso, Rafton Nascimento Leão, Joilson Antonio Cardoso do Nascimento, da representação sindical, Marcos Rezende Vilaça Nunes, Maria da Saudade Medeiros Braga, Ricardo Moura Albuquerque Maranhão, Rivo Gianine, Ademir Andrade, Alexandre Urquiza de Sá, Manoel Junior, Ricardo Vieira Coutinho, Aluisio Sérgio Novaes, Ciro Gomes, Rogério Pinheiro, Francisco Josué Freitas da Silva, Cid Gomes, senador Antonio Carlos Valadares, Antonio César Callegari, Evilásio Farias, deputado dr. Ubiale, deputada Luiza Erundina, deputado Márcio França, Tércio Augusto Garcia Júnior, Jonas Donizete, prefeito William Dib, deputado Beça, vice-governador Wilson Martins, Caleb Medeiros de Oliveira, deputado Beto Albuquerque, Mari Machado, Carlos Orling, Vicente Paulo de Oliveira Selistre, vice-governador Iberê Camargo, deputada Sandra Rosado, governadora Vilma Farias, Carlos Roberto Siqueira de Barros – fizemos uma concessão e incluímos o Carlinhos Siqueira aqui no diretório –, Rodrigo Rollemberg, deputado federal, Marcos Dantas, deputado Laures Moreira, Domingos Leonelli, deputada Lídice, Paulo Mascarenhas, Sérgio Gaudenzi, prefeito Fernando Lafaiete, vice-prefeito Jones Cavalieri, Renato Casagrande – outra concessão –, Adineide Lima, Odimar Péricles do Nascimento, Márcia Machado, sindicalista, Gabriel Maia Gelpke, Givaldo Carimbão deputado federal, prefeita Kátia Born, Isaias Silvestre, deputado Júlio Delgado, Valdo Silva, presidente Vander Borges, deputada Janete, Capiberibe, senador João Alberto Capiberibe, José Antonio Almeida, deputado Ribamar Alves, Luciano Leitoa, Reni Pereira, Severino Nunes de Araújo, prefeito Luciano Dutri, deputado Mauro Nassif, Barbosa Neto, prefeito Serafim Correa, prefeito Iradilson Sampaio, deputado Djalma Berger, deputado Valtênir Pereira, Sérgio Assis da Juventude, Alexa Nazaré do Movimento Popular, Maria de Jesus do Movimento Negro, Cristina Almeida. Oitenta e oito efetivos.

Agora, os suplentes do Diretório Nacional: Eduardo Coutinho, Luis Fernando Esquetino, Wilson Pedro da Silva, Sebastião Balarine, Cláudio Porpino,



Macaciel Jonas Breda, deputado Rogério Marinho, Orlando Bordalo, José Reinaldo de Sá Falcão, Rubens Bontempo, Ângelo Ferreira, Maria Inês Zanol, Vilma Moreira dos Santos, Miki Breier, Heitor Schuck, André Luis da Silva de Oliveira, Messias Junior, Izold Summer, Marcos Cerqueira, Cássio Coelho Andrade, Francisco Ariosto Holanda, Hélio Ricardo Macedo Faustino, Joe Valle, Paulo Bracarense, Mauro Lobo, Fernando Bezerra Coelho, deputado federal, deputado federal Valadares Filho, Silvanio Medeiros, deputada Maria Helena, deputado Marcelo Serafim, Alexandre Barbosa, Genildo Pereira da Costa, José Casulo Ferreira de Oliveira. Este é o diretório, com os efetivos e suplentes.

Vou também anunciar a proposta de conselho de ética, conselho fiscal, para que todos possam fazer sua avaliação. Conselho de Ética, são três titulares e três suplentes. Titulares: Alexandre Navarro, Murilo Sergio, Tadeu Lira. Suplentes: Ivan Rodrigues, Carlos Eugenio Coelho Paz, Fábio Maia.

Conselho Fiscal. Titulares: Danilo Cabral, Fernando Campanha, Silvio Luiz Martins Mendonça. Suplentes: Cláudio Valverde, Elon Martins, Mario Guide.

Senhor presidente, essa é a chapa do Diretório, Conselho de Ética e Conselho Fiscal, e uma correção do movimento negro. Vai entrar a Edvandi Pinto de França.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiros, feita a apresentação das propostas dos órgãos, Diretório Nacional e dos conselhos, a Mesa irá consultar o plenário, como não há outra chapa inscrita, a votação, como sempre, se dá por aclamação, com contraste de crachás. Então, os companheiros que estiverem de acordo, por favor, levantem os crachás. Podemos baixar. Quem estiver contra, levantem os crachás. Aprovado o novo Diretório Nacional e os conselhos de ética e fiscal, que terão mandato de três anos, a partir de dezembro deste ano.



PROPOSTA DE COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – O companheiro Renato Casagrande vai fazer a leitura da proposta de Comissão Executiva nacional, que será submetida imediatamente ao término desta sessão, numa reunião no corredor das comissões, e todos os membros do diretório eleito já estão, desde já, convocados a comparecerem para eleger a nova Executiva. Aliás, há uma proposta do presidente Eduardo Campos, para, após o final desta sessão, os membros do Diretório permanecerem neste recinto e procedermos à votação da Executiva Nacional. Companheiro Renato.

O SENADOR RENATO CASAGRANDE – Posso dar uma sugestão, dr. Carlos Siqueira? Pedir para que todos os companheiros permaneçam, porque nosso presidente Eduardo Campos, depois, vai se pronunciar. Vamos tomar nossos lugares, para que a gente possa dar sequência. A proposta que o presidente fez é para que a gente faça a leitura da Executiva, coloquemos em votação para os membros do Diretório.

Veja bem, gente. Pediria a atenção de vocês para uma questão. No Diretório temos mais condições de fazermos o debate da inclusão. A tese que norteou a elaboração do Diretório é a mesma tese que norteou a apresentação da chapa da Executiva que vai conduzir e executar as tarefas do partido nesses próximos três anos. Então, nós tivemos demandas, algumas demandas não puderam ser contempladas, não por falta de reconhecimento do trabalho dos companheiros que demandaram, mas por absoluta incapacidade dessa direção, que fez a proposta, de atender a todas as demandas. Então, essa é uma questão que não tem como a gente contemporar e contemplar, na medida em que a gente não tem os espaços necessários para atender a todas as demandas que consideramos muito justas.

Mas a Executiva Nacional tem a seguinte proposta: presidente do Partido, governador Eduardo Campos; Presidente de Honra, nosso companheiro Jamil Haddad; primeiro vice-presidente, Roberto Amaral; segundo vice-presidente, deputado Beto Albuquerque; terceiro vice-presidente, João Alberto Capiberibe;



vice-presidente de Organização e Mobilização, deputado Alexandre Cardoso; vice-presidente de Relações Institucionais, deputado Ciro Gomes; vice-presidente de Relações Federativas, governadora Vilma de Farias; secretário-geral, senador Renato Casagrande; primeiro-secretário nacional, Carlos Siqueira; segundo secretário nacional; senador Antonio Carlos Valadares; secretário nacional de Finanças, deputado Márcio França; segundo- secretário nacional de Finanças, Severino Araújo; secretária especial, Luiza Erundina; secretário especial, Milton Coelho; secretária especial, Mari Machado; secretário especial, Jaime Cardoso; secretário especial, Sérgio Gaudenzi; secretário especial, deputado Rodrigo Rollemberg; secretário especial, Sérgio Novaes; secretário especial, prefeito William Dib; secretário especial, José Antonio Almeida; secretário especial, Ademir Andrade; secretário especial, Isaias Silvestre; secretária nacional de Mulheres, Dora Pires; secretário da juventude, Alex Nazaré; secretário sindical, Joilson Cardoso. Esta é a proposta, senhor presidente.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiro, antes da reunião do Diretório, encerrando esta sessão da tarde, ainda do Congresso Nacional, porque em seguida é a reunião dos membros do Diretório Nacional, e o presidente pede para que permaneçam no recinto porque terão que assinar o livro, e votar formalmente a proposta aqui apresentada pela senador Casagrande, nós queremos passar a palavra para fazer o pronunciamento de encerramento deste XI Congresso Nacional do PSB, ao companheiro Eduardo Campos, presidente nacional do nosso partido.

O GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS (presidente Nacional) – Boa-tarde a todas as companheiras e companheiros aqui presentes. Quero, primeiro, agradecer a toda militância do PSB, a todos os nossos quadros de dirigentes que aqui estão, e também agradecer aqueles que nós aqui representamos, que não estão no nosso congresso, mas que nos escolheram nos encontros municipais, estaduais, e nos trouxeram como representantes da nossa militância, até o XI Congresso.

Agradecer o esforço que todos nós fizemos, ao longo desses dois anos e meio de gestão dessa Executiva, em que acumulamos força para continuar construindo



um PSB de luta, presente na vida brasileira, e presente ao lado da luta do povo brasileiro. Agradecer a confiança que foi depositada em todos nós, dirigentes que acabamos de ser escolhidos, que representamos, ou procuraremos representar o conjunto do nosso partido. Esse diretório, construído sob a responsabilidade de conduzir o partido nos próximos três anos, tem a marca da unidade, da diversidade, da combatividade da nossa militância, ele restaura e aperfeiçoa o que construímos há três anos atrás, porque dessa feita todos os estados da Federação estão representados no diretório, o que nos dá a possibilidade de fazer o partido compreender a beleza e a diversidade da alma brasileira.

Nós temos, companheiros, neste Congresso, uma responsabilidade muito grande, que é a de prosseguir na construção partidária na jovem democracia brasileira. Há pouco eu dizia a alguns companheiros que o nosso partido, mesmo com sessenta anos, este é o congresso em que o partido mais tempo de existência legal tem nesses sessenta anos. São vinte e três anos de reconstrução partidária, o que é muito pouco. Nosso partido saiu da adolescência, entra agora na maturidade e o povo brasileiro espera muito do PSB, sabe que o PSB acumulou, nessa luta, nessa sua construção, responsabilidades que serão crescentes na cena política brasileira. Numa democracia ainda incipiente, numa democracia que ainda não permite a participação política de muitas pessoas, de uma democracia que ainda tem muito o que avançar, numa democracia que o nosso partido compreende que será aperfeiçoada, organizando o nosso povo, organizando partidos que não se organizam para fazer eleição, mas para fazer mudanças, para revolucionar efetivamente a relação do Estado com a sociedade, e da sociedade, sobretudo com os setores mais sofridos da nossa gente.

A mim cabe, nesse momento, dizer a todos os companheiros, delegados, e a toda nossa militância, em especial ao nosso diretório recém-eleito, que o que construímos, construímos com nossa unidade; unidade que hora nenhuma anulou as nossas diferenças, mas construímos juntos, construímos o Partido de forma democrática ao longo desses dois anos e meio, a sua Executiva, todos tiveram um papel, nós construímos isso com a responsabilidade de quem sabe o que estamos oferecendo, a luta democrática e popular brasileira; um partido com as marcas que tem o PSB, um partido largo, um partido como o



povo brasileiro, que sabe fazer alianças, mas um partido que sabe para onde deve ir e sabe para onde não deve ir. Nosso partido não cai nas tentações do oportunismo midiático que muitas vezes nos é oferecido, mas o nosso partido também não vacila com seus princípios, com sua história e com seus compromissos com o povo e com a nação brasileira.

Esse é um partido que defende e que tem o respeito, desde o movimento popular, espalhado por esse país, ao respeito da academia e dos que fazem e produzem o conhecimento, a ciência e a técnica. Esse é um partido que tem o respeito da sociedade, esse é um partido que tem o respeito da política brasileira, pela representação que temos no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado; é um partido que exige de todos nós, hoje, muito mais responsabilidade do que tivemos ontem, e essa responsabilidade não pode ser do seu diretório, do seu presidente, dos seus dirigentes, mas tem que ser da nossa juventude, do movimento de mulheres, do movimento negro, dos sindicalistas; nós, hoje, somos observados não como coadjuvantes da vida brasileira, mas estamos passando para um outro patamar, e nesse patamar, cada gesto, cada atitude, cada posicionamento político, numa câmara de vereadores, de um prefeito, de um dirigente sindical, de alguém do movimento estudantil, no Congresso Nacional, seremos cobrados, cobrados e cobrados, e é bom que sejamos cobrados, para que o nosso partido não se afaste dos seus princípios e da sua história.

Temos clareza, e é bom que tenhamos clareza, que também o nosso partido será combatido por aqueles que entendem que somos uma ameaça aos que querem parar por aqui ou aqueles que querem voltar ao velho filme que o Brasil não merece. E nós precisamos ter unidade interna, para defender a nossa militância, para defender os nossos quadros da sanha daqueles que não querem ver o PSB na cabeça e no coração do povo brasileiro. Isso passa. Quando nós crescemos as dificuldades vêm. São boas as dificuldades que enfrentamos com o crescimento, mas é preciso ter maturidade para enfrentar esse crescimento, é preciso ter respeito à diversidade dentro do partido, na base, no município, no estado e em nível nacional. É importante que o debate se afirme nos nossos órgãos partidários, é importante que tenhamos a coragem de em muitos lugares



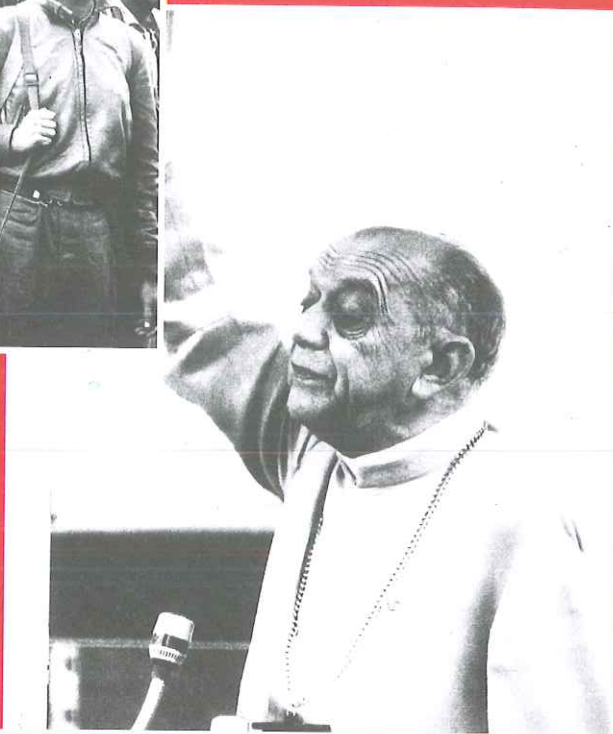
rompermos a prática daqueles que têm cabeça de cartório partidário, e fazer com que o debate político efetivamente ocorra, para que quadros possam ser formados. Não queremos fazer um partido só de mandatários, de pessoas que fazem mandatos, mas queremos fazer, sobretudo, um partido de companheiros que não disputam mandato, mas disputam um projeto político para o povo brasileiro, um projeto de desenvolvimento.

Não queremos um partido onde só tem direito os que são governadores, os que são senadores, deputados, prefeitos, ou lideranças que disputam o voto popular. Queremos um partido de quadros, de pesquisadores, de cientistas, de militantes do povo, de pessoas que têm muito a nos ensinar, e muito a contribuir com a qualidade do nosso partido. Mas não queremos ser um partido que valoriza a formação dos grupos, a formação das disputas, que por muitas vezes ocorrem sem nada de político oferecer ao debate, sem nenhuma substância efetiva de projeto. O que une o PSB, na sua diversidade, é a vontade de transformar o Brasil, de construir a cidadania para milhões de brasileiros que não têm filiação partidária, mas que merecem do PSB a sua existência, a sua militância, a sua coragem e o seu sonho.

O PSB hoje, com esse congresso, efetivamente dá uma demonstração que está preparado para seguir o seu caminho, a sua história e para ajudar o povo brasileiro a ir muito mais longe do que conseguimos ir com a sua nossa contribuição. Por isso, a militância de todo nosso partido, que está aqui, e que está nos assistindo em casa, e que vai ter conhecimento efetivamente desse nosso encontro, das nossas resoluções, a palavra de ordem é um PSB na rua, um PSB junto do povo, um PSB verdadeiramente combativo, fraterno, lutador, para que a gente possa, daqui a três anos, num congresso como esse, olhar para trás e ver que não construímos uma unidade de faz-de-conta, ou um ajuntamento de pessoas, mas fizemos uma construção política para que o PSB e o Brasil possam continuar a construir a grande nação, sobretudo, para a grande massa de excluídos que ainda temos espalhados por esse território. Por isso, parabéns à nossa militância, obrigado pela confiança e vamos em frente, para colocar o PSB na cabeça e no coração do povo brasileiro.



O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, DE NORTE A SUL, E NO PAÍS INTEIRO, E VIVA O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO! Muito obrigado a todos os companheiros. Os companheiros do Diretório permaneçam. Subam ao palco para assinar o livro e elegermos a Executiva. Lembramos que o Livro será assinado apenas pelos companheiros do Diretório.



SOLENIDADE DE
ABERTURA DOS CONGRESSOS
E PLENÁRIAS DOS
SEGMENTOS DO PSB







O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiros, dentro de instantes estará conosco o nosso presidente nacional, o governador de Pernambuco Eduardo Campos, também o senador Renato Casagrande, líder do PSB no Senado. Vamos, de pé, cantar o Hino Nacional, dando início à Solenidade de Abertura. *(Procede-se à execução do Hino Nacional Brasileiro)*

Já se encontra entre nós o presidente do nosso Partido, o governador Eduardo Campos, a quem convidamos para compor a Mesa. Convidamos, também, o nosso vice-presidente Nacional, o companheiro Roberto Amaral. E, ainda, o nosso líder no Senado, companheiro Renato Casagrande. Convidamos a companheira Mari Machado para compor a Mesa.

Dando início a esta Solenidade Inaugural dos Congressos e Plenárias dos Movimentos Organizados do Partido Socialista Brasileiro, temos a alegria de passar a palavra ao companheiro Joilson Cardoso para uma rápida saudação aos congressistas.



O SR. JOILSON CARDOSO (Movimento Sindical) – Quero saudar o nosso presidente nacional, o governador Eduardo Campos; quero saudar o nosso vice-presidente Nacional, o grande líder e fundador do nosso Partido Roberto Amaral; saudar também o nosso líder no Senado Renato Casagrande; saudar todos os meus colegas, companheiros e companheiras secretários dos movimentos e dar um bom-dia caloroso a todos da plenária. Bom-dia, pessoal!

Quero dizer da importância deste momento histórico em que realizamos o nosso XI Congresso. Na verdade, acredito que o Congresso dos Movimentos representa o passo inicial para concluirmos um bom Congresso do nosso Partido. Este Congresso se realiza, presidente, numa quadra histórica importante para a sociedade brasileira e temos certeza de que os movimentos organizados do nosso Partido compreendem a sua responsabilidade no sentido de levar para a sociedade brasileira, nesta nova quadra, o ideário, o programa e as bandeiras do nosso Partido. O movimento sindical que represento tem dito para toda a base do nosso Partido e para a base da classe trabalhadora que o Partido Socialista Brasileiro, nesta nova quadra, no nosso país, tem o que dizer, tem projeto, tem proposta com vistas à construção de um projeto nacional com o protagonismo de todos e todas.

Para encerrar, quero dizer que temos convicção de que urge neste país a realização e a construção de um projeto nacional, esse projeto nacional, que coloca no centro das discussões do nosso país o povo brasileiro, passa pelo debate com os movimentos organizados, com os partidos de esquerda que tenham no seu ideário a defesa do socialismo. É nisso que acreditamos e é isso que vamos teorizar e construir a estratégia do PSB neste XI Congresso com vista a essa grande tarefa, que é a construção de um projeto nacional. Muito obrigado e até a vitória.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Temos a alegria de convidar para fazer parte da Mesa o vice-governador do Piauí, o companheiro Wilson Martins. Também a deputada Luiza Erundina, grande deputada do PSB paulista. Passo a palavra à companheira Valneide, do Movimento Negro, para a sua saudação.



A SRA. VALNEIDE NASCIMENTO DOS SANTOS (Movimento Negro) – Bom-dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o nosso presidente, governador Eduardo Campos, dr. Roberto Amaral, o senador Renato Casagrande, a dra. Mari Machado, dr. Joilson, Josué, o dr. Carlos Siqueira e a todo o Movimento Negro aqui presente e que veio de todos os estados. Nós, do Movimento Negro, estamos muito felizes por estarmos aqui hoje. Estamos realizando uma plenária, com a construção de base sólida, para que possamos daqui a três anos sentar com a Executiva como um movimento organizado. Quando começamos o nosso mandato, em 2005, começamos a executiva com onze e estamos encerrando com cinco membros. Estávamos organizados em seis estados e fechamos com quatorze estados organizados provisoriamente.

Portanto, quero parabenizar os nossos negros e negras aqui presentes, os estados que colaboraram, nossa representação nacional, juntamente com o dr. Carlos Siqueira, que foi incondicional.

Gostaríamos de fazer o registro em público: dr. Carlos Siqueira, agradecemos pela sua colaboração e participação incondicional na construção do Movimento Negro. Gostaríamos de fazer este registro ao dr. Carlos, estendendo-o a toda a Executiva Nacional. Convidamos todos os delegados a participarem das discussões na nossa Plenária. Muito obrigada.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Passamos a palavra ao representante da Juventude Socialista Brasileira, companheiro Josué Freitas.

O SR. JOSUÉ FREITAS (Juventude Socialista Brasileira) – Bom-dia, companheiras e companheiros aqui presentes, delegados, participantes, simpatizantes do PSB, militantes, dirigentes. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso presidente, governador Eduardo Campos, vice-presidente Roberto Amaral e o nosso senador Renato Casagrande. Quero cumprimentar especialmente a duas pessoas que têm dado uma contribuição muito grande no sentido de cooperar com o processo de reorganização dos movimentos sociais, o companheiro Carlos Siqueira, nosso primeiro-



secretário, e a companheira Mari Machado. Dizer a vocês que este é um dos momentos mais marcantes no processo de construção e de fortalecimento do nosso Partido. Estamos vivendo um novo momento político brasileiro e também um novo momento interno de reorganização e de fortalecimento do PSB, com vistas a novas perspectivas e desafios que se avizinham. Portanto, este momento que estamos aqui experimentando essa nova forma de organização, que consegue regulamentar e institucionalizar a nossa atuação política no interior do Partido e, principalmente, para a sociedade, dizer que esse é um marco para que possamos caminhar rumo a transformar o nosso Partido num partido de bases populares, para que se possa construir um lastro social e consigamos difundir com maior eficiência a nossa bandeira, o nosso programa socialista e toda a nossa cultura política de inovação e de trazer ao Brasil uma alternativa de mudança real e de transformação da vida de milhões de brasileiros.

Estamos muito felizes, a juventude, o movimento sindical, os negros, o movimento popular, as mulheres, o movimento da livre orientação sexual, que também se organiza, da acessibilidade, enfim, o Partido já havia tido esse olhar especial, mas essa é a maior demonstração de que será feito um grande investimento, para se consolidar nos quatro cantos do Brasil os movimentos sociais organizados. Com isso, não tenho dúvida de que o Partido irá crescer mais ainda, irá ampliar a sua participação nas instituições, no parlamento e na interlocução com a sociedade como um todo.

Portanto, é um momento ímpar que estamos vivendo, iremos aproveitar hoje para discutir a conjuntura nacional, discutir um planejamento para o próximo período, discutir como potencializar a nossa organização em cada estado, do ponto de vista regional e do ponto de vista de consolidar uma política nacional. Muito obrigado a todos, um grande abraço e vamos ao Congresso.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Temos a alegria de passar a palavra à secretária nacional de Mulheres, a companheira Dora Pires, do PSB/PE. Antes, queremos convidar o companheiro Márcio França, líder do Partido Socialista na Câmara dos Deputados, para compor



a Mesa. Também o companheiro Alexandre Cardoso, deputado federal pelo PSB/RJ e a companheira Ana Arraes.

A SRA. DORA PIRES (Secretária Nacional de Mulheres) – Inicialmente, bom-dia a todos e a todas. Quero fazer uma saudação especial aos congressistas dos movimentos, aos congressistas do Congresso Nacional do PSB, mas em particular aos militantes, que fizeram um esforço e vieram aqui mesmo sem ser delegados discutir conosco os nossos problemas e os nossos avanços. Quero saudar a Mesa, todos os deputados aqui presentes, que não vou nominar porque vai demorar bastante; quero fazer uma saudação especial ao companheiro Carlos Siqueira e à companheira Mari Machado, que vem se desdobrando, junto conosco, representantes de movimentos, na nossa organização; quero fazer uma saudação ao nosso anfitrião aqui no Senado, o grande senador deste Partido, senador Casagrande; quero fazer um cumprimento especial as nossas duas deputadas aqui na Mesa, Erundina e Ana Arraes, e aos meus companheiros de movimento, Valneide e Josué, Joilson e nossa companheira Jesus.

Quero dizer que o nosso sentimento de partido forte significa movimento unido, movimento ativo e organizado, o que já somos neste momento. Quero dizer que no que diz respeito ao Movimento de Mulheres o Partido vem evoluindo muito. E como diz o ditado, “justiça para ser justa e cobrança para valer têm que começar dentro de casa” estamos começando dentro de casa. Política pública de mulheres vem se fazendo nas gestões deste Partido, vem se fazendo de forma forte, de forma a representar o Partido de uma maneira muito positiva lá fora e, como exemplo, para dentro do nosso Partido. O nosso presidente Eduardo Campos é o exemplo vivo disso. Na sua gestão criou a Secretaria Estadual de Mulheres lá em Pernambuco, criou o primeiro pacto de erradicação da violência contra a mulher do Brasil e estamos fazendo escola. Esse é um exemplo a se seguir nas gestões do nosso Partido. E hoje no nosso Congresso estamos apresentando uma plataforma de políticas públicas para as mulheres para apresentarmos amanhã no nosso Congresso, para que as gestões do PSB tenham esse cuidado, porque não é possível que um partido socialista ainda hoje em dia desconheça, destrata, não reconheça e não faça políticas públicas para as mulheres nas suas gestões.



Quero desejar a todos os movimentos um bom Congresso, quero que todos os movimentos, quero pedir a todos, façam suas discussões na política, no amadurecimento, no crescimento e com muita paz. Bom-dia a todos vocês, a todas vocês e até a vitória.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Gostaria de registrar a presença e convidar para a Mesa a deputada Sandra Rosado, do PSB/RN, e da deputada estadual Larissa, também do Rio Grande do Norte. Registrar também a presença do companheiro Joivale, secretário nacional de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia e convidá-lo para compor a Mesa. Finalmente, convidar a companheira Jesus, representando o Movimento Popular, para uma rápida saudação aos congressistas.

A SRA. MARIA DE JESUS (Movimento Popular Socialista) – Quero saudar a todos e a todas, principalmente ao segmento de mulheres, o Movimento Nego, Juventude e Popular. Quero dizer, presidente, secretário, que conseguimos uma luta junto com a Conan, onde no movimento socialista temos hoje a Bahia representando a coordenação Nordeste com o nosso companheiro Miau. Temos também o pessoal do Rio de Janeiro representando a coordenação Sudeste e a coordenação de Habitação, também o pessoal de Goiânia, que faz parte da discussão da Conan.

Para nós que fazemos o Movimento Popular é hoje uma grande luta estarmos aqui, porque queríamos congresso, mas infelizmente a discussão foi de que teríamos uma plenária; isso é uma coisa para discutirmos, porque hoje temos presentes aqui mais ou menos 15 estados onde o Movimento Popular Socialista é organizado. Então a Nacional precisa discutir, conversar e dialogar conosco. Quero parabenizar a Executiva Nacional. Pela primeira vez temos o nosso regimento direcionado aos órgãos do PSB. Quero saudar a todos os presentes e ao meu povo de Alagoas.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Queremos registrar a presença e convidar para compor a Mesa o companheiro deputado federal Rogério Marinho, do PSB/RN, também o companheiro Djalma Berg,



deputado federal por Santa Catarina. Registramos ainda a presença do jovem deputado Cássio Andrade, deputado estadual PSB/PA, a quem convidamos para compor a Mesa. Também registramos a presença e convidamos para compor a Mesa o companheiro Valtenir Pereira, do PSB/MT, deputado federal.

Companheiros e companheiras, temos agora a satisfação de passar a palavra, para encerrar este ato inaugural dos congressos e plenárias dos segmentos organizados do PSB, ao nosso presidente nacional, governador de Pernambuco Eduardo Campos.

O GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS (presidente Nacional) – Bom-dia a todas as companheiras e companheiros, quero cumprimentar os companheiros de Mesa, dizer, Carlos, que estávamos esperando ali no gabinete do Casagrande, até a hora que nos chamaram, desde às 9h que estamos no pé da cajarana ali esperando só ser convocado.

Mas quero dizer da alegria de poder participar deste momento de abertura dos congressos e das plenárias dos movimentos de mulheres, sindical, de juventude, popular e negro do nosso Partido e dizer que esta é uma palavra de abertura, porque o grande momento, na verdade, será a discussão que vocês irão fazer a partir de daqui a pouco e também a oportunidade que vamos ter hoje na abertura do nosso Congresso e o debate que vamos fazer ao longo do dia de amanhã.

Mas minha palavra aqui, primeiro, deve ser uma palavra de boas-vindas a quem veio com enorme dificuldade afirmar aqui, trazer a mensagem de tantos companheiros que deixamos nos nossos estados. Segundo, é uma palavra à militância do nosso Partido de muita confiança e agradecimento pela mobilização que fizemos de dois anos e pouco atrás até o dia de hoje. Em dois anos e pouco, que nos separa do X Congresso, o PSB avançou sobremaneira. Naquela oportunidade, tínhamos diante de nós um grande desafio, que era disputar as eleições, passar a cláusula de barreira, afirmar o PSB como alternativa da esquerda democrática deste país. E de lá para cá efetivamente passamos a cláusula de barreira, multiplicamos por seis o número de filiados do PSB, organizamos o PSB agora, não em alguns estados, mas em todos os estados da Federação, deixamos de ser



um partido que estava presente em pouco mais de mil cidades para estarmos presentes quase em três mil cidades brasileiras, passamos a ser um partido com uma presença mais ativa ainda na Câmara, no Senado da República, através dos nossos companheiros e companheiras que aqui estão e passamos a ser um partido reconhecido, não só pelos governos que temos feito à frente de três estados, mas de diversas prefeituras, como governos que sabem fazer gestões democráticas, com a participação do povo, gestões eficientes, que dão respostas aos problemas da população, envolvendo o povo nas nossas gestões e fazendo também política com largueza. Os nossos governos não são governos de grupos ou governos de tendências, mas o nosso governo é um governo que entende que a grande missão é servir a maioria da nossa população.

Ao longo desses dois anos o nosso Partido teve a oportunidade de pautar, durante seus programas, nas inserções de televisão, temas que nos ligam aos debates mais estratégicos da humanidade. Um deles foi a mudança climática. Fomos o primeiro partido político brasileiro a trazer o debate da questão do desenvolvimento sustentável. E fizemos isso de forma bela, de forma que agregou um outro olhar da sociedade brasileira ao nosso Partido.

Na sequência, trouxemos um tema que deve ser muito debatido por nós socialistas, por nós do PSB, que é a questão e a necessidade de este país encarar com responsabilidade o desafio da reforma urbana, por tudo que vive o povo na periferia desses grandes centros e das cidades brasileiras. E fizemos isso mostrando experiências que estão sendo vividas por companheiros do PSB, não só do movimento popular, na organização do povo, mas também na gestão da coisa pública. E fizemos isso também de uma forma muito diferente, porque nós que vemos a política muitas vezes ser melada por gente que não tem compromisso com a democracia, com a ética, com o exercício decente da política e que vimos muitos artistas, intelectuais, muitos jovens, muitas pessoas se distanciarem da política, fomos um partido que tivemos a condição de botar dois grandes artistas brasileiros falando de política e falando de PSB, quando botamos o Fagner e o Ariano Suassuna para dizer da história do PSB. E tudo isso, companheiros, fazemos a partir de uma leitura da história do momento que vivemos.



Nós do PSB hoje estamos vivendo a maior etapa da história do PSB organizado desde sua criação nos idos dos anos 40. Somos ainda muito jovens enquanto partido, mas temos dado à democracia brasileira e ao campo democrático brasileiro exemplo de um partido maduro, de um partido que sabe onde estão os seus aliados e onde estão os seus desafios, mas um partido que tem identidade, um partido que não está a reboque de nenhum outro, um partido que tem rumo, um partido que tem comando, um partido que tem unidade interna, um partido que tem projeto de poder, não só para as cidades, não só para os estados, mas um projeto de poder para o Brasil, um partido que não faz o jogo de dividir as forças que podem ajudar a caminhada do povo, um partido que tem responsabilidade, mas um partido que sonha com um país indo muito mais além do que o Brasil veio até agora. E esse sonho é que embala o crescimento do PSB, é esse sonho que embala a nossa militância e é esse sonho que vai marcar com certeza esse XI Congresso do Partido, com a participação de cada um dos setores, com cada olhar que vem do Brasil a fora da nossa militância, para um debate que deve ser feito com maturidade, com firmeza, para um debate que seja efetivamente democrático, mas um debate que não nos divida pelas pequenas coisas.

A sociedade brasileira já exige de nós, das nossas organizações políticas um outro tipo de comportamento. Aquelas velhas brigas dos políticos e dentro dos partidos já não são olhadas com nenhum respeito pelo povo e pela sociedade, porque nelas muitas vezes não está colocado o interesse do povo de coisa nenhuma, é fulano querendo ser isso, cicrano querendo ser aquilo, e o povo de fora. O PSB só crescerá com conteúdo, o PSB só cresce respeitando a sua história se nós compreendermos e respeitarmos a diversidade que existe dentro do PSB, mas tivermos a capacidade política de afirmar a unidade em torno de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, que inclua a nossa gente, que retome à nação brasileira a sua enorme vocação de se desenvolver, de gerar cidadania se tivermos efetivamente uma construção partidária que dialogue com o cotidiano do nosso povo. E não aquela conversa que é no dialeto só da política interna, que não dialogam com o cotidiano dos trabalhadores, das mulheres que estão aí criando seus filhos muitas vezes sem apoio dos maridos, nos alagados, nas favelas, na discriminação, no trabalho escravo que ainda existe neste país, no olhar preconceituoso que existe entre nós. Precisamos e temos a oportunidade de construir este Partido



assim, com a ajuda de cada um dos companheiros, com a colaboração de todos, para que seja um partido, não dos que têm mandato, mas dos que têm militância, de quem está na base lutando, um partido que respeita as suas instâncias. É exatamente isto que estamos tendo a oportunidade histórica de construir juntos. Desejo a todos vocês um grande debate, a construção de uma larga unidade, que possa dizer ao Brasil que o Brasil vai poder contar com o PSB para continuar na caminhada da sua reconstrução. Um grande abraço e obrigado a vocês.

O SR. CARLOS SIQUEIRA (Primeiro-Secretário Nacional) – Companheiros e companheiras, antes de encerrarmos, gostaria de anunciar a presença, com muita alegria, entre nós da nova deputada estadual do Mato Grosso, a primeira negra a assumir uma cadeira na Assembléia Legislativa do estado de Mato Grosso, companheira Vilma, grande companheira do Movimento Negro e do Movimento Popular.

Quero pedir ao presidente Eduardo Campos para autografar e entregar à Vilma, como uma lembrança e uma homenagem a ela, e em seu nome homenagear todos os integrantes do Movimento Negro e de todos os movimentos organizados do Partido Socialista Brasileiro.

Queremos também anunciar a presença entre nós do grande companheiro, batalhador, Beto Albuquerque, vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados, também vice-presidente nacional do nosso Partido; e da deputada Márcia Maia, do PSB/RN.

Chamamos a atenção dos companheiros, como estamos encerrando esta sessão inaugural, para se dirigirem a sua sala de trabalho, porque teremos a partir de agora e até as 17h, quando iniciar-se-ão as atividades oficiais do XI Congresso Nacional do PSB, muito trabalho durante todo o dia e até altas horas da noite. Muito obrigado e um abraço a todos.

MOVIMENTO POPULAR















V CONGRESSO NACIONAL DE MULHERES









IX CONGRESSO NACIONAL DE JSB











VI CONGRESSO
NACIONAL DA CMS
SINDICALISMO
SOCIALISTA
BRASILEIRO









PLENÁRIA DO MOVIMENTO NEGRO SOCIALISTA











DIRETÓRIO
NACIONAL





COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL • 2008-2011

PRESIDENTE

Governador **EDUARDO CAMPOS**

PRESIDENTE DE HONRA

JAMIL HADAD

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

ROBERTO AMARAL

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

Deputado **BETO ALBUQUERQUE**

TERCEIRO VICE-PRESIDENTE

JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE

VICE-PRESIDENTE DE ORGANIZAÇÃO
E MOBILIZAÇÃO

Deputado **ALEXANDRE CARDOSO**

VICE- PRESIDENTE DE RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS

Deputado **CIRO GOMES**

VICE-PRESIDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS

Governadora **WILMA DE FARIA**

SECRETÁRIO-GERAL

Senador **RENATO CASAGRANDE**

PRIMEIRO-SECRETÁRIO NACIONAL

CARLOS SIQUEIRA

SEGUNDO-SECRETÁRIO NACIONAL

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Deputado **MARCIO FRANÇA**

SEGUNDO-SECRETÁRIO NACIONAL
DE FINANÇAS

SEVERINO ARAUJO

SECRETÁRIA ESPECIAL

LUIZA ERUNDINA

SECRETÁRIO ESPECIAL

MILTON COELHO

SECRETÁRIA ESPECIAL

MARI MACHADO

SECRETÁRIO ESPECIAL

JAIME CARDOSO

SECRETÁRIO ESPECIAL

SERGIO GAUDENZI

SECRETÁRIO ESPECIAL

Deputado **RODRIGO ROLLEMBERG**

SECRETÁRIO ESPECIAL

SERGIO NOVAIS

SECRETÁRIO ESPECIAL

Prefeito **WILLIAM DIB**

SECRETÁRIO ESPECIAL

JOSÉ ANTONIO ALMEIDA

SECRETÁRIO ESPECIAL

ADEMIR ANDRADE

SECRETÁRIO ESPECIAL

ISAIAS SILVESTRE

SECRETÁRIA NACIONAL DE MULHERES

DORA PIRES

SECRETÁRIO DA JUVENTUDE

ALEX NAZARÉ

SECRETÁRIO SINDICAL

JOILSON CARDOSO

DIRETÓRIO NACIONAL • 2008-2011

1. Ademir Galvão Andrade
2. Adilson Gomes da Silva
3. Adineide Lima
4. Alex Nazaré – Juventude
5. Alexandre Aguiar Cardoso
6. Alexandre Urquiza de Sá
7. Aluísio Sérgio Novais Eleutério
8. Ana Arraes
9. Antônio Carlos Valadares
10. Antônio César Russi Callegari
11. Antônio Marlos Ferreira Duarte
12. Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha – Mulheres
13. Benedito de Carvalho Sá (B. Sá)
14. Beto Albuquerque
15. Caleb Medeiros de Oliveira
16. Carlos Orling
17. Carlos Roberto Siqueira de Barros
18. Cid Gomes
19. Ciro Ferreira Gomes
20. Cleuza Pereira do Nascimento
21. Cristina Almeida – Movimento Negro
22. Djalma Berguer
23. Domingos Leonelli Netto
24. Dr. Ubiali
25. Eduardo Campos
26. Evilásio Cavalcante Farias
27. Fernando Bezerra de Souza Coelho
28. Fernando Videira Lafayette
29. Francisco Josué Freitas da Silva
30. Gabriel Maia Gelpke
31. Givaldo de Sá Gouveia Carimbão
32. Iberê Camargo
33. Irandilson Sampaio
34. Isaias Silvestre
35. Jaime Wallwitz Cardoso
36. Janete Maria Góes Capiberibe
37. João Alberto Rodrigues Capiberibe
38. João de Andrade Arraes
39. Joilson Antonio Cardoso do Nascimento – Sindical
40. Jonas Donizeti
41. Jones Cavaglieri
42. Jorge José Gomes
43. José Antonio Figueiredo de Almeida Silva
44. José Renato Casagrande
45. José Ribamar Alves
46. Júlio César Delgado
47. Kátia Born Ribeiro
48. Laurez Moreira
49. Lídice da Mata e Souza
50. Luciano Ducci
51. Luciano Leitoa
52. Luiz Gonzaga Patriota
53. Luiza Erundina de Sousa
54. Manoel Junior
55. Márcia Machado
56. Márcio Luiz França Gomes
57. Marcos Arraes de Alencar
58. Marcos Dantas
59. Marcos Rezende Villaça Nunes
60. Mari Elisabeth Trindade Machado
61. Maria da Saudade Medeiros Braga
62. Maria de Jesus – Movimento Popular
63. Mauro Nazif
64. Milton Coelho Silva Neto
65. Odmar Péricles Nascimento
66. Paulo Sergio Mascarenhas Rosa
67. Rafton Nascimento Leão
68. Reni Pereira
69. Ricardo Moura Albuquerque Maranhão
70. Ricardo Vieira Coutinho
71. Rivo Gianini
72. Roberto Atila Amaral Vieira
73. Rodrigo Sobral Rollemberg
74. Rogério Pinheiro
75. Sandra Maria da Escossia Rosado
76. Sebastião Augusto Barbosa Neto
77. Serafim Fernandes Corrêa
78. Sergio Assis
79. Sérgio Machado Resende
80. Sérgio Maurício Brito Gaudenzi
81. Severino Nunes de Araújo
82. Sileno Sousa Guedes
83. Tércio Augusto Garcia Júnior
84. Valtenir Pereira
85. Vicente Paulo de Oliveira Selistre
86. Waldo Silva
87. Wander Borges
88. William Dib
89. Wilma Maria de Faria
90. Wilson Martins

DIRETÓRIO NACIONAL • SUPLENTE

- | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| 1. Eduardo Coutinho | 18. Isolde Sommer |
| 2. Luiz Fernando Schettino | 19. Marcos Cerqueira |
| 3. Wilson Pedro da Silva | 20. Cássio Coelho Andrade |
| 4. Sebastião Balarine | 21. Francisco Ariosto Holanda |
| 5. Cláudio Porpino | 22. Hélio Ricardo Macedo Faustino |
| 6. Macaciel Jonas Breda | 23. Joe Vale |
| 7. Rogério Marinho | 24. Paulo Bracarense |
| 8. Orlando Bordallo | 25. Mauro Lobo |
| 9. José Reinaldo de Sá Falcão | 26. Fernando Bezerra Coelho |
| 10. Rubens Bom Tempo | 27. Antonio Valadares Filho |
| 11. Ângelo Ferreira | 28. Silvanio Medeiros |
| 12. Maria Inês Zanol | 29. Maria Helena |
| 13. Vilma Moreira dos Santos | 30. Marcelo Serafim |
| 14. Miki Breier | 31. Alexandre Barbosa |
| 15. Heitor Schuch | 32. Genildo Pereira da Costa |
| 16. André Luis da Silva de Oliveira | 33. José Cazuza Ferreira de Oliveira |
| 17. Messias Junior | |

CONSELHO DE ÉTICA

TITULARES:

1. Alexandre Navarro (DF)
2. Murilo Sérgio (DF)
3. Tadeu Lira (PE)

SUPLENTE:

1. Ivan Rodrigues (PE)
2. Carlos Eugenio Coelho Paz (RJ)
3. Fábio Maia (PB)

CONSELHO FISCAL

TITULARES:

1. Danilo Cabral (PE)
2. Fernando Campanha (ES)
3. Silvio Luiz Martins Mendonça (SP)

SUPLENTE:

1. Claudio Valverde (SP)
2. Elon Martins (ES)
3. Mario Guidi (SP)

DELEGADOS JUNTO AO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

1. ROBERTO ÁTILA AMARAL VIEIRA
2. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA DE BARROS
3. JOSÉ ANTONIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA E SILVA

MUDANÇAS NO DIRETÓRIO NACIONAL

SAÍDA: Paulo Baltazar - RJ • Nadja Palitot - PB • Tenente Célio - RO

ENTRADA: Cid Gomes, Governador - CE • Wilson Martins, Vice-Governador - PI
Irandilson Sampaio, Prefeito - RR • Luciano Ducci, Vice-Prefeito - PR
Manoel Junior, Deputado - PB • Laurez Moreira, Deputado - RO
Djalma Berguer, Deputado - SC • Wander Borges, Deputado - MG
Valtenir Pereira, Deputado - MT • Sérgio Assis, Presidente - MS



PRODUÇÃO E EDIÇÃO FINAL: Tereza Vitale

CLSW 302 – Bloco B – Sala 123 – Ed. Park Center
CEP 70673-612 – Setor Sudoeste, DF
Telefax: (0xx61) 3033-3704 / 9986-3632
e-mail: tereza@intertexto.net
editorial.abare@gmail.com





FUNDAÇÃO



JOÃO
MANGABEIRA

SEDE PRÓPRIA

SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2

CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF

Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279

www.tvjoaomangabeira.com.br

www.fjmangabeira.org.br

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO



SOCIALISMO
E LIBERDADE